

3º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSO CIVILIZADOR:

*Educação,
História e Lazer*

ANAIS

11 a 13 de novembro/98

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA



UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

Reitor

Dr. Almir de Souza Maia

Vice-Reitor Acadêmico

Dr. Ely Ezer Barreto César

Vice-Reitor Administrativo

Dr. Gustavo Jacques Dias Alvim

Coordenadora do PPGE

Rinaiva Casiano Silva

Promoção:

NUCLEO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA PPGE/UNIMEP

Prof. Dr. José Maria de Paiva (Coord.)

Prof. Dr. Elias Boaventura

Prof. Dr. Ademir Gebara

Comissão Organizadora

Prof. Ms. Antonio Carlos Frasson

Profa. Ms. Elisa Pereira Gonsalves

Prof. José Luis Simões

Profa. Magda Sarat Oliveira

Prof. Paulo Canoglieri

Comissão Científica

Prof. Dr. Ademir Gebara - PPGE/UNIMEP

Prof. Dr. Edgar De Decca - Depto. História/IPCH/UNICAMP

Prof. Dr. Elias Boaventura - PPGE/UNIMEP

Prof. Dr. José Maria de Paiva - PPGE/UNIMEP

Profa. Dra. Maria B. R. Ferreira - FEF/UNICAMP

APOIO

FAPESP

**3º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
PROCESSO CIVILIZADOR:**

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E LAZER

ANAIS

**NUCLEO DE HISTÓRIA
DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA
PPGE / UNIMEP**

11 a 13 de novembro de 1998
Piracicaba / SP

Simpósio Internacional Processo Civilizador: Educação, História e Lazer (9. : 1998: Piracicaba, SP).
3º Simpósio Internacional Processo Civilizador: Educação, História e Lazer. 11 a 13 de novembro de 1998: Anais. Piracicaba. UNIMEP, 1998.

295 pag.

CDU - 379.8(091)

SUMÁRIO

ÍNDICE DE RESUMOS E COMUNICAÇÕES.....	07
APRESENTAÇÃO.....	09
PROGRAMA GERAL.....	11
RESUMOS.....	17
COMUNICAÇÕES.....	31
INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS.....	295

ÍNDICE DE RESUMOS E COMUNICAÇÕES

NOME	RESUMO	COMUNICAÇÃO
Adriana Helena Leal	17	31
Alafde de Souza Dias Nuronha	17	42
Almiró Schulz	18	49
Antonio Carlos Frasson	18	61
Carlos da Fonseca Brandão	19	68
Cléia Maria da Luz Rivero	19	79
Edilson Fernandez de Souza	20	88
Elias Beaventura	20	94
Elias Canuto Brandão	20	100
Elisa Pereira Gonsalves	21	113
Fernando Marinho Mezzadri	21	121
Gerusa Aparecida Marquesini Prado	22	131
Ivone Bertonha	22	134
José Luis Simões	23	139
Kleber do Sacramento Adão	23	148
Leonarcos Alcantara Formiga	24	154
Lúiz Alberto Filatti	24	163
Magda Saraí	24	180
Mara Cristian	25	187
Marcelo Weisshaupt Proni	25	197
Maria do Carmo Aquino Nakazone	26	210
Marina Vinha	26	216
Norilda Teotonio Castro	27	228
Paulo Henrique Canciglieri	27	241
Ricardo de Figueiredo Lucena	28	250
Roselene Aparecida de Macedo Figueiredo	28	257
Shirley Kirchner Ferreira	29	266
Telma Regina de Paula Souza	29	271
Wanderley Marchi Júnior	30	284

Apresentação

O Núcleo de Estudo e Pesquisa *História da Educação Brasileira* da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep realiza o III Simpósio Internacional *Processo Civilizador, Educação, História e Lazer*. O evento tem um significado especial para a direção que queremos ver trabalhada nos estudos de nossa história, qual seja, a direção proporcionada pela *cultura*. Entendo por cultura a forma de ser de um grupo social, forma construída ao longo do tempo, na realização multifacetada das interações pessoais. Não se define previamente uma vertente determinante mas se busca, em meio à documentação de que se dispõe, como interesses, desejos, sensibilidade, possibilidades, situações e tantos outros componentes da vida das pessoas, se entrecruzam na prática, resultando numa forma estável, de longa duração, de ser. A configuração das relações sociais se processa contínua e lentamente, *balançada sempre pelo poder*, aqui entendido justamente como a influência que, neste ou naquele momento ou, sobretudo, em tempo mais longo, dá direção às ações dos *sócios*. O *poder* não se identifica com um terceiro, não tem realidade em si, mas é uma qualidade inerente a toda ação humana na sua mais complexa diversidade. É como o pêndulo, que indica para onde a sociedade ou *comunidade dos sócios* está indo.

Trata-se, sem dúvida, de um esforço de interpretação da história, no caso, da história da educação brasileira, esforço que queremos cultivar em nosso Programa de Pós-Graduação em Educação. Norbert Elias destaca-se como guia neste momento. Suas obras assinalam a necessidade de uma história *cultural*, sugerindo uma teoria de processos civilizadores. Ainda que seus estudos se voltem para um contexto bem diferente do nosso, apreender as categorias que lhe servem de apoio e observá-las em sua capacidade de interpretar o nosso processo *civilizador* se põe como exercício fecundo de novas abordagens.

Este *Simpósio*, dividido em *mesas redondas e comunicações*, trabalha nesta direção. As *mesas* versam sobre a *construção da civilização brasileira* e sobre *teorias da civilização no Brasil*, enquanto as *comunicações* articulam uma série de análises pontuais.

Com este evento, marcamos presença junto a todos os que estão trabalhando por uma contínua *descoberta* do Brasil, querendo ser parceiros e interlocutores.

José Maria de Paiva

PROGRAMA GERAL

Dia 11 de novembro

16h

Recepção dos participantes e distribuição de materiais

19h30

Abertura do III^o Simpósio Internacional
Dr. José Maria de Paiva

20h às 21h30

Apresentação de Trabalhos

Mediador: Prof. Antonio Carlos Frasson

Marina Vinha (UNICAMP)

Os Mbayá-Guicuru e Kadiwéu: educação, cultura e corpo

Alaide de Souza Dias Noronha (UNIFENAS)

Comportamentos, emoções e Processo Civilizador

Elisa Pereira Gonalves (UFPB/UNIMEP)

Envolver-se e Distanciar-se: a investigação no campo da educação popular

Ricardo de Figueiredo Lucena (UFES/UNICAMP)

De solidão e outras falas.

Cléia Maria da Luz Rívero (UNIMEP)

Etnometodologia e Educação: construindo o etnodo.

Dia 12 de novembro

8h30 às 10h

Apresentação de Trabalhos

Mediadora: Profa. Elisa Gonsalves

Fernando Marinho Mezzadri (UFPR/UNICAMP)

A formação do Estado do Paraná sob a ótica da obra "Os Alemães" de Norbert Elias.

Marcelo Weishaupt Proni (UNICAMP)

O esporte no Processo Civilizador: apontamentos introdutórios.

Mara Cristan (UFES/UFBA).

Liberalização institucional: aplicando algumas noções de Elias sobre a política de esportes no Brasil.

Antonio Carlos Frasson (UNIMEP/UEFG/CAPEs).

A etiqueta: símbolo de controle social na corte de Luiz XIV.

Magda Sarat (UNIMEP/CAPEs).

Infância e civilização

10h às 12h

Apresentação de Trabalhos

Mediador: Prof. Paulo Henrique Canciglieri

Luiz Alberto Pilati (UEPG/CEFET/UNICAMP)

A evolução do hábitus esportivo nos séculos XIX e XX

Wanderley Marchi Júnior (UFPR/UNICAMP/CAPEs)

Introdução à sociologia e o modelo de análise a partir do jogo: uma reflexão preliminar em Norbert Elias.

Kleber do Sacramento Adão (FUNREI/UNICAMP)

Tempo, lazer e Processo Civilizador.

Leonarcos Alcântara Formiga

Trabalho e espaço total da vida: reflexões acerca do tempo livre e lazer na construção civil.

14h às 18h

Mesa Redonda: Construção da Civilização Brasileira

Mediador: Prof. Dr. Valdemar Sguissardi

Prof. Dr. Leonardo Alfonso de Miranda Pereira (IA/UNICAMP)

Futebol, nação e identidade.

Prof. Dr. José Maria de Paiva (UNIMEP)

Raízes da cultura brasileira.

Prof. Dr. Jurandir Malerba (UEM)

Sugestões para uma Teoria do Processo Civilizador no Brasil: o período joanino, ponto de inflexão

Prof. Dr. Robert Slanes (IFCH/UNICAMP)

Rugendas: um olhar estrangeiro sobre a escravidão no Brasil

18h30 às 20h

Apresentação de Trabalhos

Mediador: Profa. Magda Sarat

Almiro Schulz (UNIMEP)

Universidade protestante no Brasil: a questão confessional.

Elias Boaventura (UNIMEP)

Aspecto civilizador e educação metodista.

Paulo Henrique Canciglieri (UNIMEP)

Esporte e identidade universitária: a contribuição do basquete feminino para a história da UNIMEP

Adriana Helena Leal (UNIMEP)

O Processo Civilizatório Norte-Americano e a educação brasileira.

Dia 13 de novembro

8h30 às 10h

Apresentação de Trabalhos

Mediador: Prof. José Luís Simões

Carlos da Fonseca Brandão (UNESP)

Processo Civilizador e o romance de formação de Goethe

Roselene Aparecida de Macedo Figueiredo (UNIMEP)

Um estudo das interações em a festa de Babette, de Isak Dinesen

Ivone Bertonha (UEM)

Manoel Bomfim no contexto do início do século XX: originalidade de uma obra

Maria do Carmo Aquino Nakazono (UNIMEP)

Norbert Elias e Gilberto Freyre: uma conexão possível?

Edilson Fernandes de Souza (UFU/UNICAMP/CAPE)

A educação, o lazer e a metodologia do estado sobre um menino prodígio

10h às 12h

Apresentação de Trabalhos

Mediadora: Profa. Roselene Figueiredo

Norilda Teotônio Castro (UNIFENAS/PUC-SP)

Ludismo e cultura, os processos semióticos da função reguladora na atividade lúdica em Freud, Vygotsky e Piaget.

Shirley Kirchner Ferreira (UNIFENAS/UEMG)

As implicações entre a Teoria dos Processos Civilizadores- a conduta violenta e a psicanálise.

Gerusa Aparecida Marquesini Prado (UNIFENAS)

Freud e Elias: aproximações possíveis?

José Luís Simões (UNIMEP)

Os Holligans e o auto-controle

Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCAMP)

Formações identitárias e grupos totalitários: reflexões a partir de Norbert Elias

Elias Canuto Brandão (UNIMEP)

Educação e violência no campo: perspectivas de sobrevivência

14h às 18h

Mesa Redonda: Teorias da Civilização no Brasil

Mediador: Prof. Dr. Júlio Romero Ferreira

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (IFCH/UNICAMP)

Cultura e civilização em Darcy Ribeiro e Oliveira Vianna

Prof. Dr. Ademir Gebara (UNIMEP)

A civilização e o monopólio da violência no Brasil.

Prof. Dr. Edgar S. De Decca (IFCH/UNICAMP)

Eucides da Cunha: construindo o Brasil através dos setores

Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro (UFPR)

A construção intelectual do Brasil no início do século XX

18h

Avaliação e encerramento

20h

Confraternização

RESUMOS

ADRIANA HELENA LEAL

□ PROCESSO CIVILIZATÓRIO NORTE-AMERICANO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....31

Resumo

A colonização do Brasil representou o início da implantação de um processo civilizador efetivo pela incorporação dos valores e costumes sociais dos portugueses. Entretanto, a presença de outros povos e costumes no Brasil, alteraram profundamente o processo civilizatório dos lusitanos no Novo Mundo, além de criar espaços para a manifestação de diferentes culturas. O objetivo deste trabalho é discutir a influência dos norte-americanos no processo civilizatório de educação brasileira.

ALAÍDE DE SOUZA DIAS NORONHA

COMPORTAMENTOS, EMOÇÕES E PROCESSO CIVILIZADOR.....42

Resumo

O texto apresenta algumas considerações sobre os estudos do sociólogo Norbert Elias (1897-1990), abrangendo o processo civilizador na história do comportamento humano.

O homem encontra-se em constante processo evolutivo, enfrentando mudanças sociais e consequentemente mudanças pessoais, o que significa também, alterações na sua constituição psíquica. Estas mudanças nos comportamentos e sentimentos referem-se à civilização, que não é o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. Gradualmente vai acontecendo e fazendo parte de uma mudança histórica. Os planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas se entrelaçam, podendo dar origem a novos comportamentos ou costumes sociais.

Palavras-chaves: Norbert Elias, processo civilizador, mudanças sociais.

Abstract:

This paper has focused the work of Norbert Elias concerning the civilizing process in the history of human behavior. Mankind has been in continuous evolutionary process, having to face social changes and, therefore, it can be thought that the psychosocial constitution of human beings has also been altered along the civilizing process, which can be considered as part of a historical process. The civilizing process happens in an unceasingly, non-planned way, depending on the possibility of each individual's emotions, behavior, capacity of reasoning etc. cross into other's and become a new gathering of traits, create new behavior and social patterns.

ALMIRO SCHULZ

UNIVERSIDADE PROTESTANTE NO BRASIL - A QUESTÃO CONFESSIONAL.....49

Resumo:

Os ramos protestantes que se envolveram no processo educativo e com a implantação de universidades, pretendiam universidades confessionais. Suas diferenças denominacionais são mais acientológicas e litúrgicas do que teológicas. Não há homogeneidade sobre a identidade confessional na universidade, principalmente ao se considerar a sua autonomia. Constatou-se a presença confessional através de dois níveis: numa forma mais pragmática, imediatista e numa forma mais diluída, pela filosofia educacional e visão de mundo.

ANTONIO CARLOS FRASSON

A ETIQUETA - SÍMBOLO DE "CONTROLE SOCIAL" NA CORTE DE LUÍZ XIV.....61

Resumo:

Como pressuposto teórico deste trabalho, utilizamos o conjunto de obras de Norbert Elias, privilegiando a Sociedade de Corte, na busca de elementos que favoreçam uma compreensão das interdependências, sociedade, poder e controle social que instauraram-se no reinado de Luís XIV, enfocando a etiqueta como símbolo de controle social, tendo como principal estrutura de organização o ceremonial do palácio, através do qual o rei podia controlar as emoções, tensões e estabelecer os valores de prestígio hierarquizado na corte, fazendo crescer a interdependência entre o rei e os nobres. Esta análise feita em dois momentos, traz em primeiro plano a função da etiqueta como instrumento de dominação e num segundo como instrumento de controle social objetivando encontrar a essência da relação do rei para com os nobres.

Unitermos: História, controle social, etiqueta, sociedade cortesã.

Abstract:

About theoretical presupposition of this work, we use the group of works of Norbert Elias, privileging the Society of Court, searching of elements that favor interdependencies, understanding society, control and social control that settled in Louis XIV reign, focusing the label as symbol of social control. I tend as main organization structure the ceremonial of the palace, throughout which the king could control the emotions, tensions and to establish the values of needed prestige in the court, making to grow the interdependence between the king and the noblemen. This analysis done in two moments, brings in first plan the function of the label as dominance instrument highlighting and in a second one as instrument of social control objectifying to find the essence of the king's relationship to the noblemen.

Uniterms: History, social control, labels, courtly society.

CARLOS DA FONSECA BRANDÃO

PROCESSO CIVILIZADOR E O ROMANCE DE FORMAÇÃO DE GOETHE.....68

Resumo:

Este trabalho analisa o romance de Goethe, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, procurando verificar nele o ambiente cultural da segunda metade do século XVIII, relatado por Elias no primeiro volume de *O processo civilizador*, enfatizando a diferença entre o conceito de *Bildung* e o de educação. Em função dessa diferença, procuramos mostrar a importância do conceito de *Bildung* enquanto conceito específico de uma língua e de uma nação, não podendo, por um lado, ser confundido com qualquer outro conceito, seja o conceito de educação ou o de processo civilizador; e, por outro lado, ser analisado separadamente do seu contexto histórico-social, especialmente em relação às classes sociais, ou seja, daquilo que Elias denomina de sociogênese.

Abstract:

This paper analyse the Goethe's novel, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, while a cultural expression of second half of century XVIII, reported by Elias in *The civilizing process*. This paper is look for show the the difference between the concept *Bildung* and education. This difference we looking for show the importance of concept *Bildung* while specific concept of a language (lingua) and a nation, this concept can't to be confused for the concept of education or civilizing process neither to be analysed separately of your seu historical and social context, especially with reference to social class, according to Elias's theory.

CLÉIA MARIA DA LUZ RIVERO

ETNOMETODOLOGIA E EDUCAÇÃO - CONSTRUINDO O ENREDO.....79

Resumo:

A organização de pesquisas em educação, atualmente voltadas para encarar a escola como "novo objeto científico" permite uma evolução, em que do inquirido quantitativo se evolui para modos de investigação que valorizam a abordagem qualitativa, privilegiando-se a observação participante para se perceber o que se passa em determinada instituição escolar. A etnometodologia, oriunda mais especificamente da antropologia e sociologia oferece contribuições relevantes para completar o desenvolvimento dos procedimentos etnográficos nos estudos desta natureza. Neste trabalho tentamos explicitar, a partir do diálogo com autores pesquisadores nesta linha, tomando nossa experiência enquanto tal, na tentativa de contribuir para sua compreensão e credibilidade no âmbito das investigações nas Ciências Humanas e Sociais e principalmente no âmbito da escola, da sala de aula, das práticas dos professores.

EDILSON FERNANDES DE SOUZA

A EDUCAÇÃO, O LAZER E A METODOLOGIA DO ESTUDO SOBRE UM MENINO
PRODÍGIO88

Resumo:

Com a responsabilidade de divulgar e orientar possíveis leituras na perspectiva de processos civilizadores, este artigo trata das considerações de Norbert Elias sobre a educação e lazer de um gênio que viveu na sociedade de corte do século XVIII. Como reflexão, nossa problemática concentra-se nos aspectos metodológicos apresentados pelo autor, no que diz respeito às fontes e à ocorrência do tempo na longa duração.

Abstract:

With the responsibility of to disclose and to guide possible readings in the perspective of civilizing processes, this article is about Norbert Elias's considerations on the education and an genius's leisure that he lived in the society of court of the century XVIII. As reflection, our problem concentrates on the methodological aspects presented by the author, in what he tells respect the sources and the occurrence of the time in the long duration.

ELIAS BOAVENTURA

A EDUCAÇÃO METODISTA E O PROCESSO CIVILIZADOR94

Resumo:

A educação formal tornou-se para o metodismo brasileiro sua principal atividade desde o fim do século XIX. Os missionários educadores, de origem norte-americana eram otimistas pedagógicos, liberais pragmáticos e acreditavam no poder transformador da educação. Nos principais estabelecimentos de ensino da Igreja Metodista valorizavam a educação norte-americana, enfatizaram a defesa da liberdade, da educação para a vida e a valorização da mulher. Não obstante o apoio dos republicanos, com os quais se identificavam, enfrentaram enormes obstáculos, interpostos pela Igreja Católica e pela sociedade em geral.

ELIAS CANUTO BRANDÃO

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO: PERSPECTIVAS DE SOBREVIVÊNCIA100

Resumo:

Este estudo discute a violência no campo nos últimos vinte anos a partir da compreensão da organização, do conflito, da ameaça e assassinato como fatores educativos.
Palavras-chave: Violência, educação, organização, campo.

Abstract:

This study debated the violence of country in last twenty years the split of comprehension of organization, of conflict, of threat and murder why factors educativas.
Keywords: Violence, education, organization, country.

ELISA PEREIRA GONSALVES

ENVOLVER-SE E DISTANCIAR-SE: A INVESTIGAÇÃO NO CAMPO
DA EDUCAÇÃO POPULAR113

RESUMO:

Aventurar-se no âmbito da investigação social por si só não é tarefa fácil. A entrar na especificidade do trabalho de pesquisa no campo da Educação Popular para discutir o processo de construção da ciência, além de evidenciar temas e problemas que permeiam toda a área das ciências humanas, impõe ainda lidar de perto com tipos de pesquisas denominadas "participantes", que afirmam a necessidade do pesquisador envolver-se para conhecer.

Neste terreno, os conflitos, as paixões, as angústias do pesquisador são francamente assumidas quando do processo de investigação. Envolver-se ou distanciar-se? Envolver-se com certo distanciamento? Ou ainda distanciar-se com certo envolvimento?

Quando se trata de pesquisa sobre a cultura e a construção de grupos excluídos socialmente, por parte de investigadores que são movidos existencialmente pela vivência de um processo de emancipação, respatar àquelas indagações não é tarefa fácil. Neste artigo, pretende-se iniciar uma discussão sobre a relação existente entre o processo de investigação social e o controle das emoções, tendo como referência a Sociologia Configuracional de Norbert Elias.

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

A FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SOB A ÓTICA DA OBRA "OS ALEMÃES" DE
NORBERT ELIAS121

Resumo:

Neste artigo, aproximamos a questão teórica - metodológica das obras de Norbert Elias com a formação do Estado do Paraná. Sobre a questão teórica utilizamos os conceitos de *habitus* e Estado, e como perspectiva metodológica estudamos a relação de interdependência entre os indivíduos e o processo de longa duração existentes nas formações das sociedades. Para elucidar melhor essas questões verificamos a formação do Estado do Paraná a respeito do desenvolvimento econômico desde o século XVII, bem como, focalizamos as questões dos costumes educacionais, alimentares, esportivos e religiosos.

Abstract:

In this article, we approached the methodological theoretic question of Norbert Elias's works with the formation of the State of Paraná. On the theoretical question we used the *habitus* concepts and State, and as methodological perspective we studied the interdependence relationship between the individuals and the existent process of long duration in the formations of the societies. To elucidate those question better we verified the formation of the State of Paraná in the respect of the economic development since the century XVII, as well as, we address the question of the educational, alimentary, sporting and religious habits.

GERUSA APARECIDA MARQUESINI PRADO

FREUD E ELIAS: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS?131

Resumo:

O texto trata de uma reflexão, acerca de alguns conceitos dos processos civilizadores estudados por Norbert Elias. O trabalho considera os aspectos antropológicos e culturais, e a relação da teoria de Norbert Elias com a teoria psicanalítica de Freud no que se refere a constituição do sujeito, e sua implicação no registro do social.

Palavras-chave: Processo civilizador, sujeito do inconsciente, constituição do sujeito.

Abstract:

The main objective of this paper is to make a comparison between some concepts of Norbert Elias civilizing processes and freudian concepts such as the constitution of the unconscious subject, as well as its social process. Such comparison requires focusing anthropological and cultural aspects in both theories.

Key words: Civilizing process, unconscious subject, socializing process.

IVONE BERTONHA

MANOEL BOMFIM NO CONTEXTO DO INÍCIO DO SÉCULO XX. ORIGINALIDADE DE UMA OBRA.134

Resumo:

Manoel Bomfim, estudioso combativo do início do século XX, questiona os discursos neutralizadores dos conflitos e das contradições da sociedade. Preocupado, acima de tudo, com a história, sua obra apresenta elementos importantes para um debate sobre a sociedade brasileira. Essa perspectiva está evidente quando ele se volta, com acalorada linguagem, contra a neutralidade científica dos intelectuais, as figuras preeminentes da história e os premiados da literatura. Isso foi suficiente para que os meios dominantes e os intelectuais lhe respondessem com o silêncio.

Abstract:

Manoel Bomfim, an idealistic scholar from the beginning of the 20th, questions the neutralizing speeches of conflicts and society contradictions. Concerned, above all, with history, his works present important elements related to the Brazilian society. This perspective is clear when he places himself with an engaged language, against the neutral scientific position of the intellectuals, the historical personalities and literature rewarded authors. This was enough to make the dominant class and intellectuals address him with silence.

JOSÉ LUÍS SIMÕES

HOOIGANS E O AUTOCONTROLE 139

Resumo:

Este artigo tem como objetivo refletir a idéia do autocontrole das emoções à luz do pensamento de alguns autores, em especial, Norbert Elias. O grupo denominado Hooligans, jovens ingleses que são populares pelas suas manifestações violentas, também faz parte esta reflexão. O mecanismo de autocontrole que surgiu com a dinâmica do processo civilizador da humanidade, possivelmente, encontra-se num grau de desajuste quando temos como objeto de análise grupos sociais violentos, que é o caso dos Hooligans.

Abstract:

This article has how objective meditate the idea of emotions' self-control through the thinking of some authors, specially, Norbert Elias. The group denominated Hooligans, young English's who are populars by their violent manifestations, also participate this meditation. The self-control mechanism that emerged with the dynamic of civilizing process of humanity, possibly is in a disorder grade when we have how analysis' object violent social groups, like is Hooligans case.

KLEBER DO SACRAMENTO ADÃO

TEMPO, LAZER E PROCESSO CIVILIZADOR 148

Resumo:

O eixo de discussão do presente trabalho é o ensaio Sobre El Tiempo de Norbert Elias. Neste procuramos desenvolver a idéia básica do autor, segundo a qual o tempo é na verdade o resultado de uma síntese humana que só pode ser entendida quando associado a processos sociais presentes nos diversos estágios civilizadores pelos quais passaram os seres humanos. A identificação de um tempo social, permitiu-nos refletir sobre os problema do lazer na sociedade urbano-industrial, enquanto decorrência do elevado e complexo estágio civilizatório ora alcançado.

Abstract:

The element of this present work is about Norbert Elias' trial: Sobre El Tiempo. In this text we are trying to develop the Elias' idea. The time to him is the result of human synthesis which can be to understand when it is associated with a social process that are present in the various civilized period that which the human passed. The identification of the social time permit us to reflect about the leisure problem in the manufacturing society with its raised levels civilizing.

LEOMARCOS ALCANTARA FORMIGA

TRABALHO E ESPAÇO TOTAL DE VIDA: REFLEXÕES ACERCA DE TEMPO LIVRE E LAZER NA CONSTRUÇÃO CIVIL.....154

Resumo:

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada na cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba intitulada *Imagens do Trabalho: Um Estudo Sobre as Percepções dos Operários da Construção Civil Acerca da Qualidade de Vida no Trabalho*. Um dos aspectos abordados nesta investigação refere-se ao estabelecimento de relações necessárias entre trabalho, tempo livre e lazer, a partir das imagens construídas pelos operários da construção civil.

LUIZ ALBERTO PILATTI

A EVOLUÇÃO DO HABITUS ESPORTIVO NOS SÉCULOS XIX E XX.....163

Resumo:

Na atualidade, apregravam-se diversos papéis para o esporte. A presente investigação discute efetivamente para qual ou quais papéis o esporte foi produzido historicamente. Para a consecução de tal objetivo, optou-se por um enfoque social. Trata de uma leitura da civilização feita no ângulo do ócio e do processo de civilidade. Dois autores possuidores de uma tradição teórica original e que, em algum momento de suas produções, focaram as origens do esporte, Norbert Elias e Eric Dunning, proporcionaram o suporte teórico do esboço. Constatou-se que, a configuração denominada esporte, surgiu na Inglaterra do século XVIII, após um ciclo de violência, para o controle da violência e das emoções.

Abstract:

Nowadays it is divulged several roles for the sport. The present inquiry discusses, indeed, for which roles the sport was produced historically. For the attainment of such goal, it opted for a social focus. It is a reading of the civilization done in the angle of the leisure and of the process of civilizing. Two authors, possessors of an original theoretical tradition and that, at some moment of their productions, focused the origins of the sport, Norbert ELIAS and Eric DUNNING, provided the theoretical support of the analysis. It was verified that, the configuration named sport, appeared in England of the eighteenth century, after a to have control over peoples's emotions.

MAGDA SARAT

INFÂNCIA E CIVILIZAÇÃO.....180

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo discutir os conceitos de infância e civilização a partir da leitura de Norbert Elias, tendo como referência o processo civilizador, a literatura que trata do tema e as entrevistas realizadas com idosos que viveram a sua infância na primeira metade do século. A infância é percebida como elemento de permanência em todas as sociedades. Esse momento per-

mite a construção dos códigos de controle e auto controle das emoções nos indivíduos, permitindo assim, organizar a sociedade em cada momento histórico.

Abstract:

This work has objective of discussing the conceptions of childhood and civilization in the reading of Norbert Elias, having as reference the civilizing process, the literature that talks about the topic and the interviews with the old people that lived their childhood in the first half of this century. The childhood is perceived as an element of permanence in all societies. This moment permits the construction of control codes and self-control of emotions in individuals, permitting, in this way, to organize society in each historic moment.

MARA CRISTAN

LIBERALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: APLICANDO ALGUMAS NOÇÕES DE ELIAS SOBRE A POLÍTICA DE ESPORTES NO BRASIL.....187

Resumo:

Procurando recompor os principais eixos que guiaram o processo de gestão da burocracia estatal referente ao quadro de constituição das políticas sociais para esportes no Brasil, desde 1941 (criação do CND) até a adoção de ações voltadas para o incentivo da iniciativa privada nos governos durante e pós Nova República, aplicamos algumas noções desenvolvidas por Norbert Elias, buscando interpretar o processo de liberalização institucional decorrente das tentativas de democratização ocorridas a partir da dissensão política no país. As conclusões deste estudo caminharam no sentido de compreender que, embora diferentes configurações sociais fossem necessariamente se alterando no poder, e consequentemente novos atores teriam sido incorporados ao processo decisório, o sentido que a liberalização política assumiu no Brasil esteve marcado pelo acesso ao mercado – portanto estipulado em consonância à consolidação de uma democracia conservadora –, muito mais que pela efetiva democratização de acesso aos principais níveis de poder decisório.

MARCELO WEISHAÜPT PRONI

O ESPORTE NO PROCESSO CIVILIZADOR: APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS.....197

Resumo:

O propósito deste artigo é apresentar a visão de Norbert Elias sobre a constituição do esporte moderno enquanto componente do processo civilizatório. Nesse sentido, são priorizadas as modalidades esportivas nas quais o controle da violência foi um fator decisivo na definição de uma atividade física moderna. Embora seja uma abordagem fecunda, procuramos questionar – baseados nas escritas de Christian Pociello – se ela é suficiente para explicar a gênese do mundo esportivo na Inglaterra. Procuramos examinar, também, a importância das instituições de ensino na configuração de práticas esportivas civilizadas e na designação do esporte como uma "escola de caráter".

Abstract:

The intention of this paper is to present the Norbert Elias interpretation of the constitution of modern sport as a component of civilising process. In this sense, it is privileged the sportive modalities in which the control of violence was a decisive factor to the definition of modern physical activity. Although it is a fertile interpretation, we are questioning – according to Christian Pochello – if it is sufficient to explain the genesis of sportive world in England. We also examine the importance of school establishments to the configuration of civilized sports practices and the designation of sport as a "school of character".

MARIA DO CARMO AQUINO NAKAZONE

NORBERT ELIAS E GILBERTO FREYRE: UMA CONEXÃO POSSÍVEL?.....210

Resumo:

A nossa proposta neste trabalho é analisar as vinculos entre o pensamento de Norbert Elias e de Gilberto Freyre a partir de suas respectivas obras *A Sociedade de Corte e Casa-Grande e Senzala*.

Palavras-chave: formação social, prestígio e etiqueta

Abstract:

In the current paper we propose an analysis of the connections between Norbert Elias's views in his book *A Sociedade de Corte and Gilberto Freyre's view in his book Casa-Grande e Senzala*.

Key words: Social formation, prestige, etiquette

MARINA VINHA

OS MBAYÁ-GUAICURU E KADIWÉU: EDUCAÇÃO, CULTURA E CORPO.....216

Resumo:

Este estudo busca no etnoconhecimento Mbayá-Guaicuru e Kadiwéu fundamentação histórica que sustente reflexões sobre cultura corporal. Trata da disposição dos moradores, particularidades do modo de ser, higiene, alimentação e vestimenta, corpo, condicionamento físico e rituais de passagem, no período de 1770 a 1908.

Abstract:

This study search in the etnoconhecimento Mbayá-Guaicuru and Kadiwéu historical bases to sustain reflections on the body culture. It is about the disposition of the dwellings, particularities in the way of being, hygiene, feeding and vestiment, body, physical conditioning and rituals of passage.

NORIDA TEOTÔNIO DE CASTRO

LUDISMO E CULTURA: OS PROCESSOS SEMIÓTICOS DA FUNÇÃO REGULADORA NA ATIVIDADE LÚDICA EM FREUD, VYGOTSKY E PIAGET.....228

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo principal apontar os processos semióticos da função reguladora na atividade lúdica em Freud, Vygotsky e Piaget. A escolha destes autores se deveu principalmente ao fato de que são eles que mais influência exercem nos autores brasileiros que se dedicam ao estudo do lúdico. Apesar das divergências recíprocas encontradas nos trabalhos destes autores, eles têm em comum o aspecto de enfocarem o aparecimento da atividade lúdica na ontogênese do sujeito como uma função reguladora. Os processos semióticos da função reguladora da atividade lúdica são apresentados separadamente segundo cada autor, comparações são feitas. Finalmente é levantada a questão: quem é o sujeito da atividade lúdica em cada um destes autores?

Abstract:

This paper has as its main purpose to indicate the semiotic process in the regulatory function of playing activity, according to the following authors: Freud, Vygotsky and Piaget. The choice of these authors was owned to the preponderant influence they have had on Brazilian scholars who have written about this subject. Although they present disagreeing opinions about the matter, all three have defended the regulatory function in the birth of playing activity in the development of human being. It was described each author a presentation of the semiotic process of regulatory function in playing activity and comparisons have been made. Finally a question has been aroused: who is the subject of playing activity in the conception of play of each one of these authors?

PAULO HENRIQUE CANCIGLIERI

ESPORTE E IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA: A CONTRIBUIÇÃO DO BASQUETE FEMININO PARA A HISTÓRIA DA UNIMEP.....241

Resumo:

A Associação Desportiva Unimep, entidade vinculada à Universidade Metodista de Piracicaba, foi fundada em 1979, com o objetivo de resgatar o esporte competitivo na cidade de Piracicaba. Foram organizadas equipes nas diversas modalidades esportivas. Com o tempo, apenas o basquetebol feminino obteve êxito e favoreceu a divulgação da Universidade auxiliando-a no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Através desta equipe, a Unimep ficou conhecida mundialmente, sem contar que com seus projetos, conseguiu fundos para a construção do prédio do seu Campus e áreas ligadas ao curso de Educação Física, sem contar com o projeto social ligado às periferias.

Palavras-chave: Basquetebol Feminino – Universidade – Educação

Abstract:

The Sport Association Unimep, linked entity Methodist University of Piracicaba, it was founded in 1979, with the objective of rescuing the competitive sports in the city of Piracicaba. They were organized teams of several sporting modalities. With the time, the feminine basketball just obtained success and it favored the popularization of the University, aiding her in the development of the

academic activities. Through this team, the University was globally wellknown that got funds for the construction of part of its Campus and areas linked to the course of Physical Education with its projects, unassuming with the projects of peripherics.

Key words: Women's Basketball - University - Education

RICARDO DE F. LUCENA

DE SOLIDÃO E OUTRAS FALAS.....250

Resumo:

Tentando traçar um paralelo entre o poema "Aniversário" de Fernando Pessoa e a temática da solidão dos moribundos discutida por Norbert Elias em "La soledad de los moribundos" (1989), construo o texto a partir de dois pontos: o primeiro é "solidão, morte e controle da violência" e o segundo diz respeito a "individualização e a especialização do trato com o moribundo". Ambos estão relacionados a tese proposta por Elias de que nunca, na história da humanidade se morreu de forma tão higiênica e privativa e, nunca os velhos foram segregados em espaços tão solitários como o são nas sociedades altamente diferenciadas de hoje.

Abstract:

Trying to trace a parallel one among Fernando Pessoa Anniversary " poem " and the theme of the solitude of the moribund ones discussed by Norbert Elias in " La soledad of los moribundos" (1989), I build the text starting from two points: the first is " solitude, death and control of the violence " and the second tells respect the " individualization and the specialization of the treatment with the moribund ". Both are related the thesis proposal for Elias that never, in the humanity's history he died from such hygienic form and privative and, the old ones were never segregated in as solitary as the healthy spaces in the highly differentiated societies today.

ROSELENE APARECIDA DE MACEDO FIGUEIREDO

UM ESTUDO DAS INTERRELAÇÕES EM A FESTA DE BARBETTE, DE ISAK DINESEN.....257

Resumo:

O objetivo deste trabalho é tentar desvendar o jogo das interrelações existentes no conto A Festa de Barbette, de Isak Dinesen.

Abstract:

The objective of this work is to try to take the blindfold from the eyes of the relationship's game in the tale of the Barbette's Feast, of Isak Dinesen.

SHIRLEY KIRCHNER FERREIRA

AS IMPLICAÇÕES ENTRE A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES, A CONDUTA VIOLENTA E A PSICANÁLISE.....266

Resumo:

Segundo Norbert Elias, o movimento dos processos civilizadores caracterizado por sua dinâmica autônoma procede da inter-relação entre as pessoas e dessa complexidade emerge um certo aparelho automático de autocontrole. Segundo Freud, a agressividade constitutiva do ser humano é controlada mediante os vínculos significativos que o mesmo estabelece, abrangendo desde a dimensão do desejo à dimensão da dependência. Tanto a contenção externa quanto a interna apontam o controle, como fator de sobrevivência da civilização.

Abstract:

According to Norbert Elias, the civilizing process movement characterized by its autonomous dynamics proceeds from the inter-relationship among people and from this complexity a blind automatic apparatus of self-control emerges. According to Freud, the human being's constitutive aggressiveness is held by the significative bonds which the human being himself establishes, comprising from the desire dimension to the dependence dimension. The external contention as well as the internal one point to the control, as the survival factor of the civilization.

TEIEMA REGINA DE PAULA SOUZA

FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E GRUPOS TOTALITÁRIOS: REFLEXÕES A PARTIR DE NORBERT ELIAS.....271

Resumo:

Buscamos refletir as significações devida das formações identitárias atuais, a partir das formulações de Norbert Elias, entre outros, que discute os movimentos entre o que ele denomina de "identidade eu" e "identidade nós", possíveis de serem entendidos através da interdependência da psicogênese e da sociogênese desse processo. Na realidade atual apontamos duas questões como fundamentais para entendermos a formação de grupos identitários: a aceleração de processos inter-relacionais abrangentes, a partir da economia global e do avanço tecnológico nos meios de comunicação e transportes; e um certo esgotamento do individualismo moderno, que reaciona para o estabelecimento de relações com base em processos de identificações particulares. Tanto um quanto outro movimento apontam para a configuração de totalitarismos, quer seja através da promulgação de um pensamento único, que reafirme e consolide relações de dominação interestatais, ou através da tentativa de grupos particulares buscarem a universalidade de suas singularidades na negação, exclusão ou extinção de outras particularidades identitárias.

Abstract:

This paper is about the meaning about processes of identity formation at the present time. The author lays the Norbert Elias' theory and other theories which concern about what Elias calls "personal identity" and "collective identity". This conception came from the interdependency between the psycho-genesis and socio-genesis process. The paper concerns about two main issues which help at

to understand about the processes of identity formation: the globalization of economy around the world (integratives processes and the development of technology); and the end of the modern hybridism, which has made some strength to configuration of the relationship under particular identities. Both of them has related to the configuration of totalitarism, which has constituted through the unique ideas or through the exclusion of other differences.

WANDERLEY MARCHI JR.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA E O MODELO DE ANÁLISE A PARTIR DO JOGO: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR EM NORBERT ELIAS284

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo principal o conhecimento do ponto de partida e o entendimento da lógica conceitual no processo de construção do modelo de análise sociológica de Norbert Elias a partir da leitura e de uma reflexão preliminar de sua obra "Introdução à Sociologia".

Abstract:

The present article has for main objective the knowledge of the starting point and the understanding of the conceptual logic in the process of construction of the model of sociological analysis of Norbert Elias starting from the reading and of a preliminary reflection of its work "Introduction to the Sociology".

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO NORTE-AMERICANO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adriana Helena Leal¹

A INTRODUÇÃO DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO NO BRASIL

A colonização do Brasil representou o início da implantação de um processo civilizador efetivado pelo aculturamento dos valores e costumes sociais dos portugueses. Entretanto, a presença de outros povos e costumes no Brasil, alteraram profundamente o processo civilizatório dos lusitanos no Novo Mundo, além de criar espaços para a manifestação de diferentes culturas.

Portugal e Espanha são regiões de ligação entre a Europa, o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, consequentemente um lugar de transição, onde a civilidade européia se torna mais branda. Nesses países a formação da sociedade se fundamenta na valorização do indivíduo.

"...fiz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da Península Ibérica, uma característica que está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece construir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode dizer-se, realmente, pela importância particular que atribuem no valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor do homem infer-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se basta..." (HOLLANDA, 1969: 4)

O privilégio atribuído ao individualismo implica na estranheza da sociedade, uma vez que gera a desunião e a ambição, transformando as associações coletivas em

¹ Aluna do PPG de Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Endereço residencial: Rua Osvaldo P. dos Santos, 303, Limeira, SP, CEP 13481-610.

acordos temporários. Nesse sentido, a hierarquia social não depende de sistematizações, mas sim de privilégios. Essa postura desorganiza as instituições sociais e impulsiona o crescimento político-econômico da burguesia mercantil, pois permite a ascensão social através do privilégio individual e hereditário. Desta forma, a classe mercadorim não precisou criar novas maneiras de agir e pensar, ao contrário pode associar os costumes da nobreza.

...A verdadeira, autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de depender das suas forças e capacidades, pois mais vale a eminência própria do que a herdada. A abundância dos bens da fortuna, os altos feitos e as altas virtudes, origem e manancial de todas as grandezas, suprem vantajosamente a prosápia de sangue... (HOLANDA, 1969: 9)

A falta de hierarquia promovia a união entre o Estado e a Igreja, transformando doutrina em ideologia. Nesse sentido, o conceito de civilização se refere ao desenvolvimento das ideias religiosas que, nesse momento, centravam-se no *'orbis christianus'*, uma doutrina que nega o pecado original e a corrupção da natureza humana, mostrando que os valores individuais conduzem os homens à verdade.

O *'orbis christianus'* é uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. (...) A natureza era a negação da verdade mais evidente - Deus entre os homens - e implantação da desordem. Cumpria anunciar a verdade, em todo o lugar e sempre (PAIVA, 1982:21-22)

A ordem, no seio da sociedade portuguesa, já estava institucionalizada. Por isto mesmo a tônica da pregação, que lhe era dirigida, recaía sobre a fidelidade individual ao cumprimento dos mandamentos com vistas à própria salvação. Esta se revestia de caracteres individualistas, dada a premissa de que a salvação coletiva já tinha sido operada... (PAIVA, 1982: 24)

As dificuldades encontradas pelos colonizadores na implantação de sua cultura no Novo Mundo, acabou atribuindo a Igreja Católica grande parte da responsabilidade pela introdução do processo civilizatório nessa região. Assim, a Companhia de Jesus ordenou os trabalhos de colonização através da catequese. O *'orbis christianus'*

impulso a missão Jesuítica o dever primordial de toda a sociedade portuguesa: revelar a verdade aos nativos.

...Não se perguntava, (...) se os ouvintes tinham a condição de entender o que se passava, tão evidente a naturalidade da sobrenaturalização. O importante era a execução aparente, legal, pública, de anexação dos novos territórios, compreendido evidentemente o batismo dos seus habitantes. A ação externa significava a conversão... (PAIVA, 1982: 22-23)

A catequese conseguiu criar condições mínimas para o desenvolvimento do processo civilizador jesuítico, aumentando o povoamento do território e o aculturação dos nativos. Diante disso, os Jesuítas voltaram suas preocupações para a educação da população e através dela continuaram a implantação do seu trabalho civilizatório. Contudo, a educação jesuítica visava a formação da elite e do próprio clero.

...A obra da catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite...(ROMANELLI, 1997: 35)

Os colégios dos jesuítas cresciam em todas as províncias da Colônia, expandindo e firmando o catolicismo, que se encontrava ameaçado pelo avanço do protestantismo na Europa. Assim, a educação garantia a hegemonia da Igreja Católica e impedia a implantação de outras doutrinas em terras portuguesas, além de garantir o desenvolvimento do processo civilizatório.

Havia que se doutrinar as suas elites condutoras, para manter ativa a alma da Colônia. Os ventos reformistas sopravam de todos os lados, e era preciso manter-se em guarda e ocupar os espaços estratégicos para garantir a vitória, ou seja, a posse espiritual desta parte do Novo Mundo, já que tanto se havia perdido no Velho Mundo (XAVIER, 1994: 47)

A educação dentro dos Colégios Jesuítas seguia o modelo europeu, caracterizado pela filosofia e literatura cristã, pelo universalismo da língua latina e pela negação do relativismo e da literatura moderna. A instrução era dividida nos graus: elementar, secundário e superior, isto para as áreas de Humanas, Filosofia e Teologia. Os demais

seguimentos acadêmicos exigiam sua conclusão em Portugal. Entretanto, a importância da educação jesuítica está no seu método pedagógico, o *Ratio Studiorum*, que atravessou séculos e superou até a expulsão dos jesuítas do Brasil.

...o *Ratio Studiorum*, o Plano de Estudos dos jesuítas, reinava absoluto, e o faria por séculos, mesmo após a expulsão dos seus criadores (1759) e o desmantelamento do sistema educacional colonial (XAVIER, 1994: 48)

O MÉTODO PEDAGÓGICO JESUÍTICO

O *Ratio Studiorum* define o método pedagógico e a filosofia educacional dos jesuítas, se fundamentava no princípio de salvação das pessoas por suas próprias ações, valores e no auxílio a salvação do próximo. A criação de um sistema educativo serviu como instrumento de proliferação e manutenção dessa ideologia jesuítica.

...define o RATIO os princípios fundamentais que informam todas as atividades, todas as atividades, todas as instituições da Companhia, que estabelecem sua razão de ser. Dizem respeito à busca do Reino de Deus, à salvação da própria alma e da alma do próximo e à edificação da Igreja. São princípios essencialmente religiosos, explicitando a estreita relação do homem com Deus... (PAIVA, 1981: 1)

O ensino era dividido em dois graus: Classes Inferiores e Faculdades Superiores. As Classes Inferiores enfatizam a aprendizagem da Teologia, mas também ensinavam Gramática, Humanidades e Retórica. Nas Faculdades Superiores os estudos abrangiam a Filosofia, que compreendia a Física e a Matemática, e a Teologia. Essa organização educacional centralizada mantinha e expandia pela Colônia os ideais da Companhia de Jesus: a salvação e o aperfeiçoamento das almas. Entretanto, há a necessidade de enfatizar que os ideais da Companhia de Jesus eram os mesmos ideais da própria sociedade portuguesa.

O RATIO STUDIORUM propõe dois graus de ensino: as Classes Inferiores e as Faculdades Superiores, integradas por um princípio externo, aqui resumido como destinação religiosa, e outro, interno, que é a preparação para o curso imediatamente superior, fundada na grandeza do saber... (PAIVA, 1981: 3)

O sistema educacional dos Jesuítas privilegiava a formação religiosa do homem, pois seu ensino visava a salvação das almas através do esforço próprio e do auxílio ao próximo. Assim, o saber ficava submetido à religião e a razão do conhecimento científico às interpretações de cunho estritamente cristão.

A FILOSOFIA EDUCACIONAL METODISTA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO

A introdução do pensamento metodista no Brasil teve início em 1835 com a chegada dos primeiros missionários metodistas norte-americanos. O trabalho dos missionários era disseminar a visão metodista de mundo para a população brasileira. Entretanto, o poder político da Igreja Católica impedia a realização desse trabalho, uma vez que o pensamento metodista propunha uma transformação cultural na sociedade, um outro processo civilizatório com novas perspectivas sociais, culturais e políticas.

O metodismo tem a educação como principal instrumento de disseminação de seu pensamento, pois acredita que o alcance da verdade depende da liberdade de escolha dos indivíduos. Nesse sentido, a educação tem o objetivo de construir e reconstruir as identidades dos homens para que consigam atingir a maturidade. Essa doutrina nasceu com João Wesley na Inglaterra em 1744 e mais tarde parte para os Estados Unidos da América, onde fixa suas raízes.

A educação teria para Wesley o seguinte objetivo: 'Nós educamos para reformar o caráter ("temper") e formar a vida dos homens'. Através da escola e através da educação em todos os níveis, Wesley queria 'propor a verdade aos simples', a verdade às pessoas comuns, aos marginalizados pela Igreja da Inglaterra e pelo Estado, pelo modo de produção capitalista que se formava na Inglaterra e pelo Estado do século XVIII... (MESQUIDA, 1988: 33)

Os ensinamentos de João Wesley são baseados no Liberalismo do século XVIII e XIX, também pelas obras de *Jean-Jacques Rousseau*. Desta forma, a reflexão wesleyana atribui à educação o papel de elemento transformador da sociedade, uma vez que o conhecimento cultural leva o homem ao reencontro com a natureza perdida pela convivência em sociedade.

Wesley foi também influenciado por Jean-Jacques Rousseau, apesar de chamá-lo de 'cínico', certamente não enquanto pedagogo mas pelo fato de Rousseau ter entregue seus cinco filhos a uma casa de amparo à criança abandonada: a *Maison des Enfants Trouvés*. É provável que Rousseau tenha escrito o 'Emílio' como um desen-

cargo de consciência. Por isso, Wesley no seu "Journal", se refere ao enciclopedista francês chamando-o de cínico. Mas, em compensação, na sua obra educativa, Wesley empregará conceitos pedagógicos de Rousseau. (MESQUIDA, 1988: 30)

A educação entendida dentro dessas perspectivas liberais, nega instituições e métodos de ensino que causem a estagnação do progresso dos espíritos humanos. Assim, o estímulo à criatividade se torna a garantia do desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

...A função suprema da educação e do direito, ambos fundados na liberdade humana, é permitir que a natureza desabroche na cultura. A partir desse momento, os homens redescobrem o imediato de que gozavam anteriormente em sua existência natural. O que descobrem agora, porém, já não é apenas o imediato primitivo da sensação ou do sentimento, mas o imediato da vontade autônoma e da consciência racional. (STRARUBINSKI, 1991: 43)

Dentro dessa perspectiva, a educação metodista adquire o significado de precursora do desenvolvimento do espírito liberal e evangelizador, responsável pela disseminação de seu pensamento aos outros povos. O movimento de expansão metodista realizado pelos missionários norte-americanos que chegaram ao Brasil, trouxe em suas raízes esses princípios.

A convicção de que os sinais do Reino de Deus são a liberdade, a civilização e o progresso, levou os metodistas a identificarem a nação americana como o povo escolhido por Deus para salvar o mundo. (...) a "introdução de nossa civilização pelas agências missionárias nos países menos desenvolvidos torná-los-á mais dinâmicos e contribuirá para a sua evolução..." (MESQUIDA, 1988: 39-40)

A conjuntura da realidade brasileira exigia dos missionários metodistas muito trabalho para disseminar sua fé. Esse esforço porém, não impediu que vários fatores históricos selassem o término das missões e o retorno dos missionários para os Estados Unidos.

O missionários metodistas retornam ao Brasil em meados de 1866, trazendo consigo os mestros ideais dos seus antecessores: *educar e evangelizar*. A transformação cultural do País se baseava na educação. Nesse sentido, a criação de escolas se tornou prioridade para os missionários. Entretanto, o contexto educacional, religioso, social e

político brasileiro, impedia grandes realizações. Mesmo assim, os missionários deram início à sua luta.

O metodismo enquanto modo de vida, sua aceitação pelos indivíduos, exigia mudanças ao nível de própria cultura. Razão por que a educação seria o instrumento privilegiado desta denominação para sua penetração na sociedade brasileira. (NOVAES NETTO, 1997: 16)

O contexto religioso e educacional brasileiro tornava muito difícil a realização do binômio evangelizar-educar. No período da colonização, a educação ficava sob a responsabilidade dos jesuítas, apesar de alguns autores criticarem o método jesuítico, acreditando que o mais importante nesse tipo de ensino era a própria função de disseminadores dos valores sociais e culturais dos portugueses. Entretanto, os jesuítas foram expulsos das terras brasileiras acusados de instaurarem a desordem entre o povo e o governo. A partir desse momento, as poucas escolas se tornam responsáveis de outras ordens dentro da própria Igreja Católica. Situação que perdura até 1759 com a Reforma Pombalina.

... no Brasil os colonizadores portugueses não permitiam de forma alguma a criação de escolas e muito menos de universidades. Durante muito tempo no período colonial as únicas escolas que tiveram permissão para funcionar foram as ligadas direta e prioritariamente aos interesses da Igreja Católica na formação do seu clero. Posteriormente, particularmente após a Reforma de 1759, sob a tutela do Marquês de Pombal, quando outras escolas receberam autorização para funcionar com maior liberdade, numa perspectiva mais secularizada e laicizada, a Igreja ainda continuou a ter grande controle sobre o seu funcionamento. As primeiras escolas brasileiras de nível que funcionavam fora de certo controle da Igreja foram criadas no século passado... (BOAVENTURA, 1987: 52)

A realidade encontrada pelos novos missionários norte-americanos, somente aumentou as aspirações pela implantação das escolas. No entanto, isso não era possível, primeiro porque o contexto histórico não permitia essa façanha, segundo porque a educação metodista se fundamenta na liberdade e no individualismo. Assim, era preciso criar estratégias que permitissem o êxito do metodismo.

A estratégia escolhida foi a metodologia do ensino das instituições metodistas que visava uma educação voltada para a formação integral do aluno, pois acreditava que o

progresso científico e tecnológico, a democracia e a expansão da economia provinham do aperfeiçoamento do processo civilizatório e a liberdade do indivíduo.

O progresso da ciência e da técnica, bem como as reformas democráticas e a expansão da indústria, elementos característicos do desenvolvimento capitalista, eram interpretados pelas autoridades religiosas como produtos de aperfeiçoamento da civilização cristã e sinais da chegada do Reino de Deus... (MESQUIDA, 1988: 38)

A EDUCAÇÃO METODISTA

A proclamação da República contribuiu para a expansão do metodismo e de seu sistema educativo, já que a nação modelo dos republicanos era os Estados Unidos da América. Desta forma, tem início a implantação do processo civilizatório norte-americano no Brasil.

A organização curricular das instituições metodistas de ensino fixavam a importância da democracia, do estudo das ciências, da técnica e da literatura moderna, conhecimentos que conduzem o homem a liberdade e a cidadania. Assim, a formação educacional visava desenvolver no aluno o pensamento racional e a responsabilidade social.

... a realização de um ensino em que se considere acima do diploma a formação dos caracteres, a educação da vontade, o preparo de homens que pensem e raciocinem por se próprios, senhores de um capital real de conhecimentos, não simplesmente ingeridos, mas digeridos e assimilados... (FERREIRA, 1958: 100)

Os currículos ainda previam o ensino religioso, atividades extra-classe e a educação da mulher. O sentido do ensino religioso previa o respeito e a liberdade para os diferentes tipos de seguimentos religiosos, eram ministradas aulas de Sagradas Escrituras com cânticos e reflexões.

... o regime escolar americano e precedendo o início das aulas, reuniram-se todos os alunos, à medida que iam chegando, (...) a leitura de um trecho da Bíblia com rápidos comentários, canto de um hino e uma reza... (MORAES DE BARROS, 1958)

As atividades extra-classe compreendiam a criação de Prêmios Literários e prática de exercícios físicos. Essas atividades tinham o sentido de desenvolver nos alunos a participação e a luta.

...o aluno(...) uma vez admitido era formalmente obrigado a cumprir pelo menos três rotinas indispensáveis à sua formação: estudar seriamente; praticar qualquer tipo de esporte - fosse qual fosse a sua preferência e habilitação - e participar disciplinadamente dos cultos da conveniência e formação da cada um (ESTATUTOS D'O GRANBERY, 1924: 36)

A formação educacional das mulheres sempre foi preocupação constante dentro do sistema metodista de ensino, tanto que a algumas escolas foram fundadas com essa função. Entretanto, o passar do tempo acabou transformando-as em estabelecimentos de co-educação.

Colégio fundado, a princípio, principalmente para moças, converteu-se, aos poucos em colégio de co-educação. E para atender às suas novas necessidades o Departamento Feminino de Missões mandou para o Colégio Piracicabano, (...) o prof. C. L. Cooper. O Internato Feminino, entretanto, continuou sob a direção de Miss Baxter... (PROSPECTO DO COLÉGIO PIRACICABANO: 14)

A educação proposta pelo metodismo marcou a implantação de um novo processo civilizatório no Brasil. A nova visão de mundo e os novos aspectos culturais, impulsionaram as reformas políticas, econômicas e sociais em desenvolvimento no País, uma vez que atendiam os propósitos do liberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem servido como instrumento de civilização. No período Colonial tem início a implantação do processo civilizatório segundo a ideologia da sociedade portuguesa, que se fundamentava nas doutrinas da Igreja Católica, pois não havia nessa sociedade a separação entre Estado e Igreja. Assim, a Coroa portuguesa atribui aos Jesuítas a tarefa da Colonização.

Os jesuítas começam seus trabalhos no Novo Mundo com a catequese indígena, mais tarde os mosteiros se transformam em escolas destinadas a formação da elite. A educação jesuítica se fundamentava no modelo medieval europeu, centralizando o poder político e ideológico da Metrópole e da própria Igreja Católica, enfatizava o ensino da

Teologia, da Filosofia, das literaturas clássicas, da retórica, da memorização e das ciências humanas.

O advento da República instituiu a necessidade de mudança na própria ideologia implantada no País. Nesse sentido, a proposta metodista de ensino representou um grande avanço, pois iniciou a implantação de um novo processo civilizatório baseado no liberalismo e no progresso. O ensino metodista, valorizava o estudo das ciências naturais, do método indutivo, da prática de exercícios físicos, da literatura moderna e da formação das mulheres. Tudo isso fundamentado na liberdade e no progresso do homem.

O processo civilizador implantado na colonização do Brasil foi o resultado de um contexto histórico caracterizado pela falta de hierarquia e pela cultura da personalidade. O desenvolvimento do capitalismo provocou rupturas nessa estrutura política, econômica e social, gerando brechas para a introdução do processo civilizatório metodista. Assim, a civilização do Brasil está ligada às variações do modelo político-econômico mundial e a educação é utilizada como instrumento para a implantação, aculturação e doutrinação da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOAVENTURA, Elias. *A educação metodista no Brasil: origem - evolução e ideologia*. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1978.
- BOAVENTURA, Elias. Confessionalidade, educação e escola: um enfoque histórico. *Revista do Cogeime*, São Paulo, n. 1, 1987.
- COLÉGIO PIRACICABANO. *Palavras preferidas pelo Dr. Nicolau de Moraes Barros*, na sessão solene do 77º aniversário desse estabelecimento, 1958.
- ESTATUTOS D'O GRANBERY. Ano 34º, Juiz de Fora: Typographia Braga, 1924.
- FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959. I V.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação Janine Ribeiro. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969. (Coleção Documentos Brasileiros).
- MESQUIDA, Peri. Metodismo e educação no Brasil: formar elites e civilizar a nação. *Revista do Cogeime*. São Paulo, ano 2, n. 2, p. 29-50, 1988.
- NOVAES NETTO, Arsênio Firmino de. *As origens de um ideal: os primórdios do Instituto Granbery 1889-1922*. Piracicaba: Editora Unimep, 1997.

OLIVEIRA, Cleison de. *Análise crítica de uma experiência universitária: o caso da Universidade Metodista de Piracicaba*. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1983.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese, 1549-1600*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

COLÉGIO PIRACICABANO, fundado em 1881, Piracicaba-SP, p. 14.

ROMANELLI, Graça de Oliveira. *História da educação no Brasil: 1930-1973*. 19ª. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

STRAROBINSKI, Jean-Jacques. *Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*, tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

XAVIER, Maria Elizabeth Sampaio Prado, RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Cláudia Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar).

COMPORTAMENTOS, EMOÇÕES E PROCESSO CIVILIZADOR

Alaide de Souza Dias Noronha¹

O presente trabalho aborda alguns aspectos relevantes da teoria de Norbert Elias, discutindo a evolução do homem na família e na sociedade, e apontando para questões emocionais no percurso deste processo.

Norbert Elias nasceu em Breslau em 1897 e morreu em 1990. Sociólogo alemão, estudou medicina, filosofia e psicologia. Seu trabalho mais conhecido é "O processo civilizador", onde analisa os efeitos da formação do Estado na Europa, os costumes e a moral dos indivíduos.

Elias (1994, p.194) coloca no vol. II de sua obra "O processo civilizador":

É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica e que subjaz ao processo civilizador.

O ser humano obrigatoriamente passa por este processo constante de civilização, pois ele nasce em um contexto já determinado e que vai, no decorrer de seu desenvolvimento, cobrir a aprendizagem de costumes e valores que fazem parte desta ou daquela cultura.

É importante não esquecer que a civilização se diferencia conforme os costumes de cada país e que está sempre em movimento. Assim como hoje consideramos absurdo alguns comportamentos de nossos avós, futuramente seremos motivo de risos ao sermos filhados por nossos filhos e netos.

Certamente este movimento fortalece as gerações, causando uma motivação interna, ou seja, provoca nas pessoas um desejo de fazer parte desta evolução, construindo novas condutas, novas leis e novas formas de perceber determinadas situações. Trata-se de uma conquista incessante e as coisas vão ficando prontas para as outras gerações, que certamente vão experimentar novas conquistas.

¹ Mestranda em Psicologia Social, Universidade de Alfenas - Unifenas.
Endereço residencial: Av. Antonio Marcial de Faria, 70, Vista Alegre, Alfenas - MG.
E-mail: phaos@actefinal.com.br

Os filhos começam a pensar a partir do ponto em que os pais param suas reflexões, começam a perguntar por razões em casos em que os pais não viram razão para indagar: por que deve a pessoa comportar-se desta maneira aqui e daquela outra ali? Por que isto é proibido e aquilo permitido? Qual é o propósito deste preceito sobre as maneiras e daquele, sobre a moral? Convenções que foram aceitas durante gerações passam a ser problematizadas. (ELIAS, 1994, p.267)

O indivíduo não resolve sozinho qualquer questão social, porém ele faz parte de grupos podendo colocar suas idéias e lutar por aquilo que acredita ou deseja para sua sociedade.

Desta forma, os indivíduos e as comunidades buscam a participação neste processo de mudanças. Retomando uma parte desta evolução no Brasil, no que se refere ao divórcio, pode-se perceber que a sua aprovação aconteceu depois de muitos anos e depois de muitos movimentos favoráveis e desfavoráveis, sendo que hoje trata-se de uma lei e de um costume normal. Atualmente convivemos com outra questão a ser resolvida: o aborto, que tem provocado diferentes reações nos brasileiros. A maioria tem a consciência da necessidade, mas torna-se difícil acostumar com tal atitude devido principalmente a valores religiosos. A tendência é ser aprovada esta prática, uma vez que faz parte deste movimento social brasileiro, a saúde da população e a liberação sexual, além dos diferentes valores que os jovens vêm adquirindo, e que irá contribuir para uma aceitação sem culpas ou pecado.

Outro exemplo brasileiro é o movimento que o Deputado Fernando Gabeira provocou em relação ao uso da maconha. Pode levar tempo, mas aqui também existe a possibilidade de ser liberada, pois a sociedade de uma forma geral já vê esta droga como a mais comum e menos prejudicial.

Estes exemplos confirmam também a diferença na civilização, de acordo com a cultura de cada povo, pois o aborto é uma prática sem maiores problemas na França e a liberação de drogas aconteceu na Holanda. A própria Igreja católica evoluiu significativamente com o seu povo, uma vez que acompanha diretamente as necessidades e dificuldades das pessoas.

Cabe aqui ressaltar que a inteligência humana faz parte desta evolução, pois o homem cada vez mais usa de sua capacidade cognitiva para criar novas formas de conforto e prazer, comprovadas com as inúmeras máquinas que encontramos no mercado como facilitadoras em nossas vidas. Torna-se complicado quando pensamos que a inteligência vem contribuindo também para a descivilização, causando mais violência, mais vícios, mais abusos, entre outros.

Norbert Elias aborda como necessidade para o processo de civilização o controle de comportamentos e emoções, uma vez que independente da sua vontade o homem participa do resultado desta evolução.

Cada indivíduo vai estruturar a sua personalidade de acordo com uma carga genética e de acordo com o seu contexto social, tendo a família um peso significativo quanto à formação de valores e costumes. De qualquer forma, desde muito cedo o homem vai aprender a controlar seus comportamentos, pois a família vai ensinar muitas regras para relacionar-se com o mundo, principalmente para ser aceito no meio social. Caso a criança não consiga adquirir este auto controle, ela será provavelmente punida nos diferentes contextos sociais.

Os padrões de comportamento de uma sociedade já estão prontos, onde o indivíduo encontra um controle social que determina suas atitudes, sendo, portanto, uma consequência do racional. Cumprir as regras passa a ser um ato automático, não exigindo tanto do sujeito.

Saber controlar o comportamento é bastante natural, basta lembrar tudo o que foi feito no decorrer da semana e verificar que atitudes foram controladas, seja no trabalho, na família, no trânsito, enfim em situações diante do outro. Torna-se mais difícil compreender quando se fala no controle de emoções. Toda emoção provoca uma reação involuntária, como corar o rosto, a taquicardia, o suor nas mãos, o tremor, etc., porém o comportamento que a emoção pode provocar será controlado de acordo com os valores e costumes adquiridos desde a infância. Cada um vai lidar internamente com suas emoções de forma diferente. Como aponta o autor, muitos ficarão com cicatrizes atropilhando nas relações futuras, por isto terão que ser cuidados posteriormente trabalhando estas questões. Quando criança é muito comum a não expressão de emoções, justamente porque os pais não o permitem com a intenção de ensiná-la este controle; porém, isto só vai contribuir para uma futura dificuldade de elaboração de seus sentimentos. A criança não consegue compreender porque uma reação que foge do seu comando não é permitida, montando assim uma grande confusão.

No exemplo citado por Elias (1994), referindo-se ao trânsito tumultuado, mostra uma exigência do meio externo para a situação ser resolvida da forma mais adequada de acordo com a necessidade da rede, ou seja com muita educação e respeito pelo outro. Qualquer indivíduo civilizado terá uma atitude compatível com a exigência social, não agredindo ou não colocando o outro em risco. Compreendo que o indivíduo estará controlando o seu comportamento, jamais a sua emoção. Ninguém saberá impedir naquele momento a raiva ou a ansiedade que tal situação pode provocar, mas saberá impedir o desacato à autoridade, agressão verbal ou física ao motorista do lado ou entrar com o carro em lugares proibidos, principalmente considerando o conhecimento das consequências diante de tais reações. Quanto às emoções, estas serão registradas internamente e cada indivíduo vai elaborá-las de acordo com a sua capacidade psicológica. Muitos chegarão em casa ou no trabalho irritados, angustiados ou ansiosos; enquanto outros não serão afetados emocionalmente pela situação.

Nos dias atuais, o controle de comportamentos como consequência do aparecimento de emoções, tem sido cada vez mais difícil, considerando-se as tensões diárias. O homem pode ficar muito sobrecarregado de emoções e de preocupações, perdendo este

controle em determinadas situações. Ele pode expressar suas emoções através de um determinado comportamento, que pode ser em forma de agressividade, choro, isolamento, etc. Isto é natural do ser humano, ele precisa disto para bancar outras situações, evitando condutas inadequadas. Cabe aqui lembrar e excluir casos que apresentam psicopatologias graves, tendo portanto a personalidade comprometida.

De acordo com a teoria de Elias (1994) as emoções humanas se diferenciam de outras espécies animais, pois na medida que o homem se civiliza, aprende mais e tem maior controle sobre elas. Esta aprendizagem é necessária para a sobrevivência do homem na sociedade, portanto a emoção é o resultado de uma determinação genética mais a aprendizagem do seu controle.

A cada dia a sociedade exige mais comportamentos civilizados, sendo esta uma característica normal da evolução. Seguindo este pensamento inúmeros exemplos poderiam ser citados, contando com as formas punitivas que o governo estabelece. Os motoristas brasileiros serão mais civilizados, caso sejam mantidas as punições previstas para as infrações no trânsito. Desta forma a punição também justifica a civilização humana. Elias enfatiza a imposição e o controle de uma sociedade explicando a conduta dos indivíduos. Falta das proibições e dos medos contribuindo para a compreensão do processo civilizatório.

Os medos formam um dos eixos - e dos mais importantes - através dos quais a estrutura da sociedade é transmitida às funções psicológicas individuais?

"A criança e o adolescente jamais aprenderiam a controlar o próprio comportamento sem o medo instilado por outras pessoas. Sem a influência desses medos criados pelo homem, o jovem animal humano nunca se tornaria um adulto mercoedor do nome de ser humano, tal como a humanidade de ninguém amadureceria plenamente se a vida lhe negasse suficientes alegrias e prazeres. (ELIAS, 1994, p. 269)

Desta forma, o medo motiva o homem para a civilização, ou ainda, sem o medo e a punição não existe civilização. Estas afirmações me preocupam considerando que o medo é motivo de muitos desajustamentos na vida adulta; então de que adianta ser civilizado e angustiado? Por que o indivíduo paga tão caro para estar em sociedade? Conforme minha experiência profissional, a maioria dos casos que chega à clínica, traz na sua história uma repressão na infância e adolescência, o que perturba toda a sua estrutura psíquica. Por outro lado, acredito que a liberdade do indivíduo para sentir, para escolher, para opinar e apresentar idéias, está há muito tempo fazendo parte deste processo de evolução aqui discutido. Esta liberdade significa também não ter medo, significa lutar por um equilíbrio emocional e talvez por justiça. Antigamente a educação dos filhos era muito rígida e movida pelo medo e, hoje, presenciamos uma educação valorizando mais as

escolhas e os direitos da criança. Isto faz parte da evolução, é uma conquista de muitos anos e podemos perceber comportamentos bem diferentes comparando as épocas.

Resalto ainda a importância do indivíduo enquanto um ser resguardado da sociedade, com direitos muito específicos de acordo com seus desejos. Este indivíduo precisa existir, para fazer parte da sociedade de forma saudável, contribuindo e reconhecendo seus deveres. Em seu livro: "A sociedade dos indivíduos", Elias diz que a sociedade é uma porção de pessoas juntas e acrescenta:

ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas isoladamente, querem e fazem certas coisas, e no entanto sua estrutura e suas grandes transformações históricas dependem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1994, p.13)

Nesta mesma obra, o autor fala que o indivíduo só pode referir-se ao EU, quando pode referir-se ao NÓS, porque todo o comportamento ou todo o movimento do ser humano pressupõe a existência de outras pessoas e uma relação com elas, que formam uma sociedade. Devo concordar que o indivíduo deixa de existir sem a relação com o outro, porém ele deve existir também como indivíduo, necessidade básica para separar o que é ele e o que é o outro. Ele não pode misturar o mundo externo com o mundo interno, para manter a sua saúde psíquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, gostaria de citar o filme "O enigma de Kasper Hauser" para exemplificar todas as discussões acima. O filme mostra, principalmente, a importância da estimulação para a aquisição de comportamentos civilizados ao criar um personagem, já adulto, que desde muito pequeno ficou trancado em um porão sem espaço e sem nenhum contato com o mundo ou outra pessoa. O homem precisa estar inserido num contexto, onde tenha costumes estabelecidos e pessoas para orientá-lo, pois ele não nasce independente como em outras espécies. Ele precisa de um ego-auxiliar. Enfatiza muito bem a necessidade de estar em relação com o outro, fazendo parte de uma sociedade, pois isolado o indivíduo não existe enquanto um ser racional. Kasper não sabia andar, falar ou emitir qualquer comportamento até participar de uma sociedade. A partir da convivência com outras pessoas foi adquirindo uma conduta mais civilizada, baseando-se na sua capacidade cognitiva e psicológica, além dos modelos para a aprendizagem de comportamentos.

Ao estudar alguns pontos da teoria de Norbert Elias, encontrei considerações a fazer em muitos aspectos, levando em conta as questões psicológicas do indivíduo. Finalizando o texto percebi que a terminologia usada pelo autor provoca um grande questionamento, sendo que muitas vezes estamos compreendendo o indivíduo da mesma forma.

O ser humano precisa acompanhar este desenvolvimento, cada vez mais consciente da importância do seu bem estar e do bem estar social. Seria muito inconveniente manter uma ideia de que o homem é condicionado para ser educado ou para ser evoluído. Muitos comportamentos civilizados tornam-se automáticos, porém com a permissão do indivíduo, ou seja com o desejo e consciência de tomar tal atitude.

Acentuo ainda a necessidade do indivíduo sentir-se motivado para uma vida em sociedade, sabendo selecionar suas ideias enquanto homem e enquanto cidadão, para argumentá-las ou para lutar para a realização de seus desejos, sem ameaçar ou agredir o outro.

Durante a elaboração do texto diversas questões foram surgindo, permitindo-me fazer uma relação do processo civilizador com a dinâmica da mulher atual, parte da pesquisa que me proponho a realizar no Mestrado em Psicologia Social. A pesquisa consiste em estudar as questões sócio-familiares influenciando na mulher de baixa renda, para o aparecimento de sintomas psicossomáticos, e determinando uma maior demanda para o médico clínico geral.

Dois aspectos da teoria de Norbert Elias me chamaram a atenção para serem estudados e aprofundados com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão da mulher.

Um primeiro aspecto refere-se aos diferentes papéis que a mulher foi desenvolvendo e assumindo no decorrer de sua história. Sabe-se que trata-se de uma história de submissão, sendo que a mulher não desenvolvia suas capacidades, desconhecendo questões sociais e não assumia responsabilidades no sustento da família e outros problemas. A responsabilidade concentrava-se no papel de esposa, dona de casa e mãe. Atualmente a mulher se confunde entre tantos papéis e responsabilidades. A evolução no papel sexual provavelmente tem consequências positivas e negativas. Antigamente o homem tratava a mulher com muita formalidade, as etiquetas existiam até para uma relação mais íntima de casal. Esta evolução permite-me discutir a influência destas questões no corpo feminino, causando o aparecimento de doenças psicossomáticas.

O outro aspecto trata-se mais especificamente do autocontrole das mulheres casadas, vivendo inúmeros problemas com a família, carregando o peso da responsabilidade e preocupação diante da falta de emprego e conseqüente falta de dinheiro, as péssimas condições de moradia, o dia-a-dia com o marido agressivo, alcoólatra ou deprimido, os filhos rebeldes, desnutridos ou doentes. Normalmente a mulher mantém-se firme, controlada, forte até um determinado momento deste percurso doloroso. Ela precisa gritar que não agüenta mais, que não tem mais forças, porém não pode porque faz parte de uma sociedade que pede paciência, fé e compreensão (autocontrole). Diante desta situação o organismo pode manifestar através dos sintomas físicos como forma de pedir atenção, de gritar para a sociedade: "eu estou sofrendo, eu preciso me cuidar, eu preciso de ajuda."

As mulheres são mais saudáveis nos dias atuais? Ou foram mais saudáveis no passado? Um estudo bibliográfico acompanhando este processo de civilização ou de evolu-

ção na vida da mulher, certamente possibilitará um embasamento teórico necessário nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994

UNIVERSIDADE PROTESTANTE NO BRASIL: a questão confessional

Almiro Schulz¹

A questão que se coloca é: o que se entende por confessionalidade, e em que dimensão pode e está presente na universidade como parte da missão da Igreja? Do outro lado, como é possível a universidade ser confessional, se ela não se constitui por natureza confessional, mas livre? Naturalmente não há uniformidade de compreensão sobre a questão, há várias visões diferentes sobre a missão da Igreja, e sua extensão na universidade, além das posições dos não confessionais.

1. CONFSSIONAL: CONCEITO

Conceituar ou dizer o que se entende por confissão não é fácil, é abrangente e complexo. Partindo do termo confissão, a palavra que foi traduzida como *confessur*, foi tomada das línguas Hebraica e Grega, e em ambos os casos, tem uma dupla conotação: usa-se para a confissão de fé e confissão de pecado, no âmbito da religião cristã².

Tomo a palavra no sentido da "*confissão de fé*" e no contexto eclesiástico protestante, para o qual a confissão de fé implica um conteúdo teórico e uma conduta. As instituições eclesiásticas não apenas esperam que seus fiéis declarem uma fé subjetiva, mas que firmem, entendam um conjunto de pressupostos teóricos e que os declarem e os manifestem. O termo tomado do Grego "*homologeo*" tem o sentido de "*dizer a mesma coisa*", isto é, reconhecer algo, em concordância com outros³. Para o cristianismo e em particular, para o protestantismo, essa confissão consiste em "*concordar*" e em "*reconhecer*", isto é, declaração sobre Deus, Jesus Cristo, a Bíblia, e aspectos morais, modo de viver.

No decorrer do tempo, o protestantismo foi transformando essas confissões nos chamados "*credos*", que entre si, no essencial, têm similaridade, mas que em aspectos "*periféricos*", declaram o específico de cada ramo protestante. As divergências entre as várias confissões protestantes não são tanto por uma questão teológica, segundo H. Richard Niebuhr⁴, mas muito mais por uma questão social, diz:

¹ Doutorando UNIMEP.

Endereço residencial: Rua Piolim, 153, Jardim Boa Esperança, Campinas - SP, CEP 13091-330

² Luther Coenen (ed), *O Novo Dicionário Internacional de Teologia e do Novo Testamento*, p. 465

³ *Ibid.*, p. 465

⁴ Richard Niebuhr foi um teólogo norte americano que teve uma preocupação em descobrir as origens das divisões entre as denominações, no primeiro metade do nosso século.

Esta fase do denominacionalismo explica-se por meio de uma interpretação econômica modificada da história, pois as divisões das igrejas têm sido ocasionadas mais frequentemente pela ação direta ou indireta de fatores econômicos do que pela influência de qualquer outro interesse humano.⁵

Não significa que as diferenças foram condicionadas exclusivamente pelo econômico, mas não é possível compreender o fenômeno sem que se leve em consideração a influência dele. No entanto, alguns dos ramos protestantes surgiram dos "desherdados" do meio protestante luterano, anglicano e presbiteriano, que eram igrejas estabelecidas e constituídas predominantemente pela aristocracia, classe média, burguesia.⁶ Assim, os que viviam à margem desse estrato social procuraram fundar uma religião capaz de responder às necessidades e ansiedades.⁷ Batistas, congregacionais e metodistas, nas suas origens traziam essa marca, "os traços característicos da nova denominação marcavam-na também como Igreja dos pobres". Porém, dentro do processo histórico, e principalmente no contexto norte-americano, estas confissões foram se adaptando, se acomodando, na medida que as condições sociais se modificaram. Richard Niebuhr, lembra no caso dos metodistas,

A despeito destas influências sobre a ética social, o metodismo mais tarde afastou-se, em sua tempera moral, das Igrejas dos deserdados dos séculos XVI e XVII...⁸ o metodismo veio a ser a religião das classes empresariais.⁹

Estabelecer diferenças confessionais dos protestantes que aqui se inseriram e implantaram seus projetos educacionais, não pode ser sem que se leve em consideração toda a dinâmica social, heterogênea, norte-americana; a questão da emigração, etnia, e toda a política, a economia e vida social. Também não se pode desconsiderar as influências e adaptações em solo brasileiro...¹⁰

As diferenças são mais eclesiológicas e sociais do que teológicas; pois é comum a todas as confissões protestantes a concepção que o homem é justificado diante de Deus pela fé, que é o eixo central e o princípio básico do protestantismo. Há outras semelhanças como: a dimensão subjetiva da salvação, o sacerdócio de todos os fiéis, a centralidade

⁵ H. Richard NIEBUHR, *As Origens Sociais das Denominações Cristãs*, p. 25.

⁶ *Ibid.*, p. 31.

⁷ *Ibid.*, p. 31.

⁸ *Ibid.*, p. 67.

⁹ *Ibid.*, p. 51.

¹⁰ Israel Belo de AZEVEDO, *A Celebração do Indivíduo*, p. 275.

da Bíblia na vida da igreja e a visão do homem na perspectiva da queda: uma visão pessimista do homem. O protestante em geral, não aceita o otimismo antropológico do liberalismo, com a subjacente crença no progresso humano, e não ser uns poucos iluministas. Enquanto os liberais afirmam que o homem nasce ignorante, mas não mau,¹¹ os protestantes em geral vêem o homem como caído e carente da graça de Deus.

Eliete Maciel fez um estudo sobre o protestantismo brasileiro e o caracteriza como sendo pietista.¹² Israel Belo de Azevedo, no seu trabalho "*A Celebração do Indivíduo*", caracteriza o protestantismo brasileiro mais como puritano. Portanto, ele traz essas duas marcas, e também segundo uma outra classificação, a "*denominacionalismo da doutrina*" foi mais marcante do que o "*protestantismo de princípios*". Boanerges Ribeiro mostra que o protestantismo missionário que mais marcou o protestantismo brasileiro foi o de visão conservadora.

Entre as muitas confissões religiosas, e no caso das confissões protestantes, como já disse antes, suas diferenças não são fundamentalmente teológicas.

2. EXTENSÃO DA CONFESSIONALIDADE À UNIVERSIDADE

Júlio de Santa Ana ao falar sobre a confessionalidade, diz que é

se posicionar como instituição no meio de qualquer sociedade, como instituição cristã, é lembrar uma confissão apostólica que nós sentimos ainda como nossa.¹³

Significa que há a declaração pública de fé, de crença ou credo; um compromisso, em relação à Bíblia e proposições básicas e fundamentais de fé, que em alguns casos são estatutários.

Omeiro de Freitas Borges, diz num artigo que:

Para as pastorais, confessionalidade é o seguinte: nós confessamos, à luz da revelação bíblica e do Metodismo histórico, que o projeto do Reino de Deus visa o resgate da dignidade da vida. Nesse sentido todas as instituições devem reafirmar o seu compromisso com a libertação integral do ser humano e das estruturas que o escravizam. Isso significa que a instituição, como um todo, deve ser confessional e estar engajada nessa tarefa de resgatar a dignidade da vida. É preciso, contudo, compreender que a confessionalidade pro-

¹¹ *Ibid.*, p. 390.

¹² Eliete MACIEL, *O Pietismo Brasileiro*, passim.

¹³ Júlio de SANTA ANA, *Confessionalidade e Educação: Uma Visão Escumética*, Cogeime, No 1, p. 16.

posta pelos documentos da Igreja em suas instituições de ensino não pode se esvaziar no denominacionalismo, pois os sinais do Reino de Deus não são patrimônio dos metodistas".¹⁴

Constam-se no entanto que no ideal dos projetos universitários, pretendia-se no passado, não apenas uma universidade de confissão protestante, mas denominacional. Há referências como: Nossa universidade¹⁵, Universidade Batista¹⁶, Universidade Presbiteriana¹⁷, Universidade Luterana; Universidade Metodista¹⁸. O Reitor da Universidade Metodista diz:

A nossa identidade metodista somente se fará presente quando o testemunho da fé cristã, na sua dimensão existencial e ética, permeiar todas as nossas ações no trabalho com as pessoas que formam a comunidade da escola, principalmente na formação de nossos alunos...¹⁹

Os Estatutos deixam claro o vínculo e a caracterização de confissão cristã. O Estatuto do Mackenzie diz: "A universidade Mackenzie, desenvolvendo suas atividades sob os princípios da moral e da fé cristã evangélica..."²⁰. O Estatuto da UNIMEP diz: "A Universidade Metodista de Piracicaba é uma instituição educacional confessional... (artigo 1º)"²¹. E que tem o objetivo de: "O preparo intelectual, físico, social, cívico e espiritual, de acordo com os princípios cristãos".²² No Estatuto do Instituto Educacional Piracicabano, lê-se:

O IEP, como instituição da igreja Metodista, entende a educação como o processo que oferece formação qualificada em suas diversas fases, possibilitando às pessoas o desenvolvimento de uma consciência crítica e seu comprometimento com a transformação da sociedade, segundo a missão de Jesus Cristo, e tem por finalidade:

¹⁴ Onório de Freitas BORGES. *Confessionalidade*. COGEIME, Ano 3, No 3, 1994, p.97

¹⁵ O JORNAL BATISTA, R. de Janeiro, CBB, Ano LII, No 40, 02/10/52, p.2

¹⁶ Idem. R. de Janeiro, CBB, Ano 59, No 38, 17/09/59, p.5

¹⁷ O PURITANO, R. de Janeiro, Ano 46, No 184, 02/12/44, p.1

¹⁸ O EXPOSITOR CRISTÃO, R. de Janeiro, 26/04/43, p.3

¹⁹ Almir de Souza MALA. *Relação Instituições de Ensino e Igreja*. COGEIME, Ano 5, No 9, p.102

²⁰ ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE MACKENZIE, Art. 3º, p.1

²¹ ESTATUTO DA UNIVERSIDADE METODISTA, Art. 3º, p.1

²² *Ibid.*, Art. 4º, p.3

1. atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza.²³

Assim também os demais Estatutos, como o da universidade Luterana, e ULBRA, do Instituto Adventista de Ensino.

3. IDENTIDADE CONFESSIONAL

Se é possível uma universidade confessional, é uma questão a ser considerada. Porém, para os ramos confessionais que se envolveram no processo educativo e com as iniciativas de implantação e atividades do ensino superior, no caso os projetos de universidades, pretendiam uma universidade confessional, tanto que, na relação instituição educacional, gestaram tensões e crises. A questão da identidade de suas instituições de ensino superior tornou-se objeto de debate e embate em vários momentos. Por exemplo, o ramo confessional Adventista aqui no Brasil iniciou seu projeto de universidade recentemente, mas no final do século passado, nos EUA, enfrentou uma crise por várias situações: a questão da adaptação do currículo para torná-lo confessional, a necessidade de responder a finalidade da igreja e quanto a titulação, o reconhecimento do nível de suas instituições. George R. Knight, diz:

uma avaliação da primeira instituição adventista pode ser resumida numa palavra única, palavra - fracasso. Os fundadores do colégio de Battle Creek, desejavam desenvolver uma instituição de reforma que exaltasse a Bíblia...²⁴

As diferentes confissões organizaram órgãos que representassem ou fossem os intermediários, coordenassem os interesses da Igreja para com a educação. Os batistas organizaram a ANEB, os Metodistas, o COGEIME. Enfim, se constata que na visão das missões e das igrejas, a universidade devia ter uma identidade confessional. Alíngua, na visão educacional protestante, ou em qualquer confissão religiosa, só é possível uma educação integral, levando em consideração o religioso, como parte da visão de mundo.

Para o protestantismo a educação e a religião são duas forças indispensáveis para que uma sociedade viva em harmonia e segurança. Esta concepção se desenvolveu a partir da Bíblia, da tradição protestante e pela influência do Iluminismo. De um lado, o pressuposto apreendido da Reforma/Bíblia, que o Deus bíblico é um Deus pessoal, veio fundamentar a concepção da individualidade do homem, como disse Lungston²⁵ que o

²³ ESTATUTOS DO INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO, p.1

²⁴ Rosângela Rocha [in:] *Arquivos Contemporâneos em Orientação Profissional*, p.351

princípio do individualismo tem sua base "na existência de um Deus pessoal, que criou o homem à sua imagem e semelhança".²⁶ Também como já referido, a idéia do sacerdócio universal, que reforça o aspecto individual. Porém, do outro lado, sofreu a influência externa, dos pressupostos iluministas/ liberais, como a autonomia da razão, segundo a qual, na educação, torna-se fundamental a participação ativa do educando, mesmo que o papel do educador seja importante. Aí a ênfase e preocupação na docência, a capacidade e a autonomia inata requerem uma atenção individual, pois ainda que todos nasçam iguais, são de temperamento diferente, o que faz com que se deva desenvolvê-los segundo o temperamento de cada um. Na educação então cai a ênfase no indivíduo, como se existisse por si e se realizasse por si mesmo, independente dos outros.²⁷

Por educação integral se entendia uma formação desde a infância até a vida adulta, passando do pré-primário, ensino fundamental, médio, atividades complementares ao ensino formal, até a universidade; tanto o aspecto cognitivo, físico, moral e religioso. Assim, a ênfase em iniciar com as escolas, colégios e evoluindo até a universidade, com atividades de esporte, e atividades práticas. O Mackenzie foi pioneiro na implantação dos gêmios e competições esportivas, como por exemplo, no basquete,

No projeto do missionário/educador batista, Shepard, ele pretendia partir do colégio/seminário para a futura universidade, como disse: "este colégio com o curso Primário e o curso Gymnasial constituirá a base de uma Academia que há de ser fundada mais tarde".²⁸ Erasmo Braga diz com relação ao Colégio Internacional de Campinas, que o

programa primitivo de Morton visava, graduando cuidadosamente os cursos e fazendo os telescópicos, criar em Campinas o Primeiro estabelecimento de tipo universitário no Brasil.²⁹

Essa foi a intenção também ao transferir o Colégio Internacional para Lavras, e ao dar início às suas atividades; foi também a intenção do projeto do Granbery em Juiz de Fora, do Colégio Americano em S. Paulo, depois Colégio Mackenzie.

4.A PRÁTICA E PRESENÇA CONFESSIONAL

Constata-se por outro lado que não houve e não há a evangelização proselitista, de acordo com palavras de ex-estudantes, por exemplo, sobre Mackenzie, dizem:

²⁵ Langston foi um missionário norte-americano que veio para o Brasil em 1909, foi professor de Teologia e Deão no Seminário Batista de R. de Janeiro.

²⁶ A.H. LANGSTON, *Esboço de Teologia Sistemática*, p.24

²⁷ José do NASCIMENTO, *Sistema Pedagógico da Confissão Metodista*, p.34

²⁸ O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, 23/01/1908, p.5

²⁹ Erasmo BRAGA, *O Colégio Internacional e seus Fundadores*, p. 5

O Mackenzie, que como dizíamos acima, foi fundado por evangélicos, iniciou-se, no entanto, com 3 alunos professando religiões diversas entre si, os quais permaneceram com seus credos, como todos aqueles que por aqui passaram. E se por um lado, os Antigos alunos reconhecem as origens evangélicas dos precursores do Mackenzie, que aqui não vieram para fazer proselitismo religioso, não olvidam, igualmente que a finalidade principal da instituição é eminentemente educativa e não catequética.³⁰

Aí então a divergência, entre os que entendiam a evangelização como conversão individual e subjetiva e a educação como meio; os que entendiam que a missão da Igreja não se esgota com a conversão. Os Metodistas estão cada vez mais se envolvendo com a educação do 3º grau e projetos de universidades. Elias Boaventura chega a dizer:

Creio não ser exagero afirmar que o projeto metodista no Brasil de hoje é seu projeto educacional e, mais, que se corre o perigo (perigo?), com a criação de novas universidades, de o projeto educacional metodista engolir o projeto religioso propriamente dito, uma vez que os instrumentos e recursos, em geral disponíveis nas universidades e nas instituições metodistas, são muito mais pecuniosos que o discurso paroquial retrógrado, como demonstrado pelos próprios metodistas.³¹

Diante desse fenômeno, a confessionalidade tornou-se objeto de debate e de reflexão no meio metodista, coordenado pelo COGEIME; foram analisados os últimos principais documentos.³² Na revista COGEIME foram publicados vários artigos sobre o assunto.

No contexto da confissão luterana, Nestor Beck, ao escrever sobre a caracterização da universidade luterana do Brasil, diz que

A universidade confessional luterana, partindo duma concepção cristã do mundo e sentido da história, procura recuperar aquela perspectiva de unidade e totalidade que é "conditio sine qua non" para a verdadeira universidade... a universidade confessional, portanto, con-

³⁰ REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTEIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, No 6, julho de 1960, p.18

³¹ ELIAS BOAVENTURA, *Confessionalidade Metodista*, COGEIME, Ano I, No I 1992, p.44

³² DOCUMENTOS DA IGREJA METODISTA: *Planos Quadrimestrais, Credo social, Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista, Plano para a vida e Missão*

cebe o ser humano como pessoa responsável perante o criador e entende que toda existência se desenrola 'coram deo', na presença de Deus. A partir desse pressuposto, a universidade confessional entende a si mesma como comunidade eticamente responsável.³³

Nos primórdios, constata-se que o uso da leitura e estudo bíblico faziam parte do currículo e das atividades dos estudantes.³⁴ No entanto, o que se constata são dois níveis de compreensão, e que refletem a visão da missão da igreja e da ação educacional. De um lado, a confessionalidade se daria através da presença e influência das pastorais, pelos professores protestantes, mas hoje isso já não é critério e nem tem prioridade, mas sim a competência. É um tanto contraditório e o que se vê é que os protestantes ocupam mais os postos de poder em suas instituições enquanto o contato com o aluno em sala de aula é com o professor não protestante. Elias Boaventura se refere aos metodistas dizendo

...não se ocupam prioritariamente do ensino, raramente se fazem presentes como interlocutores nas associações representativas das categorias, porque se cansam no exercício do poder...³⁵

Dr. Ely Éser B. César diz: "a docência não é prerrogativa metodista... Não temos nem 5% da população docente".³⁶ Assim, por exemplo, a possibilidade da expressão da confessionalidade se dá na dimensão do Reino, "a missão de Deus no mundo é estabelecer o seu Reino".³⁷ Ely Faar B. César chega a dizer

não é necessário, pois, que os nossos docentes sejam metodistas, para cumprirmos conosco a parte da missão da Igreja que nos é confiada... É necessário, isto sim, que tenham radical compromisso com a vida concreta do povo brasileiro.³⁸

Essa era uma questão inicialmente levada mais a sério e até as mantenedoras davam preferência aos professores protestantes. Por exemplo, no caso da UF-BS, Sandra E. Aires da Abreu diz que 69,2% dos professores eram protestantes; 30,7% eram missionários e 46,1% dos professores possuíam algum curso de formação teológica.³⁹ e atual-

³³ Nestor BECK, *Igreja Sociedade & Educação, Estudo em Torno de Lutero*, p. 137

³⁴ MACKENZIE CENTENÁRIO - 1870-1970. S. Paulo, p. 101

³⁵ Elias BOAVENTURA, *Confessionalidade Protestante, Cognição*, Ano 1, No 1, p.43

³⁶ Ely Éser B. CÉSAR, *Confessionalidade uma Questão Docente*, p. 102

³⁷ *Ibid.*, p. 102

³⁸ *Ibid.*, p. 108.

mente, segundo a assessoria da direção, há poucos professores protestantes, e não ser nos postos administrativos, de poder.

Outra maneira de marcar a confessionalidade é através de disciplinas, como Teologia e Cultura, *Introdução a Filosofia de Doutrina Moral Evangélica*⁴⁰, *Cultura Geral, Moral Religiosa I e II, Fundamentos do Cristianismo I e II*. Em razão da disciplina Cultura Religiosa ser obrigatória em várias universidades, surgem discussões quanto sua importância e obrigatoriedade. Valter Kuchenbecker fez uma pesquisa sobre o aproveitamento dessa disciplina na ULBRA e diz que

Ao contrário do que muitos possam imaginar, a pesquisa mostra que, em primeiro lugar, não há uma rejeição ou aversão à disciplina...compreendem, ainda, que a disciplina oferece o que as demais disciplinas técnicas dos currículos não oferecem, ou seja, uma visão cultural abrangente sobre o homem e o sentido da vida.⁴¹

Outra maneira de ocupar espaço confessional nas universidades é através das pastorais, como disse, o lugar dos antigos capelões, que são escolhidos e ligados à igreja e desenvolvem atividades afins à confessionalidade. No caso das pastorais, diz Jorge Hamilton Sampaio da pastoral da UNIMEP: "A concepção da Pastoral, contudo, é mais ampla. Inclui a capelania, porém, alcança outras áreas do processo educacional e administrativo".⁴² Segundo ele, a pastoral estabelece o diálogo entre a igreja e a universidade em torno de valores éticos.⁴³

Porém, há uma compreensão mais ampla da missão da igreja e da confessionalidade, que se postula como sendo a presença do espírito democrático, característico do protestantismo, isto é, uma gestão mais democrática e com maior autonomia; também por meio do estímulo e ênfase para uma formação, consciência e visão crítica, além do balizamento ético. Entendido que a ciência não é neutra, ela carece de parâmetro ético, e a confessionalidade dá esse suporte. Rubem Alves diz:

³⁹ Sandra E. A. de ABRÉU, *O Curso de Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" e o Protestantismo em Andaraí*, p. 138 (mimeografado)

⁴⁰ A difusão dos princípios religiosos protestantes dava-se sobretudo, através do curso de *Introdução à Filosofia de Doutrina e Moral Evangélica*, obrigatório a todos os alunos matriculados em qualquer curso ministrado pela faculdade. Sandra E. Aires de ABRÉU, *A Criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e o Protestantismo em Andaraí*, p.150.

⁴¹ Valter KUCHENBECKER, *Aproveitamento da Disciplina de Cultura Religiosa na ULBRA*, p. 15

⁴² Jorge Hamilton SAMPAIO, *O Lugar e o Papel da Pastoral Universitária na UNIMEP*, p. 1

⁴³ *Ibid.*, p.2

É que as marcas da Igreja são éticas. Não são marcas formais, institucionais ou doutrinárias. Elas têm a ver com a qualidade de vida que a comunidade produz.⁴⁴

As implicações éticas se dão nos métodos usados na busca do conhecimento, o impacto que o conhecimento tem sobre os outros; a atitude e o interesse que condicionam a pesquisa.⁴⁵

Vê-se que na universidade, em meio às várias compreensões sobre a confessionalidade, procuram vivenciá-la e influenciar através de um contexto, do ambiente, através de um conteúdo e através de uma visão ampla da missão e Reino de Deus, conforme já mencionado. Proporcionar um contexto religioso, através de atividades relacionadas à fé: pelo exemplo de professores e do ambiente, através da influência nos objetivos, num propósito moral, do serviço ao próximo, diz Ned Winesfske,

nós deveríamos, antes, educar as pessoas de tal maneira que elas venham a perceber a dignidade da vida humana; ver a necessidade humana, sentir compaixão pelos outros e ter vontade de agir.⁴⁶

Através da influência no conteúdo. Essa é uma questão complexa e excita divergências, de que forma a comunidade de fé, ou seja o confessional, o teológico, pode influenciar o conteúdo do ensino e a pesquisa para descobrir o não conhecido? Como relacionar com a autonomia? M. J. Stelmachowicz diz: "Há na verdade, muitas diferenças entre universidade cristã e universidade secular, mas elas não dizem respeito a função..."⁴⁷

Também que há uma preocupação da parte das mantenedoras e das Igrejas com a identidade cristã de suas universidades. A Igreja Presbiteriana do Brasil, junto a sua representação na Universidade Mackenzie, está procurando torná-la de caráter confessional, através da alteração do nome e do Estatuto. Há um debate e anteprojeto nesse sentido. Também na UNIMEP. Em sua fase de reformulação estrutural, a questão da confessionalidade está presente., como diz no "Acontece Especial, Reformas Estruturais",

Também a Igreja Metodista viu preservado o seu espaço, com a garantia da manutenção de uma nova unidade que trabalhe a questão da confessionalidade dentro da academia.⁴⁸

⁴⁴ Rubem ALVES, *Dogmatismo e Tolerância*, p.52

⁴⁵ LOGOS, *Revista Científica*, p. 57

⁴⁶ Ned WINEFSKE, *Universidade Lutera e uma Comunidade de Fé*, p. 6

⁴⁷ LOGOS, *Revista Científica*, no 3 1991, p.87

A questão fica difícil quando se concebe a universidade como essencialmente autônoma e como função primária a busca da verdade, a pesquisa. Nesse sentido, não poderia estar comprometida com qualquer ideologia e não haveria universidade confessional. Valter Kuchenbocker, diz que

é bom lembrar que a missão principal de uma universidade é a educação. Portanto, isto aqui não é Igreja. A função principal de uma Igreja é a religião, ou seja, a missão. No entanto, como universidade cristã nos diferenciamos de uma universidade secular, não-cristã. Esta diferença não acontece na essência ou nas funções básicas da universidade, que são exatamente as mesmas, mas nos pressupostos filosóficos de sua proposta educacional. Da visão de mundo, de homem e de Deus que temos. Isto nos diferencia, mas não nos faz perder o objetivo primeiro e principal, a educação.⁴⁹

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AZEVEDO, Israel Belo de. *A Celebração do Indivíduo*. Rio de Janeiro, UGF, 1995 (mimeografado).
- ABREU, Sandra E. Aires de. *A Criação da Faculdade de Filosofia "Bernardo Sayão" e o Protestantismo em Anápolis*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1997(mimeografado)
- ACONTECE ESPECIAL. Piracicaba, UNIMEP, Janeiro de 1998
- BRAGA, Erasmo. *O Collegio Internacional e seus Fundadores*. Campinas, s/ed, 1917
- BECK, Nestor. *Igreja Sociedade & Educação Estudos em Torno de Luíero*. Porto Alegre, Concórdia Editora, 1988
- BROWN, Colin (ed). *O Novo Dicionário Internacional de Teologia e do Novo Testamento*. S. Paulo, Soc. Rel. Ed. Vida Nova, 1984
- DOCUMENTOS DA IGREJA METODISTA: Planos Quadrienais; Credo social; diretrizes para a Educação na Igreja Metodista; Plano para a vida e Missão
- ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE MACKENZIE. S. Paulo, 1991
- ESTATUTOS DO INSTITUTO MACKENSIE. S. Paulo, 1996
- ⁴⁹ ACONTECE ESPECIAL, UNIMEP, Janeiro 1998, p.1
- ⁵⁰ Valter KUCHENBOCKER, *Aproveitamento da Disciplina de Cultura Religiosa no ULBRA*, p. 17

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Piracicaba, 1996

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL. Canoas, 1996

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA. Anápolis, 1987

LOGOS, Revista de divulgação Científica. Canoas, ULBRA, Ano 7, No 1, 1º Semestre de 1995

Idem. ULBRA, Ano 3, No 2, 2º Semestre de 1991

MACIEL, Eder. *O Pietismo no Brasil*. Goiânia, 1992 (mimeografado).

MACKENZIE CENTENÁRIO - 1970-1970. S. Paulo, Gráfica Sany Grade, 1970

NASCIMENTO, José. *O sistema Pedagógico confessional Metodista*. S. Paulo, Escola Pós-Graduação de Ciências Sociais da Fundação Esc. De sociologia e Política de S. Paulo, 1980 (mimeografado).

NIEBUHR, H. Richard. *As Origens sociais das Denominações Cristãs*. S. Paulo, ASTE, 1992

O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro, CBB, 23/01/1908

Idem. Ano LII, No 40, 02/10/52

Idem. Ano 59, No 38, 17/09/59

O PURITANO. Rio de Janeiro, IPB, Ano 46, No 84, 02/12/44

O EXPOSITO CRISTÃO. Rio de Janeiro, IMB, 26/04/45

REVISTA COGEIME. *Educação e Confessionalidade*. Piracicaba, Ano I, No 1, 1991

Idem. *Escola do Futuro*. Piracicaba, ano 2, No 2, 1993

Idem. *Cooperação Interinstitucional*. Piracicaba, Ano 3, No 3, 1994

Idem. *Tendências Atuais da Educação*. Piracicaba, ano 5, No 9, 1996

RÓCHA, Rosângela (tr.). *Assuntos contemporâneos em Orientação Profissional*. S. Paulo, Centro de Pesquisa Ellen G. White, 1998

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE. S. Paulo, No 6, Julho de 1960

SAMPAIO, Jorge Hamilton. *O Lugar e o Papel da pastoral universitária na UNIMEP*. Piracicaba, s/d (mimeografado)

A ETIQUETA: símbolo de "controle social" na corte de Luiz XIV

Antonio Carlos Frasson¹

"Cada forma de dominação é o reflexo de uma luta social e a concretização da partilha de poder dela resultante" (Norbert Elias).²

A história tem demonstrado, ao longo dos tempos, que os fatos sofrem variações de um período ao outro, de sentidos intencionais em si, estabelecendo novas configurações tão complexas, suscetíveis de diferentes interpretações, que merecem ser analisadas e entendidas.

Entre estas configurações, um fato que merece receber um exaustivo estudo, já há algum tempo, expondo a sua evolução histórica, as circunstâncias e as várias formas de ligação e de associações de como se fez presente na história da humanidade, é o período que corresponde ao reinado de Luiz XIV³.

Já não faltam autores⁴ que analisam o período referente ao reinado de Luiz XIV, possibilitando novos entendimentos, o que faz com que ele seja considerado um dos mais significativos nos campos da pesquisa, por considerar a importância deste rei no contexto cultural, político e administrativo, demonstrando a sua relevância para história da França e, por conseguinte, de toda a humanidade.

Um dos principais analistas contemporâneos desta sociedade é Norbert Elias⁵ que, com observações fundamentadas numa reflexão sociológica, rompeu com as idéias pré-estabelecidas, inserindo neste contexto elementos inovadores para constituir um

¹ Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa / Doutorando na Universidade Metodista de Piracicaba
Endereço residencial: Rua Frei Caneca, 417/11, Ponta Grossa Pr. CEP 84010-060
E-mail: frasson@bolvoy.com.br

² Norbert ELIAS. *A sociedade de corte*. 1987, p. 143.

³ Luiz XIV (1638-1715), governou a França no período de 1661 a 1715, tornando-se o seu principal governante absolutista, auto se denominando "L'Etat c'est moi" - "O Estado sou eu". O sucesso de seu governo está fundamentado no incentivo à cultura, na reorganização do exército, no luxo, nas festas e no cerimonial da etiqueta. Conhecido também como o "Rei Sol", edifica o Palácio de Versalhes, onde passa a viver a Corte francesa.

⁴ Entre estes encontramos: historiadores, economistas, políticos e sociólogos.

⁵ Entre as obras de Norbert ELIAS podemos citar: *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987; *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 2v.

novo eixo histórico de abordar este período, criando assim premissas imprescindíveis para este nosso estudo.

As determinantes apontadas por Norbert Elias tendem a mostrar as mais variadas formas de existência e de desenvolvimento entre os indivíduos na sociedade da corte, pois, "[...] foi nessa sociedade de corte que se formou o elenco básico de modelos de conduta que, depois, fundidos com outros e modificados de acordo com a posição dos grupos que os adotavam, difundiu-se, junto com a compulsão a utilizar o espírito de previsão, por efeitos de funções constantemente maiores".⁶

O modelo Elisiano de análise, por sua própria natureza, encontra espaço que suscita uma complexa relação do rei com os membros da corte, com diversos graus de intensidade. Para Norbert Elias, "a imensa rede humana que Luiz XIV governava tinha um 'momentum' próprio e um *centro de gravidade* também próprio, *que ele era obrigado a respeitar*"⁷ (sem destaques no original) na medida em que se apresenta como estrutura configuracional desta sociedade que demarcou um modelo próprio de governo.

Entre estas, encontram-se a função social do rei, as suas relações com a corte e, em especial, a busca de uma estabilidade e controle político feita através do uso do cerimonial que a nosso ver pode ser considerado como o "centro de gravidade" de todos os atos inerentes a Luiz XIV no dia-a-dia da corte.

Elias demonstra também que o poder de Luiz XIV é decididamente de controle sobre as emoções, tensões, estabelecendo valores de prestígio hierarquizado e de insegurança entre os nobres, pois ao mesmo tempo que os nobres "eram amigos, aliados ou parceiros em potencial; e, ao mesmo tempo, adversários, concorrentes ou inimigos em potencial"⁸, demonstrando assim toda a fragilidade da estrutura social vivida na corte.

As inovações implantadas por este sistema de governo tornou-se significativa, pois os nobres buscavam ficar próximo do rei e automaticamente de seus interesses, tais como a manutenção do cargo, da posição de nobre entre outras, transformando o palácio real em centro oficial da corte o símbolo de poder, servindo inclusive de alojamento para os nobres, salvo poucas exceções, com uma pluralidade de intenções manifestadas de várias formas, a qual podemos considerar desde o ficar somente próximo ao rei até a servi-lo como um dos serviços do palácio.

Neste sentido, as causas e necessidades de ter um ordenamento administrativo-político centrado na pessoa de Luiz XIV, fez-se necessário estabelecer códigos de conduta e de controle específicos para cada momento, indo além das limitadas e modestas exigências que se faziam presentes na corte. Este ordenamento diretivo de organização tem no

⁶ Norbert ELIAS. *O processo civilizador*. v.2, p. 215-16.

⁷ *Ibid.*, p. 171.

⁸ *Ibid.*, p. 145.

"cerimonial do palácio" a sua principal estrutura para conferir o máximo de funcionalidade, adotando uma concepção orgânica que objetivasse garantir a ordem e as exigências dos valores ideológicos que permeavam a vida social da corte.

Com referência ao cerimonial, no contexto das observações levantadas por Norbert Elias, devemos admitir que Luiz XIV, apesar de não ter sido o seu idealizador, foi o soberano que mais soube aproveitá-lo para consolidar a sua posição de governante supremo da sociedade cortesã, em razão que todo sistema governamental se fundamentava em sua pessoa.

O modelo de controle implantado pelo rei através das múltiplas conexões estruturais organizativa do cerimonial teve na "etiqueta" um meio, de maior abrangência, com características e competências próprias, pelo qual Luiz XIV podia controlar, demarcar e manipular todos os membros da corte.

Tanto era a sua importância, que a mesma demarcou as classes sociais e as posições hierárquicas, instalou conflitos, divergências e pressões, fazendo crescer a interdependência entre o rei e os nobres. Cerimonial e etiqueta tornaram-se um movimento contínuo dentro da sociedade cortesã.

Neste âmbito podemos visualizar o fenômeno "etiqueta", que de um simples ato de cerimonial sem valor sociológico, transforma-se, no contexto Elisiano de análise da sociedade da corte, provocando uma nova orientação para entender as relações existentes entre o rei e a corte, fazendo com que a mesma assumia uma função histórica - simbólica de maior alcance e destaque na corte.

Luiz XIV, ao referir-se sobre a etiqueta em suas Memórias, demonstra claramente os objetivos a qual esta servia em seu governo, ao afirmar:

Enganam-se grosseiramente aqueles que pensam que não passam de questões de cerimônia. Os povos sobre os quais reinamos, não podendo penetrar no âmago das coisas, fazem juízo pelo que vêem de fora e é quase sempre a partir de precedências e das posições hierárquicas que medem seu respeito e obediência. Como é importante para o público ser governado por uma só pessoa, também, é importante para ele que aquele que desempenha essa função esteja de tal modo acima dos outros que ninguém possa confundir ou comparar com ele e não se pode, sem lesar todo o corpo de Estado, retirar à sua cabeça os sinais de superioridade, e mesmo os mais ínfimos, que a distinguem dos seus membros.⁹

⁹ Norbert ELIAS. *A sociedade de Corte*, p. 92.

Contextualizando esta afirmação de Luiz XIV, a "etiqueta", assim, mesmo demonstrando ter o escopo de satisfazer as necessidades, a preservação de privilégios e os caprichos existenciais do rei, traz em si outros "momentums" em seu contexto, principalmente o de **dominação e de controle social, que a nosse ver contribuíram para pôr em relevo a forma pela qual a sociedade da corte manteve a sua estrutura organizacional de poder.**

Entender a maneira como esta exercia o controle de todas as ações na sociedade cortesã, tendo como eixo a disputa pelo poder, é um trabalho interessante, na medida que se aprofundam os estudos e passa-se a observar como a "etiqueta" tomou-se o ponto de referência de todas as possíveis configurações estabelecidas na sociedade francesa, projetando concretamente a vida de cada membro da corte na **comunhão de seus interesses, não servindo somente como uma mediação social entre rei e súditos.**

Ao aceitar esta interpretação, devemos fazê-lo em dois momentos que relacionam entre si. Num primeiro momento, como **instrumento de dominação**, demonstrada pela sua concreta realização e o seu máximo desenvolvimento na medida que a "[...] monarquia chega a seu maior poder na fase histórica em que a nobreza em decadência já está obrigada a competir de muitas maneiras com grupos burgueses em ascensão, sem qualquer um dos lados possa derrotar inapelavelmente o outro" ¹⁰.

A forma centralizada de poder praticada por Luiz XIV, dentro de uma concepção que impôs a si próprio como princípio e fim de todas as ações na corte, obrigou o rei a criar instrumentos de controle da sociedade que agissem como forma de dominação e conduzissem para uma estabilização política.

Ao aceitar a tese, a respeito da etiqueta como um hábil instrumento de dominação, antes de ser somente um instrumento do cerimonial sem influência qualquer, devemos destacar a complexidade que levam para esta afirmação.

Neste tipo de relação existente, o raciocínio é elementar, sua prática se fundamenta no momento que ao lado do homem que pratica o poder, estiver outro que aceite a coerção, a dominação, a opressão, a imposição, e condicione o seu comportamento da maneira como tal aquele deseja, quer seja por submissão inconsciente ou por interesses próprios, sem resistência às determinações, perdendo assim a sua própria identidade.

Apesar da complexidade com que a rede de submissão ou de interesses pode ser abordada, é vital destacar a argumentação trabalhada por Norbert Elias no tocante aos interesses dos nobres em manter o sistema de dominação vigente neste período. "O nosso estudo permitiu mostrar as pressões a que estão expostas as camadas dominantes e o mais poderoso dos seus representantes, o rei absoluto. Vimos que estão sujeitos a uma autodisciplina permanente, visto que a manutenção de suas altas funções, da sua posição de elite e da sua superioridade face às

¹⁰ Norbert ELIAS. *O processo civilizatório*. 2v. p. 152.

outras camadas se tornou para eles um fim em si que se sobrepõe a qualquer outra consideração" ¹¹.

Neste contexto, a dominação adquire suas conotações inseridas em governos unitários e totalitários, limitados politicamente, constituído de pressões e imposições com o objetivo único de controle e dominação da sociedade.

É num segundo momento, como **instrumento de controle social**, em razão de buscarmos uma configuração social mais abrangente para a sua ação que venha abordar as "relações ambivalentes entre as camadas sociais de um mesmo Estado, a alternância entre a dependência recíproca e a hostilidade das várias camadas sociais, sobretudo no seio de formações sociais com muitos estratos, onde os vários grupos combatem simultaneamente em várias frentes [...]" ¹² (sem destaque no original).

Evidentemente que para podermos estabelecer uma interpretação estruturalista da ação controle social - etiqueta, dentro do sistema governamental implantado por Luiz XIV, é imprescindível reportarmos primeiramente a uma aceção do significado "controle social", não obstante os entendimentos que deram a sua origem.

O termo controle social, em seu aspecto conceitual, tem recebido conotações e significados polêmicos e diferenciados, que na maioria das vezes tem trazido mais divergências e poucos momentos de convergência para o seu entendimento nas diversas configurações que podem instalar em seu redor, desde uma aceção na perspectiva determinista de força, dominação, repressão, a qual estamos acostumados a vivenciar, ou quanto para indicar uma relação de harmonia entre o homem para com a sociedade dentro de uma abrangência social.

Com isto podemos verificar que as dimensões do controle social não funcionam como um fato único e nem é uma ação homogênea, já que pode ser exercido de forma diferenciada, dentro de uma perspectiva social do homem e utilizar de vários meios para alcançar os seus objetivos maiores a partir de um delineamento pré-estabelecido para o momento.

De acordo com esta aceção, Norbert Elias enfatiza que "o modelo de autocontrole, o gabarito pelo qual são moldadas as paixões, certamente varia muito de acordo com a função e a posição do indivíduo nessa cadeia, e há mesmo hoje, em diferentes setores do mundo ocidental, variações de intensidade e estabilidade no aparelho de autocontrole que parecem, à primeira vista, muito grandes [...]" ¹³.

Pelo seu papel conflituoso de entendimento buscamos utilizar de Ross, que ao conceituar controle social, estabeleceu um relevo fundamental para a relação controle social-etiqueta ao demonstrá-lo em duas aceções: "pela primeira acep-

¹¹ Norbert ELIAS. *A sociedade da corte*. p.148.

¹² *Ibid.* p. 150.

¹³ Norbert ELIAS. *O processo civilizatório*. 2v. p.197.

ção se entendam todos os processos que, ao determinar na interação das relações entre vários indivíduos, levam a regular e a organizar o comportamento do homem e estabelecem condições de ordem social; pela segunda acepção se entende o controle exercido por um grupo sobre os próprios membros ou por uma instituição ou grupos de pressão e classes sociais sobre a população de uma sociedade ou parte dela"¹⁴.

O desenvolvimento concreto da teoria conceitual de controle social proposta por Ross, apesar de ser ambivalente, a nosso ver, é de grande valia para indicar traços que irão distinguir a importância, o sistema de controle, a abrangência e o seu significado nesta sociedade, estabelecendo assim, novos paradigmas dentro da conjuntura política administrativa da corte de Luiz XIV.

É necessário, nesta perspectiva lógica de entendermos o controle social como essencial na relação do rei para com a corte, verificarmos os meios, a estrutura, as normas, valores, graus de intensidade e a forma empregada por Luiz XIV, como quer que fosse, os mecanismos de controle sobre os nobres.

Garelli, ao abordar sobre os meios de controle social, assume um delineamento claro ao demonstrá-lo como um: "[...] conjunto de meios de intervenção, quer positivos ou negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo"¹⁵.

Não menos importante que as estruturas é a maneira como este controle social é exercido e empregado. Berger apud Garelli sintetiza com muita propriedade algumas dessas ações "[...] dependem de uma socialização bem sucedida; se esta última foi realizada adequadamente então o indivíduo que pratica certas transgressões contra as regras da sociedade será condenado pela sua própria consciência, que na realidade constitui a interiorização dos controles sociais."¹⁶

Um dos fatos que bem demarcam esta posição, constituindo numa fonte inesgotável de situações de controle social é o cerimonial do levantar do rei, sendo possível distinguir o prestígio e a hierarquização de cada nobre, bem como, demarcando com muita precisão o centro de equilíbrio da corte.

O acesso ao quarto de dormir, composto por entradas pré-determinadas, o vestir do rei, a prece, enfim cada gesto em seus aposentos determinava com muita probidade a maneira como Luiz XIV governava e mantinha o controle sobre os nobres da corte.

Norbert Elias, ao referenciar sobre o ritual do levantar do rei, demonstra ter "interesse em analisar mais de perto essas estruturas porque é precisamente em

¹⁴ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*, p. 284.

¹⁵ *Ibid.*, p. 283.

¹⁶ *Ibid.*, p. 284.

tais contextos que melhor se observam as particularidades das pressões que os homens envolvidos em determinadas relações sociais infligem uns aos outros"¹⁷, pois em cada gesto do rei estava determinando um valor de prestígio, um agrado, um desagrado que demarcava a condição social de cada um.

Esta particularidade da etiqueta de ser um símbolo de controle social é possível visualizar e considerar que esta foi um instrumento bem sucedido e utilizado adequadamente por Luiz XIV, aproveitando dos interesses dos nobres que convergiam para um único objetivo, a manutenção do seu status quo, ou seja, o de centro de poder na corte.

Deixamos claro, ao concluir, que a etiqueta serviu para Luiz XIV dominar, espalhar tensões, prestígios, ansiedade, restrições aos membros da corte fazendo-a de uma maneira ímpar, canalizando todo o poder para a sua pessoa. Daí a máxima "L'État c'est moi" - "O Estado sou eu".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto & MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 2 v.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 1v.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

¹⁷ Norbert ELIAS. *A sociedade da corte*, p. 81.

PROCESSO CIVILIZADOR E O ROMANCE DE FORMAÇÃO DE GOETHE.

Carlos da Fonseca Brandão¹

O presente trabalho pretende analisar o romance *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister de Johann Wolfgang von Goethe*², a partir da análise que Norbert Elias faz das características sociais, políticas, econômicas e culturais da Alemanha existente na segunda metade do século XVIII, explicitada no livro *O processo civilizador: uma história dos costumes*³, com o objetivo de identificar na obra de Goethe quais dos elementos analisados por Elias estão presentes nesse romance de formação e de que forma eles se apresentam.

Nossa análise inicia-se pela discussão do significado do conceito alemão *Kultur*. Segundo Elias, *Kultur* é "a palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser". *Kultur* difere do vocábulo *Zivilisation* na medida em que este compreende "apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana", tendo para os alemães "apenas um valor de segunda classe"⁴.

Para Elias, o conceito de *Kultur* "abunde basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro."⁵ Para os alemães, segundo Elias, a palavra *Kultur*, enquanto referência ao comportamento (atitudes) das pessoas, possui apenas valor secundário, já que o "sentido especificamente alemão do conceito de *Kultur* encontra sua expressão mais clara em seu derivado, o adjetivo *kulturrell*, que denota o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa."⁶

¹ UNESP - Assis.
Endereço residencial: Rua Antonio Negrizolo, 365, Santa Cecília, Assis, SP.

² GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo, Brasili, 1994 (Trad.: Nicolino Simone Neto).

³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994 (Trad.: Ray Jungmann).

⁴ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 26.

⁵ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 24.

⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 24 (itálicos no original).

O fato de o conceito alemão *Kultur* dar especial ênfase à diferenças nacionais e também à identidade de grupos particulares, é consequência direta, segundo Elias, da situação de um povo "que, de acordo com os padrões ocidentais, conseguiu apenas muito tarde a unificação política" e a consolidação de suas fronteiras. Nesse sentido, Elias considera ainda que *Kultur* para os alemães é "a expressão da auto-imagem alemã", a qual "aponta para as diferenças em autolegitimação, em caráter e comportamento total", existentes inicialmente entre as classes sociais alemãs⁷, e, em seguida, "entre a nação alemã e outras nações"⁸.

Dessa maneira, o conceito de *Kultur* torna-se, segundo Elias, estreitamente relacionado com um outro conceito importante para os alemães, quer seja, o conceito de *Bildung*. Para Elias, o significado de *Bildung* refere-se mais especificamente à "formação intelectual (*Bildung*) do indivíduo"⁹, ao passo que no conceito de *Kultur* "a referência a realizações humanas objetivas" torna-se gradualmente mais importante¹⁰.

No entendimento da Cristina Ferreira Pinto, o conceito de *Bildung* é mais amplo, quando comparado com o mesmo conceito desenvolvido por Elias. Para Pinto, o conceito de *Bildung* pode ser entendido não só como formação, mas também como "educação, cultura ou processo de civilização"¹¹, o que, em nossa opinião, se constitui em erro. Erro, no sentido de que, apesar de não ser objeto central da pesquisa dessa autora e, apesar de alguns autores considerarem conceitos como educação e cultura como extremamente interligados, não concordamos que o conceito de *Bildung* signifique o mesmo que o conceito de "processo de civilização", pelo menos no sentido proposto por Elias.

Elias considera que o processo civilizador dá-se em pelo menos duas esferas interdependentes, a esfera da psiquê individual, que ele denomina de psicogênese, e a esfera social, que ele denomina de sociogênese. Para justificar tais proposições, Elias afirma que "grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados"¹². Nessa direção e para fundamentar a sua teoria do processo civilizador das sociedades ocidentais, Elias afirma ainda que a civilização pode ser entendida como uma mudança no controle das paixões e da conduta, a qual

⁷ Segundo Elias, o conceito de *Kultur* expressa "acima de tudo, a auto-imagem do estrato intelectual da classe média" alemã. Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 43.

⁸ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 50.

⁹ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 43 (itálico e parênteses no original).

¹⁰ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 253 (nota 2). Torna-se necessário frisar que em nenhum momento Elias opõe o conceito de *Kultur* ao conceito de *Bildung*. Pelo contrário, entendemos que o conceito de *Bildung*, para Elias, constitui um dos elementos componentes do conceito de *Kultur*. Cf. *Id.*, *ibid.*, pp. 44-5.

¹¹ Cf. PINTO, Cristina Ferreira. *O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1990, p. 9.

¹² Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador*, op. cit., p. 16, vol. I.

"guarda estreita relação com o entrelaçamento e interdependência crescente das pessoas"¹³.

Para comprovar a sua tese, Elias irá se utilizar de dois aspectos, classificados por ele como empíricos, presentes nas relações sociais: a história dos costumes dos homens na vida cotidiana e a formação dos chamados Estados nacionais, sendo que tais aspectos não podem ser entendidos como independentes, muito pelo contrário, devem ser entendidos como interdependentes. Elias complementa a definição de civilização afirmando que ela deve ser entendida como um processo contínuo, não acabado e sem a possibilidade de definirmos uma causa única, algum tipo de ponto inicial ("ponto zero" da civilização) ou qualquer tipo de relação causal.

Na teoria dos processos civilizadores proposta por Elias, constitui um erro querer-mos separar as transformações gerais sofridas pelas sociedades e as alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que a formam. Um dos pontos essenciais da teoria de Elias é mostrar a impossibilidade de pensarmos os conceitos de indivíduo e de sociedade como duas categorias separadas e/ou antagônicas. Para Elias as "estruturas de personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel", sendo que as mudanças "nas estruturas de personalidade é um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais"¹⁴. Após essas citações torna-se claro que, para Elias, diferentemente do pensamento de Pinto, existe uma grande distância, em termos conceituais, entre Bildung e processo civilizador.

Willi Bolle, em artigo sobre a idéia de formação presente na modernidade¹⁵, quando discute o significado da palavra Bildung para os alemães, não se opor à idéia expressa pela autora supra citada. Segundo ele, o conceito de Bildung possui alta complexidade, tendo surgido na Alemanha, em sua concepção moderna, no final do século XVIII. Para Bolle, Bildung é um conceito passível de ser aplicado aos campos da pedagogia, da educação e da cultura, tornando-se "indispensável nas reflexões sobre o homem e a humanidade, sobre a sociedade e o Estado"¹⁶. Progressivamente o conceito de Bildung deixou de significar imagem e passou a significar "construção interior: mental, psíquica, espiritual"¹⁷, porém como algo diferente da idéia de educação, para qual os alemães utilizam a palavra *Erziehung*. Segundo Bolle, Bildung passa a ser considerado como "algo que não

¹³ Cf. ELIAS, N. O processo civilizador, op. cit., p. 54, vol. 2. Diante desses argumentos, pretendemos deixar claro que o estudo dos processos civilizadores e do controle dos impulsos e das paixões constitui-se não somente em uma única teoria global que abrange esses dois temas. A separação entre tais temas, por nós efetuada neste trabalho, possui apenas o caráter didático, no sentido de facilitar a exposição do pensamento de Elias.

¹⁴ ELIAS, N. O processo civilizador, op. cit., p. 221, vol. 1.

¹⁵ Cf. BOLLE, Willi. A idéia de formação na modernidade. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (org.), *Infância, escola e modernidade*. São Paulo/Curitiba, Cortez/UFPR, 1997, pp. 9-32.

¹⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁷ Cf. Id., *ibid.*, pp. 15-6.

pode ser obtido apenas por meio da educação", mas sim como "algo que exige independência, liberdade, autonomia e se efetua como um autodesenvolver-se"¹⁸.

Bolle aprofunda a discussão sobre o conceito de Bildung ao buscar a interpretação do mesmo feita por Herder. Este opõe o conceito de Bildung ao conceito de educação, fazendo com que o primeiro adquira "maior peso e vida própria" em relação ao segundo, especialmente quando se trata de "forças psíquicas" e "energias do coração e do bom gosto". Para Herder, segundo Bolle, o conceito de Bildung é exatamente oposto àquilo que chamamos educação e ensino, pois Bildung refere-se à "autoformação" e à "atuação viva", não "apenas de indivíduos isolados, mas de povos inteiros e mesmo da humanidade". Ainda segundo Herder, o conceito de Bildung é "central para todos os que estão empenhados no desenvolvimento físico, psíquico e intelectual do ser humano"¹⁹.

Bolle afirma ainda que a idéia de Bildung, assim como um amplo programa de educação estética, enquanto modelo alternativo de emancipação político-social, significava para Goethe, e também para Schiller, um "projeto de entendimento", através do qual seria resolvido o conflito entre a classe burguesa e a classe nobre, sem que fosse necessário qualquer derramamento de sangue. Segundo Bolle, em termos históricos e sociais, "Bildung é idéia de educação estética fazem parte do ideário burguês de emancipação", ideário este que é inerente à situação de classe de Goethe²⁰.

Na medida em que a explicitação do conceito de Bildung se intercala com a questão do ideário burguês, presente no imaginário da classe média alemã do fim do século XVIII, consideramos ser importante retomar o pensamento de Elias, agora no que concerne à algumas das características específicas da classe média alemã desse período.

Para Elias, a inteligentia alemã, da qual Goethe fazia parte, era um "estrato muito distante da atividade política" cuja legitimação "consistia principalmente em suas realizações intelectuais, científicas ou artísticas"²¹, não exercendo nenhuma influência sobre os fatos políticos da nação, e a expressão de seus ideais não contemplava "idéia alguma de ação política concreta", embora constituísse uma "manifestação de um movimento social"²².

Mas, como era constituída a inteligentia alemã? Elias nos responde da seguinte maneira:

Campõe-se predominantemente de administradores, de servidores civis no sentido mais amplo da palavra - isto é, de pessoas que

¹⁸ Cf. Id., *ibid.*, pp. 16-7.

¹⁹ Cf. Id., *ibid.*, pp. 17-8.

²⁰ Cf. Id., *ibid.*, p. 19.

²¹ Cf. ELIAS, N. O processo civilizador, op. cit., p. 28, vol. 1 (idéias no original).

²² Cf. ELIAS, N., op. cit., pp. 33 e 35-6. Essas idéias também podem ser exemplificadas pela seguinte citação de Elias: "os escritores e intelectuais alemães como que flutuam no ar. Mente e livro são seu refúgio e domínio, e as realizações na erudição e na arte seu motivo de orgulho. Dificilmente existe para esta classe oportunidade de ação política, de metas políticas." Cf. Id., *ibid.*, p. 43.

dicta ou indiretamente obtêm sua renda da corte, mas que, com poucas exceções, não pertencem à "boa sociedade" cortesã, à classe alta aristocrática. É uma classe de intelectuais com ampla formação de classe média.²³

Em contraposição à essa inteligência encontrava-se a classe cortesã-aristocrática alemã. Segundo Elias, o principal ponto em comum entre elas era a indigência relativa de ambas²⁴, fazendo com que os nobres utilizassem a "prova de ancestralidade como o instrumento mais importante para lhes preservar a existência social privilegiada", bloqueando, dessa maneira, à classe média alemã "a principal rota pela qual ascendiam os elementos burgueses de países ocidentais" em direção à aristocracia, quer seja, através do dinheiro.²⁵

Segundo Elias, a consciência de classe média alemã pode ser fielmente descrita pela idéia de que as "portas de baixo devem permanecer fechadas", enquanto que as "que ficam acima têm que estar abertas", ou seja, para Elias, a burguesia alemã corria o risco de, partindo para um conflito mais incisivo contra a nobreza alemã, com o intuito de derubar as paredes sociais que a separavam desta, provocar uma revolução social, que pudesse colocá-la ao lado dos estratos sociais inferiores da mesma Alemanha.²⁶

A partir da descrição da classe média existente na Alemanha, especialmente na segunda metade do século XVIII, feita por Elias, compreendemos melhor o conceito de formação (Bildung), expresso por Bolle, segundo a sua interpretação do romance de Goethe (Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister). Segundo Bolle, a questão da formação integral do ser humano é intrinsicamente ligada à condição social. Diz Bolle:

A formação plena é uma prerrogativa e um privilégio acessível somente ao estamento superior. Os que pertencem aos estamentos de baixo estão de antemão excluídos. Um burguês, quando muito, pode adquirir uma "formação parcial", o que é uma contradição

nos termos. No fundo, a condição burguesa implica deformação - e é essa consciência que explica por que Wilhelm quer a todo custo escapar dela.²⁷

Bolle admite que o romance de Goethe, ainda que visto enquanto uma tentativa de ascensão social da classe burguesa para a classe nobre, movimento esse incorporado pela personagem principal, constitui-se "numa aguda análise da sociedade", já que é construído "na esfera da intersecção e do conflito das classes, burguesia e nobreza"²⁸.

A importância da questão das classes sociais, no romance de Goethe, é de tal maneira fundamental que se reflete, segundo Bolle, até mesmo na questão da narrativa empregada no romance. Segundo Bolle, o narrador de Goethe "é um mestre no manejo da ironia", o que permitiu a Goethe encontrar "um meio para expressar a contradição fundamental do projeto de formação, que é ao mesmo tempo burguês e antiburguês"²⁹.

Após termos dissertado sobre os conceitos de Kultur e Bildung, indicando a diferença existente entre o conceito de Bildung e a idéia de educação, explicitando o quanto o conceito de Bildung é muito mais amplo que o conceito de educação, e que, portanto, o engloba, passemos agora para a identificação no romance de Goethe, Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister, de algumas características apontadas por Elias.

A primeira característica que iremos analisar, a qual muito provavelmente é a mais significativa, refere-se ao constante dilema do personagem principal do romance de Goethe, Wilhelm Meister, quanto à sua origem e condição burguesa em contraposição à classe aristocrática alemã.

Logo no início do romance de Goethe, acontece um diálogo entre Meister e Werner, seu amigo de infância e futuro cunhado, sobre qual a atividade seria mais importante, o comércio, atividade tipicamente burguesa, ou o teatro, atividade que só poderia ser plenamente realizada por uma classe que não dependesse do seu próprio trabalho para prover sua sobrevivência. Neste diálogo Werner defende calorosamente a atividade comercial contra a concepção de Meister:

Do comércio não fazias então a menor idéia; quanto a mim, não saberia dizer que espírito tem mais envergadura, ou pelo menos

²³ Id., *ibid.*, p. 43.

²⁴ Elias afirma que nesse período a Alemanha como um todo está pobre e devastada tanto economicamente quanto demograficamente, em virtude da Guerra dos Trinta Anos e do rescaldo da nova terra com a consequente mudança das rotas comerciais, fazendo com que, ainda no século XVIII, a Alemanha e, especialmente, a burguesia alemã sejam pobres quando comparadas aos padrões existentes na França e na Inglaterra. Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 29.

²⁵ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 38.

²⁶ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 37. Elias afirma que a família de Goethe realizou todo um movimento de ascensão da classe burguesa para a classe nobre, sabendo sempre que ambas podem ser consideradas classes em estado de indigência, especialmente quando comparadas com as classes nobres e burguesas da França e da Inglaterra. Este fato fez com que, segundo Elias, "as lutas dentro da Alemanha entre os vários grupos sociais que competem por oportunidades limitadas e pela sobrevivência e, por conseguinte, as tendências para distensões e exclusões mútuas em geral foram mais intensas do que nos países ocidentais em expansão." Cf. *Id.*, *ibid.*, pp. 37-9.

²⁷ Cf. BOLLE, W., *op. cit.*, p. 23 (apesar do original). Nesse mesmo sentido, Elias afirma que, para a classe média alemã, "o comércio e a ordem econômica, em conformidade com a estrutura da vida que levam e da sociedade onde se integram, são interesses marginais." Cf. ELIAS, N., *op. cit.*, p. 43.

²⁸ Cf. BOLLE, W., *idem*, *ibidem*, pp. 26-7. Segundo Bolle, no romance de Goethe, a "mentalidade burguesa é retratada como algo que se limitou e tem a sua razão de ser histórica: um dever de "produzir e criar" e uma necessidade de "tomar-se útil". A formação deveria ser uma síntese conciliatória "entre o modo de ser burguês e a aparência aristocrática", sintese essa possível de ser realizada por meio do teatro. Cf. *Id.*, *ibid.*, pp. 25-6.

²⁹ Para Bolle, o "narrador goethiano representa uma aguçada consciência social burguesa, refletindo criticamente sobre si mesmo." Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 21.

deveria ter, que o espírito de um verdadeiro comerciante. Que paurosa não oferece a ordem com que conduzimos nossos negócios! Permite-nos abarcar a todo momento o conjunto, sem que tenhamos de nos embaraçar com as minúcias. (...) A ordem e clareza acentuam o gosto pela economia e pelo lucro. Um homem que gere mal seus negócios se sente muito à vontade nas trevas, pois não gosta de socorrer as parcelas do seu passivo. Mas, em contrapartida, nada pode ser mais agradável a um bom gestor que extrair diariamente o total de sua crescente fortuna. Mesmo um acidente, que por acaso venha a surpreendê-lo, não o amedrontará, pois logo descobrirá que vantagens adquiridas pode colocar no outro prato da balança. Tenho certeza, meu caro amigo, de que, se um dia vieres a tomar verdadeiro gosto por nossos negócios, ficarás convencido de que muitas facilidades do espírito também encontram neles seu livre jogo.³⁰

No nosso entendimento, a resposta de Meister à esses argumentos aparece no romance de uma forma indireta. Logo após servir de mediador e resolver o conflito entre um jovem casal de amantes e os pais da moça, a qual havia fugido de casa com seu amado, Meister conversa com o rapaz, de nome Melina, o qual conta-lhe que não voltará a ser ator, mas sim "aceitar um emprego burguês".³¹ Decepcionado, assim que se encontra sozinho, Meister faz as seguintes exclamações:

Oh, infeliz Melina! Não estás em tua profissão, mas em ti mesmo a desgraça que não consegues dominar! Qual o homem no mundo que, sem vocação interior, dedica-se a um ofício, uma arte ou qualquer meio de vida, não achará como tu insuportável sua profissão? Aquele que nasceu com um talento para algum talento, nele encontra sua mais bela existência! Não existe coisa alguma nesta terra sem dificuldade! Só o impulso interior, o amor e o desejo nos ajudam a superar os obstáculos, a abrir caminhos e a elevar-nos acima do estreito círculo onde outros miseravelmente se debatem! Para ti, os palcos não mais são que palcos, e os papéis, o que para um escolar é sua tarefa! Vês o público como ele mesmo se imagina ser nos dias de trabalho. Pois, para ti, tanto faz estar sentado atrás de uma escrivaninha, debruçado sobre livros quadriculados, registrando contribuições ou usurpando as diferenças. Não sentes esse todo a arder noço, que só o espírito descobre, concebe e realiza;

³⁰ GOETHE, J. W., op. cit., pp. 34-5.

³¹ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 48.

não sentes que luteja nos horizontes uma centelha melhor que, não encontrando alento nem ânimo, é soterrada pelas cinzas das necessidades quotidianas e da indiferença, e, ainda assim, por mais tarde que seja, nunca é abafada. Não sentes em tua alma força alguma para avivá-la, nem em teu coração a riqueza necessária para alimentar aquilo que despertaste. A fome te impela, os transtornos te são adversos e não consegues compreender que em qualquer condição social esperitam esses inimigos, que só a alegria e a serenidade podem vencer. Fazes bem em aspirar aos limites de uma ocupação vulgar, pois como poderias desempenhar com acerto alguma outra que exige gênio e coragem?³²

Segundo Elias, o ataque da inteligência alemã, do qual Goethe faz parte, à aristocracia alemã "só é dirigido rara, hesitante e em geral resignadamente contra os privilégios políticos ou sociais" da mesma. As críticas são "predominantemente contra o seu comportamento humano."³³ Esse posicionamento é encontrado no romance de Goethe quando os componentes da trupe teatral que Meister participava, começam, logo após partirem do castelo do conde, a reclamar e criticar a maneira como foram tratados no castelo, sentindo que tinham sido humilhados e desprezados. Nesse momento, Meister defende a forma de agir da classe aristocrática, com as seguintes observações, as quais corroboram a criação de Elias:

- Quisera - disse Wilhelm a esse respeito - que não transparecessem em suas palavras nem inveja nem egoísmo e que considerassem tais pessoas e suas condições de seu verdadeiro ponto de vista. Estar ocupando um lugar elevado na sociedade humana, em face do próprio nascimento, já é um feito especial. Aquele a quem os bens herdados têm proporcionado uma existência perfeitamente fácil, aquele que desde pequeno se vê ricamente cercado, se assim posso dizer, de todas as coisas suplementares da humanidade, está em geral habituado a considerar esses bens como o primeiro e o maior, e a não distinguir com tanta clareza o valor da humanidade, que a natureza dotou de maneira tão bela. A atitude dos grandes para com os pequenos, e mesmo entre eles, é mensurada pelas qualidades exteriores; estas permitem a cada um fazer valer não só seus méritos, mas também seu título, sua hierarquia, seus trajes e coches. (...) - Não os censurem por isso - exclamou Wilhelm -, antes compulsa-

³² Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 49-50 (seguintes de nossa autoria).

³³ Cf. ELIAS, N., *O processo civilizador*, op. cit., p. 44.

gan-se deles. Pois raramente têm elas um sentimento elevado dessa boa ventura que reconhecemos como a suprema, e que emana da interior riqueza natural. Somente a nós, os pobres, que pouco ou nada possuímos, é concedido desfrutar em profusão a boa ventura da amizade. Não podemos conhecer pela graça, nem promover nem favorecer, nem agradecer com presentes aqueles a quem amamos. Não temos nada senão a nós mesmos. Devemos sacrificar todo este ou, se há de haver algum valor, assegurar para sempre ao amigo este bem. Que prazer e que felicidade para quem dá e para quem recebe! A que estado venturoso nos transporta a fidelidade! Ela dá à efêmera vida humana uma certeza divina; ela constitui o capital essencial de nossa riqueza.³⁴

Nesse mesmo sentido, Elias afirma que "a luta da vanguarda da classe média, a intelligentsia burguesa, contra a classe cortesã superior, é dirigida predominantemente contra a conduta da mesma, contra características humanas gerais como "superficialidade", "polidez de fachada", "insinceridade".³⁵

Segundo Elias, juntamente com esse debate entre as posições sociais, o romance alemão da segunda metade do século XVIII possui outras características essenciais, tais como "o amor à natureza e à liberdade, a exaltação solitária, a renúncia às emoções do coração, sem o freio da "razão fria".³⁶

Entendemos que nesse romance de Goethe, a paixão arrebatadora de Meister por Mariane, seu primeiro e grande amor, expressam essa renúncia, que poderíamos chamar de incondicional, de que fala Elias. O amor à liberdade, à natureza, assim como a valorização da reflexão solitária, aparecem em segundo plano, porém no sentido de complementarem essa entrega "às emoções do coração", enquanto significado e sentido da vida humana.

Outro dado apontado por Elias é a presença nos romances dessa época das figuras do padre e do professor. Segundo Elias, "estes são realmente os dois representantes mais importantes da intelligentsia administrativa de classe média, duas figuras sociais que desempenhariam papel decisivo na formação e difusão de uma nova língua alemã culta."³⁷ No romance de Goethe, era analisado, a figura do abade é de fundamental importância, percorrendo toda a obra, transformando-o, segundo nosso entendimento, em um dos interlocutores do pensamento de Goethe.

³⁴ GOETHE, J. W., op. cit., pp. 208-9 (negritos de nossa autoria).

³⁵ ELIAS, N., O processo civilizador, op. cit., p. 45 (aspas no original).

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 36 (aspas no original).

³⁷ Id., *Ibidem*, p. 41.

Um último ponto que gostaríamos de ressaltar, nesse paralelo entre o romance de Goethe e a análise de Elias do período em que o mesmo foi escrito, diz respeito à importância das obras de Shakespeare para o ambiente cultural alemão daquele período. Segundo Elias, Frederico, o Grande, em sua obra De la littérature allemande, publicada em 1780, faz, entre outras, pesadas críticas às montagens de obras teatrais de Shakespeare, especialmente por colocar simultaneamente em cena personagens de diferentes classes sociais, por exemplo, carregadores e covões ao lado de reis e rainhas.³⁸

Grande parte do romance de Goethe é dedicada à leitura e às discussões sobre as peças escritas por Shakespeare, sempre numa perspectiva positiva. Indiferente às críticas de Frederico, o Grande, em determinada passagem, Goethe, através de Wilhelm, assim se refere aos escritos de Shakespeare:

não me lembro de nenhum outro livro, ser humano nem de qualquer acontecimento da vida que tanta impressão me tenha causado quanto essas peças magníficas que, graças à sua bondade, pude conhecer. Parecem obra de um gênio celestial, que se aproxima dos homens para lhes dar a conhecer a si mesmos da maneira mais natural. Não são composições poéticas! Aceitamos encontrar-nos diante dos colossais livres do destino em que, uma vez abertos, sibila o vento impetuoso da mais agitada vida, e com uma rapidez e violência vai virando suas páginas. Estou tão admirado de sua força e delicadeza, de sua violência e serenidade, e ao mesmo tempo tão desconcertado, que espero ansioso o momento em que me encontrarei num estado melhor que me permitirá continuar a leitura.³⁹

Georg Lukács, em análise anexa ao livro de Goethe, afirma que, para este, Shakespeare é "um grande educador para uma humanidade e personalidade totalmente desenvolvidas". Ainda segundo Lukács, os dramas de Shakespeare são para Goethe "modelos do modo como o desenvolvimento da personalidade atinge a plenitude nos grandes períodos do humanismo e de como esse desenvolvimento deveria se completar no presente."⁴⁰

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração necessária a ser feita é explicitar que não tentamos, nesta análise, encontrar uma possível coerência do romance de Goethe em relação aos escritos

³⁸ Cf. id., *Ibidem*, pp. 31-2.

³⁹ GOETHE, J. W., op. cit., p. 185.

⁴⁰ LUKÁCS, Georg. Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister. São Paulo, Ensaios, 1994. Anexo (Trad.: Nicolino Simone Neto), p. 593.

de Elias, mas, ao contrário, verificar no romance de Goethe, que se constitui em uma manifestação cultural da segunda metade do século XVIII, se as observações realizadas por Elias encontravam algum tipo de comprovação empírica.

Uma segunda consideração a se fazer é a de sublinhar a importância da diferença existente entre o conceito de *Bildung* e o conceito de educação, visto que o conceito de *Bildung* deve ser entendido enquanto um conceito relativo à formação integral do ser humano. A idéia de educação, por sua vez, passa a ser parte dessa mesma formação.

Em função dessa segunda consideração decorre uma terceira, quer seja, insistir na importância do entendimento do conceito de *Bildung* enquanto conceito específico de uma língua e de uma nação, não podendo, por um lado, ser confundido com qualquer outro conceito, seja o conceito de educação ou o de processo civilizador; e, por outro lado, ser analisado separadamente do seu contexto histórico-social, especialmente em relação às classes sociais, ou seja, daquilo que Elias denomina de sociogênese.

Por último não nos esquecer de que, para Elias, o movimento literário alemão do século XVIII, especialmente na segunda metade, no momento dentro do qual foi escrito o romance de Goethe que analisamos, não expressava o pensamento da burguesia alemã, vista em seu todo⁴¹, porém representava sim, um segmento importante da *intelligentsia* alemã daquela época, na medida em que a literatura moderna considera esse romance de Goethe como sendo o iniciador da tradição do *Bildungsroman*, entendido enquanto romance de aprendizagem, de formação ou de desenvolvimento do homem⁴².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLLE, WILF. A idéia de formação na modernidade. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo/Curitiba, Cortez/UFPR, 1997.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994 (Trad.: Ruy Jungmann).
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo, Ensaio, 1994 (Trad.: Nicolino Simone Neto).
- LUKÁCS, Georg. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo, Ensaio, 1994, Anexo (Trad.: Nicolino Simone Neto).
- PINTO, Cristina Ferreira. *O Bildungsroman feminino: quatro exemplos brasileiros*. São Paulo, Perspectiva, 1990.

⁴¹ Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador*, op. cit., p. 36.

⁴² Cf. PINTO, C. F., op. cit., p. 9. A introdução do trabalho dessa autora procura mostrar a importância desse romance de Goethe para a literatura moderna. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 9-32.

ETNOMETODOLOGIA E EDUCAÇÃO - construindo o enredo

Cléia Maria da Luz Rivero¹

O RECORTE QUALITATIVO DA PESQUISA

Por muito tempo acreditou-se que os fenômenos educacionais poderiam ser explicados através da pesquisa analítica, de cunho quantitativo, embora hoje se perceba que estes resultados não conseguem extrair uma compreensão maior da prática social, tendo em vista as inúmeras características a serem desveladas em cada fenômeno que depende, inclusive, do momento e lugar no qual ocorre.²

Um dos desafios da pesquisa educacional é, portanto, captar o dinamismo dessa realidade, desvendando a complexidade de seu objeto de estudo em sua realidade histórica. O fluxo linear da pesquisa já não responde à percepção do pesquisador atual, pois o que ocorre em educação, quase sempre, é a múltipla ação das variáveis do fenômeno, agindo e interagindo ao mesmo tempo.

Os fenômenos humanos e sociais por sua complexidade, distanciam-se das características dos fenômenos físicos e biológicos, o que justifica a busca de uma maior e mais ampla flexibilidade metodológica.

Acreditava-se também na perfeita separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e seu objeto de estudo e, ainda, na necessidade de o pesquisador manter-se o mais afastado possível desse objeto, para que seus valores e preferências não influenciassem o ato de conhecer.³

Em educação, assim como em todos os campos das ciências sociais, compreende-se que não é bem assim que o conhecimento se processa. Ele necessita da interogação do pesquisador, o acumulado da teoria que conhece a respeito do assunto, interagindo como suporte na construção do conhecimento sobre o objeto de estudo, em sua realidade histórica.

Na pesquisa educacional, quase sempre é a múltipla ação das variáveis do fenômeno, agindo e interagindo ao mesmo tempo, que faz com que o pesquisador possa retirar de suas análises, conclusões ou caminhos alternativos capazes de apontar novas propostas para compreender, inovar, definir ou esclarecer determinadas situações.

¹ Professora Doutora da Universidade Metodista de Piracicaba.

² A pesquisa quantitativa tipicamente emprega delineamentos experimentais ou correlatos para reduzir erros, vieses e outros ruídos que impedem a clara concepção dos fatos sociais, enquanto o produto do estudo qualitativo é a etnografia [...] O pesquisador quantitativo é desprovido para evitar vieses, enquanto o pesquisador qualitativo faz intenso ao fenômeno de interesse. (Fleurette, 1987, p. 16-17).

³ ANDRÉ, Marli E.D.A. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

Entre as abordagens que surgem para se sobrepor à pesquisa positivista, estão metodologias diferentes, na tentativa de superar limitações até então sentidas na pesquisa em educação, principalmente, quando se parte para a análise do conhecimento escolar ou qualquer outro alvo, no qual o pesquisador deve colocar-se necessariamente no meio da cena investigada.⁴

A pesquisa qualitativa se caracteriza pelos enfoques definidos como pesquisa participativa, a pesquisa ação, a pesquisa etnográfica, o estudo de caso, embora já exista disponível alguma literatura, não temos conhecimento de uma obra que reúna informações técnicas a respeito de princípios capazes de permitir que tais metodologias, possam apresentar-se com uma identidade bem mais definida e não apenas como um enfoque dentro da pesquisa denominada *qualitativa*.

Por essa razão, neste trabalho procuramos detalhar a etnometodologia, pelo que representa hoje para a pesquisa educacional e pelos estudos e experiências já comprovadas entre os pesquisadores nas Ciências da Educação.

De modo geral, pode-se dizer, do ponto de vista epistemológico, que as ciências sociais representam o problema filosófico das relações entre o pensamento e a ação da vida social, isto é, que põe em questão a própria estrutura da objetividade, particularmente na sociologia, considerando a relação entre a consciência e a práxis, e a estrutura da consciência.

DIALOGANDO COM ALGUNS AUTORES

Neste diálogo é interessante mencionar GEERTZ,⁵ por expressar-se sobre a etnografia, dizendo que, para se compreender o que é a ciência, é necessário olhar em primeiro lugar para as suas teorias ou descobertas e não para o que os apologistas dizem sobre elas, isto é, deve-se verificar o que os praticantes da ciência fazem. Em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia tomada como análise antropológica de uma forma de conhecimento, que permite estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. A etnografia é de recente utilização na pesquisa educacional, principalmente em estudos sobre a realidade escolar. No entanto, analisando experiências de alguns pesquisadores⁶, percebemos que além das peculiaridades presentes em tais procedimentos, faz sentido sua utilização para realizar com rigor a leitura da práxis, que se desenvolve na Escola. Entre eles, André, Willis, Giroux, Apple, procurando associar a teoria crítica aos

estudos de natureza etnográfica. À medida que avançam os estudos em educação, mais evidente se torna seu caráter dinâmico, pois cada vez mais se compreende o fenômeno educacional inserido em um contexto social, em uma realidade histórica, que sofre múltiplas influências.

As abordagens da pesquisa quantitativa, diferentes daquelas empregadas tradicionalmente, possibilitam explicar os problemas apresentados pela prática educacional, tendo a própria dinâmica social suscitado tal aparecimento no cotidiano da escola. Assumir a questão subjetiva de interação com o objeto pesquisado é tentar contribuir para a solução de sérios problemas, que ainda se caracterizam no processo de ensino. Entre os obstáculos existentes podemos pensar no distanciamento da pesquisa em relação à aula, como um deles. Quando falamos em distanciamento da pesquisa no processo de ensino estamos nos referindo à posição assumida pelos professores que na sua maioria se colocam como principal fonte de informações e maior força de poder, na estrutura acadêmica. Ao valer-se da etnografia como processo de investigação, o pesquisador tem à sua disposição não um compêndio com roteiros pré-estabelecidos, mas já conta com critérios definidos e organizados.

COULON E A ETNOMETODOLOGIA

Por ser a etnometodologia o principal foco deste estudo, embora o que foi dito até aqui seja indispensável ao contexto, esta abordagem vem influenciar a pesquisa qualitativa, a partir da descrição e da observação, prioritárias, à explicação qualitativa do social.

COULON⁷, pesquisador francês, lança seus primeiros escritos no Brasil, acrescentando contribuições significativas. Aproxima-se da etnografia, tomando para si o projeto científico de Garfinkel, surgido na década de cinquenta, tendo este, como ponto de partida, analisar os métodos, mais especificamente os procedimentos que os indivíduos utilizam para levar a termo as diferentes operações, que realizam em sua vida cotidiana. Este enfoque é dado chamar de etnometodologia, pelo próprio Garfinkel,⁸ que o define como a ciência dos *etnométodos*. Esta é a sua maneira de dizer que temos à disposição possibilidades de aprender, de modo mais preciso, práticas decorrentes da prática social e do cotidiano vivido em qualquer situação. Mais que teoria constituída, a etnometodologia é uma perspectiva de pesquisa, uma nova postura intelectual, mostrando termos à nossa disposição, a possibilidade de aprender de maneira adequada aquilo que fazemos para organizar a nossa existência social.

GARFINKEL, toma como fontes principais de sua obra os estudos de Talott Parsons e Alfred Schütz, autores contemporâneos, mas com itinerários diferentes. O primeiro, nascido nos EUA, desenvolveu importante obra⁹ que veio influenciar o pensamento americano, e o segundo, imigrante, embora sem formação universitária, salvo

⁴ ANDRÉ, Marl. E.D.A. A abordagem etnográfica: uma nova perspectiva na avaliação educacional. *Tecnologia Educacional*, ABT, nº 24, set/out. 1978.

⁵ GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989, p. 17.

⁶ DOMINGUES, José Luiz. O cotidiano da escola - sobre ou realidade. Goiânia: CEGRAF-UPG/ São Paulo: EDUC, 1988; KRAMER, Sônia & ANDRÉ, Marl. Alfabetização - Um Estudo sobre Professores as Camadas Populares. In: LÜDKE, Mienga. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: BPO, 1986; CUNHA, Maria Isabel da. O Bom Professor e sua Prática. Campinas: Papirus, 1989.

⁷ COULON, Alain. Etnometodologia e educação. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 15.

⁸ GARFINKEL, H. In: COULON, Alain. Etnometodologia e educação. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 15.

⁹ PARSONS, T. *Elements pour une sociologie de l'action*. Paris: Plon, 1955.

no fim da vida, publicou muitos artigos, fez conferências, deixando a marca de suas idéias na sociologia contemporânea.

O trabalho de Parsons pela profundidade e precisão de seu raciocínio sociológico prático, até hoje traz orientações importantes quanto aos meios possíveis de interpretar os problemas de ordem social. Parsons reabilitou a sociologia teórica de matriz europeia, integrando em sua teoria de ação os trabalhos de Durkheim, Weber entre outros, tornando-se uma figura dominante na sociologia do século XX, opondo-se à corrente geral de seu tempo. Seus trabalhos foram favorecidos por remir em seu departamento em Harvard, a sociologia, a psicologia social e a antropologia, estando H. Garfinkel entre os que aí realizaram seus estudos.

Parson se ocupa das motivações dos atores sociais, isto é, a estabilidade da vida social e sua reprodução em cada encontro com o indivíduo. Parte do pressuposto natural de que, para evitar castigos e angústias, temos a tendência de nos conformar com as regras da vida em comum. Pergunta: "Como é que acontece que respeitamos em geral essas regras da vida em comum sem refletir sequer?" Para buscar resposta a esta interrogação, ele recorre à Freud.¹⁰

Para melhor compreensão, é necessário voltar numa atitude retrospectiva deste estudo e verificar que o pensamento de Schütz se coloca na confluência da fase final do pensamento de Husserl, procurando discutir o problema dos fundamentos das ciências sociais. Do ponto de vista metodológico, Husserl parte do eu, depois da relação entre as pessoas, e, finalmente, chega à comunidade. Segundo Toulemont¹¹ esta unidade pode ser comparada a um organismo. A relação entre pessoa individual e pessoa coletiva pode ser comparada à da célula, sendo, portanto, um organismo composto por células.

Transferindo estas colocações para a prática social, podemos dizer que o social comporta muitos *eus* operantes, estando uns em função dos outros, fazendo com que cada eu, enquanto unidade simples, determine o que a soma destes fazem em conjunto.

Segundo Schütz, há uma diferença básica entre a estrutura do mundo social e a estrutura do mundo natural. Na primeira, observa-se que a sua realidade é dificilmente mensurável e que a experimentação é quase impossível; já na segunda, a medida, a experimentação e a formulação de leis expressam proposições e princípios, sem necessidade de recorrer a provas. O primeiro trabalho de Schütz foi então, o de confrontar a fenomenologia com a sociologia de Weber, procurando descobrir a origem das categorias da consciência, próprias às ciências sociais. Nos EUA, continuando com seus estudos na ten-

tiva de compreender os fatos fundamentais da vida do ser humano, a interpretação de Schütz nos indica três tipos de compreensão (*verstehen*).¹² Um que se mostra como forma vivida e experimentada no conhecimento cotidiano e nos afazeres humanos, outro que se coloca como problema epistemológico e o terceiro como um método particular em ciências sociais.

A primeira compreensão requer a análise do comportamento social em relação aos motivos e finalidades. A segunda (*epistemológica*), aquela que investiga o mundo vivido em seu plano transcendental (*eidético*) e, finalmente, a terceira (*compreensão*) como método particular das ciências sociais, retoma a investigação do mundo da vida, face à situações qualitativamente diferentes.

Com esta última colocação interpretativa de *compreensão*, anuncia um método sociológico, capaz de melhor compreender as ações do ser humano, sejam estas claras ou obscuras, pois de uma maneira ou de outra, nunca estará isolada ou divorciada do mundo. O importante para Schütz é a maneira pela qual os atores definem sua situação¹³ e sua ação.

Desta forma, com os estudos de Garfinkel, a representação simbólica emanada de diferentes linguagens, que preexistem como sistemas de referências e como recursos eternos e estáveis, através da etnometodologia vai posicionar-se de outro modo: a relação entre ator e situação não se deve a conteúdos culturais nem a regras, mas será produzida por processos de interpretação. Com este pensamento, diz ele, chegamos a um novo paradigma sociológico. A etnometodologia nos permite passar de um paradigma normativo para um paradigma interpretativo.

Garfinkel define a marca de seus estudos, por circunstâncias práticas, dada esta relevância, adota para suas investigações o exercício empírico de valorizar desde as atividades banais da vida cotidiana até os acontecimentos extraordinários. Não existe para ele diferença categorial, ou pesos e medidas, pois a análise é feita a partir do método usado pelos atores para definir e organizar suas ações, porque esta ou aquela situação ocorrem assim e não de outra maneira. Portanto, busca-se a compreensão dos métodos de todas as práticas sociais, assim como do próprio método utilizado pelo pesquisador.

Neste ponto, explica Coulon, Garfinkel afasta-se das idéias de Durkheim sobre os fatos sociais, não os considera realidade objetiva, mas como construções práticas do próprio indivíduo. O fato social deixa de ser um objeto estável para ser produto da atividade contínua dos homens quando estes se colocam em ações. Por isso, a importância de analisar as atividades de todos os dias como se fossem métodos que os membros da sociedade utilizam para tomar essas atividades racionais a qualquer objetivo prático.

¹⁰ Op. COULON, A. Curso de Extensão Universitária. Seminário sobre etnometodologia. UFSCAR: maio, 1995.

Nota: Freud, para explicar irregularidades da vida social, evoca o atraso da educação, durante o qual todas as regras da vida em sociedade são interiorizadas pelo indivíduo, constituindo o que denomina de super-ego. O super-ego, comparado a um tribunal, uma vez transformado em um sistema interiorizado, governa, segundo Freud e Parsons, os nossos comportamentos e até mesmo nossos pensamentos.

¹¹ TOULEMONT, R. L'essence de la société selon Husserl. Paris, PUF, 1967.

¹² VAN BREDA, H. L. *Práctico* (Collected papers II), p. IX (Phenomenologica, vol. II) The Hague, 1971.

¹³ Situação - Expressão aqui tomada por Schütz, refere-se ao agente (ator), a seus problemas. A interpretação de uma dada situação é função da subjetividade do ator e corresponde aos elementos da sua situação biográfica.

Seu primeiro trabalho se efetua observando a maneira pela qual, em um júri, os jurados formavam juízos de valor. Para isto, faz a seguinte indagação: *como podemos ser participantes de um júri, resolver sobre o verdadeiro e o falso e decidir sobre o que os outros falam, dizendo da pessoa a ser julgada, se culpada ou não?* Esta foi a interrogação que serviu de alicerce a Garfinkel, utilizando a etnometodologia. Percebe que os jurados, embora afirmem realizar suas interpretações de forma científica e neguem usar o senso comum, não o fazem, nem cientificamente, nem tão no senso comum. Parte então do pressuposto, para sua investigação, de que *etno* não significa fazer parte de um grupo. Só se é membro de um grupo quando dominamos a linguagem comum daquele grupo.

Estas reflexões encontram eco diante dos registros e relatos de resultados obtidos com a utilização da pesquisa etnometodológica ou mesmo de procedimentos etnográficos, utilizados para desvendar o cotidiano escolar ou mesmo outros momentos e episódios do dia-a-dia da prática social. Por esta razão, não deve ser considerada um ramo separado do conjunto da pesquisa em Ciências Sociais, pelo contrário, acha-se mediante múltiplas ligações com outras correntes que, como a fenomenologia, o marxismo, o existencialismo e o interacionismo, alimentam a reflexão contemporânea sobre a nossa sociedade.

Podemos dizer, então, que *etnometodologia* é uma expressão utilizada, não apenas para definir procedimentos adotados pelo pesquisador, mas sim definir o campo de investigação e os processos desenvolvidos pelos atores que serão estudados em seu dia-a-dia.

A etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. Para os etnometodólogos, a etnometodologia será, portanto, o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou crúdas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como uma atividade prática.¹⁴

Nesta direção, MEBIAN¹⁵ e seus colaboradores desenvolvem estudo das práticas e atividades desenvolvidas no processo de ensino por professores e alunos, no contexto da sala de aula, analisando desde a ordem *instituída*, sua organização social, os intercâmbios temáticos, alterações de comportamentos gestuais, paralinguísticos e verbais, até as interações, que se apresentam como *mareadores* e *delimitadores* das situações. Este é um estudo etnometodológico, que segundo o pesquisador Mehan, nos ajuda a compreender os mecanismos cotidianos, ordinários, pelos quais se organiza e se produz localmente um determinado processo, e neste caso, o processo de ensino e aprendizagem. Conforme a argumentação dos etnometodólogos (Cicourel, Mehan, p.c.), a sincronização da dinâmica

¹⁴ COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes, 1995, p.30.

¹⁵ MEBIAN H. *Structuring School Structure*. *Harvard Educational Review*, 1978, p. 32.

da sala de aula, oscila entre uma conceitualização sofisticada de sua organização e uma grande mediocridade, se descuidarmos, no processo de ensino, do enunciado das regras do jogo recolhidas e produzidas no caso específico da sala de aula. Inúmeros autores, incluindo neomarxistas, firão críticas às etnometodologias. Contudo, essa abordagem suscita uma verdadeira paixão teórica, entre os pesquisadores, que desenvolvem trabalhos, onde são priorizados os procedimentos etnográficos, para a descrição e análise do processo de escolarização no interior da sala de aula, em suas relações interacionistas.

Para o estudo que realizamos na prática pedagógica de professores do Ensino Fundamental, dentro da pesquisa qualitativa, tomamos referências extraídas da etnometodologia e procedimentos etnográficos, próprios à natureza do problema.

Tomamos como indicativo o traçado de Spradley,¹⁶ pois, este autor defende a idéia de que as tarefas numa pesquisa etnográfica não são lineares, mas circulares, passando-se repetidas vezes pela mesma situação, de forma articulada e muitas vezes simultânea. Nesse sentido, os procedimentos etnográficos organizaram o percurso da análise e não uma linha que nos leve apenas a descrever e relatar resultados da investigação. Por esta razão o quadro teórico inicial foi construído durante o processo de investigação e análise dos dados, numa dinâmica em que teoria e prática se confundem, tomando em cada momento refazer o caminho percorrido, procurando não se descuidar do rigor da ciência. Definir o que são as práticas pedagógicas dos professores; o aluno na construção de seu próprio conhecimento; e o conhecer como efetivamente ocorrem e transcorrem, tornou-se objeto do estudo que realizamos.

Os autores/atores deste estudo constituem-se dos seguintes elementos: o professor, o aluno e o conhecimento, em um processo de ensino e aprendizagem, interativo e permanente. Ou seja, tomamos a Aula, como foco de referência da análise, porque é na aula, no movimento de realização do ensino e da aprendizagem, que nos deparamos com a situação real vivida entre educador e educando. É nesse processo que está presente o movimento da prática pedagógica enquanto atividade teórico-prática em termos da área específica do conhecimento, a ser trabalhada pelos atores do processo de ensino e de aprendizagem.

As indagações preliminares desta investigação centralizam-se em torno da descrição do cotidiano escolar e da aula mais diretamente, tendo como referência as vivências na sala de aula e a história de vida de seus participantes: professores e alunos. Isto obriga a olhar a aula em seus múltiplos rituais, desde as minúcias, aparentemente sem significância, a documentar o cotidiano não documentado, a estabelecer diálogos inesperados, a construir do pequeno grandes descobertas, que insistentemente permeiam a ação educativa.

A abordagem etnográfica, quer esteja ligada à tradição interacionista ou etnometodológica, permite demonstrar, por exemplo, os processos do fracasso escolar, a orientação

¹⁶ SPRADLEY, P. James. In: DOMÍNGUES, J. L. *O cotidiano da escola de 1º Grau: o sonho e a realidade*. São Paulo: Educa/Pae/SP, 1988, p. 47.

e seleção das práticas pedagógicas de professores na condução de suas aulas; enquanto a sociologia positivista da educação limita-se a identificar seus efeitos. Além disto, metodologicamente ao servir-se da observação participante consegue um acesso direto ao fenômeno que pretende estudar, inserindo-se bem mais perto das realidades cotidianas dos atores do ensino e da aprendizagem.

Por isso, a "espionagem" etnográfica é uma possível solução para o problema da posição do observador diante da diversidade dos comportamentos sociais. Permite não só observá-los, mas também descobrir o que dizem os participantes a seu respeito.

Esta estratégia de pesquisa apoia-se na idéia de que: *Enquanto a sociologia tradicional vê nas situações instituídas o quadro restritivo de nossas práticas sociais, a teoria etnometodológica, fundamentalmente construtivista, valoriza, pelo contrário, a construção social, cotidiana e incessante, das instituições em que vivemos. O segredo da aglutinação social não reside nas estatísticas produzidas pelos "especialistas" e utilizadas por outros "especialistas sociais" que acabam esquivando seu caráter reificado. Pelo contrário, o segredo do mundo social desvenda-se pela análise dos etnometodólogos, isto é, dos procedimentos que os membros de uma forma social utilizam para produzir e reconhecer seu mundo, para o tornar familiar ao mesmo tempo que o vão construindo. (Grifo nosso)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRÉ, D.A. Marli Eliza. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 1995.
- CAPALBO, Cleusa. *Metodologia das Ciências Sociais: A fenomenologia de Schütz*. Rio de Janeiro: Antares, 1979.
- COULON, A. *Etnometodologia e educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- COULON, A. Notas de Aula no seminário de *Etnometodologia*. Curso de Extensão Universitária, UFSCAR, maio, 1995.
- COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DARTIGUES, A. *O que é a fenomenologia?* Trad. Maria José J.G. de Almeida. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- GARFINKEL, H. *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1967.
- GEERTZ, C. *The Interpretations of cultures*. Nova York: Basic Books, 1973.
- LÜDKE & ANDRÉ. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U. 1986.

MOREIRA, Marco Antônio. *Pesquisa em ensino: o vê epistemológico de Gowin*. São Paulo: E.P.U., 1990.

SPRADLEY, J. *Participam Observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980.

TOULEMONT, R. *L'essence de la société selon Husserl*. Paris: PUF, 1962.

VAN BREDA, H.L. *Préface* (Collected papers II) The Hague, 1971.

WILLIS, Paul. *Aprendendo a ser trabalhador*, Trad. (Tomaz T. da Silva e Daise Batista, Porto Alegre: Artes médicas, 1991.

A EDUCAÇÃO, O LAZER E A METODOLOGIA DO ESTUDO SOBRE UM MENINO PRODÍGIO

Edilson Fernandes de Souza¹

Este artigo surgiu da necessidade acadêmica de divulgar e facilitar, embora parcialmente, as leituras que vêm cercando as obras de Norbert Elias, junto aos pesquisadores brasileiros que se preocupam com a história e a sociologia. Como ponto de partida e para facilitar a leitura, trataremos de um de seus textos que não é muito divulgado no contexto de suas obras, mas representa uma de suas grandes contribuições na vastidão de seus escritos. Trata-se de "*Mozart; sociologia de um gênio*" e, em nosso interesse centra-se, além do aspecto educacional e do lazer que envolveu a vida do artista, os procedimentos metodológicos utilizados por Elias ao escrever sobre o gênio da música.

Primeiramente, devemos reconhecer que a leitura dessa obra requer alguns cuidados ao considerarmos que Elias escreveu sobre Mozart, não porque estaria interessado na história de sua vida, mas sim, nos aspectos sociológicos que envolveram a vida de Mozart, numa época em que ser músico era ser um trabalhador braçal. A principal preocupação apresentada por Elias, em Mozart, foi a interdependência que envolveu a vida de um artista na sociedade alemã do século XVIII.

Toda a educação do menino prodígio foi voltada para a corte, orientada para uma etiqueta que correspondesse com a vida cortesã. Entretanto, jamais essa etiqueta atingiu o jovem artista, pois não suportava "bajulações", adorava criar composições orientadas pelos seus próprios impulsos e não por influência dos aristocratas absolutistas. Elias comenta que, apesar dos ensinamentos tradicionais que havia recebido através de seu pai, Mozart não se conformava com a etiqueta que deveria dispor enquanto funcionário de uma corte.

Mozart desistiu de viver porque não conseguiu compreender a sociedade na qual mantinha suas funções de músico, não conseguiu sublimar seus impulsos na direção da educação recebida pelo seu pai, cuja educação deveria atender às necessidades dos senhores e senhoras da corte.

Apesar da educação tradicional que Mozart recebeu, pelo menos no tocante à música, ele era um artista com fortes tendência que poderíamos chamar, hoje, de popular,

isto é, sua arte deveria ser aplaudida e apreciada não apenas por um círculo fechado nas formalidades da corte, mas por um público maior de espectadores.

Entretanto, ser músico popular numa sociedade de corte era, como foi no caso de Mozart, praticamente impossível. Isto significava ser um artista autônomo, o que não era viável na sociedade onde predominava o patronato, em que os artistas, principalmente os músicos, estavam confinados no recebimento de labores pelos serviços prestados numa corte, mesmo numa corte pobre como a de Salzburgo, onde trabalhou durante muito tempo o gênio da música e seu pai Leopold.

Sobre a educação de Mozart, Elias deixa claro que, enquanto processo de longa duração, a educação não atinge a todos da mesma maneira, por mais que se tente injetar certos valores de uma época sobre o indivíduo. O decurso cego do processo educacional poderá pender para um dos lados da balança de forma indesejada, como no caso de Mozart, em que seu pai depositou toda a tradição musical e toda a esperança de formar um cidadão polido aos moldes da corte, mas seus esforços foram inúteis, considerando a capacidade do gênio em buscar sempre a sua autonomia enquanto ser humano e artista.

Com respeito à formação de Mozart, uma leitura possível deve se referir ao longo processo de síntese que o gênio dispensou à base musical ensinada pelo seu pai, desde os primeiros anos de sua vida. A experiência que o menino teve fora de Salzburgo, particularmente, em Viena, muito contribuiu para que o artista sublimasse seus conflitos e necessidades de afeto e amor, através de suas próprias fantasias.

A saída desde cedo de Salzburgo, as *journees* facilitaram as sínteses musicais a que Mozart chegou na sua vida adulta. Sua experiência, como músico, em outras cortes possibilitou que o menino não só aprimorasse seus dotes musicais, a partir dos ensinamentos do pai, como também desenvolvesse uma forma própria de traduzir suas fantasias em obras musicais, sem que perdesse o controle sobre as mesmas. Isto é, sem perder o domínio que tinha sobre as notas musicais e sobre sua condição de artista.

Devemos compreender que, o ímpeto de Mozart em tornar-se artista autônomo, tenha vindo de suas viagens pela Europa. As múltiplas experiências com públicos variados, mesmo sendo de corte, tenha lhe incutido o desejo de mostrar suas fantasias musicais para pessoas que não exigissem temas fechados, tradicionalmente aceitos para os padrões da época.

A iniciação precoce, talvez, tenha provocado alguns danos ao desenvolvimento do ser humano que necessitava de amor e afeto, não apenas pelos dotes musicais que adquiriu. Sua educação foi de extrema coercitividade, não somente pelo pedagogo tradicional que era seu pai, mas, pelas próprias condições da sociedade aristocrática da corte em que o gênio interdependia com suas funções de músico.

Sua educação foi de aprisionamento, fundamentada na pedagogia da dependência na corte, impossibilitando qualquer que fosse a autonomia em produzir música, por exemplo, que não estivesse ao agrado dos senhores absolutos. Mozart foi educado para servir, com seus dotes musicais, a uma platéia restrita de senhores e senhoras que compunha a

¹ Docente da Universidade Federal de Uberlândia. Membro do Grupo de História do Esporte, Lazer e Educação Física e do Grupo de Estudos em Norbert Elias - UNICAMP. Doutorando nos Estudos do Lazer /Intenção do Lazer na Sociedade/UNICAMP. Endereço residencial: Rua Três, 130, Santa Inês, Piraicaba-SP.

sociedade cortesã, sem se atrever a criar outras combinações temáticas e musicais além dos padrões aceitáveis naquela configuração em que estava inserido.

Com a função de músico, tinha apenas que agradar uma platéia que vivia no ócio e, por isso, cavou-se um fosso entre o ser humano e o artista que necessitava expressar suas fantasias musicais em temas críticos e fantasmagóricos que não eram bem compreendidos na sociedade do século XVIII.

Na época em que Mozart viveu, a configuração favorecia, como em qualquer sociedade de corte, uma certa rivalidade entre os músicos para ocuparem os altos cargos nas orquestras, onde os artistas eram tidos por trabalhadores comuns, cujo status era semelhante ao de cozinheiros ou o de bobo da corte. E a maioria dos músicos, como outros funcionários da corte, eram de origem pequeno burguesa, muitos de família de artesãos, representantes de uma classe inferior na escala social.

Assim, devemos ler os conflitos que Mozart viveu junto ao seu pai e na sociedade de corte, considerando a configuração em que esses indivíduos mantinham sua interdependência. Dito isto, podemos pensar que as funções de músicos que os membros da família do senhor Leopold desempenhavam, participavam de um jogo interminável de valores sociais indispensáveis para a sobrevivência numa sociedade cortesã, inclusive a etiqueta necessária para compor o quadro dos funcionários de uma corte.

Dessa forma, o menino prodígio dependia de seu pai, Leopold Mozart, para que este lhe ensinasse os conhecimentos necessários para formar um músico competente e respeitado. O senhor Leopold precisava que seu filho, não só aprendesse o ofício de músico, como também se destacasse entre todos os músicos porque, só dessa forma, estaria garantido o sustento da família.

Mozart e seu pai necessitavam de uma vaga numa corte, pois só assim poderiam trabalhar como músicos. Por isso que, inicialmente, foram funcionários em Salzburgo e depois em Viena, utilizando-se das *tournees*, pela Europa, para ganharem seu sustento. A corte precisava de bons músicos para se destacar entre outras cortes da sociedade, mantendo-se, com esse status e fama de uma corte rica e poderosa, porque os concertos enchiam os dias e as noites dos palácios com a pomposidade que determinadas ocasiões permitiam, com a visita de membros de outras cortes.

Contudo, para manterem-se como músicos de uma corte, algumas formalidades deviam acompanhar os artistas, principalmente a etiqueta e a obediência cortesã, o que no caso de Mozart era impraticável, pelos impulsos de autonomia que o cercavam em suas composições.

Os conflitos que o jovem músico viveu não foram apenas de ordem psicológica, pela personalidade desenvolvida desde de criança, mas, também, pelos problemas sócio-educacionais que o cercaram desde a infância, com plena dedicação para com a função de músico. Leopold ensinou ao seu filho a compreender as melhores músicas de seu tempo e traduzi-las em síntese para o repertório que deveria lhe acompanhar durante toda sua vida. Mas, exigia do filho que sempre agradasse os senhores e senhoras da corte, o que

requeria de qualquer músico, completa dedicação para com os temas solicitados pelos senhores absolutos.

Tal dedicação parecia insipiente ao jovem Mozart, pela consciência que tinha sobre seu talento em produzir músicas originais, o que não agradava a corte. O poder de sublimação desenvolvido pelo jovem músico atingia um grau insustentável na sociedade de corte porque o músico não conseguia dar à música um significado para os outros, mas, apenas, para si mesmo e, por esta razão, a desistência pela vida.

A peculiar forma de sublimar seus impulsos através da música não mais correspondia com a educação tradicional que havia recebido de seu pai. Educação essa que apenas permitia agradar aos membros da sociedade de corte e não a si mesmo.

Lembramos que a sociedade de corte era uma sociedade que vivia do ócio, e portanto necessitava de preencher todos os vazios que perduravam durante todo o tempo do dia e da noite. Nesse sentido, as apresentações de balé e as composições encomendadas eram necessárias para que a vida nessa sociedade não fosse monótona.

O que estava em jogo na diferenciação entre os desejos de Mozart, em produzir músicas de acordo com seus impulsos e a sociedade de corte que só aceitava temas fechados, que retratassem a vida dos senhores absolutos, eram os padrões de duas classes sociais.

Mozart era originalmente de uma família de artesãos e representava o grupo *outsider*, que ocupava a escala desfavorecida da sociedade do século XVIII, mas que buscava a todo custo, pelo seu talento, um reconhecimento do grupo *establishment*, que ocupavam os meandros da corte.

Apesar de ser *outsider*, o gênio da música, viveu a maior parte de sua vida em torno do grupo *establishment*, em troca de favores que não o agradavam e, foi por estar entre dois mundos que teria experimentado o conflito de não conseguir sua autonomia de músico, chegando à desistência pela vida.

Era como representante do grupo *outsider* que Mozart gostaria de ser respeitado e lembrado pelos membros do *establishment* da corte absolutista. Sobre esse aspecto seria prudente que lêssemos essa passagem da vida de Mozart, como a constante necessidade do artista em ter suas fantasias musicais reconhecidas por indivíduos não pertencentes à uma família de artesãos.

Lutava-se aqui, pelo domínio dos padrões da "boa música". Lutava-se pelo domínio de temas que retratassem não apenas a vida da corte, como também a vida dos artesãos. Na melhor das hipóteses, pretendia-se, através da música, tornar viável os símbolos que representassem o grupo dos *outsiders*.

Contudo, diante dos aspectos apresentados sobre a vida de Mozart, para identificar a perspectiva de Elias, com respeito a ocorrência do tempo, a leitura sobre o gênio da música é fundamental no contexto da metodologia utilizada pelo autor em seus trabalhos empíricos. Isto porque, a maior parte das investigações de Elias, trata os problemas afetos à sociedade tendo por referência a longa duração.

Mas, no caso de Mozart, como resolver a problemática do tempo, se o músico viveu apenas 35 anos de idade. E quais foram os critérios utilizados para identificar a vida do gênio da música na longa duração?

Nesse aspecto, a cronologia dos fatos é o que menos tem importância, pois, se Mozart morreu de depressão aos 35 anos de idade, é provável que esse fato seria um bom começo para discutir o perfil configuracional em que o artista estava inserido mantendo sua interdependência na função de músico.

Dessa maneira, Elias faz uma digressão social, isto é, faz uma excursão no interior da configuração na qual viveu o menino prodígio, sem se preocupar com a ordem dos fatos. Sua preocupação foi a de desvelar o jogo social em que os padrões de comportamentos e formalidades restringiam a autonomia de Mozart, e a relação desse artista com outros membros de sua sociedade, que não estava preparada para conceber um gênio, apesar de ter subsidiado boa parte de sua formação.

Neste particular, as considerações de Elias são reféns da configuração em que se encontrava o artista. Pois, a interdependência de Mozart não se mantinha apenas nas sociedades de corte do século XVIII. Enquanto artista, a sua situação, em a continuidade de sociedades anteriores à sua existência. E apesar de não ter vivido nessas sociedades, o artista e gênio estava preso nas formalidades que não lhe permitia autonomia como músico, razão pela qual o levou a desistir da vida.

Como já dissemos, o que temos aqui, não é uma pesquisa histórica sobre a vida de um artista, o que fica claro já no subtítulo "*a sociologia de um gênio*". Mas, só isso não basta para explicitar os códigos sociais em que foi submetido o gênio da música. Pois, o que deve ser levado em consideração, não é apenas a vida de Mozart enquanto um indivíduo que sobressaiu em relação aos outros membros de sua sociedade. É possível que outros artistas também tenham experimentado ser autônomo, mas talvez tenham desistido de viver antes de Mozart.

Neste sentido, devemos despertar o interesse no material empírico que Elias utilizou para descortinar os códigos de comportamentos da época de Mozart, para dizer na primeira parte do livro que o gênio da música desistiu de viver. Como uma das características das obras de Elias, as fontes que o autor utilizou para tramar a dissidência do músico pela vida, foram as cartas escritas entre Leopold Mozart, o pai do gênio e o Arcebispo de Salzburgo, como os escritos entre Mozart e seus pais.

Essas fontes revelaram para a trama de Mozart, não só a formalidade na comunicação existente entre os senhores da corte e seus súditos, como também revelaram os conflitos enfrentados pela família Mozart, num período em que a vida de músico estava, irremediavelmente, atrelada ao trabalho braçal em qualquer corte europeia.

O material analisado na sociologia do gênio, demonstrou a simplicidade de fontes que muito podem revelar a natureza dos seres humanos que se encontram numa determinada configuração, preso aos códigos de comportamentos e padrões de formalidades através das funções sociais que desempenham.

É possível pensarmos que a vida de Mozart, como qualquer outra vida, é tida por um processo contínuo que atravessa gerações de indivíduos, com formalidades e restrições que muitas vezes impedem o desenvolvimento pleno das potencialidades das pessoas em suas respectivas sociedades. Por esta razão, é que Elias fala da importância sociológica em se entender os inovadores, evitando talvez, as tragédias como foi a vida de Mozart.

Contudo, para ler Mozart, essa excelente obra de Norbert Elias, é necessário criar condições teóricas para melhor compreender os motivos do autor em não escrever aspectos históricos do artista e gênio, mas desenvolver um modelo sociológico de entendimento sobre a vida do artista.

As condições teóricas devem ser servidas de outras obras de Elias, como: *O processo civilizador; uma história dos costumes, A busca da excitação e Introdução à sociologia*. No primeiro livro são abordados os códigos de comportamentos sociais junto às formalidades na corte. No segundo, seu interesse voltou-se para as atividades mímicas, onde elaborou uma teoria do lazer e os aspectos da sublimação. Já no terceiro livro, Elias se preocupou com o conhecimento e, ao apresentar o conceito de configuração, desenvolveu a sociologia configuracional, que muito poderá contribuir para o entendimento sobre a sociedade em que o gênio da música desistiu de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. de Maria Luísa Juvença Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1970.
- _____. & DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Trad. de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2 ed. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Mozart, sociologia de um gênio*. Trad. de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

A EDUCAÇÃO METODISTA E O PROCESSO CIVILIZADOR

Elías Boaventura¹

Ao longo da História do Metodismo no Brasil, iniciada no fim do século XIX, pode-se perceber a opção clara da Igreja Metodista Brasileira, pela realização de sua missão através da prática de educação formal em todos os níveis de ensino.

A realidade desta opção pela educação formal como caminho da missão civilizadora pode ser aferida na análise dos orçamentos, na localização e uso das maiores propriedades adquiridas, na preparação e aproveitamento do quadro de pessoal academicamente melhor qualificado e sobretudo na natureza do diálogo travado com a sociedade brasileira ao longo de mais de um século de trabalho.

Não me parece exagero afirmar que o ato de ensinar e educar formalmente tornou-se a mais importante atividade do metodismo brasileiro, transformou-se em sua mais forte identidade e tão grande foi o dispêndio de energia nesta direção que teria comprometido não só o próprio crescimento quantitativo da Igreja como a desvio de sua missão primeira de evangelização, como assinalam alguns autores, como READ (1967).

A educação formal arrancou o metodismo brasileiro dos templos, tornou-o participante ativo na vida escolar nacional, passou a representar o elo mais forte do seu convívio com a sociedade civil brasileira e com o poder do Estado, além de representar o local mais adequado do diálogo com os mais diferentes segmentos sociais no Brasil. ROCHA (1967).

A historiografia do metodismo e as fontes primárias, ainda pouco explicadas mas razoavelmente preservadas, registram o fenômeno e revelam aspectos intrigantes deste esforço que acabou por caracterizar a Igreja Metodista no Brasil como importante agência de educação formal, cuja presença na educação nacional tem sido desproporcional à própria atuação enquanto agência de evangelização, quer se considere o esforço despendido quer se atenha apenas aos resultados obtidos.

Neste trabalho o que se quer é levantar as principais ênfases dadas pela educação ministrada nas instituições metodistas, principalmente até aos meados do século XX, período em que grande parte do alunado frequentava os internatos altamente seletivos e com os interessados à disposição dos educandários, tanto professores como alunos em regime de tempo integral e habitação em geral localizada no Campus, como ocorreu em Juiz de Fora com o Instituto Granbery.

¹ Universidade Metodista de Piracicaba. Telefone: 019-4243966

Na impossibilidade de uma análise mais ampla de todos os colégios, optei por um estudo de caso do Instituto Granbery, localizado em Juiz de Fora e fundado no final do século XIX. A escolha desta instituição se fez por diversas razões:

Primeiramente por que ela foi até os meados do século XX a mais influente instituição de ensino do metodismo brasileiro.

Em segundo lugar por que nela funcionaram as escolas superiores metodistas criadas já com a finalidade de se transformarem em universidade.

Ainda merece menção o fato de que a quase totalidade do ministério metodista até 1930 sediava na Faculdade de Teologia do Instituto Granbery.

Finalmente, vale registrar que os quadros do laicato metodista preparados pelo Granbery tem sido responsável pela direção das demais instituições metodistas nas mais diferentes regiões do país até nossos dias.

Para melhor compreensão do fenômeno convém relembrar que os educadores missionários metodistas que aqui chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, vieram dos EUA onde os efeitos da guerra civil ainda eram bastante marcantes.

Estes Missionários desejavam a construção de um novo ambiente, onde aquelas fatos que causaram tantos estragos estivessem banidos por completo e os valores mais positivos da civilização norte-americana fossem reafirmados. Durante o período da Guerra Civil o metodismo sofreu reveses tanto no norte como no sul.... perdeu mais de sessenta e oito mil membros e perdeu muitas de suas propriedades, igrejas, colégios.... BUYERS (1943)

Em primeiro lugar cabe mencionar que eles eram republicanos em sua maioria. Elin Kenedy (1960) faz menção deste fato ao referir-se a seu pai missionário.

Papai seguia esses acontecimentos políticos com o máximo interesse....sabia que sob um governo republicano, as condições seriam melhores. Haveria mais liberdade de cultos, separação entre o Estado e a Igreja....

Este dado abriu as portas aos metodistas não só em São Paulo como também em Minas Gerais, onde receberam expressivo apoio dos republicanos e maçons que perceberam na proposta de educação metodista muitos pontos coincidentes com o programa republicano, que aliás, já vinha do Império. BOANERGER (1973).

"No projeto, pois católicos e protestantes gozariam da mesma liberdade religiosa e dos mesmos direitos políticos".

Em síntese, os missionários educadores eram liberais, republicanos, bastante pragmáticos, que viam naquele momento brasileiro excelente oportunidade para a implanta-

ção de propostas educacionais que contemplassem os avanços já conseguidos na Europa e nos EUA, onde segundo eles, as conquistas foram maiores por não estar presente o entrave dos jesuítas.

Com estas idéias os missionários foram grandemente responsáveis por um esforço de transplante cultural. Este fato, não obstante mais visível na educação formal podia ser percebido também no cotidiano metodista no vestuário, na alimentação, nos usos e costumes em geral. Na educação se fazia claro como se pode perceber nos Estatutos do Granbery (1923)

O Granbery é um colégio americano brasileiro. Por systema de educação americano, em geral, entende-se: prático e livre. Porque o americano é por excelência, o homem prático e se diz o campeão da liberdade!

Esta poderia ser considerada a primeira ênfase - ensino prático - adotada como resposta ao tipo de ensino abstrato e livresco aqui então praticado. A crítica ao sistema de ensino brasileira era contundente. GRANBERY (1923)

O nosso systema é mais acanhado, mais vago, mais incerto. O brasileiro não sabe o que há de fazer com a sua história, nem quando vac, na vida prática, jogar com a sua química

Esta norte-americanização das instituições metodistas fez delas o alvo preferido da crítica da Igreja Católica e dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira.

O Expositor Cristão registra algumas destas críticas:

Na Igreja Metodista o dólar é onipotente (1923).

São desnacionalizados (os metodistas). O protestantismo é o dólar, é um afronto ao clero (1921)

Referindo-se ao tipo de educação ministrada, o mesmo periódico dá prosseguimento ao debate registrando exacerbada crítica romana aos educadores metodistas que chamam genericamente de protestantes (Expositor - 1921)

É que os senhores norte-americanos protestantes pouco lhes importa que os homens sejam ou não sejam religiosos. Cegou-lhes a hegemonia comercial e política sobre o mundo inteiro e principalmente sobre os povos Tbo catequizáveis da América do Sul (Expositor - 1923).

Portanto em segundo lugar convém lembrar que os educadores metodistas praticaram um tipo de educação transplantada do sistema norte-americano que consideraram oportuno e prático com forte restrição ao "sistema" nacional brasileiro, pelo seu caráter livresco, abstrato e pouco útil.

Além destes aspectos os educadores se preocuparam com a formação de homens livres e amantes da liberdade. Os homens deveriam ser formados de modo que pensassem por eles mesmos - "homens que pensassem e racioñassem por si próprios, senhores de um capital real de conhecimentos, não simplesmente ingeridos mas digeridos e assimilados". VADEMECUM (1913)

Esta liberdade deveria revestir-se de um caráter de vivência acadêmica - "os estudantes tinham liberdade de escolher, organizar e levar a termo planos de ação educativa" BENNETT (1946)

A intenção era que os alunos formados em uma atmosfera de liberdade assumissem as rédeas governamentais do país e concorressem para a preservação da democracia. Jethier Kaulbach (1976), refere-se a este fato nos seguintes termos:

A tática adotada é outra: influenciar fortemente a preparação e atraves deles atuar eficazmente na sociedade..... Sem dúvida, em parte, isto é alcançado.....

A proposta missionária revela o caráter de otimismo pedagógico dos educadores e a confiança que possuíam no poder transformador e formador da educação. Esta postura encontrou no Brasil campo em uma época que se vivia enorme entusiasmo pela educação.

Portanto, em terceira ênfase poderia ser resumida como o empenho na formação de homens livres, de pensamento autônomo, que fossem capazes de assumir as rédeas da nação brasileira e levá-la a libertar das peias do autoritarismo herdado da formação jesuítica.

Finalmente, desejo salientar a preocupação que tiveram com a formação da mulher, preterida desde o período colonial, pela educação formal.

A obra educacional metodista incalçavelmente foi pelo menos até a década de 1930 uma construção do laicato feminino norte-americano. Até mesmo em Juiz de Fora, onde a prioridade era a educação de rapazes no Granbery, foi aberto e funcionou regularmente o Colégio Mineiro para moças, sustentado por verbas oriundas do movimento de senhoras norte-americanas. Além do Colégio Mineiro foram criados quatro outros estabelecimentos para a educação da mulher: Colégio Piracicabano, Americano do Porto Alegre, Instituto Bennett e Izabela Hendrix, todos dirigidos longos anos por missionárias leigas norte-americanas.

O Expositor Cristão (1905) é categórico ao afirmar "Sem mulheres instruídas não podemos ter países adiantados" e no prospecto do Colégio Piracicabano (1913) lê-se:

Estas mulheres conceberam a estúpida idéia de elevar o sexo feminino, proporcionando à mulher uma educação liberal que a salve da ignorância.

Com o decorrer dos anos, sem abandonar a ênfase da educação da mulher, os colégios adotaram a co-educação e abriram suas portas também à educação dos rapazes, tanto no externato, quanto no internato.

Para tanto, as administrações, em alguns casos, envidaram esforços especiais na formação de docentes através de sistemas de bolsas e arcaram com custos de moradia do professor, preferencialmente nas proximidades das instituições.

Para atender a esta necessidade abriu-se em Juiz de Fora a Faculdade de Pedagogia que funcionou até 1932 e formou quadros que atuaram nas outras instituições metodistas e as marcaram com a essência de suas propostas.

Portanto, a educação da mulher e a formação de quadros docentes especializados marcaram este esforço civilizador metodista através de suas instituições de ensino, muitas delas por isso mesmo notabilizadas.

CONCLUSÃO:

A clara opção pela educação formal enquanto instrumento estruturador do diálogo parece-me muito claro, quando se analisa a História da Educação Metodista no Brasil, nas regiões Sul e Sudeste.

Claro também fica que a proposta levada a termo pelos missionários baseava-se nos pressupostos pedagógicos do liberalismo norte-americano como aparece por exemplo em John Dewey e que aqui foi vivenciado pelos pioneiros da educação, de modo especial teoricamente sustentado por Anísio Teixeira.

Oriundos de outra civilização os missionários educadores não tiveram como evitar serem portadores de um transplante cultural e por isso sofreram sérias resistências que dificultaram o avanço da obra educacional, contudo lograram algum êxito.

Procuraram eles combater o ensino abstrato, transmitindo o ensino prático, útil, pouco livreco, que servisse como instrumento àqueles que passassem pelas instituições e viessem exercer parcela do poder no país.

Por outro lado, foram enfáticos com relação aos valores da democracia e neste sentido tornaram-se defensores da liberdade e se fizeram combatentes intransigentes em defesa de grupos marginalizados como é o caso da mulher.

Otimistas pedagógicos, acreditavam no poder transformador da educação e em função disto envidaram enormes esforços na preparação de docentes, no sentido de criar condições de disponibilidade para os discentes sobretudo em seus internatos.

Os sinais deste empreendimento educacional permaneceram até os dias atuais não só nas instituições metodistas mas na educação brasileira em geral, onde pode-se perceber que muitos dos pressupostos por eles defendidos encontram-se incorporados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENNETT, Prospecto, 1946

BUYERS, Paulo Eugênio. Trechos do Diário de Wesley. Junta Geral de Educação Cristã

COLÉGIO PIRACICABANO. Prospecto, 1913

EXPOSITOR CRISTÃO, 14/09/1905

EXPOSITOR CRISTÃO, 18/05/1921

EXPOSITOR CRISTÃO, 07/02/1923

EXPOSITOR CRISTÃO, 18/05/1923

GRANBERY, Vademecum, 1913

JORNAL "O GRANBERY" - 05/08/1923

KENEDY, Enla. O Anjo de Deus. São Paulo: Imprensa Metodista, 1960

READ, William. Fermento Religioso nas Missões do Brasil. São Paulo: Erdmans, 1967

ROCHA, Isnerê. Pioneiros e Bandeirantes. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1957

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CAMPO: perspectivas de sobrevivência

Elias Canuto Brandão¹

*"Falar em violência, no Brasil,
é falar, principalmente,
da participação ativa ou da omissão deliberada do Estado,
tanto na cidade, como no campo.
É falar da ação concreta dos aparelhos repressivos
do Estado e de particulares,
através da violência física, mais explícita e direta,
ou da ausência
das mais elementares formas de políticas sociais,
que vai minando lentamente
as possibilidades de vida de grande parte da população.*

[...]

*Muito embora os números de conflitos e assassinatos
tenham declinado,
convém lembrar que a gravidade da violência no campo,
não se limita ao número elevado de conflitos.
O mais grave são as formas refinadas da violência.
É a pedagogia do terror seletivo,
utilizada para golpear as organizações dos trabalhadores
e destruir os meios de produção dos pobres do campo, submetê-los.
Assim, não se mata aleatoriamente."
(CPT, *Conflitos no Campo - Brasil/1991*, p. 32)*

No presente estudo discute os conflitos e violências no campo após o final da década de 70, a partir da ótica de que os conflitos e violências, em si, são fatores educa-

¹ Graduado em História; Coordenador da CPT - Comissão Pastoral de Terra - Norte Novo do Paraná e membro da Coordenação e Conselho Estadual da mesma, entre 1985 a 1990; Presidente da AMPART - Associação de Moradores do Parque Residencial Tuiuti - Maringá/PR, entre 1990 a 1993; Coordenador pedagógico do PEART - Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário, entre 1994 a 1996 - em 22 Municípios da Região de Maringá/PR; Vice-Presidente e Presidente da Associação dos Professores do Colégio Santa Cruz, em Maringá/PR, entre 1997 a 1998; Integrante do PPGEL/UNIMEP/SP - Mestrado em Educação. Endereço residencial: Rua Rio Lageiro, 849, Parque Residencial Tuiuti, Maringá, PR CEP 87043-200.

tivos. Os trabalhadores envolvidos - homens, mulheres e crianças, jovens e velhos - aprendem a se defender e discutir alternativas para não sofrerem tanto, mesmo sabendo que certas ações adversárias são inevitáveis e por demais violentas.

Se preparam psicologicamente e tentam sob e sobre todas as formas evitar o conflito, através do diálogo com os comandantes em serviço da Polícia Militar, com a justiça, com as Igrejas, com os secretários de Estado e com o governo. Contactam a Imprensa, quando há tempo, para documentarem a ação da polícia e se aproximam da sociedade para fazerem compreender que a luta pela conquista da terra, que desencadeiam, é justa e necessária. O conflito e violência no campo, assim como nas cidades é, em si, um curso intensivo, para o qual não acontece em salas de aulas, com carteiros, nem livros. É uma aprendizagem direta, por vezes sangrenta, prevalecendo a lei do mais forte, desespertando a Constituição do Brasil e a Declaração dos Direitos Humanos.

Apesar da violência no campo acontecer desde a antiguidade, perpassando a Roma Antiga e a Grécia, o Ocidente, o Oriente e a Idade Média, persistindo no Contemporaneidade, não se justifica sua existência.

No Brasil, os conflitos no campo são marcos registradas desde a invasão portuguesa, espanhola e francesa no século XVI, quando iniciaram a exploração destas terras, dizimando os nativos e dividindo as "terras a vista" em Sesmarias - em grandes latifúndios - em parte, administradas a longa distância, por famílias residentes em Portugal.

Na mesma lógica, os latifundiários contemporâneos residem nas cidades metrópoles e administram a longa distância suas terras em qualquer parte do Brasil. A diferença é a comunicação. Hoje a comunicação é direta e imediata. O latifundiário passa as ordens por telefone celular ao administrador-funcionário e recebe informações sobre qualquer problema em suas terras via telefone, fax ou internet. Mesmo a longa distância contrata jagunços e, sem participar diretamente de um conflito, ordena suas milícias a defenderem sua propriedade.

A violência no campo acontece através de modalidades bem definidas:

- trabalho escravo;
- mortes anunciadas;
- crimes de autoridades e policiais;
- omissão;
- impunidade;
- ameaças;
- exploração do trabalho infantil...

Sobre os conflitos e violências, Moacyr de Oliveira Filho, disse que os mesmos ocorrem porque os grandes proprietários procuram:

[...] manter, a ferro e fogo, o latifúndio extrativista ou pecuarista. Como, na estória desse processo, milhares de trabalhadores foram ficando e estão sem terra ou com pouca terra. O pano de fundo do

conflito de Rio Maria - Sul do Pará - é assim o monopólio da propriedade da terra... (FILHO, 1991, pp. 11/12).

O Brasil está entre os países que mais concentra terra nas mãos de poucos grandes latifúndios e onde a concentração é demais escandalosa. A concentração e a forma de utilização da terra concentra margem a sociedade, o direito e a oportunidade de acesso à mesma através de limites muitas vezes intransponíveis. Devido a forma de concentração, presenciamos os mais diferentes tipos de conflitos e violências:

- Massacre de Eldorado/PA;
- Violência contra lideranças e pessoas isoladas;
- Assassinatos de lideranças dos sem terra, sindicalistas, lideranças de associações ou cooperativas de pequenos agricultores, advogados, agentes pastorais e religiosos (Ex.: execução de Diniz Bento da Silva, o Tezeirinha, em Campo Bonito/PR, em março de 1993);
- Ameaças de mortes ou perseguições (Ex.: agressão e tentativa de assassinato sobre Maurício Fernandes Gutierrez, em Piabina/PR, em 05 de outubro de 1989 e ameaças de morte sobre Pe. Francisco Prim, de Campo Mourão/PR; Elias Canuto Brandão, da CPT/PR e Zilda de Nova Cantu/PR, entre outros pelo Brasil);
- Massacre dos Inocentes de Corumbiana/RO;
- Ações judiciais contra lideranças do MST;
- Mortes no campo;
- Exploração da mão-de-obra infanto-juvenil na zona rural;
- Gritos e ameaças contra crianças acampadas;
- Pobreza e marginalização;
- Humilhações praticadas por policiais e jagunços sobre famílias trabalhadoras acampadas...

Apesar das lutas pela terra no Brasil serem históricas, enfatizarei a problemática da violência a partir da organização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1978.

Naquele ano surgem lutas isoladas no Rio Grande do Sul. Em 1979, ainda no Rio Grande do Sul, ocorrem ocupações em duas fazendas e, no Paraná, devido a desalojamento de agricultores pela construção da barragem da Binacional Itaipu, os mesmos se organizam para exigir terra e criam o Movimento Terra e Justiça. A partir de então o Movimento evolui em todos os Estados, respeitando alguns processos de organização.

Três momentos marcam oficialmente o nascimento do MST.

- Primeiro foi um grande encontro de trabalhadores rurais sem terra das regiões Centro, Sudeste e Sul do País no Município de Medianeira/PR, em julho de 1982.

- Segundo foi a realização do I Encontro Nacional do MST, entre 21 e 24 de janeiro de 1984, em Cascavel/PR.

- Terceiro foi a organização do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a participação de 1.500 lavradores de 23 estados brasileiros, convidados e representantes de organizações de trabalhadores rurais de vários países da América Latina, ocorrido entre 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba/PR. A partir deste Congresso o Movimento tende a crescer em busca da conquista da terra.

Por um lado organizou-se o MST e por outro, como resposta, organizou-se também a UDR - União Democrática Ruralista. O primeiro, objetivando reconquistar a terra pela ocupação organizada e pela resistência. O segundo, defender o latifúndio pelas milícias, pelas armas e pelas ameaças e intimidações. A UDR, nasceu em maio de 1985, em Goiás, no ano seguinte a organização do MST, objetivando impedir que as classes trabalhadoras participassem na luta pela Reforma Agrária e pelo processo político. Como na época, o MST, ainda novo, tinha o apoio direto de entidades como CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - e CPT - Comissão Pastoral da Terra -, a UDR passou a comprar armas e atacar estas entidades ameaçando ou assassinando vários agentes de pastorais, líderes sindicais, religiosos e advogados.

Um fazendeiro integrante da direção nacional e presidente da UDR de Goiás no início de sua criação chegou a dizer:

Hoje já podemos confessar que, realmente, compramos armas com os leilões. No primeiro, realizado em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente (SP), adquirimos mais 2.430 armas e aí proliferaram as UDRs. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história do nosso país. (A OFENSIVA DA DIREITA NO CAMPO, p. 21 - In.: O Germinal - Centro Oeste/GO, 1987).

A mídia nos mostra imagens de violências que, devido a sua constância parece tornar-se corriqueira e banal. A sociedade parece acostumar-se com a violência, e passa a fazer parte do cotidiano². Isto não significa que a sociedade exima-se em evitá-la. O desafio contemporâneo apresenta-se como a necessidade de desenvolver a arte de conviver com a violência, seja ela urbana ou rural, com indignação e compromisso com sua eradicação.

² Constatando o fenômeno da violência e o risco da sociedade banalizá-la, a CPT descreveu que: "A violência no Brasil [...] é um fenômeno estrutural à sociedade, está enraizada no ethos social, enraizada em nosso modo 'jeitoso' de ser. Muitas vezes exacerbada, persistente sempre, tornou-se corriqueira, banalizada parece ter esgotado nossa capacidade de indignação. Com muita frequência, sempre evidente, exercida de modo polivalente, nos espaços infinitesimais da vida cotidiana, a violência passa de cada dia a constituir um desafio à compreensão, maior ainda à superação". (COMISSÃO Pastoral da Terra, Conflitos no Campo - Brasil 94, Goiânia/GO, 1993, p. 7).

Até na década de 50 a população estava, em sua maioria no campo. Após os anos 60, a política brasileira, em atenção às exigências externas - FMI, Banco Mundial, BIRD,... - dobra-se mais do que suas possibilidades e potencialidades para captar recursos e indústrias e o processo se inverte.

Se antes o governo dava atenção aos agricultores, a partir de então quem recebe atenção são os empresários. Deixa de existir uma política agrícola que apóie e incentive os pequenos produtores que plantavam para subsistência e o incentivo volta-se à política para exportação. Cresce o setor industrial, comercial e as cidades.

A falta de incentivo ao pequeno agricultor e de uma política agrícola e agrária o desanima. A falta de preços sobre os produtos colhidos é fator determinante no desencadear da migração. As cidades passam a ser um sonho "possível" devido a industrialização, sofrendo um crescimento desordenado e problemas estruturais e econômicos. As cidades não comportaram a multidão que a ela se dirigiu. O salário mínimo achatou-se; criou-se problemas de moradia, água e esgoto; surgem as favelas; assaltos; falta de emprego para todos; drogas; assassinatos; violências urbanas; problemas familiares; falta de escola, saúde e lazer.

A população rural que chegava às cidades não tinha profissão ou especialização. Os mais jovens tiveram mais oportunidades de se encaixarem no setor secundário ou terciário. Os mais velhos perambularam biscitando, ora serventes de pedreiro, ora bóias-frias, ora guardas ou vigias, ora pau para qualquer obra...

Problemas como estes levaram e levam muitas famílias a lutar pela volta ao campo mesmo que no trajeto tenham que enfrentar outras violências.

Desde o final da década de 70, a população que antes sonhara com empregos inexistentes nas cidades e sentindo-se à mercê dos acontecimentos estruturais e conjunturais, desempregada, sem possibilidade de futuro na zona urbana e com vasta experiência de trabalho no campo, sonha com a volta à terra e por ela passa a lutar.

Passam a fazer parte do Movimento Sem Terra, do Sul ao Norte do País, na concretização da Reforma Agrária - resguardado no Estatuto da Terra - e anunciada pelo Governo Federal desde o início dos anos 60 e concretizada em mobilizações, ocupações e/ou acampamentos³ somente no final do regime militar.

O pesadelo das cidades (subemprego, violência urbana, assassinatos, drogas...) e o sonho pela terra, resulta em um novo pesadelo: os conflitos com as milícias organizadas pelos latifundiários e o confronto é inevitável.

³ Há pessoas, grupos e MCS que chamam as ocupações de invasões. Não faz parte do meu vocabulário o termo invasão pois o que fizem os participantes do MST é ocupar uma terra ociosa ou largada ao mato. Os trabalhadores rurais do MST não ocupam qualquer terra, qualquer fazenda. É realizado levantamento a respeito da fazenda para saber de quem é, se é do Estado ou de particular. Se está produzindo e devidamente ocupada. Se deve ao Estado ou à União. Qual a possibilidade de desapropriação para fins de Reforma Agrária. Após os estudos e a coleta é que efetivam a ação.

As reações dos proprietários ou supostos proprietários, ocorrem de acordo com as ações do MST. No caso da organização de acampamentos, a reação ocorre após a efetivação dos mesmos.

Muitos latifúndios em várias partes do Brasil são formados pelas terras que pertenceram aos governos estaduais e que foram ocupadas pelos fazendeiros a anos atrás, ou formados por terras griladas de sítios a volta das fazendas e expulsos pelas ameaças, ou pelas invasões das correes, ou adquirida a qualquer preço sob pressão e ameaça. Muitos latifúndios o são não porque os seus proprietários trabalharam para aquisição, mas porque a conjuntura econômica e política do Estado desfavoreceu os agricultores e, a estrutura de defesa inexistente possibilitou as ações que concretizaram as situações de negociação forçada de venda de pequenas propriedades.

A medida que os trabalhadores rurais encurralados pelo desemprego e inchoço das cidades e pela concentração da terra nas mãos de latifundiários, participaram ou participam das ocupações, o que se presencia é a violência.

Ameaças, perseguições, assassinatos e prisões ilegais de trabalhadores tornam-se práticas conhecidas. Participam deste conjunto ameaçador os fazendeiros, os jagunços, os policiais e boa parte da imprensa através da manipulação indevida das notícias veiculadas. Sobre a violência em geral recai a impunidade.

É espantoso o número de líderes rurais assassinados por pistoleiros a soldo de grandes latifundiários. É lamentável a impunidade alimentada pelas deficiências e vícios dos aparelhamentos policiais e judiciais. De 1985 ao primeiro semestre de 1990, foram assassinados 520 trabalhadores rurais. Nos chamados "tribunais dos crimes do latifúndio", o advogado Arthur Lavigne denunciou que cerca de sessenta advogados populares, que defendiam posseiros, foram mortos, entre 1977 e 1988.

Em geral, os assassinatos têm motivação política, atingindo principalmente líderes específicos, e são cometidos por pessoas que, na maioria dos casos, escapam à identificação. (BICUDO, 1994, pp. 17-18).

A violência no campo parece não ter fim. Não porque a sociedade não queira. A questão é política. O Estado enquanto administrador não desenvolve ações concretas de política agrícola e agrária que viabilize a justiça social. Falar não é fazer.

Se houvesse uma política agrária que fixasse o homem no campo, haveria violência no campo? Pelas análises de muitos economistas, sociólogos, antropólogos, educadores, religiosos e sindicalistas, não. Mas, o desenvolvimento de uma política agrária e agrícola voltada à agricultura familiar não faz parte dos planos de governo. Em épocas de campanhas eleitorais ou em momentos de tensão social no campo, o governo pressu-se

em apresentar planos de Reforma Agrária, não pode ser uma questão de interesse político e econômico, nem prioridade e sim para tentar amenizar as tensões em evidências.

Os Sem Terra não participam em ocupações e acampamentos por prazer. A necessidade de garantir um meio digno de sobrevivência é que prevalece. Não enfrentam um despejo porque querem sentir o gosto de levar cascatadas de policiais que obedecem ordens judiciais. Enfrentam porque querem garantir o direito de viver plantando, colhendo e se alimentando com o que produzem na terra. A autorização da justiça para que a violência seja realizada oficialmente e cumprida pelo Estado, através da polícia, caracteriza tipos de violência as quais podemos chamar violência legal e violência ilegal.

Nem os advogados escapam ou escaparam à violência ilegal, ameaças ou tentativas de assassinatos.

O Advogado Antonio Evaristo de Moraes Filho, Coordenador-Geral da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, em pronunciamento durante a Sessão do Dia 18 de Dezembro de 1985, em Marabá/PA, diante dos fatos ocorridos naquela cidade, semelhantes aos que ocorrem pelo Brasil, disse:

[...] os advogados, que se arrojam na defesa dos camponeses, são dominados pela mesma sensação de impotência, que desabava sobre nós, defensores de presos políticos, nos tempos da ditadura. Sentimos no ar o conflito entre o poder econômico do latifúndio e as forças estatais incumbidas de manter a ordem e de distribuir justiça. Vimos que os muros desta cidade de Marabá são cobertos de disticos reveladores do que o povo está descrente dos homens da lei. E não é para menos, diante da desparada impunidade que desfrutam os usurpadores da terra, mandantes dos massacres. São frequentes as denúncias sobre o confusão de jagunços com os policiais, supostamente incumbidos de combater os pistoleiros de aluguel. (OAB, p. 61).

No final de seu pronunciamento, o Advogado sintetiza:

[...] sem concretizarmos uma Reforma Agrária autêntica, que reflita os anseios da Justiça Social, não teremos a paz no campo, paz que surgirá como uma alvorada, marcando uma etapa de nossa luta por um mundo mais fraterno e melhor. (OAB, p. 62).

Por outro lado, esta não é a visão dos proprietários rurais. Para estes, os sem terra são "invasores" de propriedades alheias e o governo é culpado pelos acontecimentos e

conflitos no campo. Para a Federação da Agricultura do Paraná - FAEP- a impunidade leva os sem terra "invadirem" as propriedades particulares.

Uma vez mais a Federação da Agricultura reafirma que a questão central das invasões está na impunidade que os governos concedem ao MST, cuja lógica revolucionária é o seu próprio entendimento de ser a vanguarda de uma nova ordem social para o Brasil, daí seu envolvimento político eleitoral, suas ações de rapinagem em saques e combos e suas invasões de prédios públicos.

Tal lógica faz com que o MST tenha como princípio o acerto de contas, revanchista, entre sem-terras e produtores rurais, cuja tática é o confronto e a intimidação, procurando dar a entender à sociedade que quando realizam invasões é uma questão de justiça social e que quando, nesse contexto, os produtores rurais exercem a defesa de seus patrimônios, ou então a Justiça concede reintegração de posse, tais ações são violências legitimadas. (MENEQUETE, 1998, p. 2).

Pesquisando as violências, observa-se que quase cem por cento são provocadas ou pelos proprietários, ou pela justiça e ou pelos policiais com a conivência do Estado. A própria fala do presidente da FAEP no Paraná deixou claro que os produtores "exercem a defesa de seus patrimônios" também sem a concessão da reintegração de posse, causando ações violentas. Quando a concessão da reintegração é feita, a violência tem a legitimidade da lei.

Para os que não justificam a violência policial o fato dos trabalhadores rurais sem terra terem realizado uma ocupação ou acampamento. As ocupações são respostas à organização do sistema capitalista e à política de exclusão social.

Os excluídos necessitam sobreviver e não tendo emprego, moradia, saúde e educação nas cidades para onde migraram, não vêem outra alternativa a não ser recobrem a terra de onde foram forçados a sair.

A violência processada no meio rural tem sido fruto da otimização das políticas do descompromisso social com a questão agrária. A violência que se manifesta no compasso das lutas pela terra, são explicadas politicamente como estratégias de manutenção da ordem social. Enquanto que para o MST fechar uma agência bancária ou fazer uma ocupação ou acampamento é participar do direito de viver, para os latifundiários essa ação é sinônimo de violência. Enquanto a fome e o desemprego, são sinônimos de violência social para o MST, para os latifundiários e para os governos, são problemas de ordem estrutural a serem acomodados. Essa realidade de compreensão nos mostram a violência como uma reação do sistema para impedir que setores organizados da sociedade o desestruturem.

Compreendemos que estes pensamentos explicam a violência que ocorre por abuso de poder por todo o Brasil através de decisões do judiciário ou do executivo ou por parte do comando da polícia militar que, por reiteradas vezes, resulta em confronto. Dois casos ocorridos neste ano de 1998 em Estados diferentes ilustram as violências, ameaças ou intimidações. No primeiro caso, a Polícia Militar de Goiás monta operação de guerra para despejar, ilegalmente, famílias acampadas. No segundo, mesmo tendo a Juíza de Joinville/SC, negado o pedido de reintegração de posse de uma fazenda ocupada, os policiais fizeram repressão e ameaças, afirmando para o alto.

Primeiro caso:

Eram quatro horas e meia da madrugada de domingo, 31 de maio, quando 250 homens da Polícia Militar de Goiás invadiram o acampamento Alta Floresta, no município de Itaguarí, e realizaram o mais violento despejo da história da luta pela terra no Estado. Foram usados cavalos, cachorros, armas pesadas e até helicóptero. Uma verdadeira operação de guerra para realizar o despejo de 275 famílias sem terra.

A PM seguiu à risca as determinações do ex-ministro da Justiça, Íris Rezende, de usar a força contra os sem terra. No final do ano passado, ainda no cargo, Íris chegou a autorizar a participação de fazendeiros e pistoleiros nos despejos de trabalhadores rurais, numa reunião com secretários estaduais de Segurança Pública de todo o país.

A maioria dos sem terra estava dormindo quando a PM chegou e não teve tempo de reagir. Os policiais colchavam cavalos para pisar nos trabalhadores, soltavam os cachorros dentro dos barracos, batiam com cassetetes, cabo de armas e baionetes.

Após o massacre os policiais mandaram todos os sem terra deitarem no chão, apontaram armas e gritaram frases provocativas. Algumas crianças que choravam deitadas no chão tiveram os dedos das mãos pisoteados por PMs. Por volta das 8 horas, 26 trabalhadores foram presos e levados para a delegacia de Itaguarí onde foram mantidos incomunicáveis, entre eles lideranças do MST. As famílias foram jogadas em cima de caminhões e despejadas em Taquaral, um município vizinho. A polícia ainda roubou dinheiro de vários sem terra.

Quarenta e cinco trabalhadores ficaram com ferimentos graves. (JORNAL SEM TERRA, 1998, p. 6).

Segundo caso:

Cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam a fazenda Pirabeiraba, em Joinville, na madrugada de 6 de junho. [...] A área [...] tem mais de 3 mil hectares, improdutivos e desmatados. Existe uma usina de açúcar desativada e abandonada há anos. O proprietário entrou com pedido de reintegração de posse no mesmo dia da ocupação. A juíza da Comarca de Joinville negou o pedido. Ela considerou insuficientes as provas apresentadas e quis ouvir o MST. [...] A mobilização contou com o apoio da população local. Muitas pessoas demonstraram solidariedade à luta dos sem terra. No Fórum, a polícia aguardava os manifestantes. A repressão da polícia também foi constante no acampamento. Policiais davam tiros para o alto, soltavam bombas próximo ao local e desfilavam em cavalos e camionetes com armas pesadas e coletes à prova de bala. (JORNAL SEM TERRA, 1998, p. 7).

Observando os problemas de violência de Norte a Sul e de Leste a Oeste no Brasil, o advogado e deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO), entende que o "Poder Judiciário é parte do Estado e defende os interesses dessa elite e dessa instituição de poder. É por isso que reata a impunidade da violência contra os trabalhadores" (FILGUEIRAS, 1997, p. 9).

Preocupado com o que vem acontecendo no campo e com a forma como os juizes encaminham os processos, o advogado João Luiz Duboc Pinard⁴, entende que:

A realidade político-jurídica dos que trabalham no campo e são dele excluído não será vista e compreendida através das lentes dos relatos formais sobre ela mesma. O conflito trágico que não aparece nos muitos discursos jurídicos, na doutrina conservadora, na jurisprudência predominantemente escravocrata e, menos ainda, nas leis. Todas as justificações "jurídicas" do latifúndio em detrimento dos camponeses reiteram os pactos - expressos ou tácitos - que legisladores e juizes sempre fizeram com os escravocratas senhores da terra. São urgentes as tarefas jurídicas dentro das alternativas de produzir conhecimento sobre essa realidade, tornar conhecida a fratura externa do nosso sistema econômico, desvendar os discursos impli-

⁴ João Luiz Duboc Pinard é membro do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, Consultor Jurídico da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, Coordenador do Instituto de Pesquisas Jurídico-Sociais e Políticas - STVDIVM.

ciros ou não, para tentar desestruturar o poder que fala através dessas linguagens. E auxiliar, por exemplo, o Movimento dos Sem-Terra não só a lograr realizar inteiramente o seu ser, auto-instituir-se e auto-organizar-se contra uma "ordem" legal injusta e em favor de outra ordem justa das relações entre pessoas. (PINAUD, 1996, p. 838).

Transportando esta produção de conhecimento para a análise educativa, podemos dizer que os conflitos são educativos. Não significa que seja uma escola. Mas à medida que pessoas e famílias participam de uma organização como a do MST com o objetivo de ocupar e produzir, acampando, fechando estradas, postos de pedágios e bancos, estão elas estudando alternativas de não se confrontar diretamente com a reação violenta do Estado, através do Poder Judiciário, representado pela força policial, milícias armadas e jagunços. Estas famílias estão, inevitavelmente, produzindo conhecimento sobre essa realidade.

Os trabalhadores não apanham porque gostam e nem resistem por prazer. A ciência da condição própria de vida e da realidade, garante a sustentação dos atos políticos e a busca de alternativas para fugirem dos confrontos.

A agressão e a pancadaria estratégica da Polícia Militar com seu Batalhão de Choque, cavalaria e cachorros, apoiados e assessorados pelos fazendeiros, com ajuda dos jagunços e milícias armadas podem ser facilmente rastreados nos jornais como ação em favor da manutenção da ordem social vigente. Ao educador, as estratégias militares podem ser interpretadas como conteúdos oficiais a serem apreendidos para que a defesa possa ser planejada. Nessa história, o aprendiz é o futuro educador. O aprendiz é o agricultor que apanha e aprende que bater não é defesa, é ataque, é agressão, é desrespeito aos direitos humanos.

É na busca da defesa que o Movimento produz conhecimento. Conhecimento dos direitos humanos, constitucionais e legais.

Esse processo é educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A OFENSIVA DA DIREITA NO CAMPO - Versão Preliminar. Elaboração resultado das contribuições da CPT, ABRA, IBASE e MST.
- AGENDA - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Brasil, 1986.
- BERGAMO, Mônica. Executados, torturados e humilhados. In: *Revista Veja*. São Paulo, Ed. Abril, 6 de setembro, pp. 38-42, 1995.
- BERGAMO, Mônica e CAMAROTTI, Gerson. Sangue em Eldorado. In: *Revista Veja*. São Paulo: Ed. Abril, 24 de abril, pp. 34-44, 1996.
- BICUDO, Hélio. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994 (Coleção Polêmica).
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento - Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. *Violência no campo*. Petrópolis: Vozes-IBASE, 1985.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE (CEPIS). *Reflexão sobre a violência no campo*. São Paulo: CEPIS / MST.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos de terra no Brasil - 1986*. Goiânia/GO: CPT, 1987.
- _____. *Conflitos no Campo - Brasil/1991 - Terra, água e paz: Viver é um direito!*. Ed. Loyola, 1992.
- _____. *Conflitos no campo - Brasil 93*. Goiânia/GO: CPT, 1994.
- _____. *Conflitos no Campo - Brasil 94*. Goiânia/GO, 1995.
- _____. *Conflitos no campo - Brasil 97*. Passo Fundo/RS: Ed. Pe. Bertier dos Missionários da Sagrada Família, 1998.
- _____. *Pe. Josimo: A velha violência da nova república*. Goiânia/GO: CPT, 1986.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1989.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 3ª Ed., São Paulo: CESE / Paulinas, 1978.
- DOSSIÊ - MAURÍCIO FERNANDES GUTIERRES. 52ª Delegacia Regional da Polícia de Peabiru/PR. Portaria Nº 42/89.
- EDSON, Antonio. Pequenos trabalhadores, grandes problemas. In: *REVISTA FAMILIA CRISTÁ*. São Paulo: Ed. Abril, Ano 64 - Nº 748, abr., 1998.
- FILGUEIRAS, Otto. A justiça e a revolução. In: *REVISTA SEM TERRA*. Ano I - Nº 2 - Out./Nov/Dez, 1997.
- FILHO, Moacyr de Oliveira. *Rio Marli: Terra da morte anunciada*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1991.
- JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Ano XVI - Nº 110 - Jul/1998.

- MENEQUETE, Ágide. A impunidade do MST. In: *COCAMAR - Jornal de serviço*. Maringá: Ano XX; Nº 399; 2ª Quinzena - Setembro, 1998.
- MIRANDA, Luiz Almeida. Violência no campo. In: *Revista de informação legislativa*. Brasília/DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Vol. 33 - Nº 130 - Abr/Jun. - 1996.
- NETTO, Vladimir. Caso de polícia - Com o aumento da violência no campo, o governo aciona a polícia federal e 500 homens do exército. In: *REVISTA VEJA*. São Paulo: Ed. Abril, Vol. 31; Nº 14, 1998.
- OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Violência no campo: Documento da OAB - Conselho Federal*. Rio de Janeiro-RJ: Folha Carioca Editora Ltda.
- PINAUD, João Luiz Duboc. Conflitos coletivos e violência. In: *XVI Conferência Nacional dos Advogados do Brasil: Anais - Direito, Advocacia e mudança*. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1996.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; POPPOVIC, Malak El-Chichini e KAHN, Tulio. Pobreza, violência e direitos humanos. In: *Novos Estudos - CEBRAP*. Ed. Lis Gráfica, Nº 39; jul. / 1994.
- SAMPAIO, Plínio Arruda. Violência no campo - Estancar é preciso. In: *Revista Família Cristã*. São Paulo: Ed. Abril, Vol. 52; Nº 607, jul., 1986.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ENVOLVER-SE E DISTANCIAR-SE: a investigação no campo da educação popular

1,5
Elisa Pereira Gonçalves¹

ARTIGO

Aventurar-se no âmbito da investigação social por si só não é tarefa fácil. Adentrar na especificidade do trabalho de pesquisa no campo da Educação Popular para discutir o processo de construção da ciência, além de evidenciar temas e problemas que permeiam toda a área das ciências humanas, impõe ainda lidar de perto com tipos de pesquisas denominados "participantes", que afirmam a necessidade do pesquisador envolver-se para conhecer.

Neste terreno, os conflitos, as paixões, as angústias do pesquisador são francamente assumidas quando do processo de investigação. Envolver-se ou distanciar-se? Envolver-se com certo distanciamento? Ou ainda distanciar-se com certo envolvimento?

Quando se trata da pesquisa sobre a cultura e a educação de grupos excluídos socialmente, por parte de investigadores que são movidos existencialmente pela vivência de um processo de emancipação, respostas àquelas indagações não é tarefa fácil. Neste artigo, pretende-se iniciar uma discussão sobre a relação existente entre o processo de investigação social e o controle das emoções, tendo como referência a Sociologia Configuracional de Norbert Elias.

Tem-se admitido com uma certa tranquilidade - ou até mesmo passividade - que as ciências da natureza respondem mais facilmente às exigências do método científico, oferecendo explicações universais com maior grau de validade e de confiabilidade. Muitas vezes, modelos, técnicas, instrumentos de elaboração de conceitos são transportados de maneira acética e dogmática das ciências humanas para as ciências sociais.

Elias parte do pressuposto de que o objetivo do trabalho científico é o mesmo em ambos os domínios: descobrir como e porquê as ocorrências percebidas se interligam. A diferença básica é a de que nas ciências da sociedade os homens confrontam-se consigo mesmos, buscando tornar inteligível as relações dinâmicas construídas por eles. A questão do estudo da sociedade por um indivíduo que pertence a ela, mais do que problemática, tem sido apontada como um limite, um ponto que obstaculiza o desvelar da

¹ Professora da Universidade Federal da Paraíba e integrante do PPG-Doutorado da Universidade Metodista de Piracicaba.
Endereço residencial: Rua Luiz Russera, 1144, Bl. A2/22, Jardim Elito, Piracicaba, SP.
E-mail: epereira@unimep.br

realidade através do processo de investigação científica. Na verdade, tal questão deve ser reorientada no seguinte sentido: até onde somos capazes de olharmos para nós mesmos tal como somos, sem fantasias.

Um problema que está subjacente a transposição acrítica dos modelos das ciências naturais para as ciências sociais é o da afirmação de um conceito universal - o "método científico" - que transitaria nas diferentes áreas, a despeito do próprio processo de desenvolvimento da ciência. Esta questão permanece, por exemplo, mesmo que não se reconheça conscientemente, quando se trata da redução à quantidade através de um processo de matematização da vida social. Agropam-se dados em variáveis, que servem para isolar e também para medir, cruzam-se dados, manipulando-os através de matrizes para enxergar a totalidade social.

Cabe indagar primeiramente: a sociedade poderia ser compreendida como uma totalidade?

A palavra "todo", segundo Elias,

evoca-nos a idéia de alguma coisa completa em si, de uma formação de contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível e mais ou menos visível. As sociedades, porém, não têm essa forma perceptível. Não possuem estruturas passíveis de serem vistas, ouvidas ou diretamente tocadas no espaço. Consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro. Os pais, filhos de pais, são seguidos por filhos e as mães, por filhas. Trata-se, na verdade, de um fluxo contínuo, uma mudança mais rápida ou mais lenta das formas vivas; nele, só com grande dificuldade o olhar consegue discernir um ponto fixo (Elias, 1994:20).

A noção de fluxo contínuo é essencial, pois permite a compreensão de que existe um movimento que dá vida às relações que são estabelecidas entre as pessoas. Assim, compreendendo que "o que une os indivíduos não é o cimento" (Elias, 1994:20), falar em partes que se relacionam e que formam um todo é inócuo quando se trata do estudo da sociedade.

Ligadas através de uma dependência funcional, as pessoas formam uma rede que não é visível nem tangível, são elásticas, variáveis e mutáveis e, nem por isso, menos reais e menos forte. A noção de rede indica, portanto uma idéia de nós, de fios amarrados. Assim, quando se compreende a sociedade como rede de configurações e de processos abertos, dotada de capacidade de autoconecção, muitos instrumentos de investigação científica na área das ciências humanas perdem o seu significado (ver Elias, 1997:49).

A compreensão de que a sociedade nada mais é do que uma teia humana através da qual são inúmeras as possibilidades de configuração, visíveis ou não, impõe a necessidade de romper com modelos sociológicos inspirados na noção de "método científico universal", e que têm uma tradução bem difundida através das teorias sociológicas da "ação" e da "intersação", que insistem no entendimento de que as ações estariam associadas a movimentos do sistema muscular/esquelético e o pensar poderia ser desenvolvido sem tais movimentos:

as teorias sociológicas da ação tendem ainda a colocar a tônica nas ações visíveis, pelo que manifestamente - com ou sem consciência disso - seguem o decreto behaviorista, segundo o qual um comportamento que não seja susceptível de ser percebido diretamente por observadores humanos, como o comportamento de um pedaço de matéria, não poderá ser encarado como um objecto de estudo científico, nem estudado de forma científica, e tudo aquilo que não é passível de investigação de acordo com o modelo das ciências físicas simplesmente não existe ou, em todo caso não poderá ser considerado como existente por um 'cientista' (Elias, 1997:77).

Por outro lado, não se pode supor que os dados sociais não são passíveis de serem conhecidos tal como são, assim como não existem razões para a suposição de que o ser humano não estaria apto a continuar o desenvolvimento de teorias e instrumentos de investigação na área das ciências sociais com um distanciamento maior do que o que já conseguimos até então (ver Elias, 1997:33).

Pode-se afirmar, portanto, que não existem posições absolutamente envolvidas ou distanciadas, quando a referência é o processo de investigação científica. O que ocorre, na verdade, é uma variação, no interior de uma escala, entre os dois extremos, demonstrando maior ou menor grau de envolvimento emocional ou de distanciamento quando se trata de estudar os fenômenos e acontecimentos sociais.

Esta é uma questão essencial colocada por Elias nos seguintes termos:

O que distingue as posições científicas das pré-científicas - ou seja, de posições menos distanciadas - é a maior ou menor intensidade e o tipo de ligações que se estabelecem entre as tendências para o distanciamento e para o envolvimento (Elias, 1997:21).

É importante ressaltar que a noção de distanciamento em Elias não se identifica, mas se contradiz, com a sonhada neutralidade positivista. O problema reside na necessidade do pesquisador emergir-se o si próprio:

Cada vez mais grupos humanos e, em consequência, cada vez mais indivíduos estão dependentes uns dos outros por razões de segurança e de satisfação das suas necessidades; regra geral, sem que os visados compreendam este processo não planejado. É como se, primeiro, milhares e, depois, milhões e bilhões de homens andassem neste mundo atados pelos pés e pelas mãos uns aos outros por fios invisíveis. Ninguém conduz. Ninguém fica do fora. Alguns querem caminhar numa direcção, outros noutra. Tombam uns sobre os outros e permanecem, vencedores e vencidos, presos uns aos outros. Ninguém pode guiar o movimento deste todo - a não ser que grande parte deles estivesse em posição de compreender e, ao mesmo tempo, de ver a partir de fora a enorme figuração que formam em conjunto. Porém, os participantes são normalmente incapazes de se perceberem a si próprios como parte desta ampla figuração, pois - presos uns aos outros e sem compreenderem o que se passa, arrastados de cá para lá, para caminhos que nenhum deles escolheu - estão absorvidos pelos seus pequenos e agudos problemas pessoais, entupidos na estreiteza do seu campo de visão. O que quer que lhes suceda, só conseguem apreendê-lo a partir da posição específica e limitada que ocupam no todo da configuração. Estão demasiado envolvidos para se poderem ver a si próprios a partir de fora (Elias, 1997: 30).

Aqui reside um tema-chave para a Educação Popular: a pesquisa-ação. A pesquisa-ação pode ser compreendida, em termos gerais, como uma metodologia que parte do pressuposto de que os diferentes grupos sociais têm em si mesmos a capacidade de construir novos conhecimentos a partir das relações dialógicas estabelecidas com os pesquisadores.

Rejeitar as noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade; compreender que a ação do pesquisador possui necessariamente uma dimensão axiológica; assumir a ideia de que a pesquisa social deve estar orientada para melhorar o mundo social, não são "exigências" específicas e particulares da pesquisa-ação, como supõe alguns autores. O diferencial consiste justamente na relação entre o processo de pesquisa e o desenvolvimento social do saber.

Uma história que Elias conta serve bem como ilustração. Um general francês, no século XIX, chefiava tropas africanas, devendo marchar rapidamente em direcção à costa

do Mediterrâneo. Durante algum tempo, avançou sem problemas. Numa certa noite, ocorreu um eclipse lunar. Na manhã seguinte, as tropas não se dispuseram a prosseguir pois, para os soldados, um eclipse da Lua significava que se deveria suspender por até três dias qualquer atividade. Era um presságio anunciado pelo profeta João Batista. O general não compreendia aquela crença e resolveu explicar - "cientificamente" - o que acontecera na noite anterior. Utilizando duas caixas de fósforos e uma pedra, indicou as posições da Terra, do Sol e da Lua nas suas inter-relações. Os soldados escutaram com muita atenção. Ao final, afirmou que não se tratava de algo tão complicado. E os soldados acenaram afirmativamente, agradecendo de pois ao general a explicação. E quando o general solicitou que prosseguissem novamente, a tropa retrucou: "não podemos, pois, como o Senhor General pôde ver, a Lua eclipsou-se a noite passada e isso significa, como toda a gente sabe, que o Profeta João Batista nos fez um sinal para que interrompamos seja o que for que estejamos a fazer" (ver Elias, 1997: 92-3).

O que está posto aqui é o sentido dos acontecimentos e das descobertas para nós. Quando se trata de Educação Popular, cujos objetivos estão voltados para a organização popular e para a realização de um processo e emancipação, o ato de pesquisar, que significa desenvolvimento do saber, está indissociavelmente ligado não só a sua socialização em termos de acesso do conhecimento produzido. Mais do que isso, impõe-se a questão do sentido, do significado que aquele conhecimento tem para um determinado grupo social e como aquele saber modifica homens e mulheres.

Assim, deve-se por em evidência a questão de que o processo de saber não decorre de modo aditivo, não é uma soma. Na sequência desse processo, modifica-se toda a estrutura do saber humano e, logo também, da vivência humana, bem como todo o modo de pensar.

Dois desafios estão postos, portanto: um é o de pensar a questão do desenvolvimento social do saber como parte do processo civilizador da humanidade e outro é o de mexer na balança que pesa distanciamento e envolvimento quando se trata do processo de investigação na área Educação Popular:

A questão nuclear consiste em saber se é, ou não, possível progredir no sentido de uma reflexão mais autônoma, adequada e distanciada acerca dos acontecimentos sociais numa situação em que os seres humanos, enquanto grupos e a diversos níveis, representam sérios perigos uns para os outros. Talvez o dado epistemológico mais relevante a extrair das considerações aqui apresentadas seja a possibilidade de compreensão do que acima designamos (...) por "dinâmica da facilidade crescente": quanto mais reduzido for o padrão social de controle em termos de mau-entendido dos objetos e quanto mais reduzido for o padrão correspondente de distanciamento e de adequação das reflexões sobre eles tecidas, tanto mais difícil será elevar o nível desses mesmos padrões (p.63).

As pessoas sentem dificuldade em exercer maior controle sobre a intensidade das suas emoções diante de acontecimentos que ameaçam afetar profundamente as suas vidas. Também sentem dificuldade em enfrentar tais acontecimentos de forma mais distanciada, enquanto a sua capacidade de controlar o seu curso for diminuta.

Por outro lado, é difícil aumentar a capacidade de controle e de compreensão sobre tais acontecimentos, enquanto não se conseguir enfrentá-los de forma mais distanciada e enquanto não controlarem melhor as suas paixões na vivência desses acontecimentos. (ver Elias, 1997:31-2).

Para ilustração, pode-se recorrer ao conto de Edgar A. Poe - A Descida no Maciçtöm -, narrado da seguinte forma por Elias:

Recordemos: enquanto os pescadores iam sendo gradualmente arrastados para dentro do abismo criado pelo turbilhão das águas flutuavam ainda durante algum tempo à deriva, em conjunto com outros destroços, no longo das paredes desse funil, cada vez mais estreito. A princípio, os dois irmãos - o mais novo dos três já havia morrido afogado no meio da tempestade - estavam demasiado subjulgados pelo medo para poderem pensar com clareza e observar com exactidão o que acontecia à sua volta. Passado algum tempo, assim nos conta Poe um dos irmãos conseguiu libertar-se do medo. Enquanto o mais velho, tolhido pela catástrofe que se avizinhava, ia recorrendo desesperado e impotente na embarcação, o irmão do meio recuperava o auto domínio e começou a olhar à sua volta, movido por um determinado tipo de curiosidade. Então, ao observar tudo com mais calma, quase como se isso não o afectasse pessoalmente, notou determinadas regularidades no movimento dos destroços, que, em conjunto com o barco, eram arrastados em círculos à deriva (...) conseguiu chegar à conclusão de que os objectos cilíndricos se afundavam mais lentamente de que os maiores. Com base nesta imagem sinóptica das regularidades do processo em que se encontrava enredado, e após ter descoberto o respectivo significado para a sua própria situação, ele empreendeu os passos adequados. Enquanto o irmão continuava paralisado pelo medo, ele prendeu-se a um barril, em vão incitou o irmão mais velho a fazer o mesmo; depois, saltou bordo fora. A embarcação levando o seu irmão a bordo precipitou-se com mais rapidez em direcção ao fundo e, por fim, foi engolida pelo abismo das águas. Em contrapartida, o barril a que ele se atara foi sendo arrastado mais lentamente em direcção ao fundo, pelo que o pescador, quando a inclinação das paredes desse funil se foi tornando de novo menos abrupta e o movimento giroscópico das águas diminuiu de intensidade, se reencatrou ao

nível da superfície e regressou, por fim, ao mundo dos vivos (Elias, 1997:75-6).

Os indivíduos têm a possibilidade de controlar não só a intensidade dos seus afectos mas também alguns aspectos da própria situação crítica. No entanto, nem todas as formas e fases dos processos críticos proporcionam, aos que neles estão envolvidos as mesmas oportunidades:

- há processos em que o perigo é tão intenso que a maioria das pessoas é incapaz de distanciar-se e de controlar o seu medo;
- há processos que progrediram de tal modo que às pessoas nele envolvidas já não restam quaisquer hipóteses de preservar a sua sobrevivência;
- há processo em que uma cabeça mais fria em situação de perigo nem sempre constitui a melhor garantia de salvação ou sobrevivência, às vezes a audácia pode ser mais realista do que um elevado grau de controle do afecto;
- por fim, existe a possibilidade de se encontrar uma saída para uma situação crítica por obra do acaso (ver Elias, 1997:79).

O trabalho no campo da Educação Popular coloca o pesquisador diante de um processo que aumenta a emotividade das suas próprias reações. Essa elevada emotividade reduz a possibilidade de uma avaliação mais realista do processo pois, na cena mais explícita e clara em que os contornos sociais e a exclusão são os atores principais, não há dúvida de que a emotividade do pensamento, a sua carga fantasmática mantem-se-ão, com toda a probabilidade, intensas. A incapacidade de controle está relacionada, portanto, ao nível elevado de envolvimento emocional:

Quando a carga fantasmática do pensamento e do saber humanos é intensa e, por isso, a respectiva adequação à realidade é diminuta, a capacidade de ambos controlarem a situação continuará também a ser reduzida, o nível de perigo e de medo recíprocos manter-se-ão igualmente elevados e assim por diante, *ad infinitum* (Elias, 1997:140).

Sem dúvida de que as paixões, de saber como a relação entre indivíduo e sociedade deve ser não pode encobrir ou dissimular outra questão: a de saber como esta relação de fato é. A questão que permanece é a de saber até que ponto o mundo das emoções, sempre considerado como um obstáculo para a construção do conhecimento científico, não é ele mesmo necessário para essa construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALDART, Roseli Salete. *Educação em Movimento - Formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CARVALHO, Adalberto Dias. *Utopia e Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.
- COSTA, Marisa Vorraber(Org.). *Educação Popular Hoje*. São Paulo, Loyola, 1998.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular - Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Individuos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- _____. *Envolvimento e Distanciamento-Estudios sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Braga: Edições 70, 1980.
- _____. *Mozart: sociologia de um génio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.
- GARCIA, Regina Leite e VALLA, Victor V. A. *Fala dos Excluídos*. In: Cadernos CEDES. *A Fala dos Excluídos*. Campinas: Papirus/CEDES, 1996, n.38.
- GONÇALVES, Luiz Gonzaga. *"Sindicato e Política não é coisa só de Dotô": Estudo de uma experiência político-educativa no sertão baiano*. João Pessoa: CME/UFPB, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite - Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Euaicoc, 1989.
- MEJÍA, Marco Raul. *Educación y Escuela en el Fin del Siglo*. Santafé de Bogotá DC: CINEP, 1995.
- MORROW, Raymond Allen e TORRES, Carlos Alberto. *Teoria Social e Educação*. Porto: Afrontamento, 1997.
- PEREGRINO, Mônica. *Piadas, Becos e Vielas: Caminhos do saber*. In: Cadernos CEDES: *A Fala dos Excluídos*. Campinas: Papirus/CEDES, 1996, n.38.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVA, José Barbosa. *Assessoria e Movimento Popular-Um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP)*. João Pessoa: CME/UFPB, 1992 (Dissertação de Mestrado).

A FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SOB A ÓTICA DA OBRA "OS ALEMÃES" DE NORBERT ELIAS

Fernando Marinho Mezzaari¹

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos entre alguns pontos a formação do Estado e o "habitus" dos indivíduos que compõem as sociedades. Vamos fundamentar teórica metodologicamente o texto nas obras de Norbert Elias² especialmente em "Os Alemães"³. A partir da construção teórica, buscaremos a compreensão dos comportamentos, costumes, e hábitos da sociedade paranaense. Cabe destacar desde já, que vamos guardar as devidas ponderações, por que o Estado do Paraná, não é uma nação, mas uma parcela significativa dela.

A construção do Estado para Elias passa por vários pontos congruentes entre si, um dos aspectos mais importantes, é a compreensão do processo de longa duração. Para entender melhor o desenvolvimento das sociedades na perspectiva da longa duração, o autor elaborou as obras Processo Civilizador I e II que analisou a formação dos Estados Francês e Inglês, posteriormente fez o trabalho sobre a sociedade alemã, culminando com a obra "Os Alemães".

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O processo de longa duração é determinante para entender as possíveis mudanças nos comportamentos, nos costumes, nos hábitos, e no desenvolvimento de qualquer sociedade, para tanto o autor comenta: "Mas também existem conexões análogas entre o destino e as experiências a longo prazo de um povo e seu habitus social em que qualquer época subsequente. Nesta entrada da estrutura da personalidade - chamemo-lhe por agora

¹ Professor Assistente da Universidade Federal do Paraná, membro pesquisador do Centro de Pesquisa em Esporte Lazer e Sociedade CEPELS, Doutorado na área de Estudos do Lazer na FEF-UNICAMP, e bolsista da Capes.

² Autor alemão que elaborou a teoria configuracional do processo civilizador com inúmeras obras, entre elas *A Base da Exatidão*, *Sociedade dos Individuos*, *Envolvimento e Distanciamento: Estudos sobre sociologia do conhecimento*, *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*, Vol. 1 e 2 *Os Alemães Luta pelo poder e a evolução do habitus nos XIX e XX*.

³ ELIAS, Norbert *Os Alemães Luta pelo poder e a evolução do habitus nos XIX e XX*. Editado por Michael Sennet; tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

a chamada "nós" - existem frequentemente sintomas complexos de perturbação em ação cuja força e capacidade para causar".⁴

O conceito "nós"⁵ utilizada pelo autor para explicar a existência da longa duração em seu conceito, deve ser entendida por configurações de grupos sociais, que em muitas vezes são reestruturadas a partir das construções dos Estados nacionais. No processo de constituição da sociedade na longa duração, há uma idéia de continuidade e descontinuidade dos hábitos, principalmente se focalizarmos como ponto de referência a formação dos Estados. Se compararmos várias nações a Alemanha na Europa foi um dos países que mais sofreu as mudanças, mais uma vez destacamos que a descontinuidade é o acúmulo de vários processos paralelos e convergentes.

Na elaboração da tese do autor, as mudanças no comportamento, no hábitos da sociedade ao longo do processo, ocorreram em cinco pontos distintos, vejamos quais são: Primeiro, o controle da segurança física entre os indivíduos que compõem os Estados (embora as guerras entre eles continuassem sendo uma ameaça), mesmo que haja neste interior alguns conflitos entre as massas populares e a minoria de ricos; Segundo, a disputa de poder pelos grupos sociais instalados no interior dos Estados, esses movimentos emancipatórios dos grupos levaram muitas vezes inversões dos papéis, pois inverteram as posições no interior da sociedade; Terceiro, as mudanças nos comportamentos entre os grupos destacamos os seguintes aspectos: nas relações homens e mulheres; nas relações entre pais e filhos, ou em termos gerais, entre as gerações mais velhas e as mais novas; nas relações entre as sociedades européias e as suas antigas colônias e, de fato, com o resto do mundo, por fim; nas relações entre governados e governantes, nestes casos os grupos minoritários começam a se representar na sociedade ter certo poder sobre o outro. Em quarto lugar, destaca-se o ritmo das mudanças, cada Estado, cada situação é diferente da outra, portanto os ritmos das mudanças são diferentes de acordo com cada configuração existente. A quinta e última questão, trata-se da mudança da conscientização dos indivíduos, equilíbrio de poder entre as pessoas, possibilitou uma maior conscientização para que não houvesse um esmagamento dos menos favorecidos.⁶

A necessidade de equilibrar o poder entre os governantes e governados, entre as instituições estatais como um todo, entre as consciências e entre a grande massa dos que vivem as margens delas, "é a resultante de uma mudança no comportamento dos indivíduos e no hábitos social. A transformação ocorre num longo período de tempo com ritmos variados dependendo de Estado para Estado, e sociedade para sociedade, de configuração para configuração.

Nesta perspectiva o autor constrói o seguinte comentário: "Assim cumpre assinalar que o arcabouço de normas e controles, o código ou cômico de comportamento e sentimento em nossas sociedades (e talvez em todas as sociedades) não consiste num todo

⁴ Op. cit. pg. 30

⁵ ver HANU ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

⁶ Op. cit. pg. 38

unificado. Em toda e qualquer sociedade existe um gradiente específico entre relativa formalidade e relativa informalidade, o qual pode ser apurado com grande precisão e ser mais ou menos elevado. A estrutura desse gradiente muda no decorrer do desenvolvimento de um estado sociedade. O desenvolvimento numa direção específica é um aspecto do processo civilizado".⁷

As mudanças comportamentais dos indivíduos nos Estados são decorrentes de todo o processo que envolve o mesmo, e essas mudanças tem muito a ver com a disputa de poder entre todos os pontos destacados até aqui. A tendência no decorrer dos anos através das gerações que essas transformações equilibrem as forças de poder, entre os indivíduos. A distribuição de poder entre as gerações mais atuais, mantém-se menos desigual do que tinha acontecido anteriormente com as gerações pré estatais.

Para justificar as afirmações, o autor utiliza como um dos exemplos mais apropriados as Américas. Verifica-se neste caso a imposição de certos hábitos e comportamentos oriundos das cortes para todos as sociedades em formação. Nesta perspectiva evidencia-se "Um dos extremos exemplos da desvalorização de um código que fornece significado e orientação a um grupo em ligação com a perda de poder do seu grupo - portador é a eliminação das classes superiores nas Américas Central e do Sul, no decorrer da colonização imposta pelo cristianismo pelos espanhóis e portugueses. É verdade que nesses casos o antigo *establishment* foi substituído por um novo, mas o código de regras pelo qual o novo *establishment* reger sua vida foi, no começo, incompreensível para os povos conquistados. Dificilmente poderia compensar a perda de significado. O lado humano desse processo ainda está pouco pesquisado, até onde pode ser entendido".⁸

A inserção de comportamentos trazidos pelos colonizadores demonstra claramente o frágil equilíbrio de poder entre os governados e os governantes, se verifica uma evidente condução do processo, que só vem a ser alterado séculos depois com a valorização das minorias colonizadas.

Passado o entendimento sobre as mudanças dos comportamentos dos hábitos através das gerações e das relações de poder, evidencia-se ainda nessa obra duas possibilidades de observar as transformações sociais partindo da construção social - "nós", sob a ótica da regionalização.

Até certo ponto um Estado regional alemão pode através de disputas internas ter chegado ao poder, conquistando e impondo um equilíbrio de força com toda a sociedade alemã, assim comenta-se: "é extremamente típico que um Estado regional alemão relativamente jovem, cuja casa reinante chegara ao poder através de uma série de guerras arriscadas mas, no final, bem sucedidas; se tornasse o porta-estandarte da reorganização militar da Alemanha que colocaria o país em pé de igualdade com o resto da Europa".⁹

⁷ Op. cit. pg. 41

⁸ Op. cit. pg. 77

⁹ Op. cit. pg. 20

Outro exemplo bastante apropriado, é o caso dos países baixos - Holanda, que em muitos casos a forma de administrar as cidades e os hábitos foram reproduzidos para a construção do Estado-nação, não houve um alto estágio de violência mas sim um certo equilíbrio entre os governantes e os governados. O autor coloca essa questão da seguinte forma: "Assim os habitantes de cidades como Amsterdã ou Utrecht colocaram sua herança a serviço do desenvolvimento não só do Estado holandês, mas também do hábito holandês. A arte de governar com a ajuda da negociação e das concessões mútuas foi passada da cidade para o Estado. Na Alemanha, pelo contrário, os modelos militares de comando e obediência prevaleceram em vários níveis sobre os modelos urbanos de negociação e persuasão".¹⁰

A diferença dos dois modelos só confirma as especificidades, dos comportamentos, dos hábitos e das formas de se pensar a ação administrativa de determinados grupos sociais. Enquanto de um lado há a utilização de forças para se chegar ao poder e o processo é de descontinuidade, de outro lado ocorre o inverso a passagem dos hábitos acontece sem maiores problemas, sempre existindo certas continuidades no desenvolvimento da sociedade.

O ESTADO PARANAENSE

Podemos a partir deste modelo teórico metodológico construído por Elias, estudar a formação do Estado do Paraná com seus comportamentos, hábitos e suas possíveis influências no Estado brasileiro. Obviamente o Estado brasileiro possui diversas especificidades na sua formação, mas que de certa maneira o Estado do Paraná enquanto agrupamento de indivíduos (identidade "nós"), possui também sua particularidade na sua constituição, no comportamento dos indivíduos, nos hábitos e no equilíbrio das relações.

A sociedade paranaense se desenvolveu a partir de algumas configurações bastante peculiares em sua composição, e que de certa forma ocorreu em outras regiões do Brasil, talvez não com a mesma intensidade, forma e ritmo. Primeiro, porque, até a década de 30 deste século, somente uma pequena parcela do Estado era habitada e desenvolvida. A economia definida, pelos tropeiros, pela agricultura e pela exploração do Litoral como veremos mais a frente.

Segundo por que a miscigenação das etnias estabelecidas no Estado (portugueses, índios, negros, poloneses, alemães, japoneses, judeus, árabes, italianos, holandeses entre outros) provocou algumas configurações específicas em seus grupos. Portanto, o equilíbrio entre os colonizadores e o grupo social existente foi desigual, pois haviam imposições dos colonizadores e governantes nas ações destes grupos.

O povoamento da então província do Paraná começou no século XVI, ainda que viajantes e aventureiros já tivessem dado notícia do litoral paranaense, foram os caçadores de ouro que apareceram no século XVII vindo das vilas paulistas através do canal de

¹⁰ Op. cit. pg 24

Varadouro e se instalaram na província. O avanço no desenvolvimento da exploração territorial, ocorreu ainda neste século com a chegada ao planalto de alguns poucos colonizadores, que povoaram a região de Curitiba e a partir do século XVIII com os tropeiros. Como veremos a seguir, há uma ocupação maior do território com a chegada dos imigrantes, a partir do século XIX.

No decorrer da ocupação ficou bastante definida e dividida os meios rurais e meios urbanos, sendo que nos meios rurais o desenvolvimento era mais agrícola e o hábito estava centrado ainda com nos costumes dos imigrantes. Já no meio urbano, se desenvolvia mais o comércio, e os costumes da sociedade da corte portuguesa com as configurações sociais, e principalmente o poder político centrado no meio urbano.

As sociedades da província na época do Império (o Estado ainda não tinha surgido) eram formadas pelas cidades, vilas e se organizavam em várias frentes. Podemos citar que a base da economia estava centrada na exploração do ouro localizada na região litorânea e nas proximidades da Capital.

Tempos depois, o centro do desenvolvimento econômico, social e político da Província mudou de trajeto e passou a ser composto também na região central (Campos Gerais) começava a ser considerado o meio urbano no interior do Estado. Esse fato ocorreu pela novo trajeto Viamão - Sorocaba que levava do Rio Grande do Sul "cabeças de gado" para abastecer o mercado de São Paulo. Este trajeto foi construído pelos, chamados tropeiros. Em paralelo, começou a ser formado as primeiras grandes fazendas da região, o latifúndio sendo construído por famílias ricas da época.

Somente no final do século passado, já com a vinda dos imigrantes para a Província é que ocorreu um novo salto social e econômico pois o centro das ações econômicas deslocava para a agricultura, principalmente com o cultivo da erva - mate, desenvolvido na região mais ao sul do Estado, formado por União da Vitória, Porto Amazonas. Até a década de 30 o norte pioneiro também começou a tomar-se um centro da agricultura, principalmente nas cidades de Jacarezinho, Cambará, Andará, Bandeirantes.

Interligados com as ocupações territoriais e avanços econômicos, estavam as imigrações dos portugueses, poloneses, alemães, japoneses, judeus, árabes, italianos, holandeses entre outros, que se instalaram em todas as regiões do Estado. Na região litorânea concentrava os portugueses, os primeiros colonizadores do país; os poloneses e holandeses em suas maiores ficaram nas regiões dos campos gerais; os italianos permaneceram mais ao sul do Estado principalmente na região de Porto Amazonas, União da Vitória, Palmeira (formando a primeira colônia anarquista do país, Colônia Cecília); os alemães constituíram as colônias de Entre Rios e Marechal Cândido Rondon; por fim os japoneses que fixaram suas raízes no norte do Paraná. Obviamente estes povoadamentos do Estado, não fixavam e nem delimitavam as áreas dos imigrantes, mas sim, houve uma distribuição equilibrada nas diversas regiões geográficas que compõem o Estado. Na capital do Estado, Curitiba, concentrou imigrantes de todas as regiões.

Os imigrantes com seus costumes e hábitos juntaram com os portugueses, espanhóis, índios, negros, mulattos, mineiros, que já estavam compondo a Província do

Paraná, criada em 20 de agosto de 1853 pela Lei Imperial nº 704, tendo como presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. O Paraná foi desmembrado da Província de São Paulo e sua população não ultrapassava a 63 mil habitantes, dos quais aproximadamente 6.500 moravam na capital, em Curitiba. A passagem da Província para o Estado ocorreu um dia depois da Proclamação da República, portanto, em 16 de novembro de 1889. O Paraná foi uma das primeiras Províncias a se tornar Estado, a partir do Decreto do Presidente da República.

Além do desenvolvimento econômico instaurado no Estado naquele momento, observamos a profunda interferência dos costumes e comportamentos dos imigrantes sobre a vida cotidiana da população paranaense. O equilíbrio de poder dessas relações podem ser tomadas sob vários aspectos, evidenciamos neste estudo as relações entre os costumes alimentares, educacionais, religiosos e esportivos.

Mesmo com a colonização portuguesa instaurada no país desde o século XVI, a primeira escola paranaense surgiu somente no século XIX, os comportamentos e os costumes começaram a ser impostos a sociedade inicialmente através das escolas. A primeira escola formal, também surgiu neste século datada de 7 de junho de 1859 e servia para a instrumentalizar algumas crianças da sociedade paranaense, além desta outras escolas foram aparecendo tanto na capital como no interior do Estado.

Com a necessidade de ampliar o ensino particular e projetar os mais diversos comportamentos trazidos pelas imigrações, começaram surgir escolas específicas das colônias dos imigrantes. Este foi um dos primeiros passos para que as correlações de forças tivesse certo equilíbrio, pois os grupos menores começavam a ocupar seus respectivos espaços na sociedade.

Entre tantas escolas surgidas pelas mais variadas etnias, destacamos algumas delas, inicialmente as Alemãs com a Escola Alemã de Curitiba, fundada em 1867, a Escola Católica Alemã, a Escola Alemã Protestante. Nestas escolas o que era posto para os alunos estava centrado nos hábitos alemães, onde as aulas e toda a disciplina estava calcada no âmbito da linguagem, gramática e costumes dos alemães que se instalaram no Paraná no século passado. Cabe destacar aqui que mesmo entre os alemães havia uma separação entre os Católicos e Protestantes como veremos a seguir, fator importante na construção dos comportamentos dos paranaenses.

Outro bom exemplo do processo escolar, é a criação da colégio francês para meninas de Paranaguá fundado em 1º de abril de 1856, sob a seguinte perspectiva: "O ensino abrangê: leitura, escrita gramática nacional, língua francesa e inglesa, elementos de aritmética, princípios gerais de história e geografia universal com desenvolvimento especial concernente a história sagrada, história e geografia do Brasil, música, canto, piano, dança, desenho, pintura, e prendas domésticas, compreendendo todos os trabalhos de agulha, tapeçaria bordados e crochê. Para que todas as meninas aprendam a falar a língua francesa, no colégio se não falará em outro idioma".¹¹ A influência dos costumes, da linguagem francesa é

¹¹ MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente (Ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná)*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Quirino, 1989. Pg 363

realmente importante na compreensão da formação da sociedade paranaense, pois o conjunto das relações entre as gerações é que vai criar a identidade desta sociedade.

Além destas escolas, existiram as escolas próprias das imigrações italianas e polonesas, como por exemplo a Sociedade Dante Alighieri de origem italiana e a polonesa Sociedade Escola Polaca Nicolau Copernico.

A relação formada no âmbito escolar entre a imigração européia e o Estado brasileiro começou a ser repudiada a partir da regulamentação da lei nº 2.005 de 9 de abril de 1920 que prescrevia: "Art. 1º - As escolas particulares estrangeiras que funcionam no Estado, são obrigadas a ensinar em língua vernácula, História do Brasil, Geografia do Brasil e a Língua Portuguesa de acordo com o programa do ensino oficial"¹². Este posicionamento auxiliou sem dúvida nenhuma a estabelecer um jogo de poder comandado pelo Estado, entretanto os comportamentos, os costumes dos imigrantes ainda sustentaram em muito os hábitos dos grupos sociais.

Outro ponto em que notaram o desenvolvimento dos hábitos foi a comida, por muitos anos a maior influência estava centrada nas alimentações trazidas pelos paulistas, gaúchos e mineiros, mas com a vinda da imigração, o Paraná se apresenta como um dos Estados de maior variedade de comida. A alimentação comum dos Paranaenses era a tradicional brasileira, arroz, feijão, carne, pão, queijo, frutas e verduras plantadas na região. Já as comidas típicas de outros países foram rapidamente incorporadas em nossos costumes: como a batata trazida pelos alemães; o risoto, a polenta com lingüiça e o macarrão pelos italianos; os queijos vindo da Inglaterra; pierogie da Polônia. Essas e outras variedades foram de algum modo incorporados pelos indivíduos que moravam no Estado. De certo modo a troca de costumes durante as gerações faz com que sejam criados novos hábitos, há na verdade uma via de duas mãos. De um lado os costumes dos índios, portugueses e negros que já estavam instalados no estado, de outro lado os grupos de imigrantes, assim a troca de hábitos neste caso foi constante, sendo o processo construído através das gerações.

Outro ponto bastante importante para analisarmos a influência dos imigrantes nas construções dos comportamentos, foi a religião. O Brasil um país tipicamente católico desde a sua descoberta, se confrontou a partir destes novos imigrantes com várias religiões diferentes, entre elas o protestantismo. Diferentemente de outros costumes, a vinda do protestantismo ao país e ao Estado trouxe um discussão muito grande no interior da sociedade, fato ocorrido por representar uma certa perda de poder do catolicismo. O protestantismo chegou ao Paraná em 1845 trazido pelo pastor D. P. Kiöder, sendo exercido principalmente pelos alemães e a partir do momento que conseguiu alguns adeptos oriundos da igreja católica os confrontos começaram.

Um dos momentos mais conflitantes entre as duas religiões, foi por volta de 1886 onde grupos opostos começaram a se confrontar diretamente através de discursos, correspondências, violências físicas e principalmente utilizando do poder o Estado que estava do

¹² Op. cit. pg 369

lado dos Católicos. Assim a circular nº 59 de 4 de março de 1886 expedida pelo padre de Ponta Grossa comenta "Além disso, rogo a v. revma. que avise a seus paraquianos que não podem aceitar, reter, ler ou dar os folhetos ou livros que andam distribuindo os sr. Ministros protestantes, e que queimar tais escritos ou entregá-los ao pároco do lugar. Será prudente que v. revma. e demais párocos, quando aparecem nas freguesias tais ministros ou enviados seus, dêem logo parte às autoridades civis do lugar e peçam-lhes que elas tomem as providências necessárias à gravidade do caso, e estou quase certo de que eles se apressarão em cumprir seu dever, majormente que são representadas por provas católicas."¹³

A resposta a essa posição dos católicos veio em seguida com uma carta dos protestantes que entre outros pontos tinha o seguinte argumento "Os nome se acham registrados no lugar competente desta província, portanto, eles tem a necessária licença das autoridades civis desta província. É nosso dever como ministros evangélicos de ensinar ao povo todos os mandamentos de Deus. Vê-se grande contraste entre o ensino do vigário geral florense desta província e o das Santas Escrituras."¹⁴

O embate entre as duas religiões no Paraná e no país continuou por mais alguns anos, chegando a acontecer certas violências físicas no estado do Paraná como a do ano de 1894. Mas, com o decorrer dos anos e com o aparecimento de outras religiões trazidas pelos imigrantes japoneses, judeus, árabes e negros a questão da disputa do poder mais violentas, agressivas das religiões, foi se diluindo gradativamente. Mas como desde o começo do século há existências de inúmeras religiões no estado, observamos um relativo respeito entre elas, o processo de pacificação foi sendo construído com o decorrer das gerações, buscando um equilíbrio entre as forças de poder.

Como último ponto a ser destacado na questão dos hábitos, o esporte e as ginásticas também tem presença marcante na construção desta sociedade. Constatamos em uma pesquisa realizada recentemente que também nos esportes existiram práticas trazidas pelos imigrantes. Atividades como: boliche, o puaibol; e o Tênis trazidos pelos alemães como os demais, e ainda as lutas marciais pelos japoneses, a capoeira pelos negros, o golfe, o próprio futebol e os jogos de salão (xadrez, gamão, cartas, dama, domino e outros)¹⁵. Com respeito as ginásticas constamos as seguintes: ginástica de Deutscher Turn Verein, trazida no ano de 1887 da Alemanha, a ginástica Sueca, ginástica Austríaca, ginástica Francesa e a calístenia.

Os Esportes e os Métodos de ginásticas contribuíram para que os indivíduos da sociedade brasileira em geral e a paranaense em particular, pudessem através de suas gerações constituir hábitos próprios e específicos, sem deixar de considerar nesta relação o Estado Brasileiro, que por muitas vezes utilizou dessas práticas para corroborar na

¹³ Op. cit. pg 385

¹⁴ Op. cit. pg 386

¹⁵ Verificar na recente pesquisa elaborada por MEZZADRI, Fernando Marinho *A prática esportiva nos Clubes Sociais no Estado do Paraná e suas possíveis configurações 1872-1930*, coletânea do VI Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física Rio de Janeiro 1998.

construção desta nação. Salientamos a rápida incorporação das atividades esportivas e de ginástica trazidas pelos imigrantes para a formação do habitus paranaense. Essa troca de ações equilibra as forças entre os colonizadores e os colonizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar um entendimento da sociedade paranaense, não é uma tarefa das mais simples, principalmente se considerarmos a opção teórica metodológica proposta por Elias quando ele comenta "isso ajuda a explicar por que os historiadores, assim como os sociólogos, prestaram relativamente pouca atenção a tais padrões sociais, embora em muitos casos eles se courem entre as mais poderosas formações sociais de seus tempos. Em particular, os historiadores modernos desde Ranke foram treinados para concentrar-se em documentação explícita que, na realidade, não tem olhos para formas de vida social, onde a coesão se baseia em grande parte no conhecimento de símbolos escassamente articulados."¹⁶

Portanto, construir como Elias comentou uma relação mais próxima entre Estado, comportamentos, costumes e o habitus é antes de mais nada compreender todo o processo da longa duração existente. Não basta para o autor fixar o estudo nos documentos, mas sim na vida cotidiana dos indivíduos e de suas representações sociais.

No caso específico do Paraná, a dinâmica econômica, política tem profundas ligações com os comportamentos e hábitos dos imigrantes, bem como os costumes alimentares, esportivos, religiosos-educacionais são relativamente diferentes de outras regiões do país.

Nesta perspectiva a relação entre a imigração européia e a colonização, a relação entre os grupos minoritários como por exemplo o protestantismo no Brasil, e as relações entre as gerações, são desenvolvidas ao longo do tempo num processo contínuo. Assim entendemos que o Estado do Paraná mesmo sendo uma pequena parcela do Brasil, possui suas nuances próprias, suas configurações específicas, suas redes de interdependências e interconexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert. DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação* Lisboa: DIFEL, 1992.

ELIAS, Norbert *Os Alemães Têm pelo poder e a evolução do habitus nos XIX e XX*. Editado por Michael

Schäfer; tradução Álvaro Cabral; revisão técnica, Andea Dabot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

¹⁶ ELIAS, Norbert. *Os Alemães* pg. 85

- ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- _____. *Envolvimento e Distanciamento: Estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1997.
- _____. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2 - 2 ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1994.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ed - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente (Ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná)*. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989 Pg. 363
- MEZZADRI, Fernando Marinho. *A prática esportiva nos Clubes Sociais no Estado do Paraná e suas possíveis configurações: 1870 - 1939*, coletânea do VI Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física Rio de Janeiro 1998.
- LAVALLE, Aida Mansani. *Alemanha - Guaira: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Centro de Publicações, 1996.

FREUD E ELIAS: aproximações possíveis?

Gerusa Aparecida Marquesini Prado¹

1, 4

Este trabalho tem como objetivo fazer reflexões acerca de alguns conceitos dos processos civilizadores estudados e apresentados por Norbert Elias. Tentarei fazer algumas relações deste teórico com aspectos relativos à teoria psicanalítica.

Norbet Elias (1993) define os processos civilizadores como oriundos de entrelaçamentos de planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas, que, de modo amistoso ou hostil, desenvolvem mudanças nos modelos de vida na sociedade. Nesta perspectiva, o fato que chama a atenção é que estes processos não se constituem de um planejamento ou criação (pré-determinada), ou seja, estes surgem de uma ordem *suigeneris*, inevitável, mais forte que a vontade e a razão das pessoas isoladas que as compõem.

Pensar nos processos civilizadores, nas formas de controle social, assim como o autocontrole apresentado por Elias (op. cit.) na sua teoria, fizeram-me refletir sobre a influência dos aspectos antropológicos e os aspectos emocionais que parecem fazer parte integrante da forma de homem individualizar-se, enquanto ser no mundo. A questão da individualização será discutida mais adiante neste trabalho.

Segundo Kluckhohn, C. (1972), o processo cultural tem sua origem na natureza humana. Neste aspecto, a forma dessa natureza apresentar-se tem uma referência com a questão biológica do homem e com as leis naturais que regulam sua vida. Assim, toda cultura seria destinada a perpetuar o grupo. A solidariedade entre os indivíduos viria a atender uma demanda, tanto individual quanto grupal. Por outro lado, a aprendizagem de uma cultura está relacionada ao fato do homem pertencer a um grupo particular. Isto nos leva a pensar que nossa herança social está sempre vinculada com nossa herança orgânica, ou seja, na tentativa do homem de buscar satisfação para suas necessidades básicas.

Para que haja uma produção cultural, este homem, necessariamente, teve que se civilizar. Este processo civilizador é, dentro da perspectiva psicanalítica, causa de dor e de sofrimento humano, na medida que o homem se afasta da sua natureza animaléscia, na busca de prazer de seus impulsos a qualquer custo.

Freud (1930) inventa uma teoria que afirma a condição humana como não propriamente boa, pois para se inscrever no universo da cultura tem-se que seguir os processos

¹ Maracanda - Psicologia Social, Universidade de Alfenas - UNIFENAS.
Endereço residencial: Rua Coronel Pedro Correia, 42, Alfenas, MG. CEP 37130-000
E-mail: wpercio@mc.com.br

civilizatórios, pagando o preço de se afastar de si enquanto ser. Enquanto buscaria uma passividade externa, de amor com o outro, e de proteção de si mesmo, seu interior ficaria preso na armadilha do desprazer, devido ao abandono do prazer realmente desejado.

A vida social entre os seres humanos implica em que um sistema de entendimentos convencionais sejam transmitidos de geração para geração. Os humanos conhecem bem este sistema de entendimentos, formado por regras, códigos e normas através das quais se julga a si mesmo e aos outros. Na medida que o humano deixa de se ajustar a estas regras ou códigos culturais, experimenta um desconforto. Este desconforto atua como forte pressão a nível do inconsciente, através da culpa, e a volta ao padrão aceito e normalizado. Assim, o desvio do padrão corresponderia a castigos sociais ou privação de amor e de proteção ao semelhante.

Elias (op. cit.), ressalta a importância das relações entre as pessoas na composição do indivíduo. Ao explorarmos a natureza dessas relações, temos a dimensão da interdependência das funções humanas às quais o indivíduo está submetido. Neste sentido, temos que voltar à psicanálise para marcar nesta perspectiva uma diferença teórica fundamental.

Para a psicanálise não existe o conceito de indivíduo, pois não existe o inteiro, o todo. A nível de constituição do psiquismo, a consciência é uma instância serva das motões pulsionais. Portanto, o conceito de indivíduo como possibilidade de nossa verdadeira personalidade não é sustentado, na medida que inscrito na cultura e que temos é o sujeito. Este sujeito só se constitui ao ser capturado pelo desejo do outro. Logo, este outro é para o sujeito o social, ou seja, ele é o registro do social. Devemos explicar que assim sendo, o desejo do sujeito não é dele, é o que advém do outro, seria a tentativa de retorno a um traço de memória; uma possível satisfação plena, sentida e perdida para sempre pelo sujeito.

O bebê, quando está diante do desamparo de sua própria constituição, necessitaria de um acolhimento para que o psiquismo se faça. A partir desse momento, mesmo que seja acolhido em suas necessidades fisiológicas, afetivas e de segurança, o infante sempre buscará um retorno a esta sensação oferecida de completude total, a este algo perdido para sempre, e que é inapreensível.

Assim o sujeito se constitui, enquanto sujeito, a partir desse Outro; ele precisaria alienar-se absolutamente neste Outro e ao mesmo tempo separar-se dele para continuar buscando o objetivo perdido. Esta busca incessante marcará o sujeito para sempre, ao mesmo tempo, será este desejo que o mobilizará no mundo, nas suas produções culturais e na busca de um mundo civilizado, envolvido pelas vicissitudes do afeto. Apesar dos diferentes conceitos: indivíduo em Elias e sujeito em Freud, podemos perceber que os dois teóricos acreditam que mudanças de pessoas isoladas não produziram este processo de avanço na civilização. Elias aponta o entrelaçamento, e mudanças de funções humanas, e Freud aponta o sujeito assujeitado pelo outro.

Tanto para Freud, quanto para Elias o que existe é uma reorganização da própria civilização, mudanças que corresponderiam à forma de ler o mundo. O resultado desta

reorganização seria marcado por mudanças de conduta em relação às ações e aos sentimentos civilizados que a própria experiência humana comportaria; o que Elias denomina auto-controle. Este auto-controle estaria embutido nos hábitos do sujeito, e manteria uma relação estreita com a monopolização da força física, hoje sob o domínio dos órgãos centrais da sociedade.

A modernização das posições humanas corresponderia, assim, a uma necessidade, na medida que o sujeito está numa interdependência constante com o outro e respectivamente com o social.

Para Elias, o Estado ficaria responsável pelo controle da violência física, confinando-a nos quartéis, um controle que irá ser aplicado desde a infância do homem na busca de uma organização social estruturada em leis. Tanto a agência pública quanto a privada tenderiam a impor uma regulação aos impulsos humanos.

Finalizando este trabalho, e não está discussão, relembro as três fontes do sofrimento humano apresentadas por Freud (1927): a) A supremacia da natureza; b) A fragilidade de nosso corpo; e c) A insuficiência de nossos métodos para regular as relações humanas na família, no Estado e na sociedade. Por mais que o ser humano busque se proteger através de processos civilizadores, ele não poderá fugir daquilo que mais o assusta: o Desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Vol. II. Jorge Zahar. Ed. Rio de Janeiro, 1993.
- FREUD, S. (1927). *O Futuro de Uma Ilusão*. *Obras Completas*. Volume XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- _____. (1930). *O Mal Estar na Cultura*. *Obras Completas*. Volume XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- KLUCKHOHN, C. *Antropologia Um Espelho Para O Homem*. Editora Itatiaia LTDA. São Paulo, 1932.

MANOEL BOMFIM NO CONTEXTO DO INÍCIO DO SÉCULO XX: originalidade de uma obra.

Ivone Bertanha¹

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Ao contrário de muitos autores do início do século, como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Sílvio Romero, Manoel Bomfim é um pensador pouco conhecido e não teve a consagração merecida. Eliminando-se de sua narrativa os exageros alcançados pela fala de acalorado patriota, muitas vezes cometendo excessos até mesmo de ordem moral contra ou pró determinados personagens, sua análise histórica, apresentada primeiramente na obra *A América Latina: males de origem, de 1905, não deixa de ser, em sua época, uma rara abordagem. Rara, não no sentido de que tenha sido o único a se preocupar com a tarefa da análise histórica, mas por apresentá-la de uma maneira crítica, que se distingue e se abre para valorizar fatos inclinados às explicações das partes oficiais e à historiografia que lhes corresponde. Bomfim contrapõe argumentos que desmontam as teorias inspiradas no conservadorismo e no racismo, presentes nas obras dos mais renomados autores do momento.*

Nesse sentido, o pensamento de Manoel Bomfim torna-se atuante, vivo, oposto aos dos historiadores de gabinete, revelando uma inquietação com a realidade, tanto do passado como do presente, repetindo sempre a necessidade do conhecimento histórico, para combater os males da sociedade brasileira. *Deixe princípio, derivar-se-ão argumentos para as respostas e críticas aos autores que daí se distanciarão e que formularão conclusões tiradas de exemplificações alheias ao objeto histórico, como por exemplo, os determinismos naturais baseados nas raças e nos climas, dominantes no pensamento conservador da época.*

Priviligiando como premissa básica o enfoque histórico, Manoel Bomfim ressalta em sua análise os movimentos políticos e sociais que amaram na formação da nacionalidade brasileira. Na sua opinião, destacam-se aqueles que trazem consigo as idéias de abolição, independência e república. Enquanto os historiadores da oficialidade acentuaram figuras como D. João VI, D. Pedro I, D. Pedro II, ou defendem a idéia de que a unidade nacional foi assegurada por Caxias, ou ainda afirmam que o atraso constitui uma fatalidade para os povos mestiços, Bomfim aborda nossa história de outro prisma. Em sua

visão de história inclui e valoriza na questão nacional, principalmente, os movimentos de participação popular, reportando-se mesmo até à luta contra os holandeses, pois, no seu entender, a expulsão deles seria impossível sem a participação popular.

A Revolução de 1817 ganha destaque especial, porque nela se encontrariam os autênticos valores da independência e da república. Do mesmo modo, atribui significado marcante às aspirações políticas dos segmentos sociais, que no período regencial poderiam colocar em risco o monolitismo do poder monárquico. Sua principal intenção é procurar demonstrar que a "formação nacional" não se reduz aos fatos políticos do período mas que estes, pelo contrário, impuseram uma ordem em oposição às forças políticas e sociais que almejavam uma outra forma de independência e de regime republicano. Segundo Bomfim a tarefa mais importante do conhecimento histórico seria, portanto, considerar e ressaltar ao decorrer da história esses movimentos. Na sua concepção, ali germinariam os autênticos valores de nacionalidade, inspirados nas mudanças sociais.

Em suas obras, dedicadas aos ensaios historiográficos, Manoel Bomfim mantém uma coerência de raciocínio demonstrada, sobretudo, no uso de uma argumentação que privilegia sempre as mesmas categorias para a análise da história da sociedade brasileira, que é retomada desde o período colonial até a República. Nessa tarefa, o autor constrói sua análise recuperando fatos que não integram a essência do pensamento dominante em sua época, cujas análises normalmente se distinguem por "glorificar" os fatos oficializados da "formação nacional", com a perspectiva de dar-lhes exclusividade nessa tarefa. A eles o autor confronta outros fatos, justamente aqueles que questionaram a unanimidade do poder que aqui se instala no século XIX e que impõe também o seu caráter da abolição da República. Nessa elaboração histórica, Manoel Bomfim espelha a classe dominante no seu processo de afirmação, afirmação enquanto classe. Porém, os quadros conservadores não consideram nas suas formulações os conflitos de classe, daí eliminando os movimentos que são anteriores à Independência e, que desde o século XVIII, estavam embuídos de idéias de emancipação e república. Entre as obras mais significativas que contribuem para reforçar essa visão, Bomfim aponta as de ilustres historiadores e literatos do momento, que integram os quadros do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Brasileira de Letras. Nesse sentido não poupa críticas a Varnhagen, João Manoel Pereira da Silva, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Moreira de Azevedo, Graça Aranha. Por exemplo, destaca a obra de Oliveira Lima, *O Império Brasileiro, publicada em 1921, sobre a qual comenta: [...] a Nação Brasileira aparece como obra dos Braganças [...].*

Em contraposição a essa historiografia, o autor destaca as interpretações que, no seu entender, não privilegiam apenas os feitos da classe dominante. No caso, Bomfim retoma as obras de Frei Vicente do Salvador, Southey (o qual recebe tratamento especial), Capistrano de Abreu e João Ribeiro. O valor a eles atribuído incide sobre a forma como apresentam a realidade e os fatos considerados expressivos na sociedade.

O mesmo senso crítico de Manoel Bomfim se mantém, quando focaliza um dos principais debates de sua época: as teses raciais, utilizadas como fundamento para explicar o atraso social. Discutindo especialmente Oliveira Martins e Oliveira Vianna, o autor

¹ Universidade Estadual de Maringá.
Endereço residencial: Rua Néo Alves Martins, 29602-001, Maringá - PR.

denuncia as influências do germanismo nos estudos da sociedade brasileira. Retoma os trabalhos de ambos, questionando a validade das teses raciais para a explicação das relações históricas. Conclui que é uma categoria própria da biologia e que a história pode explicar-se, perfeitamente, sem o conceito de raça.

Segundo a visão do autor, embora inócuas, as teses raciais serviram para justificar a colonização, a escravidão, as guerras, enfim, toda exploração capitalista de riquezas.

Inspirados nas obras de Manoel Bomfim, Flora Sussekind e Roberto Ventura, num ensaio sobre as teses raciais, concordam com o aspecto ideológico que o autor aponta nas teses naturalistas, ao afirmarem que *No discurso racista, o colonialismo e o banditismo, a escravidão e o massacre de povos e raças legítima-se-iam como inscritos em uma ordem natural.*

Esses conceitos são refutados nos ensaios do autor através do debate crítico, fundamentado na argumentação histórica. Com razão entendeu esse autor ser o debate crítico, associado à argumentação histórica o instrumento válido para combater o pensamento conservador dominante. Partindo do enfoque histórico, de cujo ângulo abarca também a historiografia, Manoel Bomfim apreende a formação social brasileira através de determinadas categorias, freqüentes em suas obras. Para o objetivo dessa exposição, que se propõe analisar o pensamento histórico desse autor, elegeu-se como categorias fundamentais o "parasitismo" e a "tradição histórica". São conceitos que caracterizam suas reflexões. Sua reincidência e ênfase possibilitam verificar como o autor encaminha seu principal objetivo, qual seja, buscar as causas dos "males" da sociedade brasileira. Essas categorias representam uma síntese do seu pensamento, tanto no que diz respeito a reflexão sobre a sociedade brasileira, quanto ao questionamento da produção histórica existente. Daí a opção por uma abordagem conjunta de seus livros, pois a coerência do seu raciocínio sobre essas questões, tomadas como categorias de análise, exprimem o seu pensamento e as preocupações principais da intelectualidade do início do século XX.

Desde seu primeiro livro, publicado em 1905, ao último, escrito cerca de vinte anos depois, o autor insiste sobre essas teses e expressa sua forma particular de compromisso com as questões de sua época. São conceitos e expressões que nortearam todo o trabalho desse incansável intelectual, seja na abordagem, seja na crítica que exerce aos outros autores. Possibilitam também verificar aspectos importantes do quadro intelectual da sua época, pois os conceitos de "atraso", "progresso", "raças", não são exclusivos de sua abordagem. Constituem a tônica principal da maioria dos autores da época contra os quais se insurge Bomfim. Trata-se aqui de verificar como Manoel Bomfim as focaliza a partir de seu próprio quadro conceitual.

As categorias "parasitismo" e "tradição histórica" distinguem a concepção de Bomfim que, nelas, centra os valores e os conteúdos históricos da sociedade brasileira.

Em sua análise, o eixo das explicações e conceitos convergem sempre para o "parasitismo" e "tradição histórica". Por "parasitismo" entende todas as relações de exploração que aqui se desenvolvem, contidas nos processos políticos e sociais que têm continuidade até os dias da República. Nessa constatação, o autor deixa claro que há per-

manência dos mesmos grupos sociais "viciados" nos antigos sistemas de exploração. Seus interesses sempre prevalecem e determinam as diretrizes das alternativas políticas e as formas de Estado que aqui vigoraram. Nas palavras de Bomfim, disso resulta:

Nação cujos governantes vêm diretamente dos negreiros escravocratas de ontem, numa mentalidade que via a abolição como a definitiva desgraça, e Brasil tepe uma política oficial, que, ainda hoje, vê no imigrante — braços, para uma lavoura indefinidamente arcaica, braços que permitam continue o fazendeiro ansioso de furtar-se do labor alheio, como nos tempos nunca esquecidos da escravidão [...] (Bomfim, O Brasil Nação, 1931: 340).

Por "tradição histórica" o autor entende o conjunto de forças com possibilidades de abalar as estruturas conservadoras, responsáveis pelo "parasitismo". Seriam as forças capazes de remover os "males", historicamente enraizados na sociedade brasileira. Para ele essas forças se avivam no decorrer da sociedade brasileira, apresentando-se nos movimentos sociais e nas figuras de políticos e intelectuais que se opõem ao domínio dos "parasitas". Daí tratar com ênfase especial os movimentos de 1817, 1824 e 1848, as atuações parlamentares do período regencial, as rebeliões populares, além de manifestar atitudes simpáticas às figuras de estadistas considerados avançados, como por exemplo, José Bonifácio, Frei Caneca, etc..

Quando o autor discute o significado das "tradições históricas", observa-se que seus parâmetros de referência abarcam processos e movimentos que ocorrem na Europa, como por exemplo, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, etc.. Relaciona a República brasileira como derivada das forças conservadoras ao afirmar que o mesmo ano do Manifesto Republicano (1870), também foi o da tentativa da Comuna de Paris e no Brasil a mudança conservou-se em limites tão estreitos, que levaram os líderes brasileiros, quatorze anos mais tarde, a dispensarem um programa. O deputado Prudente de Moraes, futuro presidente da República, declarou, em 1884, que o programa dos republicanos estava no Manifesto.

Afirmações semelhantes repetem-se em outras passagens, onde são marcados os movimentos que resultam da luta de classes na Europa, lutas que se caracterizam pela oposição ao capital. Repetidamente, Manoel Bomfim aponta para as diferenças da evolução política brasileira e, no processo histórico brasileiro, atema para a presença de "forças parasitárias", configuradas nos grupos dominantes que definiram os processos de independência, de abolição e de república em detrimento das "tradições históricas", expressas nos movimentos de oposição à ordem estabelecida pelos "parasitas". A esses aspectos o autor concede especial importância, porque aí afloram as principais contradições da sociedade brasileira, ocasionadas pelo domínio dos "parasitas", que impedem o deslanchar das "tradições" e o "livro desenvolvimento da Nação".

Grande parte da produção intelectual na virada do século no Brasil discute as questões sociais sob o aspecto do racismo, do atraso técnico da produção, das possibilidades de progresso, bem como da ignorância e do analfabetismo. São categorias comuns presentes nas obras de Euclides da Cunha, Graça Aranha, Monteiro Lobato, Lima Barreto, que além de revelarem grande valor literário, inserem-se nas polêmicas da época.

São categorias marcantes também nas obras de Manoel Bomfim, porém de uma maneira distinta. Lembre-se, primeiramente, sua rigorosa crítica dirigida ao racismo, questionando as teorias que lhe dão fundamentos. Também as questões relacionadas ao progresso, associadas à ignorância, ao analfabetismo, ao atraso técnico, recebem por parte de Bomfim uma explicação histórica, ou seja, ele as explica pela formação da classe dominante, que ocorre através da exploração dos monopólios, do trabalho escravo, da concentração das terras e que permanece monolítica até os dias da República. Na opinião do autor, trata-se de grupos que, dada sua condição de "parasitas", não teriam organizado a produção segundo a "ciência", a "instrução" e "os novos métodos". Essa situação só seria superada com as substituição das "gentes", dos "programas" e dos "processos". Essa idéia, o autor repete e enfatiza nas suas obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem; parasitismo social e evolução*. R.J./Paris, Garnier, 1905.
- _____. *O Brasil na América; caracterização da formação brasileira*. R.J., Francisco Alves, 1929.
- _____. *O Brasil na História; deturpação das tradições, degradação política*. R.J., Francisco Alves, 1930.

HOOIGANS E O AUTOCONTROLE

José Luís Simões¹

INTRODUÇÃO

Explicar a violência urbana tendo como elemento causador desse fenômeno a questão dos fatores econômicos que permeiam o desenvolvimento da sociedade pode ser insuficiente quando refletimos sobre a ação de grupos sociais violentos como, por exemplo, os *Hooligans*.²

Aspectos que transcendem questões como o desemprego, a fome, as injustiças sociais, podem contribuir para uma visão mais ampla sobre a violência urbana. A história da dinâmica do processo civilizador pode ser fundamental para explicar manifestações humanas difíceis de serem analisadas apenas como fruto da escassez de recursos necessários à manutenção da vida.

O "Autocontrole" das emoções parece não ter chegado ainda num grau de generalização no âmbito da sociedade. Assim, posso dizer que o processo civilizador não está concluído. Certamente, a civilização não chegou a um estágio final de consolidação de normas comportamentais e valores sociais e, possivelmente, nunca chegará. A civilização é processo...

A constituição da psique humana não é possível de ser explicada somente a partir de aspectos econômico-políticos. Porém, não quero dizer que a esfera econômica não seja importante quando se pretende entender o indivíduo inserido numa determinada sociedade. Quero dizer que é necessário a análise de todos os aspectos da vida social para que se possa entender o comportamento dos indivíduos. A multiplicidade dos fatores que envolvem os indivíduos que vivem coletivamente nos dão condições de analisar o comportamento humano com maior profundidade. Dessa forma, analisar a civilização como um processo dinâmico e em construção não só engloba as questões políticas como também outros aspectos da vida social que fazem parte da civilização humana, exemplos: arte, lazer, religião, educação, família, esporte, etc.

¹ Mostra do da Universidade Metodista de Piracicaba.
Endereço residencial: Rua Pero Neto, 764, Itapollis - SP.
E-mail: m9802182@unimsp.br

² *Hooligans* é o nome dado a uma torcida inglesa, na sua maioria composta por jovens, que empurra nos estádios de futebol e, não raro, provocam confrontos violentos, ocasionando, até mesmo, mortes. No campeonato Mundial de futebol da França (junho de 1998) essas torcedoras provocaram incidentes ligadas com outras torcidas e até mesmo com a polícia francesa. O governo francês não encontrou outra alternativa senão "dispachá-los" num trem ainda antes do final de Mundial.

Se o desejo do meu "BU" é desvelar com finidez e inteligência o que a história da humanidade somente nos revela após vários anos de estudos/reflexões, tenho claro que minhas limitações teóricas, neste momento, não me permitem a consecução de tal desejo. No entanto, faço um esforço humano e mental na busca de entender a dinâmica do processo civilizador, tendo como preocupação principal o **Autocontrole** das emoções e suas múltiplas manifestações. Me interessa também discutir o "porquê?" existem grupos violentos na sociedade do final do século XX, sendo que as disputas por poder, prestígio e status social sofisticaram-se já em meados do século XVIII, com o surgimento do Parlamento enquanto espaço de representação e disputa pelo poder por parte dos diversos segmentos sociais.

Enfim, minha referência principal é o pensamento de Norbert Elias³. Este autor não constitui minha referência única, porém, principal na medida em que minha preocupação constitui-se o aumento histórico do autocontrole dos indivíduos e, a continuidade das manifestações violentas por parte de alguns grupos que vivem no interior da sociedade civilizada. Grupos que poderíamos considerar como "descivilizados", "bárbaros", ou, simplesmente, de seres humanos frustrados. Assim, entendo o pensamento de Elias como uma contribuição ímpar para as ciências humanas.

O SENTIDO DA VIOLENCIA

Na busca de entender as manifestações de determinados grupos violentos, é necessário refletir, entre outras coisas, a vida cotidiana dos indivíduos que compõe determinado grupo. É preciso também entender a "filosofia" de tal grupo.

Zaluar⁴ tem como objeto de reflexão a formação de gangues, galeras e quadrilhas na cidade do Rio de Janeiro. Esta autora diz que

São principalmente os homens jovens, negros, pardos e brancos pobres que, após várias repetições, deixaram a escola e não conseguiram o nível educacional cada vez mais necessário no mercado de trabalho da economia globalizada, que estão se reunindo em galeras ou quadrilhas (ZALUAR, 1997, p. 52).

Apesar da citação acima, Zaluar não entende as questões de ordem econômica como o fator único e preponderante de sua análise sobre a marginalidade juvenil. Para

³ Norbert Elias (1887-1990) nasceu na Alemanha, sua formação é em sociologia, no entanto, seus escritos não se limitam a este ramo do saber, seu pensamento é marcado pela multidisciplinaridade (história, psicologia, filosofia, sociologia...). Elias teve como importante colaborador Eric Dunning. O modelo de análise social denominado Sociologia Configuracional foi uma das principais contribuições acadêmicas desse autor.

⁴ Alba Zaluar é professora de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Utilizo como referência seu artigo "Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência" (1997).

ela "o processo civilizador foi interrompido e involuiu, provocando a explosão da violência intra-classes e intra-segmento que não pode se explicar pelo econômico apenas" (IBIDEM, p. 41).

Assim, é possível inferir que as manifestações violentas, na ótica de Zaluar, se constituem num movimento contrário à dinâmica do processo civilizador, uma involução na civilização.

Falar em "involução" quando se tem como objeto de reflexão o desenvolver do processo civilizador pode marcar uma visão linear da História. Não se pode confundir civilização com sinônimo de progresso. A civilização caminha, mas não há direção específica para se dizer que sua busca é o progresso, a evolução.

Zaluar destaca os conflitos violentos no interior dos segmentos menos abastados da sociedade. Dominado versus dominado.

Acostumados com a defesa dos dominados diante do poder injusto, ficamos de mentes atadas diante dos dados inagráveis, insofismáveis da violência do dominado exercida contra o outro dominado mais próximo (IBIDEM, p. 42).

Que as injustiças sociais existem é indiscutível. Principalmente em países de terceiro mundo. No Brasil, por exemplo, "em meados da década de 1980, os 20% do topo da população ficavam com mais de 60% da renda do país, enquanto os 40% de baixo recebiam 10% ou até menos..." (HOBSBAWN, 1995)⁵.

A desigualdade na repartição da riqueza de uma nação não só é um tipo de injustiça, como também uma violência, uma violência em relação aos segmentos populares, as famílias pobres. No entanto, o que Zaluar destaca é uma violência menos presente nas investigações pautadas na relação dos conflitos dominantes-dominados, porém, mais presentes nos noticiários televisivos, na vida cotidiana dos jovens delinquentes: que matam e são mortos todos os dias.

A utilização de meios violentos não se apresenta apenas nas manifestações de gangues e quadrilhas cariocas ou "estadunidenses" que vivem na ilegalidade. A violência entre torcidas de futebol também é um fenômeno bastante presente na sociedade contemporânea. Os Hooligans, nesse aspecto, constituem-se num grupo singular para a análise sociológica. É praticamente impossível definir a violência dos Hooligans como um fenômeno caracterizado pelo descontentamento destes com o *status quo*.

Na obra "A Busca da Excitação" Elias discute a violência no futebol destacando que a maioria dos envolvidos "parece ser proveniente do nível mais baixo das classes tra-

⁵ Eric Hobsbawm é um dos mais importantes historiadores contemporâneos. Ele apresenta os dados acima em sua obra "A Era das Tempestades".

balhadoras" (ELIAS, 1985, p. 91). Afirma que o desemprego é um dos fatores desencadeadores desse tipo de violência. Todavia, outros aspectos são ressaltados:

Estes jovens, na sua vida normal, pertencem a um pequeno grupo de estatuto mais baixo. Na sua sociedade conservam uma posição muito inferior. Sempre que contactam com o mundo instalado, sentem a sua inferioridade. O desprezo da sociedade é provavelmente agravado porque os mais novos sabem que lhe pertencem. Sabem que existem outros marginais de origem exterior e de aspecto estranho... (IBIDEM).

Será que esse sentimento de inferioridade a que Elias se refere não contribui, portanto, para uma "catarse", ou "vingança" do indivíduo "inferior" num ambiente de seu coexistência, por exemplo, quando está presente nas arquibancadas dos estádios de futebol?

Elias não se refere, especificamente, aos Hooligans, mas de qualquer forma sua linha de pensamento parece detonar as alegrias hostis do hooliganismo. Veja de que forma ele se refere aos jovens ingleses que participam das manifestações violentas no futebol:

existe pouca excitação na sua vida normal; talvez não exista nenhum desporto nem entusiasmo para o praticarem. Podem estar sem trabalho, se é que alguma vez o tiveram. De um modo geral, a vida é particularmente monótona. Nada de especial acontece. Talvez uma rapariga, talvez um filme. Não existem perspectivas; não tem objetivos. Deste modo, o desafio de futebol entre equipas locais surge como o maior, o mais excitante dos acontecimentos numa vida que, de qualquer maneira, é acima de tudo, vazia (IBIDEM, p. 91-2).

É notável o tom melancólico com que Elias trata os grupos que participam da violência no futebol. Ele destaca ainda que com a multidão destes jovens, lhes é auferido um sentimento de poder. Sozinhos tinham uma vida vazia, mas junto de centenas de seu gênero se atrevem a ações que nem sequer pensariam se estivessem só. **Perdem o auto-domínio.**

Para Elias, esses jovens vingam-se do sistema.

A vingança é um motivo forte. Rosgam-se os compartimentos dos comboios; quebram-se mesas e garrafas nos bares. E, depois, no campo de futebol encontram-se milhares e milhares, muito mais do

que a polícia, os representantes da ordem estabelecida. Ou ainda melhor, são estrangeiros. É possível fazer troça deles. Fazer parte de uma multidão transmite coragem. Faz com que aqueles que não têm poder pareçam poderosos. E assim acontece, pessoas que normalmente levam uma vida humilde e decerto frustrante, voltam-lhes as costas por meio do ridículo (IBIDEM, p. 92).

3.4

A partir da análise de Elias é possível pensar que a falta de sentido na vida dos jovens ajuda a explicar as manifestações violentas entre as torcidas de futebol. A "besteira" é solta. A frustração causada por uma vida sem sentido transforma-se numa revolta no qual o inimigo é o "outro". O hooliganismo não é um fenômeno involutivo, regressivo, e sim, "desevilizador".

AUTOCONTROLE E CIVILIZAÇÃO

A civilização contemporânea não é composta por indivíduos que possam ser considerados superiores aos seus antepassados. A civilização é fruto de um processo histórico de longa duração (ELIAS, 1994).

Segundo Elias, o "Tratado de Erasmo"⁶ fala de muitas atitudes que já perdemos. Um dos exemplos citados é sobre o hábito de assoar o nariz. Referindo-se a esse Tratado, Elias relata que "se, quando o indivíduo se assoa com os dois dedos, alguma coisa cai no chão, ele deve pisá-lo imediatamente com o pé. O mesmo se aplica ao escarro" (IBIDEM).

Sobre o Tratado de Erasmo Elias chega a dizer que

com grande cuidado, Erasmo delimita em seu Tratado toda a faixa de conduta humana, as principais situações da vida social e do convívio. Com a mesma naturalidade fala das questões mais elementares e sutis das relações humanas (IBIDEM, p. 72).

Para Elias, ouvir e falar das questões mais elementares e mais rotineiras do dia-a-dia (comportar-se à mesa, assoar, escarrar, etc.) na vida das pessoas não só pode revelar

⁶ O Tratado de Erasmo de Rodemdam "De Civitate Morum Pueritum" (Da Civildade em Crianças) circulou no segundo quartel do século XVI. No volume I da obra "O Processo Civilizador", Norbert Elias atribui importância ímpar ao tratado de Erasmo, sendo este um dos principais instrumentos para a análise de Elias sobre a modificação dos comportamentos dos indivíduos no decorrer da história dos costumes.

uma forma explícita do desenvolvimento do processo civilizador, como também provocar embaraço. E, isto se dá em função do próprio processo civilizador, processo no qual estamos envolvidos. A idéia de processo civilizador para esse autor parte do entendimento da sociedade enquanto um conjunto de indivíduos que vivem em *interdependência*⁷ e de forma dinâmica. Ele entende que não existe um ponto zero para a civilização e também ela não se encontra no estágio final. Assim, a civilização é um processo. "De onde quer que comecemos, observamos movimento, algo que aconteceu antes" (IBIDEM p. 73).

Há uma tendência de se compreender o processo civilizador, o controle das emoções como sinônimo de "educação". Renunciar à "boa educação" no século XVI significava comportar-se como um camponês bávaro. Ou seja, educado era o indivíduo que se comportava conforme os padrões de comportamento socialmente estabelecidos; geralmente, pela classe superior, que exerce dominação sobre as demais (IBIDEM, p. 77).

Elias não nega as diferenças entre as classes sociais. Mas, acrescenta, na medida em que reflete a formação do Estado a partir das questões mais rotineiras do cotidiano dos indivíduos. Relações sociais aparentemente banais, mas, diante da análise desse autor, revelam aspectos na história da humanidade que servem de subsídios para uma reflexão profunda e global dos indivíduos que vivem em sociedade, através das relações de interdependência.

Elias acrescenta um conceito importante: *autocontrole*. As condições externas se internalizam na mente dos indivíduos, e isto se dá imperceptivelmente. Os padrões de comportamento dos indivíduos vão moldando-se conforme o desenrolar do processo histórico no qual caminha a civilização. Veja uma passagem na qual o autor discute o uso do garfo:

Embora seja ainda bem visível nos escritos de Courtin e La Salle⁸ que os adultos, também, foram inicialmente dissuadidos de comer com os dedos por consideração com o próximo, por polidez, para poupar a outros um espetáculo desagradável, e a si mesmos a vergonha de serem vistos com as mãos sujas, mais tarde isto se torna cada vez mais um automatismo interior, a marca da sociedade no ser interno, o superego, que proíbe o indivíduo de comer de qualquer maneira que não com o garfo (IBIDEM, p. 134-5).

⁷ *Interdependência* é um conceito "chave" para o entendimento do modelo de análise sociológica de Norbert Elias. É uma das categorias próprias da Sociologia Configuracional.

⁸ Courtin e La Salle são um dos autores que Elias discute em "*O Processo Civilizador*". Apesar de afirmar que Elias dá ao Tratado de Erasmo de Rotterdam, ele também usa como referência os escritos de Courtin e La Salle como se estivesse consultando um "manual de boas maneiras" daquela período (séculos XVI e XVII).

"A marca da sociedade no ser interno". Esta, possivelmente, seja uma das principais características do processo civilizador. As normas sociais são construídas coletivamente e reproduzidas em todos os segmentos que compõe a sociedade. Imperceptivelmente, cada indivíduo vai adequando-se ao conjunto de normas sociais. Infringir "as regras do jogo" pode levar o indivíduo à exclusão do convívio social.

O surgimento do Parlamento enquanto espaço de disputa de poder sob condições não-violentas é um aspecto próprio da dinâmica do processo civilizador. Em "*A Busca da Exatidão*" Elias relata que

...entre as principais necessidades do regime parlamentar, tal como este surgiu no decorso do século XVIII, encontra-se a capacidade de uma facção ou partido no governo dominar seus adversários através de um cargo público sem usar violência... (ELIAS, 1985, p. 51).

O Parlamento representou um avanço na civilização. A entrega do poder de forma pacífica requer um alto grau de controle das emoções. O poder da "fala" tomando o lugar do poder da "força" significa uma mudança brutal nas formas de disputa por poder na civilização.

O próprio Parlamento criou mecanismos para proteger seus integrantes (parlamentarismo). A imunidade parlamentar é prova disto. No parlamento encontram-se os representantes dos mais diversos setores da sociedade, desde o grande industrial até o proletário, os sem-terra, sem-leito, enfim...

Marx⁹ registra as disputas travadas no Parlamento francês no período de 1848 a 1850. Os confrontos no interior do parlamento refletem os diferentes interesses dos segmentos sociais representados nesse espaço de disputa. No entanto, na análise de Marx é possível observar que os partidos que representavam a classe burguesa (Orleanistas e Legitimistas)¹⁰ tinham um "braço" mais forte no jogo parlamentar. A "Montanha"¹¹ tinha representatividade no parlamento, porém, tinha que se aliar aos representantes do proletariado para poderem fazer frente ao partido da ordem.

No período da história em que Marx relata as disputas de poder que se dão no Parlamento é possível notar a superioridade do partido da ordem. A classe que mantinha o domínio nas relações sociais da sociedade burguesa possuía maioria no parlamento, apesar de, numericamente, a grande burguesia ser inferior ao proletariado e camponato.

⁹ Refiro-me a Karl Marx em seu texto "*As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*".

¹⁰ Orleanistas e Legitimistas eram as facções que representavam o partido da ordem (o partido que estava no poder) na Assembleia Nacional da França.

¹¹ "Montanha" era o nome dado à facção que representava a pequena burguesia na Assembleia Nacional da França.

No Brasil, o resultado das últimas eleições (1998) reflete um quadro parecido com o período estudado por Marx. Embora o empresariado represente menos de 3% da população total, o número de cadeiras que foram ocupadas por esse segmento social superou o índice de 24%.¹² Isto porque o empresariado nacional perdeu uma fatia substancial de poder. Quero dizer então que a desproporção dos representantes dos diferentes segmentos sociais na ocupação do espaço parlamentar é um fato claro, objetivo e de muito tempo.

De qualquer forma, o confronto parlamentar privilegia a ação do debate, da articulação, da capacidade de argumentação. Um nível de autocontrole das emoções é fundamental na assimilação das derrotas.

As aproximações entre os conceitos *Autocontrole* (Norbert Elias) e *Superego* (Sigmund Freud), são evidentes. Para Freud,¹³ o "Superego" é a entidade mental que controla os desejos e impulsos dos indivíduos que não se conformam com os valores da civilização. O indivíduo adulto não necessita ser coagido (pelos pais) a todo tempo, o Superego (Autocontrole) vai inculcando-se, paulatinamente, na sua mente. A sociedade civilizada se encarrega disto. Por exemplo, o impulso ao sexo é cada vez mais controlado. Indivíduos que transgridem as normas sociais podem ficar enjaulados como animais, podem ser considerados "maníacos", "dozumanos" ou, simplesmente, "descivilizados".

Penso que a diferença na análise entre Freud e Elias apresenta-se na escolha do objeto. Enquanto Freud tenta entender a civilização a partir da constituição mental (individual) do indivíduo, Elias reflete os comportamentos dos indivíduos a partir de uma análise do conjunto social. A preocupação de Elias é o processo civilizador que levou à formação do Estado moderno. A preocupação de Freud está em identificar um "mal estar" na vida de cada indivíduo como fruto da constituição do Superego. Assim, a gênese desse "mal estar" leva à gênese de um "mal estar" generalizado, em toda sociedade. Os conceitos "Autocontrole" e "Superego" são próximos, a forma como cada pensador chegou em cada conceito, pois, é diferente.

Enquanto o processo civilizador caminha numa direção "cega", refutando a qualquer possibilidade de controle e de previsão dessa dinâmica, a educação pelo Estado moderno vai ocupando cada vez mais o papel de agente responsável pelo pela formação dos jovens. A família burguesa vem, paulatinamente, perdendo o poder sobre seus rebentos. Assim, o "Autocontrole" vai se tornando cada vez mais a marca da sociedade no indivíduo, mas a marca de uma sociedade que caminha rumo a uma globalização dos costumes que, no entanto, é um processo cego e inevitável...

¹² Dados extraídos do jornal "Folha de São Paulo" (outubro de 1998).

¹³ Refiro-me à obra "*O Mal Estar na Civilização*". Freud tem como interesse nesse trabalho entender o origem do sentimento de culpa na psique humana e, a partir disso, entender o processo civilizacional. O conceito "Superego" é interpretado como a internalização de valores da sociedade no inconsciente do indivíduo. Esse processo no dá de forma imperceptível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. *La Sociedad Cortesana*. Lisboa: Estampa, 1986.
- _____. *A Busca da Exatidão*. Lisboa: Difel, 1985.
- _____. *O Processo civilizador – Vols. I e II*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FREUD, Sigmund. *O Mal Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Ômega, 1982.
- ZALUAR, Alina. *Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência*. In: *Galeras Cariocas*. Hermano Vianna (org.), Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

TEMPO, LAZER E PROCESSO CIVILIZADOR

Keleber do Sacramento Adão¹

INTRODUÇÃO

As sociedades modernas têm como característica a complexificação de suas configurações sociais. Nelas se instauram mecanismos de controle das emoções na esfera do coletivo e do autocontrole na esfera individual. Fatores importantes nesse processo foram sem dúvida as mudanças de comportamento, promovendo com isso autocontrole, desenvolvimento de hábitos e padrões sociais (fenômenos estes já evidenciados no final da Idade Média), acelerados sobretudo com o processo de formação dos Estados Nacionais.

Mecanismos sócio-culturais de longo prazo, segundo a abordagem etisiana, possibilitaram a centralização dos mecanismos de poder, promovendo a pacificação interna das guerras e da violência já no interior da sociedade feudal, facilitando o comércio, a monetarização das práticas comerciais e as relações de interdependência. Vê-se a transformação dos guerreiros em cortesãos urbanos, dando a partir daí uma redução dos conflitos. Esse mecanismo de auto-regulação se dá, para Elias, na forma de um processo não planejado e não mediatizado por fatores externos ao tecido sócio-cultural presente na sociedade. Segundo ele, não há uma causa, uma única matriz geradora e sim um processo em construção e reconstrução. O que Elias parece querer dizer, é que existe uma história de longa duração presente como mediadora e balizadora dos acontecimentos no ato desta processo, não determinista e apriorística.

O eixo central pelo qual passa a teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias é o controle das emoções e sua contrapartida, a busca da excitação, ou seja, controlada a violência instintiva do ser humano pelo processo civilizacional daí decorrente, o que daí advém é uma sociedade sem emoções. Num dado espaço e tempo sócio-cultural, a emoção cede lugar à racionalização enquanto "modus vivendi." Dá-se a passagem do indivíduo guerreiro para o indivíduo cortesão, mediatizado pelo processo de constituição do Estado Moderno.

Elias busca, em dado momento, refletir sobre o processo empreendido pelo indivíduo e pela sociedade de busca da emoção, de reencontro com essa dimensão do humano aprisionada pelo próprio processo civilizador que formou hábitos, regras e condutas para bem viver individual e socialmente, gerando autocontrole internos e externos ao ser

humano. Num processo de longa duração, as sociedades se civilizam, mediante o controle das emoções, a consolidação do Estado Nacional e a complexificação das configurações sociais nele presentes. Entretanto, o autor chama-nos a atenção para o modelo de análise predominante na Sociologia, assentado nos autores fundadores da racionalidade do pensamento sociológico (Durkheim, Weber, Marx). Nestes, a análise sociológica da realidade tem como objetos de destaque: o mundo do trabalho e o mundo das crenças, enquanto reducionismo legitimamente aceito como objeto de investigação pela Sociologia moderna. Fatores outros da realidade social, tais como o esporte e o lazer não são, na tradição investigativa legada por estes autores, objetos de investigação sociológica. Elias chama a atenção para que o olhar sociológico se volte para esses elementos da cultura social. Põe sobretudo que, para melhor compreender-se como este fenômeno das emoções se estabelece e ganha formas socialmente aceitas na forma de jogo, esporte e atividades de lazer, deve-se deslocar o eixo de análise social, ora estrutural-funcionalista, ora materialista-histórico, para uma perspectiva histórico-cultural. Nesse sentido, poderíamos atribuir à visão funcionalista e compensatória que se tem como predominante do lazer e do tempo livre ao pensamento utilitarista, disseminado, dentre outros fatores, por uma ética de valorização do trabalho? Poderíamos dizer, na mesma medida, que o oposto à visão funcionalista, ou seja, a abordagem marxista, também não procedeu de igual forma, isto é, condicionou o conceito de lazer tendo em vista exclusivamente a categoria trabalho? Elias parece propor uma superação a esses modelos.

Buscamos, como ponto de partida, trabalhar o texto de Norbert Elias "Sobre o Tempo" na perspectiva de encontrar nele elementos de suporte para uma posterior discussão sobre a problemática do lazer e do tempo livre.

SOBRE O TEMPO

Elias, em um interessante ensaio, trabalha a idéia de tempo, chamando-nos a atenção para o caráter social deste atributo. O centro de sua argumentação está de fato, na consideração de que o tempo é uma representação simbólica da realidade. Em si mesmo, ele não teria sentido, tampouco como algo substantivo, nomeado e definido. Elias chama-nos a atenção quando aborda o tempo numa dimensão evolutiva e, por que não dizer, durkheimiana, que nas sociedades antigas tempo e natureza encontravam-se intimamente vinculados. Nessas sociedades, a vida social era marcada pelo ritmo da natureza. E neste contexto, a presença indicativa do tempo era representada pelos mitos e pela religião. O ritual mítico-religioso reatualiza passado e presente dentro de uma dimensão de tempo que chamaríamos de circular.

Se o tempo não pode ser visto, ser sentido, ser ouvido ou mesmo saboreado, como então pode ser medido? Na verdade, encontramos no relógio um mecanismo de medição do tempo, medida que entretanto se expressa em algo concreto que em última instância é uma norma social, uma conduta estabelecida no meio ambiente natural e / ou social, conformo o estágio de desenvolvimento de uma dada sociedade.

¹ Professor do Departamento das Ciências da Educação da FURB. Doutorado em Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Oelzer. Endereço residencial: Rua Belizário Leite, 29, Belo Vista.

Desta feita, o mecanismo de medição do tempo chamado relógio, é resultado de um processo evolutivo elevado a um plano superior de síntese pelo qual passou o ocidente civilizado. Dotados de uma função social, funcionam para os indivíduos como meios de orientação frente aos inúmeros processos sociais e naturais dentro dos quais se acham inseridos.²

Em estágios primitivos de desenvolvimento, as perguntas postas pelos indivíduos acerca dos acontecimentos do cotidiano, encontravam guarida na relação que estabeleciam com os fenômenos naturais. Os fatos da vida societária como diria Durkheim, que são exteriores, estão dados e atuam independentemente de sua vontade de adesão consciente. Embora atuando num "continuum" são regidos aprioristicamente pelo fato natural. A consciência coletiva, na forma de um conjunto de crenças e conhecimentos comuns, estabelece, mediante a temporalidade dada pelo mundo natural, enquanto fator de orientação grupal predominante, as formas de comportamento e de enfrentamento dos problemas presentes no seio deste grupo ou sociedade.³

O fato natural é único e irrepetível, contudo, tem em seu acontecer posterior um caráter de similitude com o fato natural anterior que lhe permite ser utilizado como elemento de orientação e coordenação das funções comunitárias e sociais. Assim sendo,

la bojamar y la picamar, la frecuencia del pulso propio, el orto y el caso del sol y la luna podrían ser empleados como instrumentos para que los hombres coordinaran sus actividades entre sí y con los fenómenos extrahumanos, durante estadios primitivos, así como más tarde utilizaron los procesos simbólicos recurrentes en las esferas de los relojes de factura humana.⁴

A incursão feita por Elias sobre a temática do tempo traz à baila o problema do entendimento acerca da dimensão do homem no espaço e no tempo do mundo por ele vivido. A questão que se põe com propriedade é de que maneira foi se dando ao longo dos séculos o processo de apropriação do tempo pelo ser humano em níveis cada vez mais complexos e abstratos.

Elias nos mostra que o processo de determinação e instrumentalização do tempo pelas chamadas ciências modernas, sobretudo a física é, ao contrário do que parece, recente. Até Galileu, tempo e natureza estavam situados num núcleo cujo parâmetro de representação eram os grupos humanos. Isto quer dizer que o tempo era visto, antes de

² Norbert Elias. Sobre El Tiempo. Trad. Guillermo Hirata. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

³ Émile Durkheim. In. Raymond Aron. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 265 e 374.

⁴ Norbert Elias. Sobre El Tiempo, p. 13-14.

rado, como um meio para o indivíduo orientar-se no seu mundo social e como regulador da convivência humana. Neste período, serão os fenômenos naturais produzidos e regulados pelos homens quem irão determinar o fluxo de desenvolvimento das atividades sociais. Com o advento da Idade Moderna, a utilização do relógio dá uma nova direção a esse processo, dotando este novo objeto de uma poderosa função enquanto instrumento de aferição dos fenômenos naturais.

O debate que se põe com o nascimento da ciência moderna, segundo Elias, aprisiona a discussão sobre a natureza do tempo na direção de duas tradições, ainda presentes, sobre o problema do conhecimento e da relação entre sujeito e objeto. Sob a ótica dessa tradição o tempo é um dado objetivo da criação natural, ou seja, um dado objetivo da natureza, que não se diferencia dos outros objetos senão pela sua incapacidade de ser perceptível. Surgida inicialmente com Galileu, é contada através de Newton que essa visão ontológica do tempo se concretiza.

No campo oposto a essa tradição, depara-se com outra visão dominante (esta já em meados do século XVIII), segundo a qual o tempo e o espaço representavam uma síntese "a priori", ou seja, o tempo é nada mais do que uma forma inata de experiência, um dado inalterável da natureza humana. Segundo Elias, embora ambas as teorias sejam contrárias, apresentam elementos comuns. O que elas têm de semelhança é que partem de um pressuposto cujo filiação vem de uma mesma matriz epistemológica que separa sujeito e objeto, supondo cada indivíduo cognoscente como sendo o ponto de partida do processo de conhecimento.⁵

O conhecimento humano é entendido por Elias como resultante de um longo processo de aprendizagem a que se viu envolvida a humanidade ao longo de seu desenvolvimento, que não tem um princípio estabelecido. O mesmo se dá acerca do conhecimento e vivência do tempo. O conhecimento e a percepção acerca do tempo, mesmo tendo em vista o grande desenvolvimento das ciências naturais e seu processo de hegemonia sob as demais ciências no áreas do conhecimento, será filho ao não se considerar a dimensão humana e social.

As maneiras de se perceber o tempo, bem como o espaço, variaram historicamente e conforme cada sociedade ao longo do seu processo civilizatório. Segundo a abordagem elisiana, a determinante a ser levada em conta no quadro de um processo civilizatório é, antes de mais nada, os mecanismos de auto-regulação do tempo. A orientação do homem no mundo, conforme o estágio civilizatório que se encontrava inserido, passou pela necessidade de controle e de medição do tempo. Símbolos foram, por conseguinte, por ele criados para que fosse atingida essa finalidade de orientação. Dessa maneira, o tempo pode ser descrito como uma variante que é determinada pela faculdade humana de vincular entre si, duas ou mais seqüências distintas, de transformação contínua.⁶ O tempo, por-

⁵ Juandir Maletta. Ensaio Sobre o Tempo. Estudos Históricos, 1994.

⁶ Idem, p. 302.

tanto, é uma síntese simbólica que deriva da justaposição de dois "continuums", um social e um mecânico.

Para Elias o exemplo grego é ilustrativo dessa colocação: os gregos atenienses, mediam através de um relógio de areia, portanto, um "continuum" mecânico, o tempo de discussão entre dois oradores, ou seja, um "continuum" social.⁷ O mesmo processo serve como exemplo para o entendimento das sociedades agrárias, na medida que a ordenação do tempo (movimento físico e sazonal nessa sociedade) se baseava nos ciclos de plantio e colheita, estes entendidos como atividades sociais.

A complexificação social posta com o surgimento da sociedade urbano-industrial, levou os homens a utilizarem de mecanismos cada vez mais precisos para regular as suas atividades. O caso da fábrica, com seus intervalos determinados de trabalho e descanso, é o exemplo típico dessa nova ordenação temporal das atividades individuais e sociais. Essa posta com a Revolução Industrial a racionalização da vida cotidiana. O tempo para o homem contemporâneo se realiza por meio de fatos e tarefas objetivas o que vem realçar a idéia de racionalização e funcionalidade. O relógio passará a ter não só uma eficácia como marcador do tempo social, mas será sobretudo eficaz na esfera da vida produtiva e especializada do capitalismo industrial. Thompson fala-nos de um tempo demarcado, controlado e administrado que é também um tempo vivenciado.⁸ Demarca-se, via Revolução Industrial, a passagem do tempo antigo para o tempo moderno. Instaura-se a submissão à ditadura do relógio, sobre a qual o tempo representa uma síntese simbólica, tão complexo quanto a escala civilizatória atingida pela humanidade.⁹ Outro fator importante a considerar é o processo de centralização e sincronização das atividades de distribuição do tempo, verificado por meio dos relógios das fábricas, dos relógios das estações de trem e, acima de tudo, pela centralização do tempo por intermédio do Estado e do poder constituído. Mundializado, o tempo não só também embutido uma idéia de progresso social, caracterizado por fatores como mobilidade, velocidade, dinamismo, pontualidade, propriedades presentes na vida cotidiana das sociedades contemporâneas.

Presente na idéia de tempo está também a de espaço. As novas propriedades advindas com os tempos modernos trazem um novo conceito de técnica, não mais entendida como a arte de fazer. Os meios de transporte ganham em aceleração e redimensionam o espaço, vistos não mais como ambiente e sim como paisagem, pois passageiro e fugaz.

Embora passando por essas digressões, o tempo, reforça Norbert Elias, é resultado de toda uma experiência humana anterior, transmitida de geração a geração através do

⁷ Norbert Elias. *Sobre El Tiempo*. p. 116.

⁸ E. P. Thompson. *O Tempo a Disciplina o Trabalho e o Capitalismo*. In: *Trabalho Educação e Práticas Sociais: por uma teoria da formação humana*. Tómasz Tadeu do Silva (org.). Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

⁹ Jurajdir Malecra. *Ensaio Sobre o Tempo*. In: *Estudos Históricos*. 1994.

processo de aprendizagem. Ele representa todo um processo civilizatório pelo qual passou a experiência humana nas diversas fases de sua evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo, como construção social não mediatizada aprioristicamente, talvez contribua para entender as relações postas na sociedade moderna entre o trabalho e o tempo livre. O autor assinala que os problemas postos pelo tempo livre e pelo lazer devem ser discutidos na esfera de um tempo social que inclui a esfera do trabalho, certamente, mas não a absolutiza como categoria central e determinante, sem a qual não se poderia efetivar esse diálogo. Em um outro texto, Norbert Elias, em colaboração com Eric Dunning,¹⁰ trabalha mais propriamente o problema do lazer. Os pontos de referência para discussão levantam como questão a possibilidade de se discutir o problema do tempo livre e do lazer enquanto conceitos diferentes, mas interligados entre si, sem se partir da categoria trabalho (como categoria "a priori"), ou seja, discutir o lazer fora da lógica do trabalho. Observam os autores que o lazer no mundo moderno sempre se apresenta em relação ao trabalho. Raramente é apresentado como um problema de investigação que possui um "nexus" próprio, comum a ele mesmo. Nessa condição ele é um complemento necessário ao indivíduo que trabalha. Essa é uma questão carregada de valores morais, ou seja, a herança de um juízo de valor que coloca o trabalho como tendo um fim em si mesmo e o lazer como um complemento deste, uma segunda categoria na sociedade industrializada. Tal situação coloca dificuldades para o avanço dos estudos do lazer na sociedade moderna, a nível teórico e prático, na direção de sua consolidação como área de estudo e de construção teórica de um dado objeto de conhecimento.

Para Elias e Dunning, o que se verifica em torno da polarização trabalho e lazer, é que para trabalho são consideradas as atitudes que são realizadas para ganhar a vida. Em sociedades industrializadas ganha o trabalho altos níveis de regulação e especialização. Na realidade, além do trabalho assalariado, outro tipo de trabalho não assalariado é também realizado pelo indivíduo em seu tempo livre. Nesse sentido, somente parte desse tempo livre é realmente utilizado para lazer, para atividades efetivamente prazerosas. O que leva a se afirmar que na verdade, nas sociedades industrializadas, metade do tempo livre das pessoas é dedicado ao trabalho. Dessa forma, o problema posto pelos estudos do lazer a nível de marco teórico é, segundo os autores, definir com maior clareza as relações entre o tempo livre e o lazer efetivo.

¹⁰ Norbert Elias e Eric Dunning. *La Búsqueda de la Emoción en el Ocio e El Ocio en el Espectro del Tiempo Libre*. In: *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995. p. 83 a 156.

TRABALHO E ESPAÇO TOTAL DE VIDA: reflexões acerca de tempo livre e lazer na construção civil

Leomareos Alcântara Forniga¹

INTRODUÇÃO

Na atualidade, os grandes centros urbanos vivem sob a cadência de um tempo que pode e tem sido historicamente medido, dividido, contabilizado, poupado e separado em dois compartimentos distintos: tempo livre e tempo de trabalho.

No centro urbano e industrial, o tempo passou a ser concebido e vivenciado segundo uma divisão produzida historicamente na qual existe o tempo de trabalho, que o trabalhador vende ao capitalista, e o tempo livre, que o trabalhador utiliza para outras atividades não necessariamente ligadas ao cotidiano de trabalho, como o descanso e a diversão.

1. TRABALHO E TEMPO LIVRE

Pode-se definir "tempo livre", inicialmente, como aquele tempo encontrado no intervalo entre o tempo de trabalho e o outro, desobrigado das exigências do trabalho e das imposições familiares, sociais, econômicas, políticas e religiosas, podendo o indivíduo utilizar este tempo como *le couvier* (Rolim, 1989:56).

Elias e Dunning (1995) organizaram uma classificação mais complexa do que é próprio do tempo livre - "el espacio del tiempo libre" - nos seguintes termos:

1) Rotinas do tempo livre

a) Satisfação rotineira das necessidades biológicas e cuidado do próprio corpo: a saber, comer, beber, dormir, etc.

b) Rotinas da casa e da família: a saber, comprar roupa e alimentos, preparar uma festa ou reunião, administrar os gastos de casa, lidar com as tensões familiares, alimentar, educar e cuidar dos filhos, cuidar dos mascotes e animais domésticos.

2) Atividades intermediárias de tempo livre tendendo principalmente a satisfazer necessidades recorrentes de orientação e/ou auto realização e expansão.

a) Trabalho voluntário privado (não ocupacional) realizado principalmente para outros: a saber, participar de eleições, atividades de caridade e celestias.

b) Trabalho privado (não ocupacional) realizado principalmente para si mesmo, de natureza relativamente séria a médio prazo, e saber: estudar individualmente com vistas a progredir no lugar de trabalho, praticar atividades técnicas sem um valor ocupacional óbvio mas que requer perseverança, estudo especializado e habilidade, como construir rádios ou a astronomia.

c) Trabalho privado (não ocupacional) realizado principalmente para si mesmo, e menos exigente, como praticar um hobby.

d) Atividades religiosas.

e) Atividades de orientação de natureza voluntária e menos controlada socialmente, tais como ler periódicos e revistas, escutar palestras, ver programas informativos.

3) Atividades recreativas

a) Atividades sociais, como assistir a reuniões formais (casamentos, enterros, banquetes) e informais (como festas familiares, aniversários).

b) Atividades miméticas de jogo, que correspondem àquelas como participação (ativa ou passiva) em teatro, jogos de futebol, e em atividades menos organizadas como dançar.

c) Atividades recreativas menos especializadas, des-rotineiras, como por exemplo viajar em férias, cozer fora de casa para variar, dentre outros (Elias & Dunning, 1995:123-125).

O esquema de classificação apresentado por Elias e Dunning é interessante e define o âmbito do tempo livre como bastante largo, abrangendo desde atividades rotineiras até as recreativas. Deve-se sublinhar também que tal classificação abarca atividades de tempo livre que têm a natureza do trabalho, distinguindo o trabalho ocupacional de outro tipos de trabalho.

Nesses termos, ao contrário do que afirma Rolim (1989), o tempo livre não se constitui naquele tempo em que o indivíduo utiliza como *le couvier*. Além de determinantes sócio-econômicos que influenciam essa "escolha", o tempo livre engloba, por exemplo, atividades rotineiras necessárias à própria sobrevivência humana, descaracterizando uma possível identidade com ser ou não conveniente fazer.

Para uma organização empresarial, o tempo livre, quando traduzido em descanso, também se revela como um fator de produção. Nas palavras de Sant'Anna (1992:19)

paralelamente, ao desenvolver-se em escala mundial, o sistema capitalista encontra no tempo livre novos alicerces para o aumento da produtividade. A necessidade de descanso, inerente ao corpo humano, começa a ser reconhecida por algumas empresas, na medida que o corpo descansado demonstra ser mais produtivo para o trabalho.

¹ Mestre em Administração de Empresas. Área de Recursos Humanos. Endereço residencial: Rua Luiz Kazera, 1144, B12/22, Jardim Elita, Piracicaba, SP.

Se a referência é a classificação de Elias e Dunning, e considerando que os operários da construção civil são "absorvidos" pelo cotidiano do seu trabalho, pode-se afirmar que, dentro daquelas atividades ligadas à casa e à família, poder-se-ia incluir também atividades realizadas no próprio canteiro de obras, no entanto, por se realizarem num espaço privado, estas atividades estão subordinadas a regras e limites estipulados pelas empresas.

Nesses termos, deve-se compreender que o tempo livre incorpora o tempo de trabalho, caracterizando-se não pelo espaço em que se realiza, mas pelo seu caráter de não se identificar com o trabalho principal, propriamente dito. Nas palavras de Elias e Dunning (1995:125)

umas actividades de tiempo libre tienen la naturaleza del trabajo, si bien de un tipo de trabajo distinto del trabajo ocupacional; otras actividades de tiempo libre, no todas en absoluto, son voluntarias; no todas son placenteras y algunas de ellas están altamente rutinizadas.

A rotina de tempo livre dentro do canteiro de obras é assim descrita pelo operário:

A vida no canteiro é legal, quando chega nessa horinha que a gente tem esse espaço de onze pras doze horas, quando chega a conversar um pouquinho. A gente conversa um pouco, a gente brinca, esse negócio, mas dentro daquele limite (Becanador A).

Ao analisar o canteiro de obras enquanto cenário de convivência social, Senna (1983:93-95), faz as seguintes considerações acerca do relacionamento entre os operários:

o relacionamento entre os trabalhadores geralmente acompanha o ritmo da própria divisão do trabalho(...) apesar de não haver unanimidade, as atitudes solidárias predominam, principalmente quando está em jogo a própria sobrevivência. Os vínculos de amizade são destacados tanto pelos serventes como pelos profissionais. Não obstante ocorram situações de intransigência, criadas por alguns profissionais no seu relacionamento com os serventes, um clima de cordialidade, ajuda e cuidado, permeia as relações entre os operários.

Segundo o operário, este "respeito" pelo outro está relacionado à identidade do trabalhador. São as próprias condições de trabalho que permitem ao trabalhador se identificar no outro:

Não adianta a gente ser inimigo do outro(...) nós somos trabalhador, batalhador atrás do pão pra os filhos e pra gente. Ai a gente tem que ser amigo um do outro(...) brinca, caçoa, um dispensa uma brincadeira do outro e tal (Pedreiro B).

De acordo com a fala do operário, a convivência dentro do canteiro acontece como uma "substituição" do seu convívio familiar. Ele, o operário, gostaria de estar com a família, mas como não é possível, é obrigado a permanecer/viver no canteiro:

A relação é ótima, é um bando de irmãos(...). A gente forma uma brincadeira pra o tempo passar, por caso que a gente tem uma família, a gente tem uma mulher, a gente gostaria de tá com a família, brincando com os filhos, caçando com a mulher, assistindo um programa de televisão se tiver, e se num tiver assiste na casa do vizinho, é muito bom. Aqui na obra a gente num tem uma televisão, a gente num tem outro meio de se divertir, o meio de nós se divertir é ficar jogando brincadeira com o outro e levar uma vida de irmão, porque nós anda tudo atrás do pão de cada dia, nós num anda atrás de outra coisa (Pedreiro B).

Desta forma o relacionamento de amizade construído no cotidiano do canteiro de obras, pelos operários, "ajuda o tempo a passar", ajuda a suportar a distância de sua "casa", de seus familiares. Uma outra questão importante e que incide diretamente no tempo livre do trabalhador da construção civil é o problema da jornada de trabalho:

A gente já chega de cinco hora, o corpo cansado, joga um dominózinho ali(...) ai quando dá oito e meia, nove hora(...) ai um se esconde num canto, outro se esconde pra outro, vai dormir (Carpinteiro B)

Sobra aqui esse tempinho espaço de uma hora de onze às doze, temos vinte minuto pra almoço e quarenta minutos pra gente conversar, pra se divertir, tal, falar um pouco sobre o salário que a gente recebe o que se precisa em casa e o salário não dá pra acobertar (Servente A).

Neste sentido, o fato de o tempo livre não encontrar um espaço amplo na vida do trabalhador da construção civil está relacionado às próprias condições físicas do operário

após uma jornada diária de trabalho de nove horas, quando o seu corpo exige descanso, uma trégua, para recompor as suas energias, para enfrentar a rotina de trabalho no dia seguinte.

Além da cansativa jornada de trabalho, o salário é apontado como não suficiente para garantir a sua sobrevivência; desta forma, o trabalhador é obrigado a fazer "biscate" nos finais de semana para aumentar a sua renda familiar:

Para falar a verdade não sobra tempo (pra se divertir), porque eu trabalho a semana todinha não dá pra eu comer, ainda trabalho o sábado e domingo de biscate. (Pedreiro A)

Desta forma, o tempo que ele teria livre para "desansar" e repor as suas energias para o trabalho fica muitas vezes comprometido, ficando também comprometida, consequentemente, a sua vida útil para o trabalho. A sua jornada de trabalho se estende para os sete dias da semana, sem direito a descanso ou lazer.

As reflexões de Marx (1988:262) sobre o tema jornada de trabalho elucidam, ainda hoje, uma questão fundamental:

Durante o dia natural de 24 horas, só pode um homem despende determinada quantidade de força de trabalho. Do mesmo modo, um cavalo só pode trabalhar todos os dias, dentro de um limite de 8 horas. Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir, durante outra tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc. Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização.

É assim que o tempo livre se produz historicamente, em meio às tensões e contradições do desenvolvimento capitalista, que, por um lado, ambiciona tomar todo o tempo da vida do homem tempo de trabalho, e, por outro, é pressionado pelo movimento reivindicatório dos trabalhadores em favor da redução da jornada de trabalho.

2. TRABALHO E LAZER

A noção de lazer pode ser primeiramente construída a partir dos problemas gerados pelo mundo do trabalho, da família e da política. Assim, uma análise sobre a questão do lazer exige que se leve em consideração as modificações determinadas pelo trabalho e

pelo próprio contexto social, além de ter como referência a heterogeneidade das estruturas sociais.

É importante ter em mente, quando se entra no debate sobre lazer e trabalho, que "o lazer é uma realidade fundamentalmente ambígua e apresenta aspectos múltiplos e contraditórios..." (Dumazedier, 1973:21). É necessário relacionar o problema ao desenvolvimento social e cultural de nossa época para compreender as mudanças sofridas pelo lazer. E isso, segundo Dumazedier, é fundamental, sobretudo porque *les jeux ne sont pas faits*².

O lazer pode ser definido como

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1974:93).

Para o operário o lazer é muito importante, na medida em que os ajuda a "esquecer" os problemas causados pelo trabalho, nas condições que ele assume na construção civil. O divertimento assume um caráter de "terapia", descarga das tensões físicas e emocionais trazidas do seu cotidiano laboral:

O divertimento é importante né, porque às vezes o cara tá cheio de preocupação do dia. Durante o dia aquelas perturbação em cima da gente aí o cara joga tudo pro alto e acabou-se. (Serveita D)

É importante porque nós esquece às vezes o passado ruim, muita coisa que tem diferente na vida da gente. Às vezes o cara termina o horário de serviço com raiva um do outro, depois começa a brincar deira intê já esqueceu aquilo pronto, é muito importante. (Carpinteiro B)

Nas palavras de Rolim (1989)

é através do lazer que o indivíduo vai se recuperar do cansaço físico e nervoso, repousando. Doado do seu tempo livre, ele pode

² A expressão *Les jeux ne sont pas faits* significa "A situação ainda não está clara".

fugir do aborrecimento cotidiano das tarefas parceladas, divertindo-se em fazer algo que lhe interessa e do qual ele gosta. Pela imaginação, através da fantasia, ele constrói outros mundos, diferentes daquele em que vive e aí se diverte. O lazer vai abrindo-lhes pistas novas, permitindo-lhe viver com satisfação e alegria os verdadeiros valores anulando aqueles pseudovalores que a sociedade de dominação lhe impõe (Rohm, 1989:56).

Desta forma, a vivência do lazer por parte do trabalhador permite que exerça a sua subjetividade, sobrepondo os seus interesses às obrigações do seu cotidiano de trabalho. Nas palavras de Damiani, o tempo de lazer é aquele "em que o imaginário se converte a realidade em harmonia, satisfação e encantamento (Damiani, 1995:155).

No entanto, o espaço de tempo que se dispõe para o lazer fica prejudicado por duas razões. A primeira razão está relacionada à própria jornada de trabalho. Os baixos salários recebidos pelos operários na construção civil provocam a extensão de sua jornada de trabalho, contribuindo desta forma para excluir o lazer e todos os aspectos a ele referentes da vida do trabalhador.

Por outro lado, de acordo com a fala do operário, pode-se apreender o lazer diretamente relacionado com o seu poder aquisitivo. Na sociedade atual, sociedade de consumo, o lazer propriamente dito é um produto, uma mercadoria que tem um preço que o operário da construção civil, pelas suas condições econômicas, não tem condições de pagar:

Se o cabra tivesse dinheiro, sobrava tempo pra se divertir. Fora a gente num sai não porque num tem dinheiro pro cabra sair, tem négo aqui que no final da semana toma dinheiro emprestado aos outros pra ir embora(...) é assim porque o dinheiro num dá. (Carpinteiro D)

Assim, a redução do tempo livre via arrocho salarial torna o lazer, enquanto um produto a ser consumido, uma espécie de artigo de luxo, inatingível para o trabalhador da construção civil. Com a impossibilidade de "consumir/ usufruir" do lazer difundido e próprio da sociedade de consumo, o operário cria as suas próprias alternativas de diversão - à praia, o futebol, em algum terreno baldio próximo ao canteiro de obras -, reinventando o lazer, o que, na opinião deles "ajuda a passar o tempo" e a suportar a dura realidade do trabalho na construção civil:

Nós vamos a uma praia, vamos jogar bola. Quem não joga fica tomando banho, quem não fica tomando banho fica em casa. Fica

aqui na obra, nossa casa é aqui. Em casa é dois dias; aqui é cinco, vive mais aqui. (Serpente B)

A vida aqui é boa, é uma vida bem legal, uns cara tudo legal, nós para assim de noite pra jogar dominó, brincar um com o outro e assim nós vamos levando a vida. Tem sempre a escolinha aqui, quando tem a escolinha ainda é melhor porque nós fica retido até nove hora na escola, agora que num tem a escola nós vai pro dominó, brinca dominó, outro sai e é uma vida legal, bem brincalhona que é pra entreter que é pra esquecer os momentos mais difícil. (Carpinteiro B)

A questão a ser destacada é que as condições precárias de vida/trabalho do operário da construção civil acabam por moldar o seu universo cultural e as suas restritas opções de lazer. Assim, o lazer não se configuraria como um fim em si mesmo, mas sim como um produto determinado pelo crescimento industrial e técnico, dependente e estreitamente relacionado ao trabalho e à economia (ver Sant' Anna, 1992).

Deste modo, o operário tende a inserir o pouco tempo livre disponível para o lazer como um contraponto ao seu cotidiano de trabalho, ou seja, a tudo aquilo que é peroso, rotineiro, obrigatório, sacrificante. O lazer, neste caso, se configura como uma "distração", um espaço de tempo que ajuda o tempo a passar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo livre se constitui em um espaço de tempo que o trabalhador utiliza para outras desenvolver outras atividades não necessariamente ligadas ao cotidiano de trabalho, como o descanso e a diversão. Segundo classificação proposta por Eliás e Dunning(1995), o âmbito do tempo livre é muito abrangente, atingindo desde atividades rotineiras

até as recreativas. De acordo com essa classificação, o tempo livre não se constitui naquele tempo em que o indivíduo utiliza como lhe "convier". Além de determinantes sócio-econômicos que influenciam essa "escolha" o tempo livre engloba, por exemplo, atividades rotineiras necessárias à própria sobrevivência humana, descharacterizando uma possível identidade com ser ou não conveniente fazer.

Uma outra questão importante e que incide diretamente no tempo livre do trabalhador da construção civil é o problema da jornada de trabalho. O fato do tempo livre não encontrar um espaço amplo na vida do trabalhador da construção civil está relacionado às próprias condições físicas do operário após uma estafante jornada diária de trabalho de nove horas, onde o seu corpo exige descanso. Neste sentido, na construção civil, o tempo livre se revela como um fator de produção, ou seja, corpo descansado trabalho mais produtivo.

Além da estafante jornada diária de trabalho, o trabalhador é obrigado a fazer "bis-cate" nos finais de semana para aumentar a sua renda familiar. Desta forma, o tempo que

ele teria livre para "descansar" e repor as suas energias para o trabalho fica muitas vezes comprometido. A sua jornada de trabalho se estende para os sete dias da semana, sem direito a descanso ou lazer.

A vivência do lazer, por parte do trabalhador possibilita o exercício de sua subjetividade, sobrepondo os seus interesses às obrigações do seu cotidiano de trabalho. No entanto, o espaço de tempo que se dispõe para o lazer fica prejudicado por duas razões. A primeira razão está relacionada à própria jornada de trabalho. Os baixos salários recebidos pelos operários na construção civil provocam a extensão de sua jornada de trabalho, contribuindo desta forma para excluir o lazer e todos os aspectos a ele referentes da vida do trabalhador.

A segunda razão está relacionada à idéia do lazer estar diretamente relacionado com o seu poder aquisitivo. Na sociedade atual, sociedade de consumo, o lazer propriamente dito é um produto, uma mercadoria que tem um preço que o operário da construção civil, pelas suas condições econômicas, não tem condições de pagar. Com a impossibilidade de "consumir/usufruir" do lazer difundido e proposto da sociedade de consumo, o operário cria as suas próprias alternativas de diversão, para o operário o lazer é muito importante, na medida em que os ajuda a "esquecer" os problemas causados pelo trabalho, nas condições que ele assume na construção civil.

Em termos de síntese pode-se dizer que o lazer não pode ser entendido como um fim em si mesmo "o lazer pelo lazer" mas como uma estratégia utilizada pelo trabalhador em oposição ao seu cotidiano de trabalho, ou seja, a tudo aquilo que é penoso, rotineiro, obrigatório, sacrificante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAMINELLI, Mária. Reflexões sobre cultura e lazer na empresa. In: Marcellino, Nelson C. (org.). *Lazer: formação e atuação profissional*. São Paulo: Papyrus, 1995.
- DUMAZEDIER, Joffré. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, v.1.
- ROLIM, Liz Claira. *Educação e lazer: a aprendizagem permanente*. São Paulo: Ática, 1989.
- SANT'ANNA, Denise Bernazzi. *O prazer justificado: história e lazer*. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1992.
- SOUSA, Nair Heloíse Bicalho. *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes, 1983.

A EVOLUÇÃO DO HABITUS ESPORTIVO NOS SÉCULOS XIX E XX

Luiz Alberto Pfloni¹

O objetivo deste texto é discutir a evolução do habitus esportivo nos séculos XIX e XX. Para a consecução de tal objetivo nos valeremos da obra dos sociólogos Norbert ELIAS e Eric DUNNING: *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*². Essa obra nos é particular, particular à medida que a interpretação utiliza o esporte como temática de pesquisa. E, diga-se de passagem, uma temática esquadriada por autores do grau de excelência que ELIAS e DUNNING possuem.

ELIAS, autor de um conjunto vasto de obras e um dos mais destacados nomes no desenvolvimento da sociologia durante o século XX, só recentemente adquiriu notoriedade³. Uma passagem escrita pelo sociólogo Leopoldo WAIZBORT é bastante fecunda para aluzinar o que foi dito. O autor assim se manifesta:

Como os judeus que se julgavam assimilados, que se queriam cidadãos alemães cuja confissão judaica estaria restrita ao âmbito privado, Norbert Elias (22/6/1897 - 19/8/1990), filho de judeus

¹ Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná e da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Endereço residencial: Rua 12 de outubro, 29502, Ponta Grossa, Pr. CEP 84010-060. E-mail: pfloni@interpointa.com.br

² A versão que utilizaremos é a edição portuguesa, traduzida em 1992 do original *The quest for excitement*, cuja edição data de 1983. A obra é um conjunto de artigos escritos, individualmente por ELIAS ou a quatro mãos com o auxílio de DUNNING. A única exceção está no capítulo IX: *A violência das expectativas nos desportos para uma explicação sociológica*, o qual foi escrito por DUNNING junto com Patrick MURPHY e John WILLIAMS. Apesar do que, os editores, particularmente na edição que estamos trabalhando, não foram zelosos em atribuir aos dois autores a elaboração da obra. A capa dessa edição exibe apenas o nome de Norbert ELIAS. Também, em sua maioria, de artigos já publicados, apesar de que nem todos na íntegra. Os quais reunidos servem, como infere DUNNING, para mostrar o "resultado sistemático de um único corpo de teoria e investigação - o trabalho pioneiro de Norbert Elias sobre o processo de civilização e a formação do Estado. Com efeito, constituem exemplos e ampliações deste corpo teórico e de investigação e, por esse motivo, são representativos da abordagem específica 'configuracional' e do 'desenvolvimento' que Elias aprofundou na sociologia". Outros artigos, estes escritos por Eric DUNNING, também serão utilizados no decorrer do trabalho para enriquecer a discussão. Norbert ELIAS; Eric DUNNING, *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*, op. cit., p. 11.

³ Para maiores detalhes sobre a obra de ELIAS, ver a riquíssima Apresentação feita por Renato Jansen RIBEIRO para edição brasileira de *O processo civilizador* (ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*).

burgueses, filho do Segundo Império, não titubeou na hora de se alistar como voluntário logo após o agosto de 1914. Tinha pouco mais de 17 anos, era alemão e, como um jovem alemão, estava pronto para morrer pela pátria e honrar sua bandeira. Elias pertence à geração dos expressionistas, dos que foram à Guerra e não voltaram. Em verdade, alguns poucos voltaram e, então, como disse Benjamin, encontraram "uma paisagem em que nada permaneceu inalterado, a não ser as ruínas". Se ele teve a sorte de poder voltar, em pouco tempo seria forçado a perceber que, como judeu, sua cidadania só podia ser de terceira classe. Elias viveu a experiência da exclusão que dá sentido às análises das relações entre "estabelecidos" e "outsiders", um dos apertos importantes de seu pensamento.

Elias, que ia se habilitar como docente de sociologia com Kurt Mannheim em Frankfurt, teve logo sua carreira abortada: o Seminário de Sociologia foi dissolvido pelos camisas-pardas no momento em que se preparava para ministrar a aula inaugural, em 1933. Desde então, repetiu a figura do judeu da diáspora.

O Seminário de Sociologia, capitaneado por Mannheim, funcionava no prédio do Instituto para a Pesquisa Social, então já sob a direção forte e segura de Max Horkheimer. Era famosa a hostilidade entre os grupos, apesar do espaço compartilhado. Mas havia algo de comum entre eles, além de um judaísmo já quase dissolvido por detrás de vidas burguesas de intelectuais: O projeto de Horkheimer aparecia no discurso de posse como diretor do Instituto, em 1931: a busca de uma interdisciplinaridade. O mesmo tateava Elias, que, por aquela época, ainda não tinha dado nome preciso para a coisa. O exemplo mais evidente, em ambos os casos, é a incorporação da psicanálise.

Norbert Elias só se tornou conhecido, e respeitado, nas décadas de 70 e 80. Foi então que sua obra mais extensa, "Sobre o Processo da Civilização - Investigações Psicogênicas e Sociogênicas", atingiu

³ uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. O processo civilizador: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. Ver também o Prefácio elaborado por DUNNING para *A busca da excitação*. DUNNING nessa apresentação entende o "mapa sociológico" de ELIAS (Op. cit.). Para se ter uma idéia do vasto conjunto de obras ELIAS, no se consultar na livraria virtual Amazon (<http://www.amazon.com>) é possível localizar 36 títulos diferentes do autor. No português e espanhol destaque, entre outros, para: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970. *A sociedade de corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do hábito nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. *Teoria simbólica*. Coimbra: Celta Editora, 1994.

um grande público. O livro havia sido publicado em 1939. Escrito em alemão por um judeu, o livro não pôde ser vendido nem na Alemanha, nem na Áustria, e, por essa simples razão, permaneceu quase desconhecido. Só em 1969, ao ser reeditado na Alemanha, começou a chamar a atenção, e, ao aparecer como livro de bolso, em 1976, tornou-se um espetacular best seller. Ao mesmo tempo, foram surgindo as traduções para o francês e inglês. A partir de então, Elias saiu do ostracismo e começou a circular bastante e publicar ininterruptamente, até sua morte em 1990. Muitos dos admiradores de Elias pretendem lhe atribuir um inéditismo absoluto. Mas, pelo contrário, Elias se encontra profundamente entranhado na tradição da sociologia alemã. Ele é uma figura significativa no que se poderia designar como sua segunda geração.⁴

A originalidade do autor encontra-se em sua abordagem sociológica. ELIAS desenvolveu uma abordagem que chamou de "sociologia figuracional"⁵. Com essa abordagem examinou o surgimento das configurações sociais como uma efetivação inesperada da interação social. Tal abordagem pode ser caracterizada como uma indagação minuciosa sobre a psicogenia e a sociogenia.

A psicogenia delinea o desenvolvimento de longa duração das estruturas psíquicas e as modificações do comportamento humano. A preocupação do autor está centrada nas estruturas e mecanismos de regulação e controle das emoções e na formação social do superego. Seus trabalhos examinam a transição do mecanismo de coação exteriores para mecanismos interiores. Para WAIZBORT essa transição é "uma espécie de internalização, disciplinarização de si"⁶.

A sociogenia, por sua vez, delinea o desenvolvimento de longa duração das estruturas sociais. A transformação da sociedade foi uma preocupação sempre presente no âmbito das obras de ELIAS. Em *O processo civilizador*, o autor estabelece relações entre a civilização e a formação e a consolidação do Estado moderno. Trata-se de um processo de centralização em direção da monopolização dos territórios, da tributação e do uso da

⁴ WAIZBORT, Leopoldo. *Naz hoje cem anos que nasceu o pensador alemão Norbert Elias*. A Folha de São Paulo, 22 jun. 1997.

⁵ Para ELIAS figuras são "modelos" que possibilitam perceber os processos sociais de longa duração como mudanças estruturais das figuras que vários homens interdependentes formam entre si, em diferentes níveis. São relações que implicam em relações de poder. Para maiores detalhes sobre o modelo sociológico elaborado por Norbert ELIAS ver especialmente: *Introdução à sociologia*. Op. cit. DUNNING sugere ainda sobre o assunto as seguintes obras de "Johan Goudsblom, *Sociology in the Balance*. Oxford, 1977; e, de Peter Gleichmann, Johan Goudsblom e Hermann Korte (eds.), *Human Figurations*. Amsterdam, 1977". *A busca da excitação*. Op. Cit., p. 11.

⁶ WAIZBORT; loc. cit.

violência, o que passou a determinar um crescente grau de dependência e funcionalização, regulação, coordenação e interação dos processos sociais.

Na percepção de ELIAS, a psicogenia e a sociogenia possuem uma relação mútua de dependência no desenvolvimento de longo prazo. WALZBORT, ao discutir sobre esses dois aspectos interdependentes em *O processo civilizador*, se declara da seguinte forma: "Das duas dimensões e de suas dependências mútuas, Elias desenvolve uma teoria da civilização - enquanto teoria das transformações do comportamento e das estruturas da personalidade - e uma teoria da formação do Estado - enquanto teoria do desenvolvimento social. Elias entrelaça, portanto, a psicogênese do indivíduo com a sociogênese do Estado. Este é o nó do livro de 1939, que é retomado e desenvolvido em vários outros textos seus."⁷

É justamente nesse nó que se constrói a obra *A busca da excitação*. No entanto, antes de passarmos à sua discussão, falaremos brevemente sobre DUNNING.

DUNNING, um dos maiores sociólogos da atualidade, foi aluno, orientando e assistente de ELIAS. Autor de relevante e requintada produção acadêmica, sempre manteve seu percurso sociológico arraigado a um único corpo de teoria e investigação, a teoria eliasiana.⁸ Em seus estudos, o esporte e o lazer sempre representaram o centro de suas preocupações sociológicas.

Para DUNNING, a sociologia do esporte é uma área recente e, de alguma forma, desprezada pela sociologia, apesar de algumas tentativas de se atribuir uma ancestralidade respeitável, através da referências a "clássicos" como Max WEBER.

Algumas palavras de ELIAS são particularmente adequadas para dar lume às posições de DUNNING. Na introdução do trabalho ELIAS se declara da seguinte forma:

Quando iniciamos este estudo, a sociologia do esporte dava os primeiros passos. Lembro-me bem de Eric Dunning debater comigo a questão de saber se o esporte, e particularmente o futebol, poderia ser considerado pelos especialistas das ciências sociais como um tema de investigação respeitável e, em especial, de uma tese de mestrado. Penso que contribuimos um pouco para que assim tivesse sucedido.

As investigações sociológicas sobre o problema do esporte têm a responsabilidade de explicar alguns dos seus aspectos que não se

⁷ Id.

⁸ Na compreensão do autor essa teoria permite avaliar o significado social do esporte, em especial, por tentar estabelecer os fundamentos de uma teoria sociológica das emoções. Outros pontos de reparo na teoria são o controle individual e social da violência e os processos de longa duração, ou seja, a teoria eliasiana pode ser considerada como uma teoria do desenvolvimento. Cf.: DUNNING, Eric. Prefácio. In: *A busca da excitação*. Op. Cit., p. 11-37.

conheciam artes ou que, se eram conhecidos, o seriam apenas de uma forma muito vaga. Nesses casos, a tarefa consistia em dar maior segurança ao saber. Tínhamos a profunda consciência de que a compreensão do esporte contribuía para o conhecimento da sociedade.⁹

Feito esse breve preâmbulo sobre os autores e a teoria que sustenta seus trabalhos, iniciaremos a discussão da obra.

Já na *Introdução* do trabalho, ELIAS nos coloca uma questão desafiadora que, de certa forma, baliza todo o desenvolvimento posterior da obra. A questão é a seguinte:

Vários tipos de esporte integram um elemento de competição. São confrontos que envolvem força física ou proezas do tipo não militar. Para reduzir os danos físicos ao mínimo, existem regras que obrigam os adversários a adotar um determinado tipo de comportamento. Deste modo, por trás destes estudos do esporte, existe sempre a pergunta: que espécie de sociedade é esta onde cada vez mais pessoas utilizam parte do seu tempo de lazer na participação ou na assistência a estes confrontos não violentos de habilidades corporais a que chamamos "desporto"? É claro que, em alguns desportos, existem áreas pouco nítidas onde a violência se pratica. Mas, na maioria dos confrontos desportivos, as regras existem com a finalidade de manter essas práticas sob controle. Pode perguntar-se: que espécie de sociedade é esta onde as pessoas, em número cada vez maior, e em quase todo mundo, sentem prazer, quer como actores ou espectadores, em provas físicas e confrontos de trações entre indivíduos ou equipas, e na excitação criada por estas competições realizadas sob condições onde não se verifica derrame de sangue, nem são provocados ferimentos sérios nos jogadores?

A resposta organizada pelo autor, como não poderia deixar de ser, não foge a certas premissas, que articulam toda sua produção sociológica. Para ELIAS, suas investigações sobre o desenvolvimento do esporte denotam a existência de uma transformação global do código de conduta e de sensibilidade na mesma direção do processo civilizador com que a sociedade era convivente.¹⁰

⁹ ELIAS, Norbert. Introdução. In: *A busca da excitação*. Op. cit., p. 29.

¹⁰ Para ELIAS "[...] os modelos sociais de conduta e de sensibilidade, particularmente em círculos das classes sociais altas, começaram a transformar-se muito drasticamente, numa direção específica, desde

A alteração usada para validar tal argumentação é a sugestão de uma simples comparação entre os jogos populares realizados com bola nos finais da Idade Média e início dos tempos modernos, com dois emergentes esportes nascidos na Inglaterra no século, o futebol e o rúgbi¹⁰. Para o autor, a comparação apontará para um aumento da sensibilidade em relação à violência. Outros exemplos do aumento da sensibilidade nos esportes são igualmente válidos, entre estes, o das lutas de pugilato.

Para ELIAS, "a forma popular de luta só assumia as características de um 'desporto' quando se verificou a conjugação entre o desenvolvimento de maior diferenciação e, de certo modo, de formas mais estritas de um conjunto de regras, e o aumento da protecção dos jogadores quanto aos graves danos que podiam advir dos confrontos"¹².

Essa nova forma, "esportivizada" na Inglaterra, denominada boxe, passou a ser adotada em muitos outros países como modelo. Em muitos casos, substituindo formas tradicionais da pugilato, específicas de uma região, como sucedeu na França. Por processos semelhantes outros passatempos foram esportivizados. É o caso das corridas de cavalos, do ténis, das corridas e outros gêneros de provas atléticas.

Com essa linha argumentativa, o autor se declara da seguinte forma: a "transição dos passatempos a desportos, a 'desportivização', se é que posso utilizar esta expressão como abreviatura de transformação dos passatempos em desportos, ocorrida na sociedade inglesa, e a exportação de alguns em escala quase global, é outro exemplo de um avanço da civilização"¹³.

Construindo um outro cenário, um cenário recente, ELIAS tenta divisar o desenvolvimento e características que os esportes adquiriram nesse outro tempo, para inferir o balanço do pêndulo na longa duração. Em verdade, tal desenvolvimento e caracterização nada mais é que a expressão das mudanças de hábitos. Um pequeno trecho de ELIAS é adequado para se ter uma visualidade sobre esse cenário. O trecho é o seguinte:

¹⁰ Para Elias "[...] os modelos sociais da civiliza e de sensibilidade, particularmente em círculos das classes sociais altas, começam a transformar-se muito drasticamente, numa direcção específica, desde o século XVI em diante. O domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangendo tudo, mas, também, mais regular, mais moderado e evitando quer excessos de autopunição quer de autoconspicuidade. A mudança encontrou sua expressão num termo novo, ligado por Erasmo de Roterdão e utilizado em muitos outros países como símbolo de um novo refinamento de maneiras, o termo 'civilidade', que mais tarde deu origem ao verbo 'civilizar'. Investigações posteriores tornam provável que o processo de formação do Estado, e, em particular, a sujeição da classe guerreira a um controle mais severo, a 'civilização' dos nobres em países continentais, possuía algo comum com a mudança verificada no código de sensibilidade e de conduta." Ibid., p. 40.

¹¹ O procedimento é coerente com a metodologia utilizada por Elias. Na sua perspectiva, a forma mais adequada de observar e compreender um objeto é efetuando uma abordagem na perspectiva do seu desenvolvimento e, desta forma, utilizando o método comparativo.

¹² Ibid., p. 42.

¹³ Ibid., p. 42-43.

No decurso do século XX, as competições físicas, na forma altamente regulamentada a que chamamos "desporto" chegaram a assumir-se como representação simbólica da forma não violenta e não militar de competição entre Estados, e não devemos esquecer de que o desporto foi, desde o primeiro momento, e continua a ser, uma competição de esforços dos seres humanos que exclui, tanto quanto possível, ações violentas que possam provocar agressões sérias nos competidores. O facto de a escalada de tensão entre nações, conduzir no plano das competições desportivas, muitas vezes, os atletas participantes a agredirem-se, devido ao excesso de esforços ou ao uso de esteróides, é uma característica do desenvolvimento actual. Esta situação é um indicador do aumento da importância atribuída às proezas no desporto, compreendidas como símbolo do estatuto das nações. Mas isso não nos preocupa aqui, excepto, talvez, como sintoma de um rumo seguido na longa duração, no decurso do qual o balanço do pêndulo, em vez de se manter moderado, atinge, em certos casos, formas extremas. Quando isso se verifica, a pressão social exercida sobre as actividades desportivas no sentido do autocontrolo conduz estas a um nível que chega a levar o atleta a prejudicar-se a si próprio, na medida em que tenta evitar agredir os outros.¹⁴

No entanto, considerando os aspectos desenvolvimentistas da abordagem utilizada, torna-se necessário abalzar o que podemos chamar, ainda que inadequadamente, do ponto de partida do pêndulo¹⁵. Assim, a questão que se coloca de imediato é: Por quais razões a civilidade e as restrições ao uso da violência contra o outro, expressões notórias de um autocontrolo imposto por mudanças nas regras sociais, aconteceu primeiramente na Inglaterra?

A essa, outras questões podem ser alocadas. Questões estabelecidas pelo próprio autor, como por exemplo: "por que razões é que se manifestaram em Inglaterra, em primeiro lugar, modelos de confrontos físicos não violentos, e aí, foram representadas de modo simbólico, com um evidente sentido de novidade e distinção, através de um uso novo e mais especializado de um antigo conceito de 'desporto'"? Ou ainda: Por que razão

¹⁴ Ibid., p. 45.

¹⁵ Utilizamos nesta frase o termo inadequado por entender que, balizar um momento inicial no mencionado balanço do pêndulo possa não encontrar conjunção na teoria elisiana. ELIAS, em sua teoria, fala de processos cegos. Processos cegos são transformações não planejadas que se configuram na longa duração, ou seja, são transformações que ocorrem em momentos específicos – o que denominamos do ponto de partida do pêndulo é em verdade um desses momentos – com a alteração do estado da arte existente, determinadas por processos construídos ao longo de um tempo desmedido. Para maiores detalhes ver: Introdução à Sociologia. Op. Cit.

é que confrontos altamente regulamentados, exigindo esforços físicos e competência técnica, caracterizados na sua forma de espetáculo como 'desporto', aparecerem primeiro durante o século XVIII entre as classes altas, a aristocracia proprietária de terras e a pequena nobreza.¹⁶

Para tais questões, a resposta esboçada por ELIAS sugere que a "aceitação relativamente rápida dos modelos do desporto inglês pelos outros países parece indicar que já existia também a necessidade de competições que envolvessem esforços físicos reclamando uma grande capacidade de sublimação, uma firme regulamentação e menor violência, e, contudo, mantendo-se agradável".¹⁷

No entanto, essa é uma resposta parcial e insatisfatória. O artigo *A gênese do desporto: um problema sociológico*, contido na mesma, nos permite aprofundar sobremaneira a discussão e, ao mesmo tempo, perfazer uma resposta mais consistente.

O raciocínio desenvolvido por ELIAS nesse artigo é o seguinte: a exclusividade do jogo, na Inglaterra, deixou de ser dos cavalheiros proprietários de terras. O motivo é simples. Neste período, a elite local deixou de ter recelos com uma possível revolta das classes agrárias inferiores. A qual, em geral, dependia dos proprietários abastados e tinham consciência de seu lugar. Assim a configuração existente torna-se facilitada. Essa nova configuração explica também o porquê de, em certos casos, as regras do costume dos jogos populares, moderadas de acordo com as necessidades dos cavalheiros, terem desempenhado papel no desenvolvimento dos esportes.

Um esmerado exemplo é exposto neste volume. Trata-se da passagem de um dos passatempos que, durante o século XVIII, entre os proprietários de terra ingleses, assumiram uma forma esportivizada: a caça à raposa.¹⁸ Para ELIAS essa forma cambada:

Era considerada então um desporto e já mostrava, com grande clareza, algumas das características que distinguiam passatempos do tipo conhecido como desporto dos outros que não possuíam esses traços. Da forma como surgiu nesse tempo, a caça à raposa em Inglaterra constituía um tipo altamente regulamentado de caça, bus-

tante associada ao código específico de manuais. Pode gostar-se, ou não, de caçar. Mas, quer se goste ou não, a caça à raposa fornece um quadro vivo de uns dos primeiros estádios do desenvolvimento do desporto e pode assim contribuir para uma melhor compreensão da gênese e das características do desporto em geral.

A caça à raposa repercutiu uma mudança particular na natureza do prazer e emoção experimentado pelos participantes. Em sua forma nova, ela pouco tinha a ver com as formas primitivas de caça. Nas formas iniciais, o ressentimento existente era o da matança e, em alguns casos, o do saborear da caça. A forma inglesa esconde outros aspectos.

O prazer e a emoção são conceitos que, ao mesmo tempo, merecem consideração para desveendar alguns desses aspectos e que devem ser discutidos num mesmo plano. Essa situação é adequada se consideramos que ELIAS recusa cabalmente a bipolaridade. São igualmente importantes por serem elementos característicos de muitas outras modalidades esportivas. Nas novas forma de caça, não é apenas o clímax figurado pela morte do animal que proporciona prazer e emoção.¹⁹

A compreensão da emoção e do prazer, na ótica de ELIAS, permite estabelecer uma compreensão mais adequada dos esportes em seu desenvolvimento. Essa compreensão se insinua na relação de reciprocidade que se estabelece entre o participante e a atividade que corresponde a uma determinada necessidade do participante de prazer e emoção.

Esse padrão é denotado claramente na caça à raposa. Uma passagem é particularmente adequada para vitalizar esse argumento. A passagem é a seguinte:

A morte da raposa era, de algum modo, desvalorizada, porque esta não surgia como prato, à mesa do jantar embora caçada, ela não

¹⁶ *Ibid.*, p. 46.

¹⁷ *Ibid.*, p. 45.

¹⁸ ELIAS entende que um estudo como esse apresenta um grau elevado de dificuldades, à medida que se trata de uma investigação sobre um objeto que se conforma de acordo com um processo social, em mudança permanente e formado por seres humanos. No seu entendimento, uma abordagem plausível para tal objeto requer um elevado nível de distanciamento, o que exige o afastamento do seu objeto de estudo. Distanciamento é um mote que merece consideração no interior da teoria elisiana. Talvez, resida aí a principal distinção possível nos trabalhos de ELIAS e DUNNING. ELIAS foca no distanciamento. DUNNING vai ao empírico, mostrando, inclusive, lacunas deixadas por ELIAS. Um exemplo é a distinção entre violência individual e violência racional. ELIAS escreveu que com o monopólio estabelecido, a violência é controlada, salvo em exceções. Se pensarmos na longa duração isso é irreperensível. ELIAS viu com correção como tal monopólio se estabelece. No entanto, no curto prazo e com o monopólio mais ou menos estabelecido suas respostas não são satisfatórias de forma esba. Para perquirir sobre o assunto ver: ELIAS, Norbert. *Desenvolvimento e distanciamento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

¹⁹ Emoção é outro conceito discutido em intensidade extraordinária no conjunto das obras de ELIAS. Em um ensaio sobre tal tema, ELIAS conjectura que a espécie dos seres humanos representam uma mudança evolucionária qualitativa, uma forma de inovação evolutiva. Esse espécie, os seres humanos, não apenas podem aprender muito mais do que as outras espécies, como também têm necessidade de aprender mais. Encadeando seu pensamento, o autor entende que nenhuma emoção desenvolvida em um ser humano é sempre inicialmente não aprendida, pois a emoção possui um padrão geneticamente fixado, ou seja, o ser humano à medida que se civiliza aprende a emoção. O que não implica em se dizer que a emoção seja simplesmente inata. Esse raciocínio é extremamente importante para compreender sua principal obra, a qual, como já foi dito anteriormente, serve de suporte para toda a sua produção: O processo civilizador. A grande tese que o texto apresenta é: as emoções que advêm do autocontrole são o grande momento da espécie humana, à medida que elas permitiram o controle da violência. Essa tese implica na recusa de um raciocínio bipolar, como, segundo ele, entre os sociólogos, o qual separa emoção e razão. Para ELIAS é justamente na junção dessas duas disposições que a civilização se constitui. Deve ser destacada uma proximidade muito grande deste texto com o pensamento de Freud em *O mal da civilização*. (FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.) Cf. ELIAS, Norbert. *On human beings and their emotions: a process-sociological essay*. In: FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike; TURNER, Bryan S. editores. *The body: social process and cultural theory*. Londres: Sage, 1991. p. 103-125.

em comida pelos seres humanos. O clímax da caça, a vitória sobre a raposa, só se tomou realmente um prazer quando se assegurava um período de antecipação suficientemente longo. Tal como no caso do futebol, sem um período de antecedência do prazer bastante extenso e excitante, o clímax da vitória perde alguma coisa da sua sedução. Ainda que pouco notada, esta enorme ênfase colocada na agradável tensão-excitação da fase que antecede o prazer, isto é, a tentativa de prolongar o ponto essencial do prazer da vitória no confronto simulado do desporto, era sintomática de uma mudança de grande alcance na estrutura da personalidade dos seres humanos. Por sua vez, isto estava fortemente relacionado com mudanças específicas verificadas na estrutura da sociedade em geral.²⁰

Essa passagem serve também para patentear o argumento que os aspectos centrais do desenvolvimento dos passatempos que se esportivizaram e o desenvolvimento da estrutura de poder da sociedade inglesa no século XVIII são equiparáveis. Dessa forma, argumenta o autor, "estudos do desporto que não sejam simultaneamente estudos da sociedade são análises desprovidas de contexto"²¹. Essa posição enleia em uma recusa cabal de estudos que tem crescentemente se especializado na direção de uma identidade própria.

ELIAS lendo a história com essa ótica considera que, num momento em que eclodiram transformações sociais significativas, tomou-se emergencial aos passatempos assumirem a forma de confrontos físicos do tipo relativamente não violento. A emergência sobreviu de um raro desenvolvimento global da sociedade: os ciclos de violência abrandaram-se, as divergências existentes entre nações passaram progressivamente a serem resolvidas por intermédio de processos não violentos.

Entrando-se ainda mais na discussão presente, ELIAS é fletivo quanto ao porquê do surgimento do esporte em um tempo, um local e um estamento específico. A argumentação apresentada remonta ao ano de 1641 e a Inglaterra, com o surgimento de um ciclo de violência.

Nesse ano, o rei Carlos I invade a Câmara dos Comuns para prender membros do parlamento que se opuseram a seus desejos. Estes conseguiram fugir, mas, a partir desse dia, o retorno da tentativa falha do rei trouxe no seu bojo mais violência. Tais fatos culminaram com um processo revolucionário no qual o rei foi executado pelos puritanos.

Cromwell, então líder puritano, tomou o lugar de rei. O ciclo de violência prosseguia, ainda que de forma mais tênue, embora tenham ocorrido tentativas de mitigar as

²⁰ Norbert ELIAS. A busca..., Op. Cit., p. 48.

²¹ Loc. Cit., p. 48.

restrições que muitos membros das classes altas sentiam pelos puritanos de classes em subalternidade. Os puritanos derrotados ficaram à margem de toda sorte de perseguições e obrigações legais, onde, não raro, era empregado o uso da violência.

Esse quadro incitou sobremaneira os derrotados à emigração para as colônias na América. Os que permaneceram, os ingleses "dissidentes", se viram obrigados a viver na sombra do seu passado revolucionário. A imagem de possíveis conspiradores de uma rebelião permaneceu associada ao grupo, mesmo em momentos que suas possibilidades de se chegar ao poder eram reduzidas.

Para ELIAS, parte da explicação dos motivos que determinaram a moderação da violência nos passatempos encontram-se nesse ciclo. Usando uma linguagem que é própria do autor, poderia-se dizer que o desenho assumido pela configuração corresponde às tensões e violências que as classes altas eram conviventes no âmbito da sociedade.

Quanto ao regime vigente, o parlamentar, condições específicas eram necessárias para a manutenção de seu funcionamento. A eficiência do monopólio da violência física e a estabilidade da pacificação interna são duas das principais condições. As quais são estáveis, até certo ponto, em função dos níveis de constrangimento individual dos seres humanos inseridos na sociedade.

É nesse nó que ELIAS articula os argumentos. Vejamos sua voz:

[...] desde que a contenção de tensões constituía uma parte integrante do regime parlamentar, dando lugar a numerosos confrontos não violentos, de acordo com as regras solidamente estabelecidas, o nível de tolerância à tensão, que faz parte do costume social de um povo, constitui um apoio ao funcionamento de semelhante regime. Neste aspecto, o regime parlamentar apresenta certas afinidades com os jogos desportivos. Essa aproximação não é acidental. Um tipo específico de actividades de lazer, como, por exemplo, a caça, o boxe, a corrida e alguns jogos de bola, assumiu as características de desporto e, de facto, foi designado por desporto pela primeira vez em Inglaterra, durante o século XVIII, isto é, no mesmo período em que as antigas assembleias de estado, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns, representando camadas da sociedade restritas e privilegiadas, constituíram a principal área de confronto onde se determinou quem deveria formar o governo.²²

Não é necessário aqui repatar o encadeamento total das circunstâncias que determinaram condições particulares para que se efetivasse a moderação da violência nos con-

²² Op. Cit., p.51.

frontos físicos na Inglaterra.²³ O que é forçoso indicar é que essa pacificação se efetivou. E, se efetivou com o que ELIAS chama de uma "dupla moderação". Foram enfiados dois ou mais grupos numa colocação de medo recíproco da violência cada, o que se resolveu com um compromisso de não existirem vencedores ou perdedores absolutos.

Novas técnicas e estratégias exigidas pelo confronto não violento tiveram de ser aprendidas por grupos que gradualmente readquiriram a confiança mútua. Técnicas militares foram substituídas por técnicas verbais de debate feitas de retórica e persuasão, enredando em uma maior contenção geral. Para o autor, esta mudança, identificada de modo nítido, um avanço de civilização.

Esse avanço civilizacional, assinalado por uma maior sensibilidade quanto ao uso da violência, que transformou os hábitos sociais dos indivíduos, se tornou notório também no desenvolvimento de seus divertimentos, ou seja, "a 'parlamentarização' das classes inglesas que possuíam terras teve a sua contrapartida na 'desportivização' dos seus passatempos".²⁴ A parlamentarização é, em última instância, o argumento nuclear da contenda explicitada para entender os motivos que determinaram que o nascedouro do esporte tenha sido a Inglaterra.

Dentro desta mesma linha argumentativa, preceito ELIAS que, as origens do esporte não podem ser examinadas se considerarmos este como uma instituição social de nosso tempo, constituída de completa autonomia e independência de outros aspectos do desenvolvimento das sociedades. O esporte é um empreendimento de seres humanos que teve um desenvolvimento não planejado.

Outro aspecto merece ser mencionado como um favorecedor ao desenvolvimento dos esportes na Inglaterra, é o direito da formação de associações.²⁵ Os cavalheiros tinham liberdade para se reunirem da forma que bem entendessem. Uma manifestação desse direito foi a instituição dos "clubes". Para Elias:

A formação de clubes, levada a efeito por pessoas interessadas como espectadores ou executantes numa ou noutra das suas variedades, representou um papel crucial no desenvolvimento do desporto. Na fase anterior ao desporto, divertimentos como a caça e uma diversidade de jogos de bola eram regulamentados de acordo com as tradições locais que variavam com frequência, de uma localidade para outra. Talvez algumas das aldeias mais antigas, um patrono local, quem sabe, tenham procurado assegurar que os cos-

²³ Para uma visão mais detalhada sobre o assunto, ver o item 2 da Introdução de A busca da excitação. Op. Cit., p. 48-68.

²⁴ Loc. Cit., p. 59.

²⁵ A liberdade de livre associação era inexistente na França. Considerando, dentro das premissas do processo civilizador, que o mundo, naquele momento, era centrado (na sua totalidade), em pequena medida, nos Países Baixos, essa distinção torna-se relevante. p. 65.

tumes tradicionais fossem respeitados pelas gerações mais novas; talvez ninguém o tenha feito.

Uma das características que distinguem os divertimentos emergentes com o cunho de desporto era o facto de serem regulamentados, para além do nível local, por meio de uma dessas associações livres de cavalheiros que acabei de referir, os clubes.²⁶

A referida regulamentação tornou necessária a conformação de um processo organizativo. ELIAS indica o desenvolvimento do críquete como um exemplo típico. Em um longo parágrafo, o autor assim se manifesta:

Quando se tornou um hábito organizar confrontos de jogos ultrapassando o nível local, devido à deslocação das equipas de críquete de um local para o outro, tornou-se necessário garantir a uniformidade do jogo. Numa fase inicial, talvez dentro de um condado, os cavalheiros formavam, deste modo, um clube regional, cujos membros concordavam na unificação das tradições locais. A este nível elevado de integração, o acordo quanto às regras, a concordância quanto à sua alteração, caso se verificasse não serem totalmente satisfatórias, representou uma condição importante no desenvolvimento de um divertimento tradicional na direcção do desporto. O acordo quanto ao quadro das regras e quanto aos costumes sociais associados ao jogo seguia habitualmente de mão dada, com o desenvolvimento de um órgão fiscalizador que garantia o respeito pelas regras e designava os juizes para os jogos, se fossem necessários. Isto foi o primeiro passo no caminho para um desenvolvimento que hoje é habitualmente considerado garantido e, como resultado dessa atitude, faltam conceitos apropriados. Pode-se dizer que as variantes de desporto começam a assumir um carácter próprio, que se manifesta e se sobrepõe às pessoas que jogam. Ao nível dos confrontos de ar livre das tradições locais, sem regras sólidas e fixas, o jogo e os vencedores continuavam a ser bastante idênticos. Uma improvisação [sic.] a extravagância de um jogador que pudesse agradar aos outros, podia alterar o padrão tradicional do jogo. O mais elevado nível de organização de um clube regulador e supervisor dotava o jogo de um grau de autonomia em relação aos jogadores. E essa autonomia desenvolveu-se, como agente

²⁶ Loc. Cit., p. 65-66.

de controle, para um nível mais elevado de integração, tomou o controle efetivo do jogo, como quando, por exemplo, um clube de Londres, o M C C, retirou o controle efetivo do críquete aos clubes regionais. Não é preciso ir mais longe. Não seria difícil demonstrar como e quando é que o desenvolvimento do desporto inglês atingiu o nível de vários clubes locais, de uma associação nacional coordenadora de todos os clubes locais e, em alguns casos, o desenvolvimento de várias associações nacionais numa associação internacional a coordená-las.²⁷

É interessante destacar a existência de indícios nas posições de ELIAS, quanto ao desenvolvimento organizativo dos esportes, que dão robustez às suas posições teóricas. Como ele bem nos mostra, qualquer modalidade específica possui uma espécie de fisionomia própria. Assim, as pessoas são atraídas a estas segundo características específicas de sua personalidade. Isso ocorre em função da relativa autonomia que possuem os indivíduos que jogam em um determinado tempo e, também, em função da sociedade onde a configuração se desenvolveu.

Essa posição serve também para tornar inteligível as razões do porquê de alguns esportes, desenvolvidos primeiro na Inglaterra, terem sido trasladados e perifoneados em outras sociedades como se os mesmos fizessem parte dessas sociedades.

De forma resumida, essa é a refutação dada por ELIAS, principalmente aos sociólogos que pautam suas pesquisas na perspectiva econômica, as questões preliminarmente elencadas. Como se pode perceber, o autor articulou alguns aspectos societários numa, como ele mesmo chama, "teia". Essa "teia", nesse caso específico, é a configuração que contribuiu para a formação do esporte na Inglaterra.

O quadro de desenvolvimento apresentado, apresenta uma seqüência ordenada de passos numa direção particular. O último passo foi o esporte. O qual foi precedido por passos anteriores, enquanto condição necessária. Esses passos, em se tratando de um processo não planejado, não garantiram a emergência do esporte ou a sua própria existência.

Igualmente, nesta mesma linha de raciocínio, não se pode dizer que existe um caráter de relação causal entre as diversas esferas do desenvolvimento sociais. Um exemplo pertinente é tentar estabelecer ligação entre o regime parlamentar das classes mais altas e os divertimentos das classes inferiores com a forma do esporte.

O que ELIAS verificou é que um determinado grupo de pessoas atuantes no avanço da pacificação e da regularização dos confrontos internos do parlamento foi também responsável pelo aumento da pacificação e da regularização de seus divertimentos. Insofismável, portanto, atribuir o principal do esporte como produto da parlamentarização das antigas câmaras inglesas do Lordes e dos Comuns. Tal como se apresentaram, tanto

²⁷ Op. Cit., p. 66.

o esporte quanto a parlamentarização se configuram no bojo de modificações profundas na estrutura de poder da Inglaterra e nos hábitos sociais de grupos emergentes.

No outro extremo do pendular, ELIAS entrevê as atividades de lazer contemporâneas²⁸. Comparando com os divertimentos ingleses do século XVIII, avulta que é perceptível que resistiram ao tempo apenas os divertimentos que se adaptaram à repugnância dos seres humanos em relação à possibilidade de quebrantar danos físicos nos outros. Argumenta o autor que, espetáculos como as lutas de gladiadores ou entre seres humanos e animais, apreciadas por populações urbanas do Império Romano, ou, ainda, atividades medievais como a queima de gatos e suspensão pública na forca, provavelmente, desencadearia um diminuto prazer nas audiências contemporâneas²⁹.

Para ELIAS, outro aspecto notório na contemporaneidade é o fato de sociedades altamente diferenciadas apresentarem uma variedade de atividades de lazer superior a qualquer outra sociedade. São atividades adaptadas à produção de um descontrolo de emoções agradável e controlado. Normalmente, elas oferecem tensões miméticas agradáveis, apesar de que nem sempre, produzindo uma excitação crescente e um clímax de sentimentos de êxtase, o que é um facilitador para se controlar as tensões.

Com esta linha de argumentação, entende o autor, que "as tensões miméticas das atividades de lazer e a excitação com elas relacionada, isenta de perigo ou de culpa, podem servir como um antídoto das tensões provenientes do stress que, no quadro da repressão global estável e harmoniosa característica das sociedades complexas, se verifica entre os indivíduos"³⁰.

Atualmente existe uma incomensurável oferta de atividades de lazer, em geral, e esportivas, em particular, nas sociedades complexas ofertadas aos indivíduos. A adoção de uma ou outra forma de atividade ocorre em função de aspectos psicogênicos e culturais. Essas atividades, caracteristicamente miméticas, no plano simbólico aliviam o fardo global que é inerente aos indivíduos, fora do âmbito do lazer.

De forma resumida, pode-se dizer que, são instituições sociais que proporcionam, de alguma forma, a renovação emocional ao oferecer uma espécie de comedimento entre os esforços e as pressões da vida ordinária.

Esse comedimento pode ser denominado de autocontrole. No entanto, essa afirmação, ainda que correta à luz da teoria elisiana, precisa ser minudenciada, à medida que ela pode favorecer a idéia de que a natureza restritiva dos esportes são um espécie de corolário da vida social. Dado que os seres humanos vivem socialmente, o que supõe um controle restritivo próprio.

²⁸ Nos seus escritos em A busca da excitação, ELIAS não apresenta conceitos precisos. Atividades com funções complementares das sociedades altamente industrializadas e capitalistas esportivos profissionalizados são, com frequência, imaginados e articulados sobre meunas premissas. Por anacrônica e imprecisa que possa, essa posição permite concluir que no âmbito da teoria sociológica elisiana essa distinção é irrelevante, ou, pelo menos, não foi relevante para ELIAS.

²⁹ Cf.: Op. Cit., p. 70.

³⁰ Op. Cit., p. 73.

Os seres humanos possuem restrições que não são aprendidas. Mas, as restrições organizadas pela mobilização e padronização das disposições naturais, com o intuito de constringer por meio da aprendizagem, é que são absolutamente necessárias para a sobrevivência tanto do grupo humano como do indivíduo. O autocontrole é uma condição comum da humanidade.

As mudanças ocorridas no desenvolvimento da humanidade foram mudanças nos padrões sociais de autodomínio e na maneira como se forjou o delineamento do potencial natural dos indivíduos. Destarte, essas modificações constituíram, o fulcro estrutural de um processo demonstrável, assim como determinaram "arquivos" de civilização e descivilização³¹.

Para ELLIAS:

É por esse motivo que, no desenvolvimento social da espécie humana, não existe ponto zero de civilização, nenhum momento do qual se possa dizer que foi aqui que a barbárie chegou em absoluto ao fim, ou foi aqui que, entre os humanos, a vida civilizada começou. Dito de outra maneira, o processo de civilização é um processo social sem início absoluto. Uma sequência de mudanças puramente sociais, sem correspondentes modificações biológicas da espécie, foi desencadeada sem descontinuidade absoluta, em consequência da evolução biosocial e, finalmente, biológica. Em contraste com esta última, o processo de civilização, tal como outras sequências sociais de mudança de uma direção particular, pode seguir um mecanismo inverso. Um processo de civilização pode ser adquirido, pode até ser acompanhado, por avanços de direção oposta, pelo processo de descivilização.³²

³¹ A obra de ELLIAS parece sugerir uma espécie de linearidade ligada com a História das mentalidades. DUNNING, propondo notável conferência (Sport in the Western Civilizing Process. In: Simpósio sobre o Esporte no processo civilizatório e a violência no futebol. Campinas: Faculdade de Educação Física de Unicamp, set. 1996.), refutou essa crítica. Para ele, o conceito de descivilização rompe por completo com a construção desse movimento. Em seu raciocínio, uma das teses de ELLIAS é a circulação dos modelos comportamentais. Essa tese sugere que a humanidade tem consciência da sua ação (racionalidade) ao longo do tempo, mesmo isso representando condicionamento, adstramento e autocontrole. Os costumes são refinados, através de coisas que normalmente não se dá importância (O processo civilizador, principalmente o primeiro volume, é rico em exemplos. Op. Cit.). As proibições são interiorizadas, principalmente depois da sociedade de corte (Ver: A sociedade de corte. Op. Cit.). O conjunto dos elementos constitui uma configuração. Nessa configuração ocorre o desenvolvimento social. Esse desenvolvimento tem implicações como um maior controle da natureza, das emoções, das relações inter-humanas e do autocontrole. Mas esse desenvolvimento não tem uma direção única, em muitos momentos ocorre uma regressão de estágios superiores para estágios anteriores, as guerras são um exemplo, ocorrendo um processo de descivilização.

³² Op. Cit., p. 75.

Assim, para ELLIAS, como o esporte está imbricado com as condições de civilização na sociedade em geral, e desta forma, aos efeitos recíprocos dos impulsos de civilização e descivilização, este deve ser compreendido como uma configuração multidirecional em transformação. Pela lógica do autor, mudanças que estão ocorrendo hoje, e diga-se de passagem, que não estão sendo percebidas, determinarão a transformação dos esportes daqui a 100 ou 200 anos.

INFÂNCIA E CIVILIZAÇÃO¹

Magda Sarat²

O presente trabalho tem por objetivo discutir os conceitos de Infância e Civilização a partir da leitura de Norbert Elias, tendo como referência o processo civilizador, a literatura que trata do tema e as entrevistas realizadas com idosos que viveram a sua infância na primeira metade do século, constituindo o material empírico a ser utilizado na pesquisa.

Sendo assim, temos por hipótese que a infância pode ser vista como processo de civilização, a partir do momento que ela é condição comum no *homo sapiens*, fazendo parte de todas as sociedades, considerando que, todos os adultos em um determinado momento estiveram na condição de infante, ou seja, necessitando e sendo dependente do outro e do controle e auto controle do comportamento imposto pela sociedade, da qual ele faz parte.

Nesse sentido, algumas indagações podem ser pertinentes entre elas: o que significa infância e civilização? Quais os elementos de aproximação entre a infância e a civilização, pensando numa perspectiva de processo civilizador, como conceito trabalhado por Norbert Elias? Quais os elementos de permanência na história de pessoas que viveram sua infância em períodos distintos, com experiências sócio-econômicas e culturais diferenciadas?

Procurando discutir esses conceitos, partimos do pressuposto de que a história da criança, na história da infância tem sido contada muito recentemente, tornando-se preocupação atual nas sociedades, provavelmente como forma de resgatar o papel social e a inserção dessa criança ao mundo adulto, a sociedade organizada. No entanto, o que significa infância?

Uma primeira referência para a idéia de infância encontrada no dicionário Aurélio: *período do crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade, as crianças.*

A etimologia da palavra *infância* define, do verbo latino *fari*, falar, dizer, e do seu participio presente *fans*. A criança, o *in-fans*, é primeiro *aquilo que não fala*. Nesse sen-

tido, a palavra *infância* não está somente associada a uma determinada idade mas, também, a incapacidade ou a ausência da fala.

Esse nome *infans*, é caracterizado pela incompletude, ou seja, a *infância* como uma especificidade, uma ausência que caracteriza o ser. Comparativamente ao adulto (considerando o adulto "melhor" do que criança), pode-se dizer que o não falar é ruim. Só que ela ainda não fala, mas ela não é muda, ela ainda não anda, mas não é deficiente. Simplesmente está num momento da vida tão provisório quanto a adolescência, a juventude ou a velhice.

Contar a história da infância somente sob aspecto cronológico ou de ausências é recorrente inclusive, quando a referência é o pensamento filosófico. Em Platão, pode-se apreender a idéia de que a infância está atrelada a um período de irracionalidade: *"...a criança é de todos os animais o mais intratável, na medida em que seu pensamento, ao mesmo tempo cheio de potencialidades e sem nenhuma orientação real ainda, o torna o mais ardiloso, o mais hábil e o mais atrevido de todos os bichos"*, (GAGNEBIN, 1997: 83).

A infância vista pela ótica da ausência, acaba sendo caracterizada como um "mal necessário" que, pensado somente em sentido cronológico, toda a humanidade passaria por ela, sendo, portanto, um período necessário mas não suficiente para atingir a racionalidade, "característica própria do adulto".

Tomando essas definições de infância não somente como possibilidades de compreensão desse período, mas como representação de cada momento histórico, podemos considerá-la ainda como um momento fecundo e propício para que o processo civilizador, especialmente, no que concerne ao controle das emoções e a internalização de valores e comportamentos com o intuito de controlar a violência das ações, seja a referência presente na formação do homem.

Civilização, pode ser aqui entendida por um conjunto de caracteres comuns às sociedades evoluídas. O que estamos trabalhando como caractere comum é o fato do homem passar por esse período da infância no primeiro momento da vida, como condição irrevogável e que esse período caracteriza-se pela formação, formação não entendida somente como educação formal, escolarizante mas todas as práticas vividas pelas crianças e junto com as crianças. A sociedade procura através do comportamento construir no indivíduo algumas características que o definem como humano e parte do grupo.

Atualmente, o cunho de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens têm apenas uma alternativa: submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num "ambiente decente". A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como "doente", "anormal", "delinqüente" e "insuportável", do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência, excluída da vida da mesma. Na ver-

¹ Este trabalho integra as reflexões discutidas na disciplina História da Educação e a Sociologia Configuracional de Norbert Elias, ministrada pelo professor Dr Ademir Ghebara no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP.

² Mestranda do programa de pós-graduação em Educação da UNIMEP.
Endereço residencial: Rua Ipiranga, 1399/11, Bairro Alto, Piraítoiba, SP.
E-mail: m9702580@unimep.com

dade, do ponto de vista psicológico, os termos "doente", "anormal", "criminoso", ou simplesmente "insuportável" não têm, dentro de certos limites, outro significado. O modo como são compreendidos varia de acordo com os modelos historicamente mudáveis da formação do afeto. (ELIAS, 1994: 146)

Esses comportamentos traçados e cobrados estão muito nítidos nas relações que se travam em sociedade hoje. No entanto, foram construídas num processo de longa duração, provocando a internalização de padrões que antes não eram comuns às sociedades. O caráter mutável dos padrões de comportamento está presente também a partir do momento que a sociedade muda e outras relações se fazem necessárias.

No curso do processo civilizador presente na obra de ELIAS (1994), ele define a *cortezização do guerreiro* como processo fundamental na cooptação das relações do homem em sociedade. Relações que não se estabelecem somente através da economia e da produção de um povo, mas também através da construção e internalização de *hábitus*, como uma segunda natureza, formando-se a partir da mudança do comportamento, da etiqueta de corte, do comportamento à mesa, o uso do garfo e faca, dos hábitos de higiene e cuidados corporais, a privatização das relações pessoais, o controle e o auto controle das emoções e da monopolização da violência pelo Estado.

Esse processo civilizador ou *cortezização do guerreiro*, caracteriza-se pela transformação do homem medieval, antes violento, rude, grosseiro que aprende a comportar-se, a controlar-se, usando como arma o diálogo, a gentileza e a cortesia em suas relações. O processo não aconteceu de uma hora para outra sendo necessário o que Elias chama de um período de longa duração, quando a sociedade levou muitos séculos para estabelecer as relações travadas na modernidade.

Essas relações formam-se a partir das referências de comportamento e controle da violência. Segundo ELIAS, (1994:116) "*o ato de comer adquire um novo estilo, correspondendo às novas necessidades da vida social*". O comportamento à mesa tornou-se símbolo que conferia distinção a quem soubesse usá-lo.

Tornava-se necessário formar esse novo homem, atendendo aos interesses e necessidades dessa nova organização social, da qual ele fazia parte. Com a mudança do seu modo de comportar-se, torna-se fundamental o controle de características que agora passam para o fundo da cena da vida social, torna-se necessário reprimir todas as características que o faz parecido com os animais, como por exemplo, o costume de trincar o animal na mesa e comê-lo inteiro.

O novo homem precisava ser, capaz de dialogar e resolver questões – antes resolvidas com luta, guerra ou violência – com diplomacia e sutileza. O que garante ou confere sucesso nesse momento é a melhor habilidade em compreender o "jogo" de poder que se estabelece na corte. Nasce o parlamento como possibilidade de negociação.

Entretanto, se entendemos civilização como o processo de cortezização do guerreiro, como pensar a infância ou a existência de crianças numa sociedade eminentemente formada e dominada por homens guerreiros?

A literatura mostra que antes do período moderno, na idade média as crianças estavam presentes, nascendo em todas as casas, do nobre ao camponês. No entanto, sua existência e inserção social vai acontecer posteriormente, com o surgimento do sentimento de infância caracterizado por ARIËS como uma descoberta da modernidade.

O sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas e desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa condição não existia. Por essa razão asinha que a criança tinha condições de viver sem a solicitude da mãe ou de sua ama ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes" (ARIËS 1981:156)

Esse conceito que foi se formando, nitidamente vai estar presente nas relações do final do século XVII e XVIII, quando no curso do processo civilizador as relações do homem também mudam, representadas agora pelo *cortesão*, pelo *gentleman*, o *homem civilizado*.

Uma outra questão levantada é a de que o conceito de infância não se apresenta como referência medida pelo aspecto cronológico (não se definia a infância como na atualidade de zero a doze anos), mas a uma questão da dependência. Segundo ARIËS, (1981: 42) "*a idéia de infância estava muito ligada a idéia da dependência. só se fala da infância ao se sair da dependência ao menos, dos graus mais baixos da dependência*".

Nesse sentido, as crianças viviam um período de infância muito maior, existindo referências em textos da idade média, pesquisado por Ariès, classificando a infância como período que vai do nascimento até os vinte e quatro anos.

A relação de dependência entre a criança e o adulto era estabelecida geralmente com as mulheres, mães ou amas de leite. Estas, criavam e educavam os pequenos nos moldes presentes da sua organização social, procurando imprimir nas crianças não somente aspectos da vida social e cultural, mas formar o *hábitus*, o que Elias chama de segunda natureza internalizado na sociedade durante um período de longa duração. Esta formação ocorre primeiro na família, juntamente com as relações de interdependência importantes nesse processo.

O controle mais rigoroso de impulsos e emoções é inicialmente imposto por elementos de alta categoria social aos seus inferiores

ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, torna-se a classe superior, governante, é que a família vem ser a única – ou, para ser mais exata, a principal e dominante – instituição com a função de instilar controle dos impulsos. Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridas dos impulsos e das emoções. (ELIAS, 1994:142)

O controle das emoções exigido pela sociedade vai sendo posteriormente internalizados por todas as pessoas. Tais relações tendem a formar-se na infância, período que iguala todos os humanos, que num determinado momento estiveram na condição de infante, não só destituídos da fala, ou de outras "ausências", como também dependentes do adulto para sobreviver aos primeiros anos de vida.

Esse período de dependência favorece a inculcação dos comportamentos, valores, referenciais culturais, importantes para cada sociedade. A inculcação desses referenciais podem ser entendidos como possibilidade de minimização da violência, controlando as emoções e também um esforço no sentido de inserir essa criança ao seu grupo social, permitindo que ela construa sua identificação como indivíduo do grupo.

Pensando a infância a partir de um aspecto comum a todos os indivíduos que fazem parte de uma sociedade, realizei entrevistas com pessoas que viveram esse período da vida na primeira metade deste século.

Nas entrevistas realizadas trabalhei com pessoas de escolaridade, idade e condição sócio-econômica e cultural diferentes, possibilitando uma visão diversificada das pessoas sobre experiências socialmente e culturalmente diferentes. No entanto, todas tem como elemento comum o fato de terem sido crianças e tendo na infância um período de formação onde esteve presente aspectos civilizadores baseado no controle e auto controle das emoções e da violência. Referências trabalhadas com o intuito de construir sua identidade e fazê-los parte da sociedade.

Alguns exemplos nas falas mostram como os adultos procuraram inculcar na criança os códigos e comportamentos esperados pelo seu grupo. No caso das entrevistas, as referências a um bom comportamento são medidas pela obediência e submissão às regras impostas.

...naquele tempo a crianças era mais, não digo, educada porque...mas pelo menos era mais obediente. A gente era muito obediente, ele falava faz isso, faz aquilo e a gente fazia...(Sr. Antônio, 70 anos)

A mamãe tinha uma cisterna de onde tirava água...então ela fechava bem a cisterna e proibia as crianças, terminantemente e ninguém chegava perto. Então ninguém teimava! Os meninos eram muito obedientes, criançaada muito boa! (D. Carmem, 90 anos)

Se não obedecesse apanhava!(D. Laura, 50 anos)

1,5

A questão da obediência e da submissão, apresenta-se de forma repetida em todas as falas e as sanções ou os castigos como consequência da quebra da regra social parecem ser aceitas com naturalidade, naquele momento. Segundo Elias, "*As proibições apoiadas em sanções sociais reproduzem-se no indivíduo como formas de autocontrole...O código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento constituinte do indivíduo*" (ELIAS, 1994: 189). Provavelmente, a aceitação do castigo como parte necessária a formação.

Portanto, podemos pensar que a dinâmica da sociedade civilizada reside no fato de que as construções se efetivam com mais eficiência quando os padrões são ensinados desde cedo, ainda na infância.

No processo civilizador exposto por ELIAS, as regras de bom comportamento eram fatores de inclusão na sociedade. O próprio controle exercido de uns sobre os outros se dava no sentido de manter essa posição. As pessoas se agrupam e formam sua classe determinada por signos, hábitos e referências que lhes são próprias.

Sendo assim, imprimir tudo isso em adultos demorou um longo período, ficando evidente que, se as regras fossem trabalhadas com meninos e meninas desde cedo, havia a possibilidade de serem interiorizadas, não se dissociando mais do indivíduo.

Um dos manuais de civildade e boas maneiras datado de 1780, esclarecendo qual deveria ser o papel da criança bem educada diz, "*A criança bem educada será a última a se servir, se estiver na companhia e seus superiores...*" A frase denota uma preocupação em ensinar a regra deixando claro, como a criança era tratada, e qual a sua posição social nesse momento.

Concluindo, alguns elementos já podem ser analisados e apontados no decorrer do trabalho, outros ainda estão sendo construídos. Dos elementos de permanência presentes na vida das pessoas entrevistadas temos: o fato de que a infância pode ser um elemento de civilização, considerando que ela é característica presente em todas as sociedades e o outro a necessidade de dar continuidade a organização social através do controle e do auto controle dos indivíduos, começado na infância, realizado pela inculcação de valores e comportamentos no sentido de controlar os impulsos e a violência presentes em cada um.

Finalizo citando o texto bíblico que relata as leis dadas por Javé a Moisés, quando da organização do povo judeu, responsabilizando os adultos, especialmente os pais, para com as crianças "*Estas palavras que hoje te ordeno tu as inculcarás a teus filhos, e delas falarás, assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te e ao levantar-te*".

(Deuterônimo 6:7). Esta passagem vem referendar mais uma vez a condição imposta à infância como período para desenvolver o processo civilizador em meninos e meninas que fazem e são feitos pela história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos Editora, 1981.
- BOSI, Eclêa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. in: GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org). *Infância escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora de Universidade Federal do Paraná, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos tribunais, 1990.

LIBERALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: aplicando algumas noções de Elias sobre a política de esportes no Brasil.

1,5

Mara Cristen¹

INTRODUÇÃO

EXPLORANDO ALGUMAS NOÇÕES DE NORBERT ELIAS

Em "O Processo Civilizador"¹ de Norbert Elias (1993²) a idéia chave que move o estudo do sociólogo centra-se na noção de que a condição humana é uma lenta e gradual construção do homem, sem que determinantes presentes no estado de natureza tornem-se limitantes, já que o homem é tanto capaz de alterar artificialmente sua própria natureza a ponto de recriá-la. Ao mesmo tempo - como toda criação humana - o estado de cultura não se mostra como produto de uma vontade exterior suprema, inatingível, mas como produto desse processo complexo e prolongado - sincrônico - onde os elementos ganham sentido dentro de uma rede, e do qual redonda a civilização. Para ele, portanto, a civilização, enquanto processo através do qual o homem atinge autocontrole, é extremamente positiva, portando uma ética cujo sentido é consolador.

Compreendendo a natureza sincrônica do processo civilizatório, Elias reconhece a importância de procurar estudar a história por meio do maior número de documentos e através de quantas forem as ciências capazes de explicar as diaconias, sucessivas ao modelo através do qual ele quer recuperar um mosaico de ações individuais de pessoas isoladas. Neste sentido, ele destrói tanto a idéia de uma consciência que mediatiza a realidade social como produto de intenções racionais que guiarão as forças sociais, assim como explica os trajetos sociais como produtos de vontades isoladas potencializadas por ações relacionais centrípetas, configuradas sobre nichos, relativamente autônomos, de uma rede cada vez mais globalizada e abrangente: as configurações sociais³.

A criação de um consenso social mínimo - base desta força centrípeta - sustenta-se sobre uma teoria das ações sociais onde consciências individuais se relacionam dentro de um quadro de expectativas que não se rompe por força da grande construção humana:

¹ Professora do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutorado pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Endereço residencial: Maestro Cimbelli, 550, Limeira, SP.

² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio, Jorge Zahar, 1993.

³ Sob este aspecto, a proposta teórica apresentada por Elias aproxima-se consideravelmente da noção desenvolvida por Foucault dos espaços próprios à microfísica do poder.

a civilização, exprimindo formas de sociabilização, promovendo monopólio de várias formas de violência ao mesmo tempo em que gera espaços mais ou menos pacíficos.

As interligações entre estes espaços de monopólio da violência e regiões pacificadas, remete às tensões que impulsionam tanto o processo de aquisição de autocontrole, quanto estimula a mudança das mentalidades e atitudes correspondentes. Neste ínterim, dependendo da especificidade da dinâmica civilizatória, podem romper-se os centros decisórios mais restritos de poder e alargarem-se as possibilidades de participação a grupos de indivíduos cada vez mais plurais, inaugurando tendências descentralizadoras de poder.

Inscrita dentro desta expectativa positiva, a base teórica apresentada por Elias poderia ser associada à outros modelos desenvolvidos por autores originários às diferentes matrizes teóricas, e, ainda que seja importante afirmar que Elias escreveu na década de trinta deste século, antecedendo em muito a formulação de autores mais jovens e bem mais consagrados que ele no universo acadêmico das ciências sociais, é também fundamental ressaltar que a tradição intelectual sobre a qual se assentam os três conceitos basilares da teoria de Elias funda-se nos clássicos do pensamento ocidental, o que vem garantindo sua permanente atualidade.

Neste sentido, é importante reconhecer nos conceitos de: ação social, configuração social e dinâmica civilizatória, o substrato sob o qual ele desenvolve uma teoria da história que encampa uma teoria do Estado *sui generis*, tendo por base algumas tradições, aqui apresentadas em suas sínteses. Esclarecendo os níveis do modelo analítico que ele criou, ainda que de forma esquemática, seria possível decompor este modelo partindo da idéia de ação social que pode, ao menos em parte, ser deduzida da teoria da ação social desenvolvida por Weber.⁴ Seguindo noções elementares desenvolvidas por Weber, toda ação social comporta certo nível de previsibilidade. Ou seja, toda ação implica em reação, mas estas se estruturam a partir de um código ético, estético, moral, conhecido com anterioridade, delimitando possibilidades entre relações intersubjetivas.

Num nível mais abrangente teríamos – seguindo uma seqüência hierarquizada de abstração – o conceito de configurações sociais, provavelmente extraído da noção de *Esprito Absoluto* que Hegel⁵ desenvolveu. Esta entidade, um tanto quanto obscura e presente na Filosofia do Direito, dilui-se nas noções de Estado e Sociedade Civil. De modo que uma esfera é guiada pela outra sem que necessariamente deva haver um planejamento prévio, mas que, movidas por uma consciência transcendente – *divina?* – resultaria no aprimoramento da vida em sociedade e na aquisição de valores positivos para a humanidade. Esta esperança no progresso – produto de um movimento ascendente – resulta na disposição de um contexto no qual sobressai a coletividade como realizadora da *vontade universal*, criando uma disposição para que os indivíduos abram mão de interesses particulares em prol do bem comum.

⁴ WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1992.

⁵ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Os princípios da Filosofia do Direito*. Lisboa, Stamp, s/f.

A *W* na positividade da vida social parece, ao que tudo indica, originar-se sobretudo do que Elias herdou dos filósofos que manifestaram uma profunda crença no domínio da natureza pela razão, sobretudo dos filósofos que discutiram os termos do contrato social⁶. O aspecto central dessa discussão é a unificação da razão prática e da vontade soberana, isto é, como a vontade comum não deve ser antecipada por um soberano, ou sustentada por um estado de natureza fictício, as leis gerais e abstratas garantem que a vontade comum se realize dentro de uma estrutura racional na qual a prática legislativa ganha autonomia, consolidando a vontade geral e excluindo a vontade particular, ou seja, controlando os interesses privados.

Embora o próprio Elias procure desmistificar a idéia de que a razão se comporte como um reflexo exato entre a esfera da subjetividade e de uma objetividade calculada, permanece elcta a crença na aquisição do controle progressivo da violência, uma vez que todo interesse que não possa ser generalizado tende a ser proibido pela vontade comum, expressa sob o forma de leis e de organizações que mantenham previsibilidade e o princípio da universalidade para seu funcionamento.

Partindo destas noções tem lugar em seu pensamento a compreensão de que novas mentalidades geram consciências diferenciadas acerca das percepções de tempo/espaço, abrindo condições operacionais para práticas políticas renovadas, tendentes à maior liberalização política dos centros de poder decisório e uma nova representação do que venha ser legitimidade. Esta consciência histórica rompe com correntes tradicionalistas que enxergam determinadas forças como dotadas de permanente continuidade, sem que rupturas tomem parte do constante progresso a que está submetido o processo civilizatório, num caminho sem retorno rumo à formas mais abertas, democráticas, onde, por fim, venha prevalecer a soberania popular.

Outra vertente pela qual é pertinente explorar a idéia do autocontrole que o processo civilizatório impinge à violência remete à visão apresentada sobre rupturas e continuidades, presentes nos conceitos de configurações sociais e ação social. No caso, o fundamento da idéia singular de regularidade⁷ remete à uma tradição intelectual comum, originária ao conceito de fato social e de regularidades sociais sistematicamente utilizados por E. Durkheim.

Segundo este último autor, as regularidades sociais se expressam sob o formato de fatos comuns que são dotados de certa previsibilidade, impressos pela aquisição de hábitos sociais, articulados por força dos constrangimentos sociais – a lei, as regras, a tradição, os costumes, o uso de formas de violência – particulares a cada sociedade específica. Sob este aspecto, a coerção monopolizada garante a rearticulação de laços de sociabili-

⁶ A idéia de um contrato social que permitira aos homens viverem coletivamente foi debatida, principalmente, por John Locke, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau, autores fundamentais para a discussão do advento do Estado em teoria política.

⁷ Observa-se que regularidade e continuidade não correspondem a um mesmo tipo de movimento na estrutura lógica da por uma percepção americana o domínio da tempo/espaço.

dade, fundados sob os modelos da solidariedade mecânica, instituída artificialmente pelo governo, pelo trabalho, pela comunicação de massa, etc.

Acatando este princípio, uma re-escritura das idéias de Elias caminha para a conclusão de que em estágios mais avançados de civilização, a monopolização da violência pelo Estado, assim como a institucionalização de *espaços pacificados* diminuem as possibilidades de desintegração de uma dada estrutura social, mas não inviabilizam a ruptura ou diluição das configurações sociais que sustentam tipos específicos de dominação.

Entre os exemplos detectáveis nas sociedades contemporâneas – tanto de *monopólio da violência* quanto de *espaços pacificados* – podemos incluir as funções de governo, ocupadas pelo Estado e que regulam a vida dos cidadãos. O preenchimento de tais funções por uma *coalizão* – grupos sociais, ligações entre elites, etc. – garante a preservação provisória de um determinado tipo de configuração social, evitando a desintegração do tecido social, mas não impede a consolidação de novas alianças de sustentação do Estado. Portanto, o processo civilizatório pode sofrer *marchas e contramarchas*, mas sempre tende à impulsão para formas mais liberalizadas de convivência social, porque a disputa pelo poder é regulada por uma dinâmica que garante flexibilidade e alternância de combinações na ocupação dos níveis mais importantes de poder decisório.

Neste particular, dentro do quadro no qual se insere o conceito de configurações sociais, ele procura demonstrar a *inadequação* da criação de pares de opostos – racional/irracional, espírito/natureza – evitando que se incorra no erro de explicar a realidade em termos de uma *polaridade maniqueísta*. Ao contrário, apesar de aceitar a positividade dos rumos da civilização, de seu progresso enquanto construção da humanidade, é negada a presença de relações que só têm como possibilidade um movimento configurado em estruturas binárias. Num último, Elias reafirma a probabilidade de constituição de um movimento que comporta particularidades e que adquire a *maleabilidade das situações* nas quais estão ausentes os determinismos. A consequência lógica da aceitação deste princípio é a de que toda relação entre grupos sociais situados diferentemente na estrutura de poder possibilita, diante de circunstâncias específicas, modificação em relação à sua posição dentro do jogo social.

Talvez aqui, como elo entre um terceiro nível de abstração, seja possível detectar o que parece sua mais importante contribuição em termos de possibilidades de constituição de uma teoria do Estado, ou seja, sua formulação de *dinâmica civilizatória*, que interliga os conceitos anteriores dentro da perspectiva sincrônica e às diacronias que ela comporta. Isto vale para uma interpretação da dinâmica social nos termos em que ela não se apresenta, apesar de situada em contextos distintos, restringida pela necessidade metodológica de seu aprisionamento dentro de um mesmo perfil da estrutura social. Ao contrário, o fato dele reconhecer a *impotência* que os entrelaçamentos tensos entre as diversas configurações sociais – situadas numa rede de proporções cada vez mais abrangentes e representadas na definição das orientações através das quais a sociedade toma seu curso – inaugura o que poderíamos chamar de um estruturalismo menos estático, menos ortodoxo, prendendo-se ao mérito de possibilitar uma nova interpretação para

dinâmicas sociais que cada vez mais e mais empurram para longe os modelos construídos sobre os pressupostos de uma teoria de classes/grupos sociais dicotomizadas, quer em termos de sua posição na superestrutura, quer em relação ao espaço ocupado nas relações infra-estruturais.

ENSAIANDO ALGUMAS IDÉIAS SOBRE BUROCRACIA, SISTEMA DE DOMINAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO INSTITUCIONAL ACERCA DA POLÍTICA DE ESPORTES BRASILEIRA

Se a teoria de Elias é tão profícua, em termos de sua plasticidade, atualidade e originalidade quanto os modelos analíticos que pode gerar, então compreende-se que o universo da política e a constituição das instituições que sustentam a *rede* de relacionamentos nela impressos pode, é o que parece, *figurar como um campo* sobre o qual possa ser apresentada uma leitura possível de sua teoria. Isto parece provável especialmente se considerarmos a construção de *espaços pacificados* onde o monopólio da violência tenha realizado a função de, *contraditoriamente*, impedir que a própria violência seja praticada dentro de padrões cotidianos de *normalidade*. Ou seja, relações mediatizadas por padrões formais de conduta estipulados de acordo com patamares de impessoalidade, racionalidade técnica e predomínio de determinadas regras que colhem práticas favoráveis ao *prebendalismo* e outras formas gestonárias contrárias à *normalização* e *burocratização*⁸ de processos sociais instituídos.

O tema da burocracia, neste caso, mantém vínculos estreitos com o problema da dominação, uma vez que, conforme o tipo de dominação instaurada constituem-se tipos diferentes de burocracias. Ou melhor, existe um elo entre o sistema de dominação e a forma de organização social, compreender esta ligação implica reconhecer que, no caso do Brasil, tem-se na história um aspecto *sui-generis*, já que para o primeiro foi trasladada a máquina burocrática do Estado português e só muito tempo depois foi unificado o território sob o signo da nação, integrada a partir de formações institucionais híbridas.

Estas condições de implantação do modelo burocrático deixaram como herança a convivência – até certo ponto incoerente – entre um modelo de gestão fundado sob alguns princípios da administração burocrática racional-legal e um sistema de dominação que carregava traços marcantes da dominação tradicional, cuja autoridade legitima-se no *patrimonialismo* e *patriarcalismo*. Princípios complementares atuantes dentro de um quadro movido fundado sobre compromissos, estratégias de cooptação, concessões e, por que não dizer, fugindo à rigidez dos conceitos, de liberalização institucional.

⁸ Burocratização, ao contrário das figuras das filas, papelada, demora, ineficiência, etc., que punham o imaginário popular, adquirem neste texto o sentido positivo que Weber procurou dar a ela. Portanto, burocracia, neste sentido, é entendida como a racionalização de processos de relações, tendendo à sua formalização, que sob outros auspícios da administração estariam irremediavelmente marcadas pelo *prebendalismo* e toda sorte de prática *patronalista*, *clientelista*, etc., formas indiretamente identificadas à violência pela qual determinadas configurações sociais exercem sua dominação ante os demais grupos sociais.

Dentro de uma conjuntura posterior e diante da necessidade de modernização econômica e institucional, aumentaram as exigências por uma administração mais precisa, rápida, rigorosa, que reunisse informações através de registros, mantendo a continuidade, a rotina, a unidade de direção, a subordinação estrita, a redução de custos e de abridos (materiais e de pessoal), como fundamentais ao funcionamento de instituições mais adequadas ao contexto de relações abrangentes, em que o Brasil – como nação – teve que relacionar-se em condições de *igualdade* no fórum internacional congregado pelo mercado.

Contudo, o sistema de dominação tradicional, combinada à aspectos da dominação carismática, orientou-se rumo à avanços lentos em relação à uma modernização institucional onde – de fato e não só de direito – os princípios da burocracia racional legal prevaleceram dentro de um tipo híbrido: combinando traços da burocracia racional-legal à dominação tradicional-carismática. Este perfil institucional – embora com variações significativas, pode-se dizer – compreendeu de maneira geral os dois governos de Getúlio Vargas, nos quais consolidou-se a presença na cena política brasileira da liderança populista que fundia, concomitantemente, a dominação carismática à tradicional, combinada à uma atuação administrativa que visava principalmente implantar uma administração mais racional, eficiente, do ponto de vista da economia de meios na consecução de fins.

Neste ínterim – à despeito da estrutura corporativa que o Estado assumiu, de seu excessivo intervencionismo e intermediação permanente em favor da coalizão dominante – e sem fugir à regra, a estatização do esporte pelo Estado obedeceu à mesma lógica. Ou seja, a tentativa de reabilitação da máquina pública – uma das grandes pretensões dos governos de Getúlio – encontrou impulso numa Reforma Administrativa que visou sobretudo unificar procedimentos através da instituição de órgãos responsáveis pela centralização de poder decisório, aliadas à tentativas de introduzir práticas de administração de pessoal e implantação de um sistema meritocrático⁹ estável. Ao que correspondeu – dentro da formulação de uma política para os esportes – à implantação de um modelo gestonário no qual prevaleceu a agregação de conflitos dentro de uma mesma estrutura inteiramente gerida pelo Estado. Neste sentido, tanto foram submetidas ao gerenciamento do Estado toda a infra-estrutura preexistente, como a lógica de modernização desta estrutura sustentou-se em estratégias de implantação de programas enredados de nações de ponta no cenário mundial.

Do lado das inovações no campo da burocracia, o Estado tratou de criar um órgão de centralização de toda regulamentação do desporto em nível federal – o CND (Conselho Nacional de Desportos)¹⁰ –, diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual foi conferido poder de intervenção em instituições de caráter público ou privado. De outra parte, na esfera dos programas que gerou, as medidas adotadas procuraram não apenas arbitrar sobre forças conflitantes existentes no campo esportivo, como

⁹ Estes são os princípios básicos dos regimes constitucionais de 1934.

¹⁰ BRASIL, Decreto-Lei n.º 3.199/41.

agilizaram a incorporação de aspectos da cultura corporal por meio de sua folclorização e alegorização, provocando uma certa diluição de sua aura originalmente contestatória¹¹.

Ainda sem mencionar o que houve de particular na conformação de uma política específica para os esportes dentro do Estado Novo, é imprescindível perceber a maneira pela qual o Estado se aparelhou para implementar linhas de ação na formulação de políticas para a área. Ou seja, neste período foi gerada uma estrutura burocrática que visava racionalizar os processos, unificando cadeias de comando de ações defendidas pelo Estado, e, como o esporte cumpria papéis importantes na sociedade, a máquina estatal logo encampou-o como mais uma de suas esferas legítimas de atuação. Isso tanto é real quanto o foi a regulamentação criada pelo Estado, sobretudo durante a década de 40.

É verdade que as preocupações do Estado ante a regulamentação da atividade física não eram – naquele momento – propriamente uma novidade, nem tampouco deixaram de ocupar debatedores em governos anteriores aos de Getúlio. As atividades físicas, inseridas no contexto de atuação da Educação Física, integraram mais enfaticamente os conteúdos de duas instituições específicas: a educacional e a militar¹², portanto, já consistiam um espúlio de consolidação da cultura corporal no país. Contudo, a encampação do esporte na agenda das políticas sociais é uma característica administrativa inovadora da política governamental dos anos de Getúlio¹³.

A intervenção estatal nesta área foi sedimentada com a organização e regulamentação de todo sistema desportivo existente – ou parcialmente existente até hoje – no país através, principalmente, do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Este decreto instituiu no Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Desportos (CND), destinando-o a orientar, incentivar, mas, sobretudo fiscalizar a prática desportiva em todo o país¹⁴. Isto é, a instituição do CND correspondeu à institucionalização de uma estrutura burocrática inexistente até então no país, mas que se constituiu a partir de uma motivação específica: a necessidade de controlar perfilhada pelo Estado corporativo.

Por sorte que, no âmbito dos controles que o Estado passou a exercer – por meio da burocratização e no sentido de absorver manifestações populares de caráter privado – o esporte foi transformando-se artificialmente em conteúdo dominante da cultura corporal. Primeiramente porque o esporte respondia ao desejo de modernização prenunciado por uma política que manifestava interesse em implantar os mesmos padrões vigentes nas sociedades industriais massificadas. Nestes parâmetros, a modernidade se concretizava

¹¹ Tal exemplo pode ser remetido ao substancial poder de manifestação popular ou de resistência cultural existente na capoeira, no carnaval, no samba, no feijão, etc.

¹² FOUCAULT, Michel, História da Sexualidade. Vol. I, II, III.

Microfísica do Poder. Rio, Ed. Graal, 1984.

Yriglar e Paniz Vélez, 1985.

História da Locomoção, São Paulo, Perspectivas, 1987.

¹³ Sobre a legislação da Ed. Física do período supra-citado, ver o texto de LUCENA, Ricardo, Quando a Lei cria e regra. Vitória, CEFD/UHES, 1995.

¹⁴ Ou pelo menos o que havia de existente, em termos de burocracia racional para tal política.

em ações que visassem preparar a força de trabalho; que se ocupassem de uma melhora da aptidão física da população no sentido em que contribuíssem para otimização da constituição genética de seu povo¹⁵; que contribuíssem para a escolarização e disciplinamento do corpo, que introduzíssem educação formal, ao mesmo tempo em que tanto traduzisse a visão entre tempo livre/tempo de trabalho – capaz de ratificar laços de solidariedade mecânica –, como organizasse uma representação nacional do tipo de homem ordenado/desportivizado a que deveria corresponder nossa nacionalidade¹⁶, em suma: gestava-se – e as políticas para o esporte foram deste projeto um auxiliar – o *homem nacional*.

Por todos estes aspectos motivacionais, a institucionalização do esporte representou uma importante aquisição para a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que as manifestações da cultura corporal foram sendo planejadas de acordo com uma política de *desportivização*, na qual a burocracia procurava gerar políticas voltadas não apenas para a hegemonização de um projeto educacional que buscava meios para qualificar intelectual, moral e fisicamente a mão de obra da qual necessitava o país, concomitantemente centralizando as ações do Estado, compreendendo os aspectos positivos que a burocracia traria para o atendimento de demandas nascentes, desde que legitimadas pelos mecanismos de Estado e pelo corpo de burocratas por ele qualificado.

Apesar dos aspectos positivos que a institucionalização de uma política para os esportes evidenciou – sobretudo pela maior abrangência de ações – os elementos que trouxeram à tona o descompasso entre uma ordem que se institucionalizava e promovia expansão de atendimento às demandas não demorou a tardar, e, com a emergência de contradições, também veio a necessidade de suplantar a ordem estabelecida.

É certo que apenas a ampliação do atendimento de demandas não foi suficiente para integralizar o processo de liberalização institucional, dado mesmo que durante a vigência do Estado autoritário-burocrático cresceram as funções do Estado no atendimento às demandas específicas, complexificando o Sistema Nacional de Desportos¹⁷, cujo quadro institucional – embora ampliando e multiplicando em suas funções – não foi capaz de desvencilhar-se das mazelas que o processo de burocratização gerou como disfunções. Melhor explicando, o estreitamento dos canais de acesso aos centros de poder decisório redundou em efeitos perversos para a própria burocracia e gestão estatal, no sentido em que a constituição de um grupo de tecnoburocratas representantes tanto de interesses particulares, como de setores integrados na configuração social assentada como dominante

nas funções de Estado, reduziu graus de *accountability*, paralelamente fragmentando o atendimento às demandas e determinando rupturas e descontinuidades de programas e projetos em implantação.

O efeito deste *encastelamento* de setores da burocracia no Estado, assim como a falta de transparência das disputas em torno do controle dos principais anéis do poder decisório, causou insulamento das instâncias burocráticas, mais preocupadas com a defesa de seus próprios interesses que com o cumprimento das funções oficiais a que deveriam corresponder na estrutura estatal. Por sua vez, tais *desvios* redundaram em menor capacidade de liberalização do sistema, provocando – alinhando outros fatores conjunturais – ondas mais recentes de contestação e articulação de outras configurações sociais¹⁸ incentivadas a assumirem o papel de *nova vanguarda*.

Sucessivamente – se nos mantivermos dentro de um corte longitudinal – quando o Estado brasileiro assumiu outras orientações administrativas encontraremos, invariavelmente, recortes ideológicos diferenciados, correspondendo à maneiras tendentes à maior liberalização institucional. Foi assim durante a Nova República¹⁹ – 1985/1990 – quando prevaleceram orientações para as políticas estatais no sentido de liberalizar tanto a participação de outros setores sociais nos organismos de Estado, quanto foram conduzidas ações no sentido de estimular a entrada da iniciativa privada enquanto co-responsável pelo fornecimento de serviços e atendimento de demandas. Também podemos situar dentro deste movimento de liberalização institucional as tentativas de articulação de uma política para os esportes nos governos Fernando Collor de Mello²⁰ e Fernando Henrique Cardoso²¹; nos dois últimos casos esteve em alta a preocupação em alargar a participação da iniciativa privada na ordenação das políticas setoriais para o esporte, transferindo das mãos do Estado não somente o controle institucional – doravante descentralizado como pronunciado por agentes da burocracia estatal –, mas mesmo a responsabilidade em manter o atendimento às determinadas demandas sociais.

CONCLUINDO ALGUMAS IDEIAS

Se a idéia de que o processo de burocratização das relações mostra-se eficiente no controle às condutas violentas e criação de *espaços pacificados* – embora tensos do ponto de vista de sua potencialidade para mudanças – podemos concluir que a centralização das políticas para esportes atingidas pela institucionalização de um sistema capaz de promover a coordenação de ações intra-Estado – germinado durante o Estado Novo, reformado durante o Estado burocrático-autoritário e aprimorado em gestões subsequentes – tenderam

¹⁵ Sobre isto ver autores como Fernando de Azevedo, Oliveira Vianna, Francisco Capinera – enquanto representantes de um projeto social assumido, parcialmente, pelo Estado – ou autores como Carmen Lúcia Soares e Lino Cristiani Filho, empenhados em demonstrar a importância que a eugenia teve na construção de um projeto para a Ed. Física no Brasil.

¹⁶ LENTARO, Alcir. *Sacralização da Educação*. Campinas, Papirus, 1989.

¹⁷ BRASIL. Lei n.º 6.251 de 08 de outubro de 1975; Ministério da Fazenda, Portaria n.º 521, de 23 de dezembro de 1975; Ministério da Fazenda, Portaria n.º 88 de 17 de março de 1976. BRASIL. Plano Nacional de Educação Física e Esportes – PNDEF – 1976/1979. BRASIL. Política Nacional de Educação Física e Esportes. 1975.

¹⁸ Ainda que segmentos representantes de grupos pertencentes à velha configuração social dominante venham aderir novas formações, permitindo arranjos intermediários entre radicais e conservadores.

¹⁹ BRASIL/MEC. Uma Nova Política para o Desporto Brasileiro: esporte brasileiro questão de Estado. Dezembro de 1985.

²⁰ BRASIL. Lei n.º 8.672 de outubro de 1993.

²¹ O projeto nomeado "Lei País" pouco mais fez do que reorganizar as principais disposições contidas na "Lei Zico".

para uma clara abertura do processo decisório, com a inclusão de novos atores e recomposição da configuração social dominante, processo este que pelos elementos contraditórios que incorporou tornou-se seu principal agente de superação.

Todavia, no auge das guinadas dadas pelo Estado – em momentos diferentes comprometido com os interesses da configuração social dominante – tomou a direção da transferência de suas responsabilidades para a iniciativa privada, nos levando a pensar que o padrão de liberalização assumido pelas coalizões que sucessivamente vêm ocupando os principais nós de poder decisório tornaram o sentido de ampliação da participação um requisito reconhecido apenas do ponto de vista formal, uma vez que o mercado e seus participantes são – quase exclusivamente – os únicos beneficiários de um processo de democratização extremamente conservador implantado no Brasil *distensionista* (1973/1984).

Se isto for entendido, então é preciso perguntar se a liberalização institucional hávida nas agências incumbidas de promoção das políticas nacionais de esportes atingiu o mesmo sentido que a expansão da participação assume no ramo de mudanças *progressistas* pensadas por Elias? Como uma idéia provisória – sem incorrer na crítica impensada ou desafiadora à validade dos pressupostos contidos nos três conceitos aqui levantados da teoria de Norbert Elias – poderíamos concluir que a natureza dos recortes sincrônicos requer muito mais história do que a ocorrida nestes últimos quase 50 anos no Brasil. Considerando este princípio, o processo de mudança passa a ser tomado como um viés demarcado a partir apenas dos fragmentos colhidos nas reformas institucionais. Estes, embora mantenham-se como indicadores importantes para avaliação de ramo das mudanças conjunturais, não devem constituir-se no único material de inteligência destas, dado que a pesquisa para Elias assume bem mais os traços da multidisciplinaridade e multidimensionalidade.

O ESPORTE NO PROCESSO CIVILIZADOR: apontamentos introdutórios

Marcelo Weisaupt Prant¹

INTRODUÇÃO

Se observarmos a história da conversão de certos jogos tradicionais (marcados pela ludicidade, futilidade, improvisação etc.) em atividades físicas modernas (caracterizadas pela racionalidade, utilidade intensional, prática metódica etc.), notaremos que houve uma lenta mudança no papel que se atribuía ao jogo. O historiador Philippe Ariès² conta que, na Europa, entre os séculos XIV e XV, a Igreja Católica opôs uma reprovção absoluta às diferentes formas de jogos, oposição que marcaria os estatutos de colégios preparatórios nos países onde o Vaticano tinha influência. Reprovava-se a imoralidade dos jogos de azar, a indecência dos jogos de salão, a brutalidade dos jogos de competição física. Essa atitude de reprovção só começou a se modificar a partir do século XVII, pela iniciativa dos jesuítas. Foi nos colégios jesuítas que se passou a admitir, nos programas de ensino, a inclusão dos jogos de bola e da pela, da dança e da comédia, mas regulamentando e disciplinando os divertimentos reconhecidos como proveitosos para a juventude. Os padres editaram em latim tratados de ginástica que descreviam as regras apropriadas a cada jogo, valorizando os exercícios físicos.

Posteriormente, no século XVIII, a classe médica reconheceu a importância dos "jogos de exercícios" dos jesuítas e concebeu uma nova doutrina de higiene corporal, baseada na ginástica e em recreações físicas. Ao final desse século, a necessidade de jogos de exercício, além de justificada como meio educacional e fator promotor da saúde, passou a ser vista como útil para preparar a juventude para o serviço militar. Particularmente no que se refere à França, houve uma apropriação e uma progressiva reformulação no papel atribuído aos jogos, assim como uma certa militarização da ginástica e da própria educação física. Segundo Ariès:

Estabeleceu-se um parentesco entre os jogos educativos dos jesuítas, a ginástica dos médicos, o treinamento do soldado e as necessi-

¹ PEF/Unicamp.
Endereço residencial: Rua Floresta Amadeia, 120, Campinas, SP, CEP 13083-733.
E-mail: mwpnant@eco.unicamp.br

² ARIÈS, P. "Pugna contribuição à história dos jogos e brincadeiras", *História Social da Criança e da Família*, São Paulo: LTC, 1981, cap. 4.

dades do patriotismo. [...] Assim, sob as influências sucessivas dos pedagogos humanistas, dos médicos de Iluminismo e dos primeiros nacionalistas, passamos dos jogos violentos e suspeitos da tradição antiga à ginástica e ao treinamento militar, das pancadarias populares aos clubes de ginástica. Essa evolução foi comandada pela preocupação com a moral, a saúde e o bem comum. Uma evolução paralela especializou segundo a idade ou a condição [social] os jogos que originalmente eram comuns a toda a sociedade.³

À medida que a distinção entre as classes sociais diferenciava seus hábitos de lazer (um nascente sentimento de privacidade começava a afastar as classes superiores do convívio público) e que ganhava força a idéia de "infância" (reforçada pela noção moral, católica, do que devia ser a família e o cuidado com as crianças), operava-se uma lenta e pouco relatada mudança na função social dos jogos e brincadeiras. Ao final desse processo, de um modo geral, o que se constata é que inúmeros jogos "tradicionais" ficaram relegados ao universo infantil ou circunscritos às festas populares. As pessoas cultas, sérias e respeitáveis distanciaram-se dessas atividades recreativas, enquanto as pessoas simples do povo passaram a ter menos tempo para dedicar aos jogos (em grande medida devido à proletarização das famílias camponesas). Por outro lado, os jogos "modernos" surgiram integrados a um modelo de educação física ou ginástica que iria priorizar não a diversão, mas o fortalecimento do físico fundado numa visão instrumental do corpo.

Portanto, o que Ariès permite presumir é que, desde o século XVII – simultaneamente ao aparecimento de uma visão científica de mundo e de uma nova relação do Homem com a Natureza e com o seu próprio corpo – se processou, na Europa, uma "racionalização" e uma "instrumentalização" dos jogos e brincadeiras. Em muitos casos, podemos classificá-los como jogos "civilizados". Contudo, essa evolução teve um desfecho diferente na Inglaterra, onde o comportamento da aristocracia e da burguesia foi bastante ímpar em relação àquelas atividades. Ali, esse processo esteve associado a uma dinâmica social e a um sistema educacional muito particulares, dando origem ao que os ingleses chamaram de *sport*.

O ESPORTE NO CONTEXTO DO PROCESSO CIVILIZADOR

Para entendermos a transformação dos jogos populares em competições esportivas, precisamos ter uma idéia de como o processo civilizatório atua sobre os costumes e os hábitos de lazer de um povo. Vejamos, resumidamente, como o cientista social Norbert Elias tratou essa questão.⁴

³ ARIÈS, E., op. cit., pp. 113-4.

⁴ Para uma abordagem mais completa, ver ELIAS, N. *El Proceso de la Civilización*, México: Fondo de Cultura Económica, 1988, vol. 1.

Um aspecto central do pensamento de Elias é o entendimento de que as sociedades humanas desenvolvem meios de compensar as tensões que os indivíduos acumulam, o estresse resultante de um esforço contínuo de autocontrole. No caso das sociedades com nível de civilidade mais sedimentado (quer dizer, com restrições relativamente estáveis, uniformes e moderadas), pode-se observar uma grande variedade de atividades recreativas com essa finalidade, sendo o esporte uma das principais maneiras de satisfazer os impulsos instintivos, afetivos e emocionais que as regras sociais cercavam recorrentemente. Em outras palavras, a convivência com os "outros" e o êxito social do indivíduo dependem em grande medida do desenvolvimento de "courageas" psicológicas seguras, que impedem manifestações espontâneas de desejos e sentimentos, e ao mesmo tempo, dependem da possibilidade que o indivíduo tem de encontrar espaços e oportunidades socialmente adequados para liberar as tensões provocadas por esse esforço de autocontenção. Para produzir esse efeito catártico, o esporte deve ser capaz de provocar uma tensão emocional que paulatinamente cresça e atinja um clímax:

Dentro de sua cenografia específica, o esporte – como outras atividades recreativas –, graças à maneira como está desenhado, pode evocar uma determinada tensão, uma excitação agradável, permitindo assim que os sentimentos fluam com mais liberdade. Pode servir para aliviar, liberar talvez, as tensões por sobreesforço. A cenografia do esporte, como a de muitos outros exercícios recreativos, está desenhada para despertar emoções, evocar tensões em forma de excitação controlada e bem equilibrada, sem os riscos e tensões habitualmente associados com a excitação em outras situações da vida; ou seja, uma emoção "mimética" que pode ser agradável e produzir um efeito liberador e catártico, não obstante a ressonância emocional do desenho imaginário contenga, como pode ocorrer, elementos de ansiedade, medo ou desespero.⁵

⁵ "Dentro de su escenografía específica, el deporte – como otras actividades recreativas –, gracias a la manera en que está diseñado, puede evocar una determinada tensión, una excitación agradable, permitiendo así que los sentimientos fluyan con más libertad. Puede servir para aliviar, liberar quizá, las tensiones por sobreesfuerzo. La escenografía del deporte, como la de muchos otros ejercicios recreativos, está diseñada para despertar emociones, evocar tensiones en forma de excitación controlada y bien templada, sin los riesgos y tensiones habitualmente asociados con la excitación en otras situaciones de la vida; o sea, una emoción "mimética" que puede ser agradable y producir un efecto liberador y catártico, bien que la resonancia emocional del diseño imaginario contenga, como suele ocurrir, elementos de ansiedad, miedo o desesperación." ELIAS, N. "Introducción", in: ELIAS, N. & DUNNING, E. *Deportes y Ocio en el Proceso de la Civilización*, México: Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 64-5.

Para ilustrar sua proposição, Elias toma o futebol como um exemplo de progressiva conformação das regras do jogo à necessidade de dosar e simultaneamente estimular as tensões resultantes de um combate fictício. Ou melhor, um exemplo de como as modalidades esportivas só alcançam sua "maturidade", no contexto de uma sociedade "civilizada", quando encontram o desejável equilíbrio entre o prazer de competir e o controle dos instintos.⁶

Procurando demonstrar cabalmente sua tese, Elias detém-se em analisar historicamente o surgimento do esporte moderno, procurando associá-lo àquele movimento mais geral de transformação dos hábitos e costumes das sociedades ocidentais. É justamente no contexto de uma progressiva pacificação das relações sociais e em função da necessidade de desenvolver práticas culturais que contribuíssem, de um lado, para um maior autocontrole e, de outro, para a geração e liberação de tensões – em outras palavras, para um "afrouxamento controlado dos controles emocionais" – que Elias enrega a aparição dos passatempos esportivos. Vejamos como ele desenvolve sua argumentação.

A sua primeira constatação é a de que o *habitus* esportivo⁷ se desenvolve paulatinamente, em "ondas", à medida que avançava o processo civilizador na Inglaterra. Como ele esclarece, o termo *sport* já tinha sido adotado desde o século XVIII para designar uma variedade de passatempos aristocráticos (como a caça), tendo se transcrito cerca de um século antes que o sentido mais genérico do termo – o de uma atividade física civilizada, no mesmo tempo prazerosa e relativamente segura – se difundisse como prática social para outras classes sociais. Segundo essa visão, a primeira onda de difusão de práticas esportivas (entre meados do século XVIII e as décadas iniciais do século seguinte) estaria então circunscrita às classes altas, enquanto a segunda onda de difusão (iniciada em meados do século XIX) envolveria mais diretamente as classes médias e posteriormente as camadas operárias:

De fato, o tipo aristocrático ou de *society* dos passatempos que dominavam, com o sentido do termo *sport*, em Inglaterra, na primeira metade do século XIX, propagou-se a outros países, tendo sido adotado pelas correspondentes *élites* sociais antes de os tipos mais populares, como o futebol, se desenvolverem com as características de um *sport*; antes mesmo de estes serem compreendidos como tal na própria Inglaterra e de se propagarem, sob essa forma, para outros países como um passatempo de grupos da classe média e dos trabalhadores. Na Alemanha, como em França, alguns termos ingleses que pertenciam à linguagem do desporto de tipo das clas-

⁶ Idem, p. 68.

⁷ O *habitus* pode ser compreendido como o conjunto de valores, costumes e regras de comportamento que são incorporados e reproduzidos pelos indivíduos através do convívio social, constituindo como que uma "segunda natureza". Cf. ELIAS, N. & DUNNING, E., *op. cit.*, p. xi.

ses altas foram adotados já no século XVIII. Desde aproximadamente 1744, o arcaísmo *bazen* apareceu na forma mais culta *boxer*. Para compreendermos o desenvolvimento das sociedades europeias, tal como para se compreender o próprio desporto, é muito significativo que os primeiros tipos de desportos ingleses adotados por outros países tenham sido as corridas de cavalo, o pugilismo, a caça à raposa e passatempos semelhantes, e que a difusão de jogos de bola, como futebol e tênis, e do "desporto" em geral, no sentido mais contemporâneo, tenha começado somente na segunda parte do século XIX.⁸

Ao se referir à origem do esporte moderno como um movimento sociocultural relativamente recente e original, Elias também refuta a idéia disseminada por muitos livros de história do esporte e da educação física, que consideram o esporte moderno como uma continuidade ou um "renascimento" de competições atléticas que teriam existido na Antiguidade. Ele afirma que os jogos competitivos da Grécia clássica, normalmente identificados como o grande paradigma do esporte, tinham certas características próprias e se desenvolveram em condições muito distintas das que distinguem os nossos esportes. Ele cita a ética dos jogadores, as normas pelas quais estes eram julgados, as regras dos torneos e a realização propriamente dita daqueles jogos, que indiscutivelmente diferiam em muitos aspectos das características do esporte moderno. O problema por ele apontado é a tendência à minimizar as diferenças e aumentar as similaridades, cuja consequência é um quadro distorcido tanto da nossa sociedade como da sociedade grega. E essa distorção da realidade histórica decorre do não se aceitar as evidências em contrário:

Os resultados são confusos não só pela tendência de tratar os costumes de jogos da Antiguidade como a personificação ideal do desporto contemporâneo mas, também, pela correspondente expectativa de encontrar a confirmação para esta hipótese nos escritos da Antiguidade, pela tendência, ainda, de negligenciar provas contraditórias ou tratá-las de modo automático, enquanto referências a casos excepcionais.⁹

Elias interpreta o surgimento do esporte na era moderna não como uma reedição de tradições gregas (ou romanas), mas como um processo cultural de *esportização* de ati-

⁸ ELIAS, N. "A gênese do desporto: um problema sociológico", in: ELIAS, N. & DUNNING, E. A. *Busca da Educação*. Lisboa: DIFEL, 1992, cap. III, p. 189.

⁹ Idem, p. 195.

vidades lúdicas que implicam esforço físico, processo cuja dinâmica dá origem a um conjunto de práticas sociais completamente distintas de suas possíveis antecessoras. Nesse sentido, a transformação de atividades recreativas em modalidades esportivas é o resultado, em última instância, de uma profunda mudança nos hábitos e nos valores de toda uma civilização. Vale a pena reproduzir a forma como ele sustenta o argumento:

No decurso do século XIX – e, em alguns casos, mais cedo, na segunda metade do século XVIII – com a Inglaterra considerada como um modelo, algumas actividades de lazer exigindo esforços físicos assumiram também noutros países as características estruturais de “desportos”. O quadro das regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelas ideias de “justiça” (*fair play*), de igualdade de oportunidades de êxito para todos os participantes, tornou-se mais rígido. As regras passaram a ser mais rigorosas, mais explícitas e mais diferenciadas. A vigilância quanto ao cumprimento das regras tornou-se mais eficiente; por isso, passou a ser menos fácil fugir às punições devidas a violações das regras. Em outras palavras, sob a forma de “desportos”, os confrontos de jogos envolvendo esforços musculares atingiram um nível de ordem e de autodisciplina nunca alcançados até aí. Além disso, sob a forma de “desportos”, as competições integraram um conjunto de regras que asseguravam o equilíbrio entre a possível obtenção de uma elevada tensão na luta e uma razoável protecção contra os ferimentos físicos. A “desportivização”, em resumo, possui o carácter de um impulso civilizador comparável, na sua orientação global, à “curialização” dos guerreiros [isto é, a transformação dos guerreiros em cortesãos, a pacificação dos nobres na Corte francesa do séc. XVIII], onde as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo [...].¹⁰

Outra marca da abordagem de Elias sobre a origem do esporte moderno é a não aceitação das versões que interpretam o aparecimento de novas instituições culturais no século passado, às vezes de forma mecânica, como consequência da industrialização e do avanço da urbanização. Ele considera que não há necessidade de se optar por uma análise causal, na qual os processos estruturais tidos como promotores das mudanças sociais (o progresso tecnológico e a reorganização da produção) acabam por determinar a direção e os contornos da dinâmica cultural. Descartando esse caminho reducionista – que para ele

¹⁰ ELIAS, N. “Ensaio sobre o desporto e a violência”, in: ELIAS, N. & DUNNING, E., op. cit., 1992, cap. IV, p. 224.

teria saturado o debate acadêmico –, Elias propõe pensar tanto a transformação das forças produtivas como a constituição do esporte moderno como processos interdependentes, expressões de um movimento mais geral, um secular processo de regulação e diferenciação das relações humanas. Veja-se a seguinte passagem:

Sem dúvida que a industrialização e a urbanização desempenharam um papel no desenvolvimento e na difusão das formas de ocupação de tempo livre com as características de “desportos”, mas também é possível que, tanto a industrialização como a desportivização, tenham sido sintomáticas de uma transformação mais profunda das sociedades europeias, que exigia de seus membros individuais uma maior regularidade e diferenciação de comportamentos. [...] Este processo fundamenta a sua expressão na submissão tanto dos sentimentos das pessoas e das suas acções a um horário regulador minuciosamente diferenciado como na responsabilidade, a que era igualmente difícil de escapar, em termos de dinheiro. É possível pensar que as sociedades europeias, falando de uma mantrã em geral, sofreram, desde o século XV em diante, uma transformação que forçou os seus membros a uma lenta e crescente regularidade de conduta e de sensibilidade. A rápida aceitação do tipo de passatempos de desporto nos países continentais seria, talvez, um sinal da necessidade cada vez maior de actividades de recreação mais ordenadas, de maior regulamentação e menor violência física na sociedade em geral?¹¹

Portanto, a gênese do esporte moderno, para Elias, está associada a um processo mais geral de transformação sociocultural, que abrange simultaneamente mudanças na estrutura da personalidade dos indivíduos, nos estilos de vida e nas relações sociais tidas no âmbito do trabalho, do lazer, dos negócios, da política etc. Mudanças que se processaram no interior da civilização ocidental ao longo dos últimos quatro séculos, pelo menos, e que foram lentamente dando origem a competições físicas civilizadas, as quais se difundiram com maior êxito à medida que se desenvolveram modalidades de autocontrole e de liberação/produção controlada de tensões emocionais.

Acrescente-se que é justamente porque na nova civilização ocidental estão sob constante vigilância as expressões instintivas e sentimentais (ou melhor, porque foram internalizados nos próprios indivíduos os mecanismos de controle das emoções) que surge a necessidade de configurar espaços de convívio social nos quais aquelas expres-

¹¹ Idem, p. 224.

sões instintivas e sentimentais sejam permitidas e mesmo incentivadas. A propensão a civilizar as competições físicas tradicionais e esportivizar os passatempos das classes "guerreiras" tornou-se, assim, muito bem-sucedida.

Mas, uma vez entendidos alguns dos motivos psicossociais que levaram o esporte a se tornar o modo predominante de competição física, será que se pode creditar a evolução do mundo esportivo exclusivamente ao avanço do processo civilizador? Essa visão pode ser aplicada à caça, ao boxe e ao futebol, mas não parece ser aplicável ao surgimento de modalidades tais como o turfe, o atletismo e o remo. Da mesma forma, não se pode extrair do processo civilizador a explicação para o esporte moderno ter surgido na Inglaterra e não na França, onde um processo de regulação, modernização e instrumentalização de jogos populares avançou em paralelo, mas de modo diferente da experiência inglesa. E mesmo quando o controle da violência era requerido, outros fatores parecem ter influído na conformação de atividades esportivas civilizadas, como veremos a seguir.

OS DIFERENTES DETERMINANTES DO ESPORTE MODERNO

Assim como Elias, o cientista social Christian Pociello também examinou o processo histórico através do qual se conformaram as demandas sociais por atividades esportivas, particularmente no que se refere à adoção de novos hábitos e estilos de vida que iriam operar uma reviravolta nos costumes das sociedades europeias do século passado. Segundo ele, a pujança econômica da Inglaterra serviu de sustentação para a sua pujança cultural, tornando quase irresistível a atração que seu modelo educacional e suas modalidades de lazer exerceriam sobre a burguesia liberal francesa. O importante é que, embora a sociedade francesa pudesse ser considerada tão burguesa quanto a inglesa, há componentes específicos da dinâmica sociocultural na Inglaterra que precisam ser ressaltados:

Ao examinar os determinantes históricos do surgimento do esporte na Inglaterra, Pociello afirma não ser possível situar com precisão o momento de seu nascimento. Assim, procura demonstrar como se deu o que qualifica de uma "evolução estrutural" das formas de praticar e organizar competições esportivas, desde o final do século XVIII até o final do século XIX. Essa transição de práticas lúdicas para práticas esportivas, que inicialmente combinou traços da cultura urbana com traços da cultura rural, pode ser entendida como expressão do tipo particular de hegemonia cultural da nova *gentry* (parte da burguesia que se tornara proprietária de terras), que forneceu os ingredientes favoráveis à emergência de novos modos de vida e de recreação. Nas suas próprias palavras:

Enfim, o tipo particular de hegemonia cultural de uma nova *gentry* agrária, neste contexto do retorno das fortunas à terra, de mobilidade social e de desmoronamento cultural precoce da sociedade de corte, acabou propiciando os elementos constitutivos favoráveis à

emergência dos esportes, enquanto valorização de novos modos de vida ativa do campo.¹²

Pociello sugere que acompanhar o processo de esportivização dos jogos (que antes se restringiam ao contexto das festas populares) requer estabelecer as etapas de apropriação daquelas práticas e buscar identificar seus diferentes "usos sociais", os quais marcam a profundidade das transformações que se operaram nesse campo. Ele separa essa longa evolução de esportes, depois de um período preliminar de desenvolvimento dos jogos tradicionais, em quatro fases sucessivas e logicamente articuladas¹³:

1) uma fase de encorajamento de práticas competitivas populares através do patrocínio e da organização de corridas ou de combates assistidos pelos nobres e *gentlemen* (a partir de 1760);

2) uma fase de apropriação de algumas dessas práticas pelos alunos internos, o que representou a "invenção" de esportes individuais e coletivos específicos nas diferentes escolas secundárias inglesas (1820 a 1860);

3) uma fase de regulamentação dos esportes e de formação dos *clubs*, decorrência do crescimento dos confrontos entre estabelecimentos escolares, o que se tornou possível graças à rede ferroviária que instaurou novas proximidades geográficas (1850 a 1870); e

4) uma fase preliminar de divulgação restrita dos esportes coletivos para as classes populares, principalmente no norte industrial e no País de Gales (1880 a 1890).

Para Pociello, tendo em vista que os ingleses acostumaram-se a correr riscos nos negócios comerciais e nos empreendimentos marítimos, não é de estranhar que um *ethos* de empreendedor (e o gosto pela aposta) tenha feito muitos homens ricos desenvolverem uma predileção por corridas de cavalos e combates entre cães. Com o tempo, esses "esportes por procuração" (isto é, competições entre animais promovidas pelos seus donos), como ele os denomina, teriam incentivado alguns aristocratas a organizarem desafios (lutas e corridas a pé) envolvendo seus próprios empregados.

No caso do boxe, ele sugere que a luta patrocinada oferecia aos aristocratas não apenas uma diversão, mas a oportunidade de afirmar simbolicamente sua dominação e confirmar sua hegemonia cultural, através da promoção de combates em moldes populares (com "mãos nuas" e não com armas). Mas, a organização desses desafios introduziria uma descontinuidade em relação às festas e à espontaneidade da cultura do povo. A contratação e treinamento de boxeadores (e depois de corredores) levou a uma autonomiza-

¹² "Enfin, le type particulier d'hégémonie culturelle d'une nouvelle *gentry* agrarienne, dans ce contexte du retour des fortunes à la terre, de mobilité sociale, et d'effondrement culturel précoce de la société de cour, achève de mettre en place les éléments constitutifs favorables à l'émergence des sports, comme valorisation de nouveaux modes de vie actifs de la campagne." POCIELLO, C. "Quelques indications sur les déterminants historiques de la naissance des sports en Angleterre (1760-1860)", in: POCIELLO, C. *Sport e Società: approche socio-culturelle des pratiques*. França: Ed. Vigot, 1984, Parte I, cap. 1, p. 43.

¹³ *Idem*, pp. 43-4.

ção dessas competições em relação ao quadro temporal e cultural que lhes havia dado origem, e constituía uma categoria particular de competidores: os profissionais.

Compreende-se que, no contexto de dissolução avançada das tradições culturais da sociedade de corte, os nobres ingleses estivessem mais propensos a abandonar o porte da espada – símbolo de dominação de classe – do que os nobres franceses. Entretanto, o surgimento da “nobre arte” de lutar com as mãos nuas (“esgrima de punhos”) foi uma resposta da *gentry* a essa aproximação com os modos de combate populares. E, evidentemente, para se tornar um esporte “aristocrático” (embora sob domínio da burguesia), o *boxing* precisaria passar por uma remodelação radical. Com a intenção de se prevenir contra os riscos de se confrontar com profissionais, os *gentlemen* recriaram o esporte, “eufemizaram” o combate popular, reservaram a sua prática aos clubes e círculos fechados. No entender de Pociello, o boxe – protótipo e paradigma das práticas esportivas – introduziu a mais sutil das mediações, “a mediação do domínio da técnica”¹⁴, opondo à força bruta e à rudeza dos lutadores populares o estilo, a postura, a elegância e a perícia (na técnica de se esquivar) dos lutadores preparados em academias.

Esse processo de esportivização de práticas populares se dá paulatinamente. Numa primeira etapa, as frações superiores da burguesia buscaram ascender ao poder e, simultaneamente, experimentaram novos modelos culturais e educacionais. Uma *gentry* endinheirada e de origem urbana, na impossibilidade de adotar os modos tradicionais de dominação, foi instigada a inventar novas práticas culturais e adaptá-las às suas novas condições de vida social no campo. Estes novos modos de dominação, no entender de Pociello, estavam integrados a um estilo de vida altamente distintivo.

Numa segunda etapa, porém, essa esportivização ocorreria no meio urbano, no interior das escolas reservadas às elites inglesas e seria talvez um processo mais “espontâneo” que o anterior. O forte impulso ao desenvolvimento esportivo ocorreu, segundo esse autor, a partir da década de 1830, coincide com o momento em que a nova “classe média” (a burguesia comercial e produtiva) aumentou sua participação no sistema político inglês, às custas dos nobres e da *gentry* tradicional, e concomitantemente obtive acesso ao sistema educacional. É o período de afirmação dos novos “esportes burgueses”, ou seja, aqueles que se opunham a um estilo de vida aristocrático.

Durante a primeira metade do século, porém, os jogos e as atividades esportivas eram sistematicamente desaprovados pelos educadores e diretores (que no máximo os toleravam) e se desenvolveram graças à iniciativa dos próprios alunos, nas escolas que dispunham de amplos espaços ao ar livre. Nas *public schools* mais distintas e tradicionais predominavam os esportes individuais e de origem aristocrática (como a equitação e a esgrima), enquanto naquelas menos conservadoras os esportes coletivos (jogos de bola) se difundiram mais rapidamente. Esta distinção entre modalidades preferenciais de atividade

¹⁴ No original: “la médiation de maîtrise technique”. Idem, p. 52.

física talvez estivesse de algum modo relacionada a diferentes posições ideológicas, ou ainda, a diferentes hábitos e valorações culturais.

Outro ponto enfatizado por Pociello diz respeito aos motivos psicossociais que estimularam a prática esportiva nos *public schools*. Diante da racionalidade sóbria e da rígida seriedade do sistema educacional britânico, reflexo de uma época na qual as festividades e a esgotancidade eram restringidas pela casta doutrina puritana, as competições esportivas constituíam um dos poucos momentos de liberdade de expressão para os jovens. Nas palavras do autor:

Quando o contexto cultural da ‘feliz velha Inglaterra’, isto é, da Inglaterra verde, campestre e ‘sem etiquetas’, deu lugar à uma Inglaterra vitoriana, puritana, ‘séria’ e contida, os confrontos esportivos puderam constituir os preciosos pretextos renovados para feriados e para rituais de conduta desviantes que os acompanhavam irrefutavelmente, assegurando assim a perpetuação dos novos modos e estilos de vida que temos mencionado.¹⁵

Ou seja, parece que a necessidade do esporte como resposta às pressões sociais por autocontrole – como uma atividade de “descontrole controlado das emoções”, como diria Elias – ganha maior sentido na Inglaterra ao longo do século passado. E justamente no interior do sistema de ensino inglês, que nas primeiras décadas do século tornou-se muito mais rígido e disciplinado do que era anteriormente.

Por volta de 1860, ocorre uma guinada nas atitudes dos pedagogos, que progressivamente vão abandonando sua postura hostil ou indiferente às atividades esportivas e vão assumindo uma posição de estímulo e incentivo à sua prática entre os alunos. Portanto, a ideia de que o esporte desenvolve-se, na Inglaterra, fundado num princípio pedagógico orientado para a formação do caráter (*fair play*, vontade de vencer, espírito de equipe, etc.) só é válida para a segunda metade do século XIX. Note-se que a função do esporte como “escola do caráter” desenvolveu-se paralelamente à exaltação do amadorismo, indicando uma clara diferenciação de classes nas práticas esportivas.

Um ponto a questionar é se o esporte moderno, surgido antes que se constituísse uma sociedade urbano-industrial, pode ser considerado como uma invenção tipicamente “burguesa”, já que a *gentry* tinha um estilo de vida mais próximo ao da nobreza inglesa. De qualquer forma, ao longo do século XIX, a burguesia (ou “classe média”) inglesa iria

¹⁵ “Lorsque le contexte culturel de la ‘old merry England’, c’est à dire de l’Angleterre verte, campagne et ‘détaillée’, fait place à une Angleterre victorienne, puritaine, ‘sérieuse’ et contenue, les confronts sportifs pourront constituer les rares prétextes renouvelés aux réjouissances et aux feints rituels de conduite qui les accompagnaient inévitavelmente, assurant ainsi la pérenniation des nouveaux modes et styles de vie que nous avons évoqués.” Idem, p. 54.

"reinventar" o esporte, dando-lhe feições próprias. E foram esses esportes burgueses que foram levados para outras nações da Europa e da América como uma grande novidade, uma atividade física "moderna", "civilizada".

CONCLUSÃO

A conversão dos jogos tradicionais em atividades físicas modernas – isto é, competições racionalmente organizadas, desvinculadas do calendário religioso, com regras escritas e menor tolerância à violência – foi um processo que percorreu diferentes caminhos, a partir do século XVII, nos países europeus. Na Inglaterra, a modernização dos jogos e passatempos produziu um rol de modalidades denominadas *sports*, que originalmente eram atividades recreativas reservadas às elites.

Segundo Elias, esse processo de "esportização" é o correspondente, no âmbito do lazer, do processo civilizatório que ocorre na política inglesa (criação do Parlamento) e nas regras de etiqueta e de convívio social. Mas, como bem esclarece Pociello, esse refinamento das práticas consideradas "brutas", o domínio da técnica e o autocontrole emocional nas competições recreativas eram também um mecanismo de distinção social, uma forma de refinamento da superioridade moral das classes dominantes. Como sabemos, ser civilizado – *to be a gentleman* – significava possuir uma condição superior e pertencer a uma elite de indivíduos bem educados.

Por outro lado, a gênese do esporte moderno, na Inglaterra, não esteve associada exclusivamente ao controle da violência e à apropriação de jogos populares. Os *gentlemen* ingleses também aplicaram às competições recreativas o seu tino empresarial e seu gosto pelas apostas. Nesse sentido, o surgimento do crômetro, o desenvolvimento científico aplicado aos negócios e a profissionalização de atletas também foram fatores importantes que impulsionaram o esporte e a formação de um *habitus* esportivo.

Por fim, em relação ao papel das instituições de ensino na conformação dos "esportes burgueses", dois rápidos comentários. Primeiro, embora os jogos e exercícios físicos já tivessem sido convertidos em atividades auxiliares à educação dos jovens, em vários países da Europa, os jogos de bola demonstraram a ser reconhecidos pelos professores ingleses como atividade física benéfica à formação dos alunos. Isto só ocorreu após terem sido esportivizados e terem ganhado um formato mais organizado. Segundo, devemos insistir no fato de esportes como o futebol e o atletismo terem sido entendidos inicialmente como escola de caráter para a formação dos filhos das elites dominantes e, posteriormente, com a sua popularização, começaram a ser vistos como atividades destinadas a disciplinar e preparar para o trabalho os filhos das classes dominadas. Mas não foi isso, de certo modo, o que aconteceu com as próprias instituições escolares?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. (1981) *História Social da Criança e da Família*. São Paulo: LTC.
- ELIAS, N. (1988) *El Proceso de la Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1992) *A Busca da Exaltação*. Lisboa: DIFEL.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. (1995) *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica. *socio-culturelle des pratiques*. França: Ed. Vigot.
- POCIELLO, C. (1984) *Sport e Società: approche*

NORBERT ELIAS E GILBERTO FREYRE: uma conexão possível?

Marta do Carmo Aquino Nakazoni¹

Mais do que certezas, esse artigo busca especular sobre a possibilidade de estabelecimento de vínculos entre o pensamento de Norbert Elias e Gilberto Freyre, a partir de suas respectivas obras "A sociedade de Corte" e "Casa-Grande e Senzala".

O que possibilita o vínculo entre ambos, apesar de serem autores que refletiram sobre tempos e espaços tão diversos?

Primeiramente, ambos propuseram a formulação de novos temas e fontes de análise sociológica que fossem capazes de compreender determinadas sociedades durante a sua formação e desenvolvimento. Ambos, na recusa de con-

preensão da sociedade como "sistema" se propõem a entendê-la como "formação social" e os homens que dela participam, interligados por uma "rede" de relações nem sempre harmônicas. Também ambos buscam compreender as "permanências" ou legados que foram deixados por estas sociedades para as sociedades posteriores à elas.

Segundo Elias (1987:115-6) a "formação", ao contrário de "sistema", não pressupõe uma entidade completamente fechada sobre si própria e dotada de harmonia inatenuada. Ele a aplica à sociedade de corte, especificamente à de Luís XIV. Assim a define:

A noção de "formação" é neutra. Pode aplicar-se tanto a um grupo harmonioso e tranquilo como a um grupo tenso e instável. A sociedade de corte é uma rede de tensões mas isso não a impede de ser uma formação específica de indivíduos. (1987:116)

Assim, quando o olhar de Elias se volta para a sociedade de corte, especificamente à da corte de Luís XIV, Gilberto Freyre repousa o seu olhar para a compreensão da gênese, desenvolvimento e legado deixado pela família patriarcal no Brasil.

As "formações sociais" subsistem, com pequenas alterações no tempo, mesmo que as pessoas que dela participaram num determinado período, tenham morrido ou foram substituídas por outras. No caso da França de Luís XIV, que constituiu a última sociedade de corte, nos moldes propostos por Elias, sobreviveu dela e das anteriores o fetiche da idéia de prestígio; no caso do Brasil, da sociedade patriarcal herdamos uma série de valo-

¹ Integrante do PPGH-UNIMEP-Mestrado em Educação.
Endereço residencial: Rua Cururuá 75/91

res, hábitos e costumes da família patriarcal, especialmente das oriundas das regiões do açúcar, principalmente de Pernambuco e da Bahia. Também não podendo ser desconsideradas as regiões de pecuária, do ouro e do café, surgidas em épocas posteriores.

Segundo Elias (1987:116) apesar dos indivíduos que compunham a corte de Luís XIV serem outros, com o passar do tempo a natureza das relações sociais permaneceu a mesma, ou seja, as relações entre os cortesãos e entre o rei e os cortesãos eram determinadas - apesar das inúmeras variações possíveis - por certas condições que se mantiveram inalteradas para todos os indivíduos nelas envolvidos, incluindo o rei.

Na proposição de Elias os indivíduos pertencentes a determinadas "formações sociais" estão interligados por uma série de dependências - que pode ser designado por "interdependências" - que constituam fator de equilíbrio entre os grupos e garantia de manutenção do poder para o rei.

Em contraposição às teorias sociológicas da ação e da interação, Elias (1987:117) propõe a teoria da "interdependência", descarta as duas primeiras pelo fato da primeira sugerir que o caráter e a direção da ação resultam exclusivamente da iniciativa do indivíduo que atua e a Segunda por induzir a pensar que ela se deve à iniciativa de dois indivíduos, "um ego e alter, um Eu e um Outro, ou ao encontro de um grande número de indivíduos totalmente independentes. Ambas impedem a pesquisa sociológica empírica de avançar, porque se baseiam na mesma noção implícita de homem, presentes em muitos estudos tradicionais que vêem o indivíduo totalmente autônomo, fechado sobre si mesmo.

Luís XIV quando assumiu o poder, já o encontrou consolidado. Tratava-se de mantê-lo. Os dispositivos utilizados foram a etiqueta e o cerimonial. Elias nos oferece uma descrição da rede de dependências que constitui o contexto das decisões de Luís XIV, bem como nos esclarece sobre o caráter singular da sua "margem de manobra". Ninguém era totalmente livre para agir, a liberdade era "vigilada". Todos estavam sujeitos a etiqueta. Até o rei.

A rede de dependências a que estavam sujeitos todos os indivíduos era permeada pelo "prestígio". Para os homens de corte, estar próximo do rei constituía a condição de seu prestígio. Para o rei, a submissão e a obediência dos outros constituía o elemento de sua glória e esta era uma prova de forças das tensões que deveria saber controlar e manipular com atenção, sob pena de perder as rédeas do comando do poder. Não perder as rédeas do comando constituía o fator de glória e prestígio para o rei. (Elias, 1987:109-110)

O rei como chefe soberano não separava ação do Estado de sua vida pessoal. O país era a extensão de sua casa. Todos os seus gestos - como levantar, deitar, comer - atitudes e comportamentos eram atos planejados e organizados "como a assinatura de um tratado", constituíam instrumentos para a manutenção do poder, da sua reputação e prestígio; bem como possibilitava a aglutinação dos homens de corte em torno de si. Pela sua posição social e hierárquica detinha o monopólio das oportunidades de promoção a que todos aspiravam e por isso era obrigado a calcular e a organizar a distribuição dessas oportunidades. Porém, estava sujeito às pressões no exercício de seu poder, graças à etiqueta e ao cerimonial. Era assim que se dava as relações de interdependências entre o rei

e os seus cortesãos. A margem de liberdade ou de autonomia comprometia a independência relativa do outro, modificando o equilíbrio das tensões, que era sempre instável e movelido. (Elias, 1987:118)

Os gestos do rei, durante o cerimonial, eram usados para reforçar as diferenças de posição social, para confirmar prestígio, para conceder favores ou para manifestar o seu desagrado.

Toda a competição entre os grupos que rodeavam o rei dava-se pelo "status" e prestígio. Ninguém gostaria de perdê-los. E são elementos presentes em todas as formações sociais. A competição pelo prestígio que existia na sociedade de corte era apenas um entre possíveis exemplos. (Elias, 1987:67). Todas as disputas davam-se pela obtenção de prestígio, porque era ele que determinava o lugar hierárquico que cada um ocupava na sociedade de corte. E constituía um elemento de inclusão à sociedade de corte. Portanto, o que levava os homens de corte a se sujeitarem às pressões da etiqueta e por conseguinte a aceitar a corte, não eram motivos financeiros ou políticos, mas, a necessidade de se distinguirem da nobreza rural menosprezada, da nobreza da toga e do povo; de salvaguardar e aumentar um prestígio duramente conquistado.

O abandono da etiqueta representava a renúncia dos privilégios e a perda de oportunidades de adquirir poder e prestígio.

A etiqueta, como mecanismo de controle de todos contra todos no mundo da corte, possibilitava ao rei manter-se sempre bem informado, dos desvios cometidos por certos indivíduos; explorar prudentemente as tensões existentes entre os grupos que o rodeavam; suscitar as rivalidades e manter as dissensões no seio dos grupos.

Portanto, as análises de Elias apontam para a existência de múltiplas pressões a que os homens estão sujeitos - incluindo o rei - e por isso, não podendo serem considerados totalmente autônomos. A liberdade de cada um e a sua esfera de ação era relativamente limitada ou controlada.

Para Elias, o homem totalmente independente e livre não existe, mas sim, existe o homem integrado numa multidão de homens interdependentes, constituindo formações específicas, uma das quais é a corte, entendendo-se por ela, no contexto francês do século XVII, não apenas o centro vital da alta sociedade. Era na corte, que a vida social desenrolava-se e para onde convergiam todos os fios da trama social, onde se decidia a posição, o prestígio e os rendimentos dos homens de corte. No reinado de Luís XIV o centro de vida social deslocou-se para os "hotéis" - residências dos aristocratas de cortes que não pertenciam à categoria de príncipes, mas nem por isso a corte régia perdeu o seu lugar de centro. Esse processo chegou ao seu término com a morte de Luís XIV, com a desagregação desse círculo.

Com o aparecimento dos hotéis da aristocracia de corte, a sociabilidade e a vida cultural se descentralizaram, chegando às residências dos homens de finanças, dando origem a chamada "Civilização de salão" no século XVIII. Os salões desses aristocratas e dos homens de finanças são os descendentes do salão real do século XVII. A nova sociedade de corte formou-se efetivamente na corte de Luís XIV. Os cavaleiros e "épígonos da

cavalaria" vão se transformando em cortesãos, cujos rendimentos dependem da sociedade de corte. E têm o palácio real como o símbolo social da mais alta hierarquia e o centro oficial da corte. E a corte como local de sociabilidade e de cultura. (Elias, 1987:55)

Portanto, grande destaque é dado por Norbert Elias e também por Gilberto Freyre às unidades de habitat e de residência. Para o primeiro, apesar de nem todas as formas e unidades de habitat constituírem formas de integração social, todas são unidades de seres humanos que mantêm relações entre si, ligados uns aos outros por uma rede de interdependências. É possível conhecer as relações sociais estabelecidas numa determinada sociedade, a partir do conhecimento de suas habitações. Cabe aos sociólogos se debruçarem sobre a vida da nobreza no seu habitat para compreenderem de que modo o rei vivia, habitava e reunia em torno de si, os grandes do reino. E para Freyre, não terá sido a Casa-Grande, os sobrados grandes das cidades (constituídas posteriormente, no período de "transição" para uma sociedade urbana dotada de novos valores, onde o privatismo cede espaço ao público) e os mucambos (um desdobramento das senzalas) espaços de sociabilidade e de criação de culturas, onde os indivíduos estavam interligados por uma rede de interdependências?

Se para Norbert Elias a corte constitui uma das formações sociais onde os indivíduos que a compõem estão ligados por uma rede de interdependências, será que a noção de "interdependências" múltiplas e variáveis não pode ser transposta para o estudo de outras formações sociais, como a sociedade colonial no Brasil?

Apesar do distanciamento de tempo e espaço existentes entre as análises de Norbert Elias e as de Gilberto Freyre, nas suas respectivas obras "A Sociedade de Corte" e "Casa-Grande e Senzala", parece que a noção de "interdependências" entre os indivíduos pode ser aplicado nos estudos de Gilberto Freyre na sua trilogia Casa-Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos e Ordem e Progresso - que centraram atenção na formação e desenvolvimento da sociedade colonial brasileira.

Gilberto Freyre localiza no centro da sociedade colonial brasileira - a família patriarcal como o centro da nossa formação social, cujo "rei" era o senhor de engenho que aglutinava em torno de si uma série de pessoas: mulher, filhos, genros, noras, escravos, agregados, ligados entre si por uma série de interdependências.

Nos estudos de Gilberto Freyre citados acima, a família patriarcal constitui a forma predominante existente no Brasil, apesar de suas variações temporais e espaciais quanto às suas substâncias. Foi ela considerada o elemento ponderador e criador de muitos valores, hábitos, comportamentos que sobreviveram nos brasileiros e na sua cultura.

A nossa formação social se processa a partir do ano de 1532, quando se instalaram no Brasil os primeiros engenhos de açúcar, porém, os fundadores - os portugueses trazem consigo uma série de valores, comportamentos e tradições que têm que serem conformados à nova terra, de clima diferenciado e habitado por povos de culturas diferenciadas da sua e entre si e que logo se "juntam" a esses dois grupos, o africano.

Na análise de Gilberto Freyre maior destaque é dado a casa-grande, entendida como o espaço de sociabilidade e de criação de culturas entre o senhor e todos aquele que

o circundavam. Foi a casa-grande, o local privilegiado de ação das diversas pessoas que a compunham e estavam interligadas entre si por todo o tipo de dependências. Se por um lado, os escravos eram "os pés e as mãos do senhor de engenho", por outro, estes deveriam ceder às certas pressões dos escravos. Porque os escravos constituíam o fator de prestígio dos senhores, com prevalência da idéia de que "possuir fazendas" só teria sentido se fosse possível dominar e possuir homens. Daí, advinha o seu prestígio.

Sobre a casa-grande e o poderio dos senhores de engenho, destaca:

A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vices reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. 'Feias e Fortes.' Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. (Freyre, 1987:lviii)

O domínio do senhor sobre os seus, principalmente sobre os escravos, pode ser evidenciado nas relações de gênero explicitadas pelo autor, onde, o componente violência estava sempre presente. Podendo ser citado o sadismo como elemento constante na relação entre dominado e dominante, por exemplo, quando o menino ou adolescente mandava surrar, arrancar dentes de negro ladrão de cana, mandava brigar em sua presença capoeiras, galos e canárias; no abuso do homem sobre a mulher (reprimida socialmente à sombra do pai ou do marido) e também da própria mulher (grande senhora) sobre os escravos, especialmente as mulatas, por culme ou inveja. (Freyre, 1987:51)

Verifica-se aqui, a existência de uma rede de dominação, variáveis em graus e em intensidade que não se dá apenas entre o senhor e os escravos, mas também nas relações entre os próprios senhores (nas relações entre homem e mulher). No ponto de vista de Freyre (1987:51) parece ter sido o "gesto de mando característico de todo o brasileiro que nasceu ou criou em casa-grande de engenho" e antes circunscrito à esfera privada, uma das permanências ou sobrevivências da família patriarcal brasileira, que se têm feito sentir através da nossa formação em campo mais largo: na esfera social e política, onde o personalismo se fez sempre presente.

Sobre o patriarcalismo na formação da sociedade brasileira, Freyre alerta:

Suas sobrevivências terão, porém vida longa e talvez eterna não tanto na paisagem. Quanto no caráter e na própria vida política do brasileiro. O patriarcal tende a prolongar-se no maternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico do pai ainda identificado, entre nós, com as imagens de homem protetor, de homem provi-

dencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade; o tutelar - que inclui a figura da mãe de família - tende a manifestar-se também no culto, igualmente sentimental e místico, da mãe, identificado pelo brasileiro com imagens de pessoas ou instituições protetoras: Mãe, Mãe de Deus e senhora dos homens; a Igreja; a Madrinha, a Mãe - figuras que frequentemente intervêm na vida política ou administrativa do país, para protegerem, a seu modo, filhos, afilhados e genros. De maternalismo ou maternismo se mostra na verdade, impregnados quase todo o brasileiro de formação patriarcal ou tutelar. Era como se no extremo amor à mãe ou à madrinha ou à mãe-preta o menino e o próprio adolescente se refugiasse do temor ao pai, ao patriarca, ao velho senhor, às vezes sádico, de escravos, de mulheres e meninos.

Porém, não é só. Para Freyre (1987:54) outros elementos agiram sempre, entre os antagonismos contudentes, "amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os" e também possibilitando a "confraternização" e a "mobilidade social" no Brasil. São eles: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lúrico à portuguesa, a tolerância momi, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país.

Se para Freyre (1987:54) os elementos apresentados acima podem "compensar" os elementos "negativos", como o sadismo (verificado tanto na esfera privada quanto política) e o mandonismo político e de certa forma "incluir" ou dar aos homens o sentimento de pertencimento à sociedade brasileira, finalmente, para encerrar a reflexão aqui levantada em torno dos elementos de análises presentes entre Norbert Elias e Gilberto Freyre, caberia questionar se os elementos considerados "harmonizadores" presentes na sociedade brasileira e herdados da sociedade patriarcal brasileira para o segundo autor realmente constituíram condições para que cada brasileiro, de qualquer etnia e condição social em qualquer época, espaço e situação se incluísse na chamada sociedade brasileira e recebesse de forma igualitária as suas benéficas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREYRE, Gilberto. *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil - Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

OS MBAYÁ-GUAICURU E KADIWÉU: educação, cultura e corpo

Marina Vinha, Maria Beatriz Rocha Ferreira¹

INTRODUÇÃO

Este estudo levanta dados históricos sobre os Mbayá-Guaicuru e os Kadiwéu, isto porque os relatos de viajantes e missionários, desde 1770, já se referiam aos Mbayá-Guaicuru situados à margem leste do rio Paraguai como os atuais Kadiwéu. Siqueira Jr., 1993 (p.46).

Os Mbayá-Guaicuru, tronco de origem dos Kadiwéu, eram formados por vários sub-grupos nômades que percorriam toda a região do grande Chaco Paraguai em correrias a cavalo, os quais, ao tempo de seu maior domínio chegou (sic) a alcançar Assunção, no Paraguai, o curso médio do rio Paraná e Cuiabá, em Mato Grosso, Ribeiro, 1948 (1979, p.21).

Os Kadiwéu fixaram-se, no início do século XX, no sul do Pantanal Matogrossense, na parte oeste do Estado do Mato Grosso do Sul. Este território está geograficamente circundado pela Serra do Bodoquena, área coberta de florestas típicas da região, a qual, seguindo para o lado oriental vai morrendo numa sucessão de morras baixas, em transição para a planície (Souza, 1973, p.46). A planície, espaço físico privilegiado da natureza, "habitat" ideal para a reprodução e disseminação de animais semi-selvagens, favoreceu aos Mbayá-Guaicuru desde 1672 quando conheceram o cavalo com os espanhóis, (Azara, 1817 in: Boggiani, 1892, (1945, p.20).

A planície contribuiu para a surpreendente interação desses índios com o animal, fazendo desabrochar o chamado *self* Kadiwéu, imortalizado para os brasileiros na história, nas artes e pela adaptabilidade humana à especificidade do meio ambiente. A inserção do cavalo em 1672 alterou mais profundamente a vida sociocultural e econômica do grupo,

(...) levando a redefinição da cultura muito mais longe que as tribos equestres da América do Norte, pois, enquanto aquelas usavam o cavalo, apenas como arma defensiva, os Cavaleiros do Chaco impuseram, com ele, seu domínio sobre inúmeras outras tribos,

¹ Laboratório de Antropologia Bio-Cultural/DEAFA/FEF/UNICAMP.
Endereço eletrônico: (Marina Vinha) Rua Barreto Leite, 1258/43, Campinas.
E-mail: vinhaz@fef.unicamp.br

reduzindo-as à vasalagem e mantiveram sob constante ameaça, por mais de três séculos, os estabelecimentos europeus, chegando a representar o maior obstáculo à colonização do Grande Chaco e um papel de maior destaque nas disputas entre espanhóis e portugueses, jesuítas e bandeirantes, pelo domínio da bacia de Rio Paraguai, Ribeiro, 1948 (1979, p.18).

1,5

Essa sociedade estratificada etnicamente possuía em sua organização os nobres, os guerreiros e os cativos, portanto, a formação dos jovens Kadiwéu foi tecida tendo como pano de fundo um contexto histórico e sociocultural que lhe conferiu significados próprios.

A Reserva Indígena Kadiwéu está composta por quatro aldeias. Este trabalho centra-se na aldeia Bodoquena, com uma população atual de 423 pessoas, considerada sede da Reserva ou a *capital do país Kadiwéu*, designação atribuída por Lévy-Strauss, (p.216).

Objetiva-se com esse estudo, compreendido entre 1770 a 1998, uma aproximação histórica dos Mbayá-Guaicuru e Kadiwéu, para fundamentar reflexões relativas à cultura corporal dessa sociedade.

Metodologicamente foram consultadas as obras de missionários, viajantes, historiadores e etnólogos e a segunda fase foi concluída com pesquisa de campo na Aldeia Bodoquena/MS.

A DISPOSIÇÃO DAS MORADIAS

No início do século XVIII a disposição das casas móveis dos Mbayá-Guaicuru, a *tolderia*, seguia a forma de um maluco afrente mais aberto nas extremidades. Não tinha ruas e as casas montadas em longa fila eram unidas umas às outras com passagens cobertas entre elas. O "senhor" ocupava o melhor espaço com sua família e os "cativos" ficavam do lado oposto ou ao redor do toldo deste. Não havia diferença entre as moradias dos nobres ou cativos. Essa forma deixava naturalmente um terreno de uns 30 a 40 metros à frente das cabanas denominado *praça do toldo*, Sánchez Labrador, 1770 (1919) ou *pracinha*, Boggiani, 1894 (1945). Era um local reservado ao exercício de lutas entre meninos e jovens onde os mais variados jogos ou festas ocorriam. Servia também para as reuniões do cacicado, diversões e para os jovens dormirem, quando quisessem (Sánchez Labrador, 1770 e Boggiani, 1894).

Nas fundos tratavam dos cavalos, realizavam os trabalhos domésticos, secavam couros, entre outras tarefas rotineiras. Defronte às cabanas escavavam pequenos reservatórios de água que recebiam o escoamento de várias nascentes, da qual se serviam para vários usos. Para as necessidades fisiológicas iam a lugares mais separados e mais distantes, Sánchez Labrador (p.270-271), Boggiani, (p.112-113).

Em 1802, Almeida Serra (1866, p.211) estimou em seis ou oito mil cavalos que possuíam, o que representava a necessidade de muito pasto, o sustento dos senhores, toda

sua família e cativos. Estrategicamente espalhavam-se de 3 a 7 léguas distantes um grupo do outro, respeitadas as condições climáticas do Pantanal, instalando as aldeias volantes próximas aos locais de caça, pesca e pastagens para os animais. No século XX, Lévy-Strauss, 1935 (1945, p.219) descreve as casas já fixadas no chão com uma estrutura de troncos, cobertas por palmas, em forma de longas varandas, chegando a abrigar seis famílias, sendo estas delimitadas internamente pelos troncos de sustentação da choupana.

Em 1998, Seu Domingos, um "filho querido" (cujo significado é: aquele que recebe formação especial desde a infância para armazenar o conhecimento étnico do grupo), aos 88 anos, vivendo na Aldeia Bodoquena, lembra a "cidade Kadiwéu" e suas ruas:

(...) tinha rua, não como hoje distribuída uma distante da outra. Antes a aldeia ficava numa fila. (...) Antigamente os Kadiwéu tinham terrenos enormes, até mesmo preparados para dança e essas coisas. Cada família era obrigada a ter a "casa cachorro". A "casa cachorro" servia para abrigar todos os participantes da festa. Sem as festas aquela casa ficava sendo zelada e limpa para esperar esse tipo de uso. Não tem mais a "casa cachorro. Não existia um lugar definitivo para praticar as lutas porque eram praticadas inesperadamente durante as festas. As danças e outras festas eram realizadas naquele terreno e esse terreno era enorme mesmo. "Nossa cidade", as aldeias antigas, formavam uma rua enorme, já pensando nessas festas onde poderiam dançar o bate-pau, com aquelas filas enormes de pessoas dançando, caberia todo mundo. Relato oral, 1998

Atualmente o grupo não se constitui mais enquanto "aldeia", formam "núcleos de população indígena" espalhados pelo território de 538.516 hectares. Siqueira Jr. 1993 (p.6). Próximo à entrada da aldeia-sede há uma grande área com uma escola, a sede da enfermaria, casa da FUNAI, um campo de futebol improvisado e algumas árvores, estando fixada em uma delas uma barra-de-ferro, de onde dão pancadas emitindo som que atrai a todos para participarem das reuniões ou comemorações festivas.

PARTICULARIDADES DO MODO DE SER

Os defeitos do corpo consistiam na cegueira de alguns, sem especificação se por acidente ou nascimento; nos dentes mal postos, encavalados e alguns descalcificados, mas, conservados até a morte. Essa má posição dos dentes foi atribuída, no século XVIII, ao fato de não tirarem a primeira dentição das crianças, considerado como carinho e excesso de zelo com que as tratavam. Na aparência física, quando quietos, conservavam uma certa melancolia no semblante e quando envelheciam, tanto as mulheres quanto os homens, ficavam bastante emagrecidos, sendo que as mulheres carregavam mais cedo, Sánchez Labrador e Boggiani.

Quanto à alegação de que esses índios tinham pernas tortas, há uma versão histórica: desde os Mbaya-Guaicuru que seus descendentes possuíam cavalos dos quais se serviam com grande habilidade. Os portugueses não tinham prática de equitação; enquanto os espanhóis já vieram com o conhecimento do animal e da arma de fogo, mas, a habilidade no uso do cavalo pelos índios suplantou a todos num determinado período, inclusive frente à arma de fogo. Esses fatos levaram os espanhóis a presentirem o perigo e a proibirem, sob pena de morte, que portugueses vendessem cavalos ao índio. Estes, porém, não mais se valiam desse comércio pois já tinham formado sua própria tropa. A autonomia dos índios frente aos colonizadores levou cronistas espanhóis da época a zombarem de todas as situações relacionadas a eles, inclusive dessa suposta deformação corporal, Gel. Mello Rego, 1892 (1906, p.185) e Almeida Serra, 1866, p.211.

A "soberbia" presente no comportamento das pessoas da linhagem Kadiwéu chamou a atenção do etnólogo Lévy-Strauss, 1935 (1945, p.225-227) – diferentemente de outros grupos indígenas que não se deixavam fotografar, estes exigiam que fossem fotografados e pagos, como também obrigavam o pesquisador a fotografar para pagar, principalmente as mulheres. Esse modo ser demonstrava a independência e autoridade das mulheres, as "donas", esposas dos nobres, reivindicando homenagem dos comuns. Esse traço de soberbia também é encontrado nos relatos sobre os guerreiros, explicitado no decorrer deste estudo.

HIGIENE, ALIMENTAÇÃO E VESTIMENTA

A limpeza do corpo era virtude² entre eles. Banhavam-se duas ou três vezes por dia nas nascentes. Pela manhã, logo depois do jantar e antes de dormir quando fazia calor. O marido acompanhava a mulher quase sempre levando nas mãos, elegantemente, uma luva cuja bainha muitas vezes era também ornada. Os carivos, gradativamente iam adquirindo esses modos, mesmo que a princípio fossem detentores de hábitos contrastantes, Boggiani (p.113-132).

Caçavam, pescavam e colhiam frutos, não cultivavam a terra. Alimentavam-se de peixes, jacarés, capivaras, além de algumas aves aquáticas de carne saborosa no paladar, que tinham seu "habitar" nas baías do Pantanal. Nos campos caçavam veados, porcos-domato e outros; nas matas colhiam palmito, bocaiuva – fruto de uma espécie de palmeira, que da polpa extraída faziam farinha e do núcleo comiam o óleo e mel. Nas setras recolhiam o carimim e outras tinturas para seus enfeites e tintas para as cerâmicas. As peles das onças, lobos e outros animais mais ferozes eram usados na confecção de roupas, camas e expressões artísticas. Com os europeus conheceram e iniciaram a criação de animais domésticos e quando os paulistas os contataram já haviam manadas de gado vacum, cavalos e lanígero. Entretanto, não faziam uso do leite que lhes causava mal-estar, Azara,

² Essa afirmação deve ser estendida a todos os demais grupos indígenas do Brasil.

In: Boggiani 1892 (p. 18); Southey, In: Mello Rego (p. 184); Almeida Serra (p. 212-213) e Rodrigues do Prado 1795 (1951, p. 93-95).

Fome, sede, frio e calor, deu-lhes resistência. Aprenderam a suportar as fadigas de incessantes migrações. Consumiam num dia as provisões de meses inteiros, mas, quando sobrevinha as intempéris mantinham-se com pouco e necessavam alimentos pouco comuns, como, insetos, vermes e anfíbios. Fertura, variedade, escassez, um jogo de equilíbrio que traduzia nos gestos de todos robustez e um estado perfeito de saúde. Rodrigues do Prado, 1795 (1951, p.96). Dentro os fatores de manutenção de saúde e recuperação das enfermidades atribuíam à ingestão do miolo da palmeira carandá, o palmito amargo e à cura promovida pelos Pajés que esfumagavam e chupavam o local doente.

Comiam devagar, mastigavam bem, o que proporcionava boa digestão, o que se supõe contribuir para a longevidade das pessoas. Não conheçiam o escurhuto e não há registros de mortes repentinas. Prado, 1795 (1951). Boggiani, 1892 (p.113-209) os encontrou cultivando mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho, abóbora, melões, bananas comuns e vermelha, mamão, feijões e verduras. Possuíam vacas, bois, cavalos, cães, gatos e galináceos.

As vestimentas variavam pouco dos homens para as mulheres. Estas se vestiam na maioria com um pano envolvendo a cintura até o meio das pernas, o "xiripá". Não usavam blusa, mas quando saíam colocavam um pano sobre os ombros e costas deixando livre um braço. Esse modo as deixava artisticamente muito bem apresentáveis. Como roupa íntima usavam um pano, sustentado por um cinto enfeitado de contas passando por entre as pernas. Na orelha levavam brinços, mas com uma furo muito pequeno. Boggiani (p.132).

CORPO E CONDICIONAMENTO FÍSICO

A condição física³ numa visão biomédica, expressa um estado com característica orgânica do que foi adquirido através da atividade física e em menor grau o que foi herdado geneticamente. O fenômeno das transformações orgânicas pela atividade física é elaborado de diferentes maneiras nas diversas culturas. Nas culturas indígenas de forma geral, o ser humano é visualizado numa integração cosmo/mente/corpo, como exemplo, os "mensageiros corretores a pé" entre os Incas, gozavam de reputação privilegiada na sua sociedade, pois, eram mais do que atletas, eram comunicadores de sua cultura. Em muitas sociedades indígenas do Brasil alguns ritos de passagem⁴ são verdadeiras demonstrações de condicionamento físico. Entre os Kamayurá, na Amazônia, as etapas do preparo físico para a "corrida de tora" são estabelecidas segundo valores socioculturais do grupo e realizadas durante o longo período de reclusão pubertária a que são submetidos

³ Performance física ou condição física tem o mesmo significado neste estudo.

⁴ Rito de Passagem, momento de transição de uma fase à outra na vida dos jovens de ambos os sexos de muitas sociedades indígenas.

os jovens do sexo masculino. Aquela que não resiste ou não participa sente-se em falta com as forças espirituais. Rocha Ferreira 1993 (p.95-100); Tavares, 1994 (p.7-10).

O condicionamento físico entre os Kadiwéu foi literalmente associado à montaria, ao longo de séculos, numa linha histórica narrativa, como se segue.

Hemming, citando cronistas do período de 1540 (1978, p.387), relatou as primeiras experiências vivenciadas pelos Mbayá-Guaicuru com o cavalo. Conta que em um dos ataques dos europeus os índios fugiram aterrorizados por não conhecerem aquele animal. Mesmo assim conseguiram escapar e sobreviver, devido à performance⁵ de corredores velozes e resistentes, tão fortes que podiam ultrapassar um veado, levá-lo à exaustão e depois capturá-lo com a mão. Os homens Guaicuru foram descritos como sendo altos, medindo 6 e 1/2 pés, fortes, musculosos e com uma capacidade incrível de resistência à fome, à sede e ao esforço. Não faziam quase nada o dia inteiro a não ser amarrar seus cavalos, construir canoas, remos e lanças⁶. Para montar, não usavam selas, nem chicote, montavam nas costas peladas, de um pulo só. Até quando andavam, beincavam ou subiam em árvores altas era nítida a agilidade de seus corpos. Consideravam-se superiores aos demais grupos da região, presumiam-se nobres, valentes, o que contribuía para se sentirem presunçosos.

O missionário Sanchez Labrador, 1770 (1910, p.244-245), fez descrições físicas e do condicionamento dos Mbayá-Guaicuru, ou seja: a estatura dos homens e mulheres normalmente excedia a dos brancos. Apresentavam características de porte e talhe muito mais próxima dos espanhóis do que dos demais índios. Viviam quase sempre desnudos ao sol. A pele das mulheres era um pouco mais clara que dos homens e permaneciam quase sempre tatuadas. O corpo, de forma geral, era bem proporcionado, apresentava uma simetria e uma tonicidade⁷ traduzidas em agilidade e soltura admiráveis, observáveis quando caminhavam a pé ou quando jogavam. Essa agilidade lhes proporcionava, de um salto, montar os cavalos em pelo. Corriam atrás dos animais quase que com a mesma leveza daqueles, não usavam laço para capturá-los, nem os prendiam em currais. Corriam, montavam e os usavam como escudos, realizando proezas. Quando acontecia dos cavalos dispararem, exercitavam sua velocidade correndo para recolhê-los e segurando-os pelas crinas.

Rodrigues do Prado, 1795 (1951, p.93) registrou serem eles de uma cor mais escura que a do cobre, estatura alta, bem feitos, envoltos em carnes, ou seja, musculosos, capazes de resistir à fome e à sede, enérgicos no trabalho, notáveis pelo costume de arrancarem as sobancelhas e as pestanas.

⁵ Performance, entendida como a capacidade de realizar esforço sem uma exaustão precoce. (Rocha Ferreira, 1994, p.1).

⁶ Média mais ou menos 18 palmos (Prado e Almeida Serra, In: Boggiani, p.282).

⁷ "Dasagem adequada da tensão muscular para cada gesto. (Le Bouch, 1982, In: Gallardo, 1997, p.41), dico que em qualquer ação corporal é necessário que determinados músculos alcancem um grau de tensão e que outros se relaxem". (Borges, 1987 In: Gallardo, 1997, p.41).

Jean Baptiste Debret, 1834 e 1839 (1978, p. 82-86) quando de sua passagem pela comunidade, expressou em obras de arte diversas situações ligadas ao uso do cavalo, immortalizando-os na obra "Carga de Cavalaria Guaicuru". Contribuiu com narrativas da excelência desses cavaleiros, ágeis na doma⁸ e no manuseio dos cavalos semi-selvagens. Em seus ataques, narrou ele, soltavam os animais à frente, sem cavaleiros, enquanto eles, os índios, misturavam-se aos últimos animais. Como proteção do inimigo, tinham um urdil que dava hem-a idéia de destreza⁹ e perfeitio¹⁰ desses cavaleiros; cada guerreiro, unicamente apoiado no estribo direito, segurava a crina com a mão esquerda e assim se mantinha suspenso e deitado de lado, no sentido do corpo do cavalo, conservando essa atitude até chegar ao alcance da lança. Então, erguia-se na sela e combatia com vantagem em meio à desordem provocada pelo ataque tumultuoso.

Mello Rego, 1892 (citando Southay, 1906, p. 185-186) narra que esses índios não usavam estribo. Faziam de ucratá - fibras que se assemelham ao linho -, cordas, rédeas e cabrestos. Montavam sem sela, com destreza e agilidade excedidas pelos circos europeus da época, que apresentavam peripécias equestres. Quando fugiam dos espanhóis, mudavam a forma de cavalgar estendendo-se de comprimento sobre o dorso do animal, ao longo da lateral ou debaixo da barriga de cavalo segurando a rédea no dedão do pé. Tudo isso faziam em fuga, por temer as armas de fogo com que eram ameaçados.

Boggiani, 1892 (1945, p. 134-272) registrou sua primeira visão de pessoas Kadiwéu dirigindo uma embarcação típica chamada "catohivéu"¹¹. Era jovem, alto, direito e bem formado, de porte sério e repousado, remava de pé sobre a proa acompanhado de um velho igualmente muito bem formado, de linhas que indicavam pureza de sangue. Fisicamente eram geralmente altos, delgados e bem proporcionados, com traços algumas vezes muito finos e cheios de nobreza. Tinham por costume depilar todos os pelos do corpo e do rosto, incluindo pestanas e sobrancelhas. Essa característica os levava a chamar os europeus de "avestruzes" por terem pelos em todo corpo. Também tinham¹² os dentes superiores, de um canino a outro, dando lhes uma forma triangular, como uma serra.

⁸ Domavam os cavalos na água como forma de proteção às quadras. Consavam os animais até espumarem, quando então estes respondiam com precisão ao comando. Debret, 1758-1848 (1978, p. 82-86).

⁹ Atos que devem ser aprendidos para uma correta execução. Um alto grau de destreza requer precisão espacial e temporal. Johnson, In: Confield, 1995 (p. 18).

¹⁰ Mesmo que *orientação cinestésica*, ou seja, "a capacidade de saber perfeitamente qual a posição do corpo ou parte do mesmo, em relação aos objetos e às coisas do meio ambiente. Uma das diferenças que pode ser encontrada tem relação com a tonicidade dos músculos que participam da ação, dado que o grau de contração dos grupos musculares informa ao sistema nervoso central como a tarefa está sendo realizada", Gallardo, 1997 (p.41). Para uma maior proximidade da descrição de Debret sobre os Kadiwéu em ação, acrescentamos o termo *expressão corporal*, como uma capacidade regulada pelo ambiente social, tendo a criatividade um significado especial. Gallardo, 1997.

¹¹ Escovada num só tronco de árvore. Era rebocada pela canoa, podendo atuar como auxiliar levando trastes e provisões que não coubessem na embarcação maior. Boggiani (p.61).

¹² Hábito talvez de origem dos negros, segundo Boggiani.

Colim, in: Boggiani, 1892 (1945, p. 269) retoma a descrição sobre a fisionomia severa dos Mbayá, denotando um caráter independente, irrequieto, amante da liberdade mais que a riqueza aparente. Eram generosos, fiéis em manter as promessas, solidários e harmoniosos entre si, mas, desprezavam os estrangeiros. Seu caráter e costumes apresentavam sinais de uma vida nômade profundamente arraigada. Diferente dos homens, as mulheres cavalgavam usando duas almofadas de palha sobre as quais as "donas" e as mães idosas estendiam uma coberta ornada com conchas e contas brancas e azuis. No cavalo eram presas uma correia de peles ou de cabelos de mulher de onde saíam dois outros cordões que serviam de rédeas. A cabeça do animal era ornada de contas, plaquinhas de cobre, prata e siminhos.

RITOS DE PASSAGEM ENTRE OS MBAYÁ-GUAICURU E KADIWÉU

Corriam à vontade pelos pradós. Os meninos ficavam sem roupas como os pais e as meninas portavam umas mantas, ou "xiripá", roupa tradicional composta por um longo pedaço de tecido (Dona Durila, relato oral/1998). As crianças eram curiosas e tinham facilidade para registrar o que lhes era explicado. Desejavam saber música, pintar, ler e escrever, admiravam-se com as gravuras, com os instrumentos musicais e com as letras mostradas pelos missionários. As mães apenas as deixavam ao seu lado durante a infância depois, ao crescerem, *descuidavam-se* deles. Até os 12 anos eram extremamente amorosos, jamais corrigiam travessuras, nem lhes falavam de modo que as palavras lhes servissem de controle. Quando os filhos chegavam à idade em que podiam ajudar seus pais, estes eram deixados ao seu livre arbítrio. Um jovem Guaicuru vivia de acordo com sua vontade. Sánchez Labrador, 1770 (1910, p.295).

Para as crianças nascidas na categoria dos nobres havia "festas" descejo do recém nascido um futuro glorioso em todas as fases do seu crescimento: *desmame*, primeiros passos, participação nos jogos e várias fases da puberdade de ambos os sexos. Para os da categoria dos cativos, o bebê nascido na mesma data da criança com linhagem era tomado geralmente como "irmão". Hoje os Kadiwéu falam desse "irmão" como sendo o "capanga" dos guerreiros mais nobres ou, para os não-índios, equivalente a um "campeão", aquele que quando menino participava como parceiro dos jogos de luta corpo-a-corpo, os quais faziam parte da formação do guerreiro e na puberdade ia à frente das batalhas.

Palava do guerreiro, antigamente falava. Eles ensinavam como é que a gente guerreava porque, como dizem, tem o "capanga" dos Kadiwéu. Todos os índios têm seu "capanga". O velho meu pai diz que não somos dessa parte, negócio de "capanga". Porque "capanga", quando guerreava, era ele que ia na frente, ele não corria, tinha que esperar. Sr. Libânio Soares (relato oral, cacique Kadiwéu, 1998)

No nosso costume esse "campeão" que vocês falam deve ser esse tal de "capanga" que ele ia na frente, ele ia matando. Uma mulher não era capanga, tinha aquele próprio mesmo para capanga, tinha coragem para qualquer coisa, ele brigava até dentro d'água e não morria. Tinha alguém que treinava eles. Eles treinavam sim porque os índios Kadiwêu pegavam outro índio, o Chamacoco, para irmãozinho dele, para treinar de dar soco, brigar e pular e tudo. Então quando eles iam brigar por aí com outros índios eles levavam ele na frente armado com flecha. Porque ele chegava primeiro que o povo dele, ali ele estava com a vida amassada porque ia na frente. Era corajoso e não matavam um, escapavam de tudo, Dona Graciána (relato oral, 1998).

Havia a "festa de ensaio para ser homens", envolvendo o sexo masculino com idade de 12 a 16 anos e, posteriormente, havia a "festa dos rapazes", para jovens maiores de 16. Na cerimônia para ser homem valiam-se da sangria, realizada pelo Pajé. Pintavam-se, o tambor tocava a noite toda e o dia seguinte até o por-do-sol. Antes do por-do-sol o Pajé tomava um instrumento pontiagudo feito de osso de animal e os furava em várias partes do corpo, inclusive nos genitais¹³. O jovem sangrava e pluvava com serenidade seu sangue. Com isto o *Nigienigí* (Pajé) apropriava-se do corpo do rapaz, deixando-o marcado na categoria de homem, Sanchez Labrador (p. 8, parte terceira, capítulo IX).

Para as jovens havia a "festa da moça" celebrando a puberdade das adolescentes. Vestiam a jovem com um "xiripá" envolvendo o corpo abaixo das axilas. O rosto, ombro e braços eram pintados e em seu pescoço eram colocados todos os colares possíveis. Depois da festa podiam casar ou não, algumas preferiam acompanhar os guerreiros nas aventuras servindo-lhes de escudeiras, pagens e de amantes Lévy Strauss (p.227).

A festa da moça é sistema dos antigos, a moça fica trancada o dia inteiro sem comer, se tiver alguma coisinha, uma batata assada, fermentada, daí ela come, se quiser depois ela pode casar ou ficar solteira, Dona Graciána, (relato oral, 1998).

Embora a resistência à dor e às marcas deixadas no corpo durante os rituais para ser homens ou na "festa da corrida e da sangria", forma ritualística de incorporação de novos guerreiros, na qual também se submetiam à perfurações como prova de valentia; os castigos físicos ordinários, como os aplicados nas crianças da sociedade não-índigena de forma geral, eram considerados entre os Mbayá-Guaicuru como atos sem piedade, *viam*

¹³ Ritual mencionado por Claviers, 1990 (p.123-131)

esse tipo de correção entre os espanhóis como desamor pelas crianças. Sanchez Labrador, 1770 (p. 293).

Aparentemente incompatível com o carinho com que tratavam as crianças, cabe ressaltar que a maioria delas eram compradas ou roubadas, trazidas das guerras travadas com todas as nações vizinhas e que os davavam em alta consideração. Dos 2.000 índios que viviam dependentes na região adjacente ao Forte Coimbra/MS, em 1801, 500 eram Guaná e seus filhos estabelecidos entre os Mbayá-Guaicuru como cativos ou por casamento; outros 500 eram Chamacoco adquiridos naqueles últimos 5 anos. Uns 800 eram um composto de Boróros, Chiquitos, Cayapós, Cayubab, alguns Negros, Caborés, bastardos e seus filhos e netos. Talvez 200 eram verdadeiros Guaicuru, Almeida Serra, 1801, p.210-211).

As "festas", comuns na vida da comunidade, eram repletas de brincadeiras, jogos de luta, muitas vezes com predomínio de uma conduta desafiante, corajosa, belicosa, permeada por um condicionamento físico excelente, onde as condições de saúde contemplavam boa alimentação, vida afetiva satisfatória, bom humor e disponibilidade de tempo para a organização estratégica, que fez jus à fama de conquistadores e guerreiros temporariamente resistentes aos europeus - portugueses e espanhóis -, já detentores de armas de fogo.

No século XIX o processo de sedentarização territorial culminou com a fixação do grupo na Reserva onde vivem atualmente. O estreitamento das relações de contato com a sociedade envolvente levou-os, nas últimas duas décadas, a construir o prédio da escola e solicitar aos órgãos responsáveis a manutenção da mesma. Estas mantêm uma estrutura formal devido à vinculação aos órgãos públicos, entretanto o que se passa nas salas-de-aula ainda não foi estudado em profundidade. As comemorações de datas cívicas nacionais organizadas pela escola também envolvem a comunidade. Embora algumas pessoas se posicionem quanto ao dever da escola em ensinar valores significativos, são as "festas da cultura", como dizem, que ainda mantêm o caráter didático e de socialização dos mais jovens.

Contemporaneamente várias práticas tradicionais ficaram em desuso, entre elas a figura do guerreiro e conseqüentemente as formas de educá-lo. A geração passada lamenta as transformações culturais do presente, entretanto mantém com tenacidade valores do passado, por exemplo: a língua Kadiwêu ainda é falada pela grande maioria; a memória oral é repassada inclusive para os mais jovens, embora ao primeiro contato estes afirmam não saber quase nada; Siqueira Jr. (1993); as técnicas da pintura nas cerâmicas passaram por um período de decadência e agora estão em processo de aprimoramento após o incentivo gerado pelo trabalho de pesquisa do historiador Siqueira Jr.(1993); as meninas, principalmente, reproduzem os desenhos geométricos e curvilíneos em papel e nas cerâmicas produzidas na escola ou em suas próprias casas; o mesmo ocorre com o arco-e-flecha, confeccionados em diversos tamanhos pelos meninos e em permanente exposição na escola; o jogo da mandioca, mantido como "jogo da cultura" teve a participação dos homens e das crianças, durante a festa de 7 de setembro de 1998; a "dança do bate-pau",

a "festa do bobo" e a "festa da moça" são os elementos mais significativos da cultura ainda vivos. Esta última é a que mais referências recebe como "não pode acabar", embora reclamem que hoje custa muito dinheiro realizá-la (observações e pesquisa de campo, 1992-1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização estratificada etnicamente, muito mais acentuada no século XVIII, teve no *herói guerreiro*, (...) o *ideal máximo da cultura* (Ribeiro, 1979, p.20) um dos eixos de sustentação da identidade do grupo. O crescimento e desenvolvimento das crianças eram cercados de *cuidados extremados* em todo período da infância, porém, paradoxalmente, na puberdade era *grande o descuido* (Sánchez Labrador, p.293), o que sugere a entrada ao processo de formação do guerreiro.

Na puberdade, os jovens do sexo masculino que tivessem os dotes da coragem estariam inseridos num aparato ambiental e sociocultural suficientemente sólido para o desenvolvimento da condição física e de outros atributos que garantissem a segurança de todos, consolidada na categoria de guerreiros. Estes não mais existem nos dias atuais, as sangrias foram abandonadas e Ribeiro (1948) in: Siqueira Jr.(1993) menciona somente a escarificação curativa, realizada eventualmente pelo Xamã. O ritual feminino realizado na festa da menina-moça perdura até os dias atuais e sugere ser um dos elementos de maior força enquanto identidade do grupo.

A índole de soberba ainda perdura com menor intensidade, caracterizando-os como tenazes batalhadores pela autonomia do território e de outros direitos. As peripécias com o cavalo foram transformadas em jogos com corridas e a utilização do cavalo restringe-se ao território. Os esportes, principalmente o futebol, foi assimilado pelo grupo.

FONTES ORAIS

DOMINGOS SOARES, 88 anos, "filho querido", índio Kadiwéu morador na Aldeia Bodoquena.

LIBERDITO ROCHA, 65 anos, cacique geral da Aldeia Bodoquena, da linhagem Kadiwéu.

GRACIANA BATISTA, 55 anos, filha de Kadiwéu, moradora da Aldeia Bodoquena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco Farecer. Sobre o adocamento dos índios guaicurus e guanáes, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. RTHG/ tomo sétimo, segunda edição, p.204-208, 1866.

BOGGIANI, Guido Os Caduveos. Livraria Martins Editora/SP, (1892) 1945.

CANFIELD, Jefferson O Movimento Hamano: conceitos e uma história. Santa Maria, JTC Editor, 1995.

CLASTRES, Pierre Da Tortura em Sociedades Primitivas. In: A Sociedade Contra o Estado. Francisco Alves, 1990, p.123-131.

DEBRET, Jean Baptiste Os Guaicurus. In: Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1768-1848, Editora Itatiaia de Belo Horizonte e EDUSP, 1978.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez (Coord.) Educação Física – Contribuições à Formação Profissional. 2ª edição, Editora UNIJUI, 1997.

HEMMING, John Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians, 1500-1760, Cambridge, Massachusetts, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude Caduveo. In: Tristes Trópicos, Lisboa, Ed. 70, 1945.

MELLO REGO, Gel. Francisco Raphael O Forte De Coimbra – sua fundação e os acontecimentos que com ela se relacionam. RTHG/ tomo LXVII, parte I, p.171 –215, 1906.

RIBEIRO, Darcy Kadiwéu. Ensaio Etnológico sobre o Sabe, o Azar e o Buloze. Petrópolis, Vozes, 1980.

ROCHA FERRERIA, Maria Beatriz Apudão Física Numa Abordagem Antropológica. In: Revista de Educação Física e Desporto Artus, v.16, No 24, p.95-100, 1993.

RODRIGUES DO PRADO, Francisco História dos índios Cavaleiros ou da Nação Guaycuru. In: Revista Sociologia, vol. XIII, p. 93-109, 1951.

SÁNCHEZ LABRADOR, P. José El Paraguay Católico. Imprensa de Coni Hermanos, Buenos Aires, 1º livro (1770), 1940.

SIQUEIRA JR., Jaime Garcia Essé Campo Custou o Sangue de Nossos Avós. A Construção do Tempo e Espaço Kadiwéu. USP, São Paulo, 1993 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Lécio Gomes História de Uma Região: Pantanal a Corumbá, Editora Resenha Tributária/SP, 1973.

LUDISMO E CULTURA: os processos semióticos da função reguladora na atividade lúdica em Freud, Vygotsky e Piaget

Norilda Teatônio de Castro¹

INTRODUÇÃO

Embora havendo enfoques diversificados e variações nos aspectos enfatizados no estudo do ludismo, os trabalhos encontrados dizem respeito preponderantemente a três preocupações básicas referentes: - à natureza do fenômeno, que pode ser resumida em duas teses básicas e em oposição uma à outra: o homem brinca devidos aos seus instintos, ou o homem brinca porque é um ser social e pertence a uma civilização com práticas lúdicas; - às origens ontogenéticas e sociais da atividade lúdica; - e ao papel ou função que o lúdico desempenha na vida do indivíduo e no âmbito social (Huizinga, 1938; Callois, 1958; Benjamin, 1928; Brougère, 1995; Oliveira, 1983).

Neste trabalho procuraremos enfatizar a atividade lúdica como função reguladora, isto é, como uma atividade que permite ao ser humano exercer alguma modificação ou influência na realidade circundante; neste sentido estaremos abordando o lúdico como um meio, e não como uma atividade que tem um fim em si mesma. Ao fazer isto estaremos tratando o fenômeno em um dos campos de estudos já existentes e mencionados acima: aquele que enfatiza o papel e a função que o lúdico desempenha na vida do indivíduo e no âmbito social. Na verdade a função reguladora da atividade lúdica diz respeito justamente à utilização do lúdico pelo sujeito como a chave, portão instrumento, da porta de entrada para a cultura e para os signos socialmente compartilhados. Os aspectos semióticos exercem aí um papel fundamental e por isso serão especialmente enfatizados.

Brougère (1998), em seus estudos acerca das representações sociais do ludismo, localiza no Romantismo a origem da concepção da atividade lúdica como instrumento, quando a oposição entre ludismo (até então sinônimo de frivolidade e inutilidade) e seriedade se desfaz. A vinculação do lúdico com a arte e a infância inauguram um novo campo em que a frivolidade da atividade lúdica considerada própria da infância é captada pela Pedagogia e passa a ser um instrumental da educação infantil. À atividade

lúdica, considerada como meio de manifestação das peculiaridades e espontaneidade da vida infantil, é creditada, desde então, uma função cultural.

Dentre os autores que beberam da fonte do romantismo e que mais influenciaram o pensamento dos educadores e psicólogos brasileiros estão Freud, Vygotsky e Piaget. Eles apresentam divergências entre si, entretanto há uma convergência entre eles no que diz respeito às suas abordagens do fenômeno do ludismo: os três interpretam o surgimento da atividade lúdica na ontogênese como uma função reguladora que vem possibilitar à criança uma participação na rede de trocas sociais da comunidade e sociedade em que vivem.

Na verdade muito já se produziu depois e a partir do pensamento destes autores, e muitos de seus discípulos às suas idéias acrescentaram ou delas em algum grau divergiram, no entanto é neles que vamos nos deter neste trabalho, por considerá-los matrizes que deram origem às idéias que circulam, hegemonicamente, no estudo do ludismo pelos autores brasileiros.

Reiterando, nosso objetivo neste trabalho é apontar os processos semióticos na abordagem da atividade lúdica enfocada como função reguladora entre o sujeito e o real em Freud, Vygotsky e Piaget.

FUNÇÃO REGULADORA NA ATIVIDADE LÚDICA: FREUD, VYGOTSKY E PIAGET FREUD

A primeira menção de Freud (1905) ao ludismo aparece como uma hipótese acerca da origem de satisfação sexual na ação motora, seja de forma passiva: "agitação ritmada do corpo", o que bem explicaria a insistência infantil na repetição de atividades tais como balançar, serem jogadas para cima, passeios de carro, viagens de trem etc.; quanto ao exercício muscular ativo: lutas físicas, brincadeiras ruidosas etc. O argumento utilizado a favor desta hipótese se apoia no depoimento de pessoas que afirmam ter-se dado conta dos primeiros sinais de excitação sexual genital quando, em criança, brincavam de maneira ruidosa com seus pares. Mas se o movimento, ativo ou passivo agrada a muitos, a outros tantos desagrada. Neste caso a satisfação sexual estaria sob efeito da repressão, e se manifestaria como repulsa ou desagrado.

Neste trabalho de Freud (1905) a compreensão do lúdico está sustentada na motivação pulsional. A má compreensão da idéia de pulsão em Freud, muitas vezes confundida com a noção de instinto biológico por alguns autores, levou-os a uma leitura errônea e à conclusão indevida de que Freud abordava o fenômeno sob uma perspectiva naturalista. Adiantamos que a noção de pulsão não está desconectada de um contato com a realidade, melhor, da função semiótica de interpretação de eventos, fatos e coisas, porque, mediante uma interpretação da realidade pelo sujeito, a pulsão sofre vicissitudes tais como recalque, repressão, inversão no seu oposto, sublimação... (Freud, 1915). Queremos por enquanto apenas alertar que a retificação de naturalista impingida à compreensão freudiana da atividade lúdica é equivocada.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC/SP - Docente no Departamento de Psicologia da Unifenas - Docente no Departamento de Psicologia das Faculdades Integradas Newton Pavao. Endereço residencial: Rua Paulo Osvaldes, 122/101, Perdizes, São Paulo-SP, CEP 05005-010. E-mail: norilda@voil.com.br

Em *Escritores Criativos e Devaneios* Freud(1908:149,150) compara o fantasiar, imprescindível à criação literária e artística em geral, ao brincar e jogar, prerrogativas consideradas próprias, pelo menos neste trabalho, da vida infantil. O brincar da criança se encontra imbuído de toda seriedade e emoção, a criança se utiliza de objetos e contextos da vida cotidiana para construir suas brincadeiras. Ao afirmar que o oposto da brincadeira não é o sério, mas a realidade, o autor caracteriza a atividade lúdica como ficção, mas uma ficção transitiva à realidade e não em oposição a esta. A criança pega elementos da realidade, utiliza-os na brincadeira transformando-os, sem ignorar que aquela transformação é "um faz-de-conta" temporário, o caráter de ficção mencionado pelo autor não perde a realidade como referência, pelo contrário, nela se inspira para transformá-la, a criança "gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas visíveis e tangíveis do mundo real" (Freud,1908:152)

Fenômeno semelhante ocorre na produção do escritor, suas fantasias são igualmente distintas, porém extensivas à realidade que o cerca. O brincar da criança, a fantasia do escritor e o prazer que o leitor dela retira remontam a uma fonte única: "de uma liberação de tensões em nossas mentes" (Freud,1908:151) O homem tenta recuperar o prazer obtido na atividade lúdica quando criança, no seu fantasiar de adulto, assim, aquilo que lhe é penoso na vida real, metamorfoseado em assunto literário, representação teatral, humor, ou numa fantasia retificadora, pode se lhe apresentar tolerável ou até mesmo prazeroso. Embora o fantasiar do adulto e o brincar da criança tenham origem em uma mesma origem- a realização de desejos-, suas manifestações tomam caminhos às vezes opostos; o adulto parece encontrar motivos para ocultar seus desejos e assim oculta suas fantasias, revelando-as somente em circunstâncias socialmente engendradas para tal: produção ou assistência de manifestações artísticas ou humorísticas, festivais etc. Estas manifestações trazem muitas vezes conteúdos e elementos que na vida real seriam repudiados. A criança, ao contrário, ela ainda não se envergonha de seus desejos, ela tenta satisfazê-los na brincadeira.

Neste texto já aparece claramente a função reguladora da atividade lúdica: o brincar funcionaria como mediador entre o desejo do sujeito e a realidade que restringe sua realização, mas o aceita sob os auspícios do lúdico. Se a manifestação explícita da sexualidade infantil é socialmente proibida, ela se disfarça de "brincadeira de médico" ou até um brincadeiras ruidosas de movimentação, numa realização de sexualidade auto-erótica. Cumpre também assinalar que o lúdico não é concebido por Freud dentro de uma perspectiva desenvolvimentista do tipo: brinca-se enquanto criança para se adquirir determinadas capacidades físicas, conceituais, ou lógicas. Freud tratou de pautar a atividade lúdica sobredeterminada pelas pulsões e suas resultantes tentativas de realização de desejos e que, por consequência, não cessam com a passagem da infância para vida adulta, mas acompanham o sujeito ao longo da vida.

Poderíamos pensar que a atividade lúdica está sempre remetendo o sujeito a um momento, ou pressionando-o para o passado e está, mas não apenas isso, Freud(1908:153) faz questão de frisar os três tempos em que "a idealização" se desdobra: há

um elemento da realidade presente que mobiliza um aspecto dos desejos daquele sujeito, este elemento é associado a uma lembrança ou "imagem recalçada" de uma experiência anterior do sujeito, no passado, em que o desejo foi realizado, ou a situação foi interpretada como se assim o fosse. Esta associação permite a criação do devaneio, embora nele as marcas originais estejam obturadas. Em associação é remetida para uma realização fantasiosa futura: "vamos brincar de paga-paga?", por exemplo.

Em 1920 Freud estende as formulações anteriores apoiado nas observações de seu neto Erich com dezoito meses. A criança repetidamente jogava um carretel amarrado a uma linha fazendo-o desaparecer e logo em seguida fazia-o retornar. Esses movimentos eram acompanhados das exclamações *fort e da* respectivamente, e a criança parecia experimentar grande satisfação, principalmente com o uperecimento do carretel. Da troca de opiniões com a mãe da criança Freud concluiu que a brincadeira era uma dramatização de uma situação vivida pela criança: os afastamentos e ausências da mãe e seus retornos, mesmo porque a mãe da criança contava que as exclamações que acompanhavam a brincadeira significavam *fora(fort)* e *aqui(da)*.

Freud interpreta a brincadeira como renúncia ao objeto(mãe)-renúncia da satisfação pulsional- e ressalta que algo é construído em substituição: a brincadeira. Para Freud a criança entra na cultura mediante uma falta, renúncia de uma finalidade pulsional e uma criação que a substitua, a brincadeira, socialmente compartilhável.

Neste sentido o lúdico adquire estatuto de signo, porque emerge através de uma ausência. Merrell(1983:19) ao afirmar que o signo é algo que aparece no lugar de uma outra coisa, concebe-o no terreno da ficção, porque, não existindo na natureza, é criado no lugar de algo- "como se", o que implicaria em algum nível de construção mental do sujeito e no seu reconhecimento de um mundo real em oposição àquele construído no "como se".

Na moldura desta compreensão de signo, a atividade lúdica descrita por Freud(1920) se insere como signica: a brincadeira foi construída sobre uma ausência como substituta de uma outra coisa(o investimento pulsional naquele objeto), o que leva a crer que a criança em algum grau reconhecia as dificuldades da realidade circundante, isto é, reconhece em algum grau os signos socialmente compartilhados- entrara na cultura

VYGOTSKY

Vygotsky foi um dos mentores intelectuais nas áreas de Psicologia e Pedagogia na abordagem sócio-histórica, cujas raízes se encontram no materialismo histórico, dedicou-se ao estudo das funções psicológicas superiores- os mecanismos psicológicos mais sofisticados, aqueles que diferenciam o homem dos animais: "o controle consciente do comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e do espaço presentes" (Oliveira,1993:26) Mas que mecanismos psicológicos seriam considerados superiores? Aqueles que se diferenciam das ações reflexas, automatizadas ou associações simples entre situações; tais como a capacidade voluntária de

pensar em objetos ausentes, imaginar situações nunca antes experienciadas, planejar ações futuras etc.

A compreensão vygotskiana do funcionamento mental substituiu o processo pavloviano estímulo-resposta por uma "interferência": a mediação, que complexifica o processo. Assim, a relação homem-realidade, a atividade do homem no mundo e sobre as coisas, não ocorre de maneira direta, mas mediada por instrumentos que facilitam ao ser humano conduzir voluntariamente suas atividades. Os instrumentos seriam os "facilitadores" da verdadeira ação almejada por Vygotsky, que nada mais é, devido à filiação marxista do autor, o trabalho, cuja execução depende de ações que transformem a natureza por ambos os meios: o da criação e utilização de instrumentos, e o da ação coletiva - a necessidade de reunião de "forças" humanas para a execução de ações transformadoras.

A função mediadora dos instrumentos está voltada para o "exterior" do indivíduo, sua função é provocar modificação nos objetos "externos"; por as mudanças "internas" o indivíduo utiliza "instrumentos psicológicos" - o signo. A semelhança básica entre signo e instrumento se apoia no aspecto de que ambos exercem função mediadora, a diferença entre um e outro se caracteriza pelas maneiras diversas como cada um orienta as condutas humanas. O instrumento direciona a atividade sobre os objetos "externos", modificando-os, enquanto o signo funciona como um mediador "interno" e dirige "o controle do próprio indivíduo" (Vygotsky, 1930a:62).

A formação do signo na ontogênese é um processo lento, inicia-se com o uso de signos externos e, gradativamente, mediante as atividades socialmente compartilhadas o indivíduo adquire os sistemas simbólicos ("organizadores de signos em estruturas complexas e articuladas, próprios das atividades mentais superiores") (Oliveira, 1993:34).

Para Vygotsky (1930b) o brincar ainda não é simbólico, porque se situa num estágio de transição entre o estágio da primeira infância, em que a atividade está subordinada às circunstâncias correntes e os incentivos à ação ainda são subsidiados pelos objetos externos; e o estágio da atividade cognitiva adulta, não subordinado às situações correntes nem aos objetos circundantes, mas ao sistema simbólico, internalizado. Só se admite, numa concepção vygotskiana, que um indivíduo opera com sistemas simbólicos ou possui atividade mental superior, em um estágio ontogenético mais evoluído, quando aparece o significado - que sintetiza a união entre pensamento e linguagem.

A capacidade de significar garante a interpretação da percepção de um objeto para além da simples percepção de formas e cores, "os seres humanos não vêem meramente alguma coisa redonda e branca com dois ponteiros; eles vêem um relógio" e sabem o que fazer com ele (Vygotsky, 1930b:111). Na criança muito pequena a motivação para agir está estreitamente vinculada à percepção, a força determinante das ações da criança se encontra nos objetos circundantes. A manipulação dos objetos não é considerada atividade lúdica, mas "exercícios elementares para operar com as coisas" ou reações orientadas para a aquisição de alguma habilidade, a de segurar um objeto, por exemplo, o que lhe facilitará outras aquisições e realizações de tarefas futuras (Elkonin, 1978:152). Na relação objeto-significado, o objeto, no contexto acima citado, tem a primazia sobre o significado.

A atividade lúdica se iniciaria a partir do momento que a criança desvincula da percepção do objeto sua motivação para agir. A peculiaridade da atividade lúdica em relação às outras atividades se encontra na criação de uma situação imaginária, em que a criança aprende a dirigir suas ações mediante motivações internas, cognitivas, ao invés de aderir à percepção motivada pelos objetos externos.

Aqui Vygotsky vincula o início da atividade lúdica à interpretação da realidade, nem que seja uma "interpretação rudimentar", uma vez que ele não admite ainda a existência de operações simbólicas neste estágio de desenvolvimento. Pode-se dizer que a atividade lúdica para Vygotsky surge quando se inicia algum nível de controle interpretativo do sujeito sobre os objetos que o cercam. Neste momento, na relação objeto-significado, o significado tem primazia sobre o objeto: "No momento crucial em que, por exemplo, um cabo de vassoura torça-se o pivô da separação do significado "cavalo" do cavalo real, essa razão se inverte e o significado passa a predominar, resultando na razão significadobobjeto" (Vygotsky, 1930b:112).

O que nos chama a atenção neste trecho do texto de Vygotsky é seu reconhecimento de que o momento desta operação "é crucial". Ele reconhece que o início da atividade lúdica inaugura uma nova posição cognitiva do sujeito e que esta altera sua luta com a realidade.

Não é de se estranhar, que Elkonin, em contato com o pensamento de Vygotsky, criticasse a procedência da vinculação entre atividade lúdica e função simbólica em Freud. Para os autores de tendência sócio-histórica não é função simbólica aquilo que, para Freud e alguns semioticistas, já o é: "a operação com significados desligados dos objetos e ações aos quais estão habitualmente vinculados" (Vygotsky 1930b:112). Não é nosso objetivo discutir a adequação ou não das concepções semióticas de Vygotsky, mas apenas chamar a atenção para o aspecto de que, mesmo não admitindo o caráter simbólico do uso de um objeto "como se" fosse outra (uma operação de substituição de função semiótica, portanto, que permitiu, em algum momento, uma vassoura "ser transformada" em cavalo) ele atribui à atividade lúdica uma transitividade nas determinações das ações. Se antes do advento da brincadeira o objeto era o determinante das ações infantis, à medida que a "competência lúdica" vai se desenvolvendo, a criança vai determinando o significado para o objeto e vai agindo de acordo com o significado atribuído. A criança muda de posição, passa a ser sujeito de suas ações, mesmo que esta ação tenha fronteiras mais ou menos estabelecidas, de maior ou menor amplitude. Já já existe uma função reguladora, uma maneira do sujeito alterar sua realidade.

Em Freud a atividade lúdica infantil é criada para mediar a convivência com o real - necessidade de dominar uma situação real -, esta é ficcionalmente modificada em função de um desejo que a ela se contrapõe. A crítica de Elkonin (1978:106) quanto ao fato da criança brincar ou não diante da mãe perde o sentido na perspectiva freudiana, porque nesta se considera que a criança já está operando com signos em algum aspecto e, estando a mãe presente ou não, a criança já luta em termos semióticos com suas ausências.

Há pela uma penetração do real na atividade lúdica, seja pela restrição dos significados aos aspectos físicos dos objetos, seja na ação real da criança sobre os objetos em situações reais. O que parece difícil na perspectiva sócio-histórica é como explicar a existência de uma atividade cujos resultados não são perseguidos *a priori*. A aparente falta de objetivos utilitários na atividade lúdica, tanto na execução das ações em si próprias, como também na falta de fins a serem alcançados com as mesmas, é que se apresenta como paradoxal aos observadores sócio-históricos. Assim, só restaria a compreensão do lúdico, e com uma grande coerência no que concerne seu princípio epistemológico, como **zona de desenvolvimento de proximal**, onde o adulto desempenha um papel pedagógico crucial na transmissão ou orientação do aprendizado da execução de ações e construção de sistemas simbólicos pela criança.

Nessas bases Vygotsky postula que o brincar é o "*caminho da abstração*", porque o exercício da atividade lúdica gradualmente propicia:

-a subordinação das ações à situação real e aos objetos concretos começa a ceder à subordinação ao significado;

-a criança apreende uma noção funcional de conceitos e coisas, "*as palavras passam a se tornar parte de algo concreto (...lida com os significados como se fossem objetos*". (Vygotsky, 1980b:113);

-a criança adquire maior auto-controle. Ela segue o caminho mais fácil das atividades em geral: a lúdica. Ao mesmo tempo que, paradoxalmente, a criança se submete às regras da brincadeira, o que lhe exige renúncia dos impulsos imediatos; ela exerce seu auto-controle ao realizar o complicado mecanismo de restringir os impulsos imediatos em função das regras e, para permanecer na brincadeira, transformá-los em desejos.

O prazer de submissão às regras é questionável, entretanto não se pode negar que de sua subordinação possa advir um prazer secundário, derivado: o da inserção social-sentimento de pertença a um grupo de semelhantes e a um lugar no conjunto social. A restrição dos impulsos imediatos, afinal de contas, não é gratuita, tem função de troca. No caminho para a abstração que é o brincar para Vygotsky, ele localiza a criança na inserção cultural, no terreno das trocas simbólicas, exatamente como sugere Lacan (1996:140).

Uma premissa intrigante da perspectiva sócio-histórica reside na consideração da atividade lúdica como especificidade da vida infantil, além de que, Freud é, a partir dela, criticado pela não consideração das especificidades do lúdico. A questão da moção das ações humanas assentadas no desejo, incluindo aí a atividade lúdica, não cessa ao cessar a vida infantil; mesmo porque, para Freud, a aquisição de atributos cognitivos superiores não é necessariamente sinônimo de superação das pretensões infantis. O desejo acompanha o sujeito desde que ele se funda, isto ainda em terra infânica, e o acompanha ao longo da vida, o que implica que o adulto também brinca, mesmo que o faça à sua maneira peculiar. Todos brincamos, crianças e adultos, segundo a permissão das inscrições culturais nas quais nos encontramos.

Elkonin (1998) reconhece a reatenação infantil na manipulação de objetos, assim como na repetição da brincadeira como reações orientadoras, isto é, na zona de desenvol-

vimento proximal. Então admitir que a atividade lúdica é própria da infância, significa encarar as capacidades adultas completamente consolidadas? O que significa o jogo de cartas dos adultos que jogam o mesmo jogo de regras, uma partida atrás da outração reiterativa?, por exemplo?

PIAGET

As contribuições piagetianas acerca do desenvolvimento humano foram paralelas e resultantes de seu fim primeiro, a epistemologia genética. Assim, experimentos com crianças e suas conseqüentes descobertas, que tanto contribuíram para a Psicologia e Pedagogia, consistiam, do ponto de vista da empresa piagetiana, em instrumental para alicerçar os fundamentos da epistemologia genética. A idéia em de que a compreensão de como as crianças desenvolvem suas aquisições de conhecimento seria a chave da compreensão da epistemologia genética.

Para Piaget a função básica do organismo, a adaptação ao meio, requer dois mecanismos básicos: a acomodação- adequação do organismo com o fim de se ajustar às características próprias do objeto; e a assimilação- modificação dos elementos do meio para ajustá-los ao organismo. A adaptação do organismo ao meio ocorre nas bases do equilíbrio entre acomodação e assimilação (Flavell, 1975).

O que está na origem das capacidades adaptativas é a ação; as gêneses do sujeito e do objeto, só se realizam a partir da ação; primordialmente uma ação centralizada no próprio organismo, que, gradualmente, vai, através dos processos adaptativos, se descentralizando em direção ao objeto. A ação permite a continuidade entre os aspectos biológicos e os aspectos do pensamento, isto é, constitui-se no instrumento mediador através do qual o organismo entra em contato com os objetos e pode chegar a conhecê-los (Coll & Gillibron, 1993).

A ação inicial (reflexa), porém, não distingue os objetos exteriores, qualquer ação do bebê tendo a tomar o próprio corpo como o centro do universo e a ignorar a fonte de onde partem as suas próprias ações. Como bem afirma Piaget (1950:7), o bebê apresenta um "*narcisismo, sem Narciso*"; nesta fase do desenvolvimento não se encontra ainda coordenação interna entre as ações. Através das assimilações recíprocas as ações vão sendo, gradativamente, coordenadas entre si e formam conjuntos novos de ações: os esquemas (perceptivos, motores, prensão, manipulação etc.). Tais esquemas (sensorio-motores) são tão rudimentares, porém, a ponto de ainda não se coordenarem internamente para formarem um sistema.

Trata-se de uma "inteligência reflexa" nas suas origens que, mediante retenções, assimila e acomoda novos elementos, que acomodam e assimilam novos elementos e assim por diante, num processo contínuo de assimilação de esquemas novos a esquemas antigos, até que a criança alcance um nível de inteligência prática, inicialmente vinculada às situações e objetos reais, mas ainda pré-lógica. No intervalo onde predomina a inteligência prática, o período de desenvolvimento sensorio-motor (de 0 a 2 anos), a "*revolução copernicana*" ocorre na ontogênese, na operação de nascimento do sujeito. Esta diz

respeito ao descentramento das ações do próprio corpo, quando a criança passa a considerá-lo como um objeto dentre outros que ela também pode manipular: "...os progressos da inteligência sensório-motora levam à construção de um universo objetivo, onde o próprio corpo aparece como elemento entre os outros, e ao qual se opõe a vida interior, localizada neste corpo" (Piaget, 1964:19).

Uma outra característica da realização da inteligência nesse período, mais apropriadamente, no final do mesmo, é o surgimento da *imitação diferida* (imitação de objetos e coisas ausentes), contemporânea do surgimento dos símbolos lúdicos. Embora imitação e símbolo lúdico sejam opostos, o que à primeira vista parece paradoxal, acontece de ambos surgirem do mesmo esquema. Os esquemas não são excludentes entre si, nem invariantes, pelo contrário, a coordenação entre esquemas possibilita engendrar os sistemas. Além disso, todo esquema exige acomodação e assimilação; o que estabelece se uma atividade infantil é imitação ou brincadeira, diz respeito à relação interna entre a assimilação e acomodação no esquema, ou no conjunto de esquemas.

Mas então o que caracteriza a atividade lúdica na perspectiva piagetina? A primazia da assimilação. No período sensório-motor, antes da gênese da linguagem e do pensamento, a capacidade de fazer uso de conceitos, representações socialmente compartilhadas; quando a inteligência tem como unidade básica o esquema; caracteriza-se como atividade lúdica o ou os esquemas nos quais impem a assimilação pura.

A atividade lúdica como assimilação pura, isto é, na qual se encontram ausentes: primeiro, a adaptação às situações reais circundantes, e segundo, o objetivo de alcançar um resultado esperado; pode ser percebida em crianças ainda muito pequenas.

Até aqui apresentamos algumas concepções piagetianas da atividade lúdica sensório-motora, o que significa que a criança muito pequena já é capaz de brincar (quando há assimilação pura em um esquema aplicado), mas ainda não é uma brincadeira de caráter ficcional.

A criança começa a praticar a ritualização lúdica quando emprega combinações de esquemas conhecidos e começa a executá-las de maneira "*desadaptada das circunstâncias exteriores*" (Piaget, 1950:125). A ritualização lúdica vai propiciar uma aproximação do desenvolvimento na direção da aquisição do símbolo, porque permite à criança aplicar as combinações de esquemas conhecidos fora dos contextos em que eram até então efetuadas, e fazê-las emergir simbolicamente. Não existe ainda o "faz de conta" ficcional, pois a criança ainda não é capaz de aplicar as combinações de esquemas do ritual lúdico a novos objetos; ela ainda não desloca significações de um objeto a outro, nem separa, ao brincar, significante de significado ao brincar.

Na sequência do desenvolvimento, posteriormente ao ritual lúdico, surge o símbolo lúdico, mediante os esquemas simbólicos, como resultado de dois fenômenos de transição: -o da aplicação de esquemas a objetos da situação real à "*combinação mental*"; - e da passagem da imitação exterior (na presença do objeto) para a imitação diferida (imitação de coisas e pessoas em ausência). O símbolo lúdico, marca sua gênese então, mediante o aspecto ficcional: -a criança utiliza os mesmos esquemas anteriores,

mas agora aplicados a novos objetos; -os novos objetos são usados com o fim único de imitar ou aplicar os esquemas conhecidos, sem nenhum propósito utilitário aparente, nem um fim específico almejado.

Embora já se vislumbre nesse fenômeno a presença da representação, o símbolo lúdico, esta é uma representação individual, não compartilhada pela coletividade, ela tem o estatuto de significante, mas uma vez que seu significado não é compartilhado - não se trata de um signo -, perdura ainda o egocentrismo.⁷

Estas operações, a de construção do jogo simbólico, ocorrem entre dezoito e vinte e quatro meses, época coincidente com a descrição da emergência da atividade lúdica descrita por Freud. Para Piaget o jogo simbólico é individual, isto é, egocêntrico, por não utilizar completamente de aspectos semióticos culturalmente compartilhados (os signos), os significados atribuídos aos significantes (objetos) são de natureza individual.

O pensamento representativo tem seu início quando o significado se separa do significante, processo que começa com a imitação diferida e emergência do símbolo lúdico, que é uma imagem, portanto, um significante diferenciado do objeto. Se na inteligência sensório-motora o que vigorava era o "jogo de exercícios", na inteligência representativa o jogo simbólico toma a dianteira. A inteligência representativa encontra-se, entretanto, aquém do conceito lógico; assim, a imagem (utilizada no jogo simbólico e na imitação diferida), se situa entre o esquema sensório-motor (uso de indícios) e o pensamento lógico (uso de signos).

Com relação aos processos de acomodação e assimilação: -na representação cognitiva (pensamento lógico) os significantes são imagens reais ou representadas, os significados são acomodados aos significantes, há equilíbrio entre acomodação e assimilação; - no jogo simbólico os significantes e os significados estão à revelia da escolha do sujeito, há predomínio da assimilação sobre a acomodação.

Por que assimilar livremente o real ao eu? - pergunta Piaget (1950:213). Porque é crucial para o desenvolvimento das operações lógicas. Se no pensamento lógico há funcionamento equilibrado entre acomodação e assimilação, assenhoreamento cognitivo dos objetos do mundo pelo sujeito; o processo que a ele leva nem sempre mantém o equilíbrio constante, uma vez que a concepção piagetiana trabalha com a noção de sistema aberto. Assim sendo, para efetuar algumas operações (reversibilidade, conservação de valores etc) que ainda não se agrupam em sistemas, quando há flutuação no real, o pensamento da criança tende a flutuar em relação a três estados: equilíbrio breve entre acomodação e assimilação; -acomodações "renovadas", com tendência a oscilarem o equilíbrio antigo; -assimilação do real ao eu, estado de egocentrismo, onde o real é modificado para se adequar ao sujeito.

Na perspectiva piagetina a atividade lúdica serve a dois senhores:

- como caminho para as funções semióticas da linguagem do mundo objetivado coletivamente;
- como manifestação das singularidades interpretativas do sujeito, que o coletivo não consegue encampar.

FINALIZANDO...

O ponto de consonância entre Freud, Vygotsky e Piaget a respeito do lúdico se resume; embora cada tendência apresente incompatibilidades na compreensão do surgimento do fenômeno na ontogênese do sujeito, assim como também na explicação dos mecanismos de seu desenvolvimento; na consideração de que a atividade lúdica desempenha função mediadora, portanto reguladora, na criação de sentido das e nas ações reais circundantes.

No entanto quem é o sujeito desta atividade? Para Freud, o sujeito do desejo, o sujeito brinca para se tornar agente e sujeito criador no buraco da ausência do objeto de desejo que lhe escapa; da ausência nasce o signo que lhe permite operar numa realidade cultural resistente aos seus propósitos, mas não para dela fugir, mas para nela se inserir de forma culturalmente aceitável. Para Vygotsky o sujeito do instrumento, o brincar é um instrumento de aprendizagem dos signos socialmente compartilhados que permitirão uma ação transformadora na realidade em função das necessidades do sujeito e da comunidade em que este se encontra. Para Piaget, quem deveria brincar é o sujeito do conhecimento, mas o sujeito piagetiano do conhecimento também deseja. O sujeito lúdico piagetiano serve a dois senhores: às funções semióticas da linguagem do mundo objetivado coletivamente; à tentativa de realização de desejos inconscientes, propulsora da manifestação das singularidades interpretativas do sujeito, que o coletivo não consegue encampar:

Do ponto de vista do significado, o jogo permite ao sujeito reviver suas experiências vividas e tende mais à satisfação do eu que à sua submissão ao real. Do ponto de vista do significativo, o simbolismo oferece à criança a linguagem pessoal viva e dinâmica, indispensável para exprimir sua subjetividade intraduzível somente na linguagem coletiva. O objeto-símbolo, enquanto sucedâneo verdadeiro do significado, torna-o presente e atual a um grau que o signo verbal não atingirá jamais. (Piaget, 1950:214).

Finalizando, a breve discussão acima são conclusões hipotéticas em busca de interlocução e também propostas de questões a serem desenvolvidas em trabalhos posteriores...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter.(1928). Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. 4ªed. Trad: Marcos Vinícius Mazzari. São Paulo: Summus.1984.
- BROUGÈRE, Gilles. Brinquedo e cultura. Trad: Gisela Wajskop. São Paulo: Cortez.1995.
- _____.(1995). Jogo e educação. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas.1998.
- CALLOIS, Roger.(1958). Jogos e homens. Lisboa: Cotovia.1990.
- COLL, César; GILLIÈRON, Christiane, Jean Piaget: o desenvolvimento da inteligência e a construção do pensamento racional. In: LEITE, Luci Banks(org.). Piaget e a Escola de Genebra. 2ªed. São Paulo: Cortez.1992.
- ELKONIM, Daniil B.(1978) Psicologia del juego. Trad: Venancio Uribe. Madrid: Visor.1980.
- FLAVELL, Jean. A Psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. São Paulo: Pioneira.1975.
- FREUD, Sigmund.(1920) Além do princípio do prazer. In: Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud- vol.XVIII. Trad.(org.): Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.1976.
- _____.(1915) Artigos sobre metapsicologia. vol.XIV.
- _____.(1908) Escritores criativos e devaneios. vol.IX.
- _____.(1905) Três ensaios sobre sexualidade. vol. IX.
- HUIZINGA, Johan.(1938). Homo ludens- o jogo como elemento da cultura. 4ªed. Trad: João Monteiro, Mary Amazonas Barros. São Paulo: Perspectiva.1993.
- LACAN, Jacques.(1952). Función y campo de la palabra y del lenguaje en psicoanálisis. In: Escritos 2. Trad: Toma's Segovia. Madrid: Siglo Veintiuno. 1997.
- MERREL, Floyd.1983. Pararealities: the nature of our fictions and how we know them. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins B. V.
- OLIVEIRA, Maria Kohl.1993. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento- um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione.
- OLIVEIRA, Paulo.1983. A inocência do brinquedo. São Paulo: PUC/Ciências Sociais.(dissertação de mestrado).
- PIAGET, Jean.(1946) A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad: Álvaro Cabral, Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.1990.
- _____.(1950) A epistemologia genética. In: Os pensadores. Trad: Nathanael C. Caixeira, Zilda Abujamra, Celia E. Di Piero. 2ªed. São Paulo: Abril Cultural.1983.

(1964) Seis estudos de psicologia. Trad: Maria Alice M. D'Amorim, Paulo Sérgio L. Silva. 15ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

VYGOSKY, Lev S. (1930a) Internalização das funções psicológicas superiores. In: *A formação social da mente*. Trad: José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afonso. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

(1930b) O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: *A formação social da mente*. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

(1934) Pensamiento y lenguaje. In: *Obras escogidas II*. Trad: José María Bravo. Madrid: Visor, 1982.

ESPORTE E IDENTIDADE UNIVERSITÁRIA: a contribuição do basquete feminino para a história da UNIMEP

Paulo Henrique Cançiglieri¹

Este artigo procura mostrar a parte da história da equipe de basquete feminino na contribuição do desenvolvimento da Universidade, durante o período de 1979 a 1987. As citações, são entrevistas coletas e não publicadas em virtude de comporem parte da dissertação de mestrado em curso.

Em 1978, a cidade de Piracicaba estava abandonada ao esporte competitivo e através da iniciativa de alguns esportistas e professores da Universidade Metodista de Piracicaba, resolveram elaborar um projeto para melhorar esta carência, assim como a criação de uma estrutura esportiva, que até então não se tinha em nenhuma modalidade esportiva ou clube da cidade.

O projeto foi levado ao reitor da Universidade, Elias Boaventura, que o acolheu de imediato, pois este, além de objetivar o esporte na universidade segundo os moldes americanos, pretendia expandi-lo à periferia da cidade de Piracicaba.

Após assumir a reitoria, fui acionado pelo pessoal da Educação Física... e outros empenhados na organização do basquete, especialmente do basquete, até que chegamos a um primeiro time...

Tínhamos a preocupação de fazer o esporte chegar até a periferia, através das escolinhas do professor Rubens Braga².

Foi definida como uma Associação Desportiva Eclética, ligada a Universidade Metodista de Piracicaba, constituída de pessoas interessadas no desporto geral da cidade e tendo como finalidades estatutárias promover o esporte em Piracicaba, desenvolver a Educação Física em todas as modalidades esportivas, incentivar e praticar os desportos amadores e estabelecer convênios com organizações esportivas. Seu pavilhão e seus uniformes seriam nas cores marrom e laranja, tendo como destaque, o símbolo do logotipo da Universidade Metodista de Piracicaba.

¹ PPGE UNIMEP - Mestrado.

² BOAVENTURA, Elias em entrevista 27.07.1998.

No início foram organizadas equipes de Basquetebol, Voleibol, Xadrez e Atletismo, todas com modalidades masculinas e femininas. O objetivo inicial era de se utilizar os profissionais e atletas da cidade, muito deles funcionários da prefeitura e professores da universidade, que naquele momento estavam com suas funções normais em seus respectivos órgãos, mas não seriam sobrecarregados com o acúmulo de tal tarefa.

Seguindo este objetivo, as modalidades esportivas foram organizadas, sendo que o basquetebol feminino e masculino não seguiram esta proposta, pois já pertenciam ao Esporte Clube XV de Novembro de Piracicaba e seus atletas eram em sua maioria de outras cidades.

Em junho de 1979, assume como técnica da equipe adulta de basquetebol feminino Maria Helena Campos (Heleninha), auxiliada por Maria Helena Cardoso que preocupadas com o futuro da equipe, planejaram a massificação desta modalidade na cidade para o ano de 1980.

Nesta temporada a equipe se consagra Campeã do Troféu Imprensa, dos Jogos Abertos de Cabo Frio, dos X Jogos Regionais da Zona Leste em Itatiba, 6º lugar no Estadual, todos na categoria adulta e 3º lugar no Estadual da categoria mirim. Expositor Cristiano 2ª quinzena de Agosto de 83.

Ao contrário das outras modalidades esportivas e já com experiências anteriores, as técnicas e os dirigentes do basquetebol feminino, prevendo que tal projeto, dificilmente alcançaria êxito em todas as modalidades, fizeram campanhas para contratar a jogadora Paula, que naquele momento se encontrava em Jundiaí e era considerada a mais nova revelação no basquetebol brasileiro e a jogadora Vânia Teixeira, esta mais experiente e que seria o alicerce para a equipe nas quadras.

Nossa primeira idéia era levar a Paula e a Vânia Teixeira para puxar a equipe, que junto com aquelas que já tinham lá, a Marina, a Cecília e a Rifa que já eram do XV, reforçar e montar uma equipe de primeira linha... Estávamos querendo montar uma coisa dentro da Universidade... e ela estava disposta a formar.³

Maria Helena e Heleninha estavam realizando o sonho tão desejado de reviver o glorioso basquete feminino na cidade de Piracicaba na época do Esporte Clube XV de Novembro, ao qual elas eram integrantes e proporcionaram muita alegria a esta cidade, principalmente com as conquistas dos campeonatos paulistas nos anos de 59, 62, 64 e 66.

Maria Helena e Heleninha fazem parte da vida cestobolística de Piracicaba, anteriormente fazendo parte da super equipe do XV de

³ CARDOSO, Maria Helena em entrevista em 08.08.1998.

Novembro, de tantas glórias, e agora como técnicas das equipes da A D UNIMEP. Um sonho acalentado de formar uma equipe que revivesse os bons tempos do basquetebol feminino, parece que vai se realizar, nesta temporada.⁴

Em auxílio ao basquete, seus dirigentes lançaram a campanha ADOTE UM ATLETA, objetivando o poder do esporte junto a população e a importância das indústrias e do comércio para um melhor desenvolvimento deste projeto, sendo a jogadora Paula o carro chefe da campanha.

Em Março de 1981, o prefeito João Hermann Neto, recebe as jogadoras da equipe de basquetebol feminino e comenta sobre seu plano de massificar o basquete na cidade de Piracicaba, tendo como base o projeto realizado em Cuba, onde aquele país estava produzindo ótimos atletas a nível internacional.

Aproveitando esta empolgação do prefeito, Heleninha declarou sua preocupação com o esporte de base e que as jogadoras Paula e Vânia serviriam de espelhos para os novos valores em todo o Brasil.

O basquetebol piracicabano já teve várias grandes épocas. E em nenhuma delas, o espelho foi suficientemente grande para a produção de cultura nativa. Tivemos at uma ou outra espiga de trigo, de uma geração quase espontânea. Que não deu massa sequer para uma bisnaguinha.⁵

Neste ano, conquista o torneio de apresentação das jogadoras Paula e Vânia Teixeira, os Jogos Regionais da Zona Leste de Mogi Guaçu, 2º lugar no campeonato do Troféu Bandeirantes, 5º lugar nos Jogos Abertos do Interior em Presidente Prudente e 3º lugar no Campeonato Estadual da Divisão Especial, todos na categoria adulta e 2º lugar no campeonato Estadual na categoria infantil.

Os jornais de início do ano de 1981, divulgam que o basquete feminino começa a impressionar, prevendo a exploração do mesmo e novas contratações de nomes para seu fortalecimento.

Estas meninas tem condições de até mesmo nos superar.⁶

⁴ JORNAL DE PIRACICABA de 22.01.81. Excite Esportivo

⁵ CAMPOS, Maria Helena em entrevista ao Jornal de Piracicaba de 20.03.80.

⁶ CARDOSO, Maria Helena em entrevista ao Jornal O Diário de 01.01.81.

Em abril, a equipe de basquete, através de sua Associação, trás as Seleções de Basquetebol Feminino do Brasil e da China para uma apresentação em Piracicaba. Jogo este que é transmitido por redes de televisão e emissoras de rádio, sendo toda renda destinada ao departamento de basquetebol feminino.

Em Maio, as Técnicas Maria Helena e Heleninha conseguem um contrato junto a Fabrica Adidas para o fornecimento de materiais esportivos e roupas para treinos e jogos para a temporada.

Neste ano conquistou o Campeonato do Torneio Internacional de Trujillo no Peru, os Jogos Regionais da Zona Leste de Sumaré, o IX Torneio Internacional das Estrelas em Piracicaba, O campeonato Paulista e o 5º lugar nos Jogos Abertos do Interior em Ribeirão Preto, todos na categoria adulta, O Campeonato Infante Juvenil e Juvenil da Federação Paulista de Basquetebol.

Para o ano de 82, devido o rompimento do convênio entre Codespor-Unimep, a Universidade aumenta sua cota de participação junto a equipe de basquete feminino em trinta por cento, assim como visita empresas locais e de fora para um possível auxílio.

Neste ano conquista os XIII Jogos Regionais da Zona Leste em Itapira, os Jogos Aberto do Interior em Rio Claro, a Taça São Paulo de Basquete Feminino, o I Torneio de Clubes Campeões da América do Sul, 2º lugar do X Torneio Internacional das Estrelas em Piracicaba, 2º lugar no Campeonato Estadual, todos na categoria adulta, Campeão Juvenil Estadual.

Em Fevereiro de 1983, através das Técnicas Maria Helena e Heleninha, a Associação traz a cantora Simone para um Show no Ginásio Municipal de Piracicaba, com toda a renda destinada a equipe de basquete feminino.

Em Abril de 83, a diretoria da Associação Desportiva extingui o Departamento de Basquete Masculino, alegando não mais poder arcar com as despesas da equipe, uma vez que a mesma não consegue auxílio de nenhum patrocinador. A Universidade, através de seu reitor lamenta o acontecimento, entretanto, garante que irá continuar investindo no basquete feminino, devendo buscar autonomia de infra estrutura que lhe permita oferecer a Piracicaba o basquete que ela merece.

A prefeitura por sua vez garante um auxílio a Unimep através de empregos as atletas do basquetebol feminino, transporte da equipe para jogos a outras cidades e o ginásio municipal de esportes para treinos e jogos.

O projeto ADOTE UM ATLETA, que foi lançado pela Associação, trazendo a jogadora Paula como destaque da campanha a quase dois anos atrás, começa a conquistar a industria e comércio da cidade.

O basquete é a grande força de Piracicaba. Diariamente, a Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, está presente nas páginas esportivas dos principais jornais de São Paulo, graças a sua equipe de basquetebol feminino, cuja principal estrela é Paula. Com jus-

ta, a equipe da A.D.Unimep é um dos motivos de orgulho da Universidade e de toda a cidade de Piracicaba.⁷

Neste mesmo mês, a Associação promove em Piracicaba o Encontro das Estrelas, atletas da Seleção Brasileira atuais e do passado. Essa promoção foi televisionada ao vivo para todo o Brasil pela rede Bandeirantes. O Jornal O Diário de 15.06.98, cita em um de seus artigos: Essa promoção, organizada pela Unimep e a Promoção, responsável pelo Show do Esporte da Rede Bandeirantes, está fazendo um trabalho importante, que é divulgar Piracicaba como uma cidade do esporte, uma das muitas coisas que o município tem para oferecer. Sempre é bom lembrar que o Show do Esporte hoje, é um dos programas que atinge excelentes índices de audiência.

Com o Basquete, UNIMEP se projeta por todo o país.⁸

O Expositor Cívico de Agosto de 83 trás como manchete: O Basquete da Unimep: Uma idéia campeã. Nesta reportagem, explicou todo o seu início e principalmente a sua divulgação nos rádios e televisões, aumentando a procura ao Curso de Educação Física.

Complementando esta afirmação, neste mesmo encarte cita Heleninha: Há poucos dias, chefiando a delegação da Seleção Brasileira de Basquetebol Feminino (categoria de novatos), numa série de jogos pelo interior do Estado de São Paulo, vibrei a cada vez que o nome da UNIMEP foi anunciado, antes dos jogos... Pude sentir o quanto a nossa Universidade é conhecida, apreciada e estimada por causa do esporte. Por certo, emoção maior ainda sentirei, por ocasião da realização do Campeonato Mundial, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, quando a seleção nacional, integrada por quatro atletas da Unimep, se apresentará contra os mais poderosos esportes de outras nações. O nome da Universidade ecoará, forte e em bom som, repetidas vezes pelo Brasil e pelo mundo através da imprensa escrita, falada e televisionada. Sem dúvida, uma idéia campeã!

A Universidade Metodista de Piracicaba percebeu que poderia concentrar todo o orçamento destinado ao esporte apenas no basquetebol feminino, pois o mesmo foi o único a projetar a universidade nas competições esportivas. Para melhorar ainda mais este orçamento, utilizou toda sua verba de publicidade, que não era grande, mas sem dúvida ajudou a reforçar a equipe, assim como participou de campeonatos internacionais, com transmissão pela televisão para todo o mundo, trocando a publicidade morta, para uma propaganda viva de um jogo, com duração em cerca de 60 minutos, sem contar com as reportagens diárias nos principais jornais.

A Universidade entrou com recursos financeiros, bolsas de estudos para atletas, atendimento médico e fisioterápico. Seu orçamento

⁷ ENCARTE OPÇÃO de 31.07.98

⁸ ACONTECE JULHO 83

não foi onerado, pois conseguia tudo isso, com a redução de gastos em publicidade e propaganda. Era justamente nessa área promocional, que a UNIMEP pretendia obter o maior retorno. E conseguiu. Em pouco tempo seu nome passou a ser repetido dezenas de vezes nas TVs, nas estações de rádio, nos jornais e revistas, pelos esportistas e estudantes. De Graça, sem nada lhe custar. Seus cursos, ligados às áreas esportivas, passaram a ser dos mais procurados. Valera o investimento.⁹

Estas coberturas fizeram com que a Universidade ficasse conhecida em todo o Brasil, não como a Universidade Metodista de Piracicaba, órgão educacional, mas sim como a UNIMEP, uma ótima equipe de basquete. Equipe esta vencedora e sólida em seus princípios esportivos.

No início todos conheceram a UNIMEP como equipe das jogadoras Paula e Vânia Teixeira e das técnicas Maria Helena e Heleninha e nem imaginavam ser uma instituição acadêmica. Para transferir esta imagem para a universidade foi só mostrar que a UNIMEP pertencia a uma universidade com os mesmos princípios e o resultado não demorou a chegar.

Coberturas efetuadas nas finais dos campeonatos, fizeram com que a Universidade ficasse conhecida em todo o Brasil, ajudando na divulgação de seus cursos e aumentando seu corpo discente.

Me lembro que na época, sugerimos que fosse feito um levantamento com os alunos da Faculdade de Educação Física e se não me falha a memória 80% tinham ido lá por causa da equipe de basquete e achavam que lá era um lugar bom para estudar... A gente levou alunos para a Faculdade de Educação Física... A equipe passou a divulgar o nome da faculdade no Brasil inteiro.¹⁰

Com a expansão do basquete, convites para jogos é que não faltaram. Num destes convites enfrentou a seleção do Paraná em dois jogos transmitidos pela Rede Bandeirantes, onde os jogos tiveram o objetivo de divulgar o esporte naquele estado.

Em junho deste ano, o prefeito Adilson Maluf autoriza verba financeira a equipe de Basquetebol no valor de 9 milhões de cruzeiros mensais.

⁹ EXPOSITOR CRISTÃO, 2ª quinzena de Agosto de 83.

¹⁰ CARDOSO, Maria Helena em entrevista 05.08.98.

Hoje a Unimep não é somente a Universidade que o quadro representa, mas também a cidade de Piracicaba.¹¹

Neste momento a associação passava por um momento crítico, pois a jogadora Paula estava sem contrato e estava recebendo inúmeras ofertas para deixar a cidade de Piracicaba, mas para a alegria do esporte piracicabano, a Construtora CGS, através de seu proprietário Antônio Fraletti, adota a jogadora para um período de 3 anos.

Paula é o carro chefe do esporte da cidade e com o ADOTE de uma empresa da cidade, espera que outros possam seguir o mesmo exemplo. Porque traz divisas para o município.¹²

Para terminar com chave de ouro, disputa em Londres o torneio Cristal Palace, o mais importante do basquetebol feminino mundial e se consagra campeã. Os jogos foram transmitidos para o mundo todo e esta conquista faz com que a equipe receba inúmeros convites para torneios internacionais contra seleções e clubes dos Estados Unidos e Europa.

O basquete feminino tem trazido para a Universidade um retorno muito grande. Não é só a reitoria que tem interesse na continuidade deste esporte, mas tenho a impressão que toda a comunidade universitária está muito consciente da importância desta modalidade esportiva em termos de Piracicaba e Brasil. Então eu vejo que a manutenção deste time de basquete é um compromisso que a Universidade tem e que tenho certeza que a comunidade assume com tranquilidade.¹³

Quanto à exploração da imagem:

O time de basquete tem uma imagem que poderia ser melhor explorada, a Paula por exemplo, uma das maiores do mundo, poderia anunciar nosso vestibular. Temos feito alguma coisa, mas podemos fazer uma propaganda conjunta de divulgação explorando mais este aspecto das nossas atletas, da importância que elas hoje ocu-

¹¹ MALUF, Adilson Benedito, prefeito da Cidade de Piracicaba em entrevista ao Jornal de Piracicaba.

¹² CARDOSO, Maria Helena ao Jornal O Diário.

¹³ MAIA, Almir Soares, ao Jornal de Piracicaba de janeiro de 86, Caderno Esportivo.

put em termos de divulgação do esporte e da universidade por consequência.¹⁴

Em Setembro, a Universidade inaugura seu ginásio coberto no campus Taquaral, ginásio este pago em grande parte pelo MEC, através do projeto de trabalhos de base com as escolinhas de basquetebol na periferia.

O trabalho de basquete desenvolvido pela Unimep é e será usado como exemplo para outras Universidades se interessarem pelo esporte,... inclusive com apoio do MEC, visando a Universidad de 89 que será criada no Brasil.¹⁵

Este texto, procurou mostrar a história da equipe de basquete e a Unimep, refletindo sobre as relações entre o esporte e o processo educativo, conduzindo a um estudo do binômio esporte/educação e suas perspectivas, enquanto proposta prática vivenciada. O esporte apresenta várias articulações com o este processo, possibilitando afirmar, que esporte é educar, desde que seja dirigido além de simples disputas esportivas.

A Universidade Metodista de Piracicaba, desenvolveu tal projeto com a participação da sua equipe de basquete feminino, favorecendo e facilitando seu desenvolvimento arquitetônico, acadêmico, social e principalmente de divulgação.

Podemos entender o esporte como um elemento contido nas relações sociais e justifica-lo como um meio de educação, através da educação permanente, onde todas as influências sociais atuam no plano educacional.

As classes sociais compreendem o esporte com visões diferentes. Aos jovens da classe média e classe dominante, o esporte, por natureza representa mais uma opção nas diversas outras oportunidades que aparecem em suas vidas. Já, aos jovens de classe inferior, uma classe mais sofrida, a que se propôs a universidade, o esporte pode representar uma das poucas vias de acesso a um nível superior em que se encontram no momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCARTE ACONTECE - UNIMEP

ENCARTE EXPOSITIVO CRISTÃO - UNIMEP

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ JULIO, Cesar, Secretário do SBEED MEC no Jornal Acontece de Setembro de 87.

ENCARTE OPÇÃO - UNIMEP

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA UNIMEP

JORNAL DE PIRACICABA

JORNAL O DIÁRIO DE PIRACICABA

1,4

DE SOLIDÃO E OUTRAS FALAS

Ricardo de F. Lucena¹

"No tempo em que festejavam o dia dos meus anos,
Eu era feliz e ninguém estava morto.
Na casa antiga, até eu fazer anos era uma tradição de há séculos,
E a alegria de todos, e a minha, estava certa como uma religião qualquer.

No tempo em que festejavam o dia dos meus anos,
Eu tinha a grande saúde de não perceber coisa nenhuma,
De ser inteligente para entre a família,
E de não ter as esperanças que os outros tinham por mim.
Quando vim a ter esperanças já não sabia ter esperanças.
Quando vim a olhar para a vida, perdi o sentido da vida.

Sim, o que fui de suposto a mim mesmo,
O que fui de coração e parentesco,
O que fui de serões de meia-província,
O que fui de amarem-me e eu ser menino,
O que fui - ai, meu Deus!, o que só hoje sei que fui...
A que distâncial...
(Nem o acho...)
O tempo em que festejavam o dia dos meus anos!

O que eu sou hoje é como a umidade no corredor do fim da casa,
Pondo grelhado nas paredes...
O que eu sou hoje (e a casa dos que me amaram trama através das minhas lágrimas),
O que eu sou hoje é terem vendido a casa.
E terem morrido todos,
É estar eu sobrevivente a mim mesmo como um fósforo frio...

No tempo em que festejavam o dia dos meus anos...

¹ CEPED/UFES, Doutorado FEE/UNICAMP.
End. residencial: Rua Francisco de Barros Filho 98, Bairro Gerúlio, Campinas SP, CEP 13085-500.
E-mail: lucena@fcl.unicamp.br

Que meu amor, como uma pessoa esse tempo!
Desejo físico da alma de se encontrar ali outra vez,
Por uma viagem metafísica e carnal,
Com uma dualidade de eu para mim...
Comer o passado como pão de fome sem tempo de manteiga nos dentes!

Vejo tudo outra vez com uma nitidez que me cega para o que há aqui...
A mesa posta com mais lugares, com melhores desenhos na loiça, com mais copos,
O apurador com muitas coisas - doces, frutas, o resto na sombra de baixo do alçado,
As tias velhas, os primos diferentes, e tudo era por minha causa,
No tempo em que festejavam o dia dos meus anos...

Pára, meu coração!
Não penses! Deixa o pensar na cabeça!
Ó meu Deus, meu Deus, meu Deus!
Hoje já não faço anos.
Duro.
Somam-se-me dias.
Serei velho quando o for,
Mais nada.
Raiva de não ter trazido o passado roubado na algibeira!...

O tempo em que festejavam o dia dos meus anos!...²

Optei por iniciar esse texto com um poema de Fernando Pessoa, e a opção não foi a toa. A idéia de solidão está estampada já no primeiro verso: "No tempo em que festejavam o dia dos meus anos"... solidão que sugere um tempo que passou, de alguém que envelheceu e que já não é mais do que "a umidade no corredor do fim da casa". Solidão que Elias busca descrever em "La soledad de los moribundos" e que se cerca, principalmente, daqueles que estão em idade avançada. Solidão que está presente na idéia de um Eu cada vez mais diferenciado de um Nós e que também é abordado no seu trabalho sobre a "Sociedade dos Individuais" (1994a), mostrando a gênese desse distanciamento. Solidão que acompanha todo instante a reflexão neste "La soledad de los moribundos" (1989), texto em que me deterei mais. Texto que o autor convida a pensar - coerente com sua metodologia de investigação - o processo que permite verificar as diferenças de tratamento aos velhos e moribundos nas sociedades medievais e nas sociedades industriais de hoje. Naquele primeiro momento, centrado na convivência familiar muito mais pública e; num segundo momento, sob a proteção do Estado, num sentido muito mais pri-

² FERREIRA PESSOA, "Aniversário" in Poesias de Álvaro de Campos. Lisboa: Edições Ática, p. 284-286.

vativado e isolado. Nessa linha de raciocínio é que vou pensar aqui, mesmo que com brevidade, acerca da solidão e, principalmente, da solidão entre os velhos diante da morte. Também acerca dos esconderijos e becos em que esse tema vem se "acomodando" e que, invariavelmente, evitamos percorrer. Aqui vou tratar de "La soledad de los moribundos" a partir de dois pontos que julgamos relevantes: Primeiro: "Solidão, morte e controle da violência" e, segundo, "Individualização e especialização do tratamento de velhos e moribundos".

SOLIDÃO, MORTE E CONTROLE DA VIOLÊNCIA.

De início a violência. O homem sempre lutou muito para viver e se manter vivo. Primeiro com as forças incompreensíveis da natureza, com os outros animais e, principalmente, com outros homens em grupos rivais. A ameaça constante de um grupo humano a outro grupo humano, tomou a vida comum dos homens em grupos como que voltada constantemente na direção de uma pacificação para dentro e ameaça para fora. Nesse sentido é que Elias afirma que "as idéias e os ritos comuns unem os homens; as idéias e os ritos diferentes separam os grupos." (1989 p. 12) Processo que, segundo Elias, na longa duração, possibilitou a formação dos Estados nacionais e as relações intra-estatais e apresenta seus limites hoje nas relações interestatais ainda tão críticas e confusas, baseadas no poder do mais forte.

Na verdade, Elias quer dizer que, em comparação com os estágios anteriores, a vida está mais previsível nas sociedades industriais do hoje, ainda que também exige do indivíduo uma superior medida quanto a previsão e controle das paixões. O que lhe permite uma singular adaptação e transformação nas relações humanas. Relações estas que "atuam num sentido muito definido, por um movimento autônomo da rede de indivíduos humanos interdependentes." (1994b, p.60)

Viver em grupo fez, e em certo sentido ainda o é, uma alternativa de sobrevivência até mesmo por causa de outros grupos humanos. Porque uma certa concordância interna é essencial para que o grupo possa se manter "vivo". Essa "necessária" pacificação acarretou certo controle num sentido individual e social onde, a pacificação intra-estatal - como uma invenção social não planejada - é condição que nos permite pensar formas diferenciadas, ou melhor, distanciadas de, entre outras coisas, experimentar a morte. E isso tem ainda como retorno, que "a atitude ante ao fato de morrer, a imagem da morte em nossas sociedades não podem entender-se cabalmente sem relacioná-las com a segurança e previsibilidade do curso da vida individual relativamente maiores." (1989 p.15)

"...

O que fui - ai, meu Deus!, o que só hoje sei que fui...

A que distância..."

O que Elias discute ao longo de todo o "La soledad de los moribundos" está ancorado também em suas proposições no Processo Civilizador, vol. I (1994b) em que a expu-

sição mais firme, mais geral e mais uniforme das emoções é uma característica da mudança civilizadora, e em Envolvimento e Distanciamento (1997), onde aponta os limites que esse processo tem apresentado. É, antes de tudo, um desenvolvimento social e mental que opera numa mesma espécie biológica, e por isso ressalva e considera que "por não ter sido biológico o desenvolvimento nessa direção (do controle dos impulsos), por não se haver enraizado, como muitas vezes se parece acreditar, na natureza humana, ele também pode ser revertido. As longas cadeias de ação, com sua divisão de funções, podem voltar a encolher." (1994a, p.113)

No sentido individual falado anteriormente, três aspectos serão aqui apenas destacado. Primeiro é que o medo "individual" da morte é como que o medo de um castigo imposto por um pai, um acerto de seus pecados. Pois, "se poderia aliviar a agonia de muitas pessoas se si pudesse suavizar ou anular as fantasias de culpabilidade repentinadas." (1989 p.18) Segundo, diz respeito aos rituais que são construídos e modificados pelos homens e entre estes, os que tratam da morte. Para Elias, o embargo diante da morte dar-se também pelo fato de os rituais ancestrais não corresponderem as expectativas das pessoas mais jovens da sociedade atual. As situações vitais mais críticas, que acarretam desestabilização do autocontrole - situação de morte e também de amor ou ternura, por exemplo - não têm formulado ainda formas de comportamentos sociais que respondam a tais necessidades fazendo, portanto, que os indivíduos ao expressar seus sentimentos fiquem por suas próprias reservas, sua própria capacidade de invenção. (1989 p.33-34) E finalmente, terceiro, é o que trata do sentido e significado que os acontecimentos da vida tem para o indivíduo mesmo e para os demais; pela sua pessoa, seu modo de ser ou seu trabalho. Lembro-me aqui da história de um homem que em avançada idade sentia-se completamente só, pois sua companhia já morrera, seus filhos estavam distantes e até os amigos de mesma idade ele viu morrer um a um e apenas ele estaria ali estranho a tudo e a todos, esquecido até pela própria morte, sentenciava.

"...

O que eu sou hoje é terem vendido a casa.

É terem morrido todos,

É estar eu sobrevivente a mim-mesmo como um fósforo frio..."

Perdeu sentido sua vida - esse sentido como vivência, esse sentido experimentado - porque perdeu o significado para si e para os outros. Talvez seja esta a forma mais profunda de solidão: "quando uma pessoa a ponto de morrer tem a sensação de que, estando viva, apenas significa nada para os que a rodeiam, essa pessoa se sente verdadeiramente só." (1989 p.81)

Acredito que, num futuro não muito distante, podemos ver, a exemplo do que acontece hoje com relação ao sexo, maneiras muito mais abertas e francas de lidar com a temática da solidão e da morte. Com menos fantasias e opressão. Afinal, não foi o sexo, em épocas passadas em maior grau, um elemento de opressão entre homens e mulheres,

pais e filhos, etc? Não será, a fantasia sobre a morte, também um fator de opressão que acompanha a relação entre os homens por séculos e séculos?

No sentido social vale destacar que "no curso do processo civilizador, todos os aspectos elementares, animais, da vida humana que quase sem exceção trazem perigo para a vida comum e para a do indivíduo, se vêem cercados, de um modo mais compreensivo, regular e diferenciado que anteriormente, por regras sociais, e ao mesmo tempo por regras de consciência." Proposição que Elias já havia anunciado em "O processo Civilizador", vol. I e que retoma demonstrando que fatos como o nascimento e morte, merecem cada vez mais um controle mais particular das atitudes dos homens. O que antes tinha um caráter público, eram acontecimentos sociais, passam a ter um enfoque mais privatizado. Num certo sentido, mais controlado. O que, segundo Elias, não nos autoriza a pensarmos que se morria mais tranquilamente nos séculos passados que hoje, como sugere P. Ariès em seu escrito sobre o Homem diante da morte. O argumento de Elias é de que apenas se falava com mais frequência e mais abertamente da morte e de morrer na Idade Média do que na atualidade pois, "a vida na sociedade medieval era mais breve; os perigos menos controláveis; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido de culpa e o medo do castigo após a morte, eram doutrina oficial." (1989 p. 24-25)

INDIVIDUALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DO TRATO COM O MORIBUNDO.

É cada vez mais evidente que a forma de tratar os moribundos e os mortos tem passado das mãos de familiares para a de especialistas. Sendo este, como já anotei acima, um dos aspectos do distanciamento da morte e dos moribundos nas sociedades industrializadas e que destoa da proximidade com esses elementos na Idade Média, por exemplo.³ Onde a "contemplação de cadáveres humanos era muito mais quotidiana. Todo mundo, inclusive as crianças, sabiam o aspecto que tinham; e como todo mundo o sabia, também se falava do tema com maior liberdade, tanto no âmbito social como na poesia." (1989, p. 32)

Num estudo sobre a individualização no processo social, Elias vai se reportar a importância da presença do outro na sociedades mais primitivas, o saber ligado a eles pela vida íntima e o não menos importante medo direto dos outros. "A pessoa não tem oportunidade, necessidade nem capacidade de ficar só." (1994a, p. 108)

Como uma possibilidade de ilustrar o que venho tentando dizer a partir dos escritos de Elias sobre a solidão e a morte, reporto-me a duas passagens que talvez ajude a perceber as mudanças aqui referidas. A primeira delas situa na minha infância, numa pequena rua da cidade de João Pessoa na Paraíba. Lá, todos se conheciam. Todos sabiam muito e o bastante para reconhecer bem cada um de seus vizinhos. Lá, o vizinho do lado

³ Entre os itens VI e IX de "La soledad de los moribundos" Elias faz uma comparação da linguagem de um poema do séc. XVII, recheado de situações e locais próprios da morte e um panfleto de propaganda dos jardineiros de um cemitério Alemão de hoje; neste se evita falar do sepultido como sendo um lugar que lembra a morte mas sim, como mais uma área de lazer e tranquilidade onde as pessoas podem desfrutar de uma grande área verde. Op. cit. p.28-33.

sabia o nome, costumes e desejos de cada um de nossa casa, e vice-versa, por tanto convívio, ano após ano, e talvez também por todos compartilharmos de um estilo de vida muito semelhante. E assim, o vizinho do lado, da frente e até do final da rua poderia dar várias informações a qualquer outra pessoa sobre um outro morador da rua - e em especial no caso de morte - todos acorriam a casa do morto para mostrar solidariedade com a família e dar o "último adeus" a quem que "partia".⁴ O programa de visita era quase que uma obrigação para todos e, nós crianças, vestidas com boa roupa, íamos todas (ou quase todas). Lembro-me que o adulto que geralmente nos acompanhava, nos levava para que pudéssemos ver melhor o morto, que ficava dentro de seu caixão, no terraço ou na sala de visita de casa. Toda e qualquer ação com relação ao morto era tomada pela família e era um dever dos filhos e parentes reservar a casa para os seus velhos. A morte e os mortos, lembro-me bem, lá na Paraíba da minha infância, ainda não estava tão distante e segregada.

O segundo momento se dá quando, já saindo da adolescência, nos mudamos para a cidade de Brasília - DF e lá veio a adoecer e morrer minha avó materna. Então, os mortos já não iam mais para as residências - os cuidados com o doente são muito mais hospitalar do que doméstico - e os cemitérios já têm seus próprios locais especialmente preparados para os velórios. Pessoas especializadas cuidam desses locais e há muitas regras que independem dos nossos desejos. Há aquelas pessoas que recebem dinheiro para "choçar o morto" (no Nordeste, em tempos passados, eram chamadas de carpeleiras e faziam por devoção) e também os maquiadores; que "embelezam" o defunto para a hora do sepultamento.

Portanto, assim como os mortos são tratados de forma cada vez mais especializada e higiênica, os que estão velhos se vêem, por seu lado, cada vez mais isolados da sociedade, do ciclo de seus familiares e de suas amizades. Embora estejam relativamente bem protegidos da violência física como os outros cidadãos, os velhos se vêem crescentemente, nas sociedades industrializadas, separados de sua vida normal e segregados em instituições que são "verdadeiros desertos de solidão". Frutos de um processo que se desloca dos pequenos grupos, para instituições e Estados altamente centralizados. Daí porque, "jamais anteriormente as pessoas tinham morrido de uma maneira tão pouco ruidosa e tão higiênica como hoje em dia, nesse tipo de sociedade que vivemos e, jamais haviam sido feitas em condições que tenham fomentado tanto a solidão."

Como conclusão, vale ratificar que a sensação do poeta, materializada no poema, não é só dele. Os poetas são as antenas da raça, já nos diz o crítico americano E. Pound. O que ele anuncia em sua poesia é a mudança de todo um contexto, que começa a sofrer uma transformação num sentido bem definido, e que se desloca do grupo para o indivi-

⁴ Repare que a ideia não era de um fim, mas de um novo estufa da vida, no "outro mundo". Vale a pena aqui, o leitor mais curioso, ler um pouco o texto sobre a morte no Brasil, de Roberto Demattê, em A Casa e a Rua.

duo. Um deslocamento de uma "identidade-nós" para uma "identidade-eu" é que não vou aqui abordar, pois que isso é motivo de outras falas. Porém, para um país cuja população envelhece a passos largos como o Brasil, o tema me parece ser relevante e carece de discussões que considerem elementos que vão para além do exclusivo diagnóstico médico.

Mas por enquanto...

"...

Pára, meu coração!

Não penses! Deixa o pensar na cabeça!

Ó meu Deus, meus Deus, meu Deus!

Hoje já não faço anos,

Duro.

Somam-se-me dias.

Serei velho quando o for.

Mais nada. Raiva de não ter trazido o passado roubado na algibeira!...

O tempo em que festejavam o dia dos meus anos!..."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ELIAS, Norbert. *La Soledad de los Moribundos*. México: FCE, 1989.

_____. *A Sociedade dos Individuos*. Rio de Janeiro: J. Zahar ed., 1994a.

_____. *O Processo Civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: J. Zahar ed., 1994b.

_____. *Envolvimento e Distanciamento*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PESSOA, Fernando. "Aniversário". In *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Edições Ática, p. 284-286.

UM ESTUDO DAS INTERRELAÇÕES EM A FESTA DE BABETTE, DE ISAK DINESEN

Roselene Aparecida de Macedo Figueireda¹

Ao anunciar o enfraquecimento da posição dos reis, ocorrida no século XVIII em relação aos outros grupos do campo social, Norbert Elias trata tal acontecimento como uma mudança de posição de peças numa partida de xadrez². Em outras passagens, ao longo da obra *A sociedade de corte*, Elias faz menção ao jogo de xadrez ao referir-se às posições ocupadas pelos membros da sociedade de corte.

Levando em conta o jogo das interrelações, o que nos incita e o que buscaremos saber neste trabalho é com quem Babette, personagem central do conto em estudo, joga, quais seriam os seus parceiros, de que forma ela, centro das configurações, modifica e imprime valores entre os moradores e os que passam por aquela aldeia.

Entendemos que todas as personagens, por serem elementos constituintes do enredo do conto, também fazem parte do jogo, no qual Babette é a catalisadora dos acontecimentos e a peça mais importante.

E, para que possamos estabelecer um diálogo com este universo fictício, nos colocaremos, junto com as demais personagens pertencentes à narrativa, também na posição de jogador.

Tratando-se de um jogo, as peças estarão em movimento. Por conseguinte, ora Babette, ora as outras peças, inclusive aquela movimentada por nós, poderá estar no centro.

E por já termos as regras definitivas para este jogo, damos início à partida, salientando que estaremos apresentando mais uma possibilidade de jogada dentre tantas possíveis de serem realizadas. Assim sendo, a intenção de esgotar a possibilidade de que sejam realizadas outras partidas com os elementos contidos em *A Festa de Babette* inexiste, já que suas peças continuarão prontas para o reinício de um novo jogo.

1. ENTRANDO NO JOGO: PEÇAS À MESA

Tratando do enredo de *A Festa de Babette* com maior detalhe, Karen Blisen, *A Xerazade Nórdica*, nos apresenta a história da cozinheira Babette.

¹ Integrante do PPGE - UNIMEP - Mestrado em Educação. End. residencial: Av. 21 de março, 1001/41. Ed. Itália. Piracicaba, SP. CEP 13424-300. E-mail: m9702713@unimep.br

² ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, p. 142.

Babette tinha sido *chef de cuisine* de um sofisticado restaurante em Paris, no *Café Anglais*, e era considerada o maior gênio culinário da época, mas teve que refugiar-se em Berlevaag, na Noruega, por ter pertencido à Comuna de Paris, durante a guerra civil.

Babette vai viver como criada na casa de protestantes, onde moravam duas irmãs solteironas. O pai das solteironas, já falecido, quando Babette chegou à aldeia, tinha sido o fundador de um grupo ou seita eclesialística piedosa.

Ao longo dos doze anos em que Babette serviu às irmãs, Martine e Philippa, nada de especial aconteceu, até que ela ganhou um prêmio de dez mil francos na loteria e insistiu para que as irmãs aceitassem que preparasse um jantar francês na data do centenário de nascimento do deão. Como naquele lugar todos viviam comandados por preceitos religiosos e renunciavam aos prazeres deste mundo, as irmãs aceitaram o pedido de Babette, mas tiveram antes que falar com os irmãos, convidados para a festa, para que cometessem *sacrifício* e provassem todas as comidas oferecidas por Babette durante o jantar, *sem tocar no assunto de comida e bebida*.³

O final da narrativa coincide com o término do jantar. Sobre o detalhes da festa trataremos mais adiante.

2. PEDRAS EM EVIDÊNCIA

Indo em busca de outras *jogadas*, também observamos que estiveram ligados ao enredo do conto, além de Babette, personagem principal, outras duas figuras importantes vindas do *mundo exterior*:

Esses dois personagens são o tenente Lorens Loewenhielm, sobrinho de uma rica senhora, que morava em Fossum, nos arredores de Berlevaag. O outro personagem era Achille Papin, um famoso cantor do *Grand Opéra* de Paris. Estando em Estocolmo para uma apresentação, este *belo homem de quarenta anos* passou pela cidade, a fim de conhecer a costa norueguesa.

Loewenhielm fora um jovem de boa família. Um certo dia, seu pai o enviou à casa de campo da tia a fim de apurar-se, já que *levava uma vida dissipada na cidade em que vivia*.⁴

Já na casa da tia em Fossum,

(...) Certo dia, ele foi a cavalo até a cidade e encontrou Martine no mercado. Baixou os olhos para a bela moçinha, e ela cegou os olhos para o elegante cavalheiro. Após ela ter passado por ele e desaparecido, o rapaz não estava seguro se devia ou não acreditar nos próprios olhos.⁵ (...).

³ DINESSEN, Isak. *A festa de Babette e outras anedotas do destino*. p. 24.

⁴ *Ibid.* 9, p. 10.

⁵ *Ibid.* 9, p. 10-11.

Com a ajuda de sua tia, Loewenhielm começou a frequentar a casa da moça, para participar dos encontros religiosos que lá aconteciam. Sentia que a moça seria capaz de mudar sua vida; de ajudá-lo a ter uma *vida mais elevada e pura*. No entanto, perturbava-se em ver como se comportava diante de Martine. Ficava sem *palavras*, sentia-se inseguro diante dela.

Depois de várias tentativas, não conseguindo declarar o seu amor, o jovem oficial chegou a uma decisão. Estando à porta da casa da moça, despediu-se dela dizendo:

(...) Vou-me embora para sempre! (...) Nunca mais a verei de novo! Pois aqui aprendi que o Destino é duro, e que neste mundo existem coisas que são impossíveis! (...).

E assim, Loewenhielm partiu. Partiu em busca da felicidade e da glória que o mundo e sua carreira poderiam lhe oferecer.

Quando as memórias da jovem donzela vinham situar a sua mente, o tenente tentava dissuadir seus sentimentos. Não podia aceitar a idéia de ter sido derrotado por um grupo de religiosos melancólicos. (...) *E então ele se controlou e, no maior esforço de sua vida, decidiu esquecer o que lhe acontecera em Berlevaag* (...).⁶

Veio o casamento, as medalhas, a prosperidade e a idade. O cansaço fez Lorens voltar a Fossum, depois de trinta anos, em busca do sossego que não conseguia encontrar na corte.

O jovem tenente Loewenhielm, agora General, conseguira tudo aquilo que desejava na vida. No entanto, sentia que faltava algo:

(...) Havia algo errado em alguma parte, e ele tateava com cuidado o seu eu mental, como alguém tateia com um dedo para determinar o lugar de um espinho profundo e invisível (...).⁷

O elegante cavalheiro, que um dia chegara em Berlevaag e se apaixonara pelo anjo de cabelos dourados, era infeliz, e por isso queria acertar as contas com a vida: (...) *O estranho encontro em Fossum forçara-o a fazer um balanço de sua vida*.⁸ (...).

O momento definitivo do *acerto de contas* do General com a vida não será revivido mais tarde. Agora, deixemos o Tenente e o General a sós para reflexões, no quarto da casa da tia em Fossum, enquanto tiramos outras peças do lugar.

⁶ *Ibid.* 12, p. 12.

⁷ *Ibid.* 9, p. 27.

⁸ *Ibid.* 9, p. 28.

Estamos voltando alguns anos no tempo, para revivermos a estada de Achille Papin na cidade de Berlevaag. Papin chegou um ano depois da partida de Lorens, quando Martine e Philippa ainda eram jovens.

Ouvindo Philippa cantar na igreja, Papin apaixonou-se pela sua voz. Interessado no talento da moça, foi até a casa dela e pediu consentimento ao pai, para lhe dar aulas de canto. As aulas iam muito bem até que Achille, inocentemente, pôs tudo a perder. Quando a aluna interpretava *Zerlino* e ele o próprio *Giovanni*, da ópera *Don Giovanni*, de Mozart, num ímpeto de felicidade pela bela interpretação que ouvia, beijou-a *com solenidade, como um noivo beijaria a noiva diante do altar*⁹.

O beijo foi suficiente para assustar Philippa e fazer com que ela não mais quisesse ter aulas com Papin.

O moço voltou para Paris e não pôde realizar o sonho de ver a moça protestante tornar-se uma *diva*.

3. BABETTE: A PEDRA ANGULAR

A narrativa segue em rumo ao futuro, com a chegada de Babette na cidade.

(...) Quinze anos mais tarde, numa chuvosa noite de junho de 1871, a corda da campainha da casa amarela foi vigorosamente puxada três vezes. As portas da casa abriram a porta e depararam com uma mulher robusta, morena, mortalmente pálida, com um embanho no braço, que as fitou, deu um passo à frente e desmaiou na soleira da porta.¹⁰ (...).

Ao lembrarmos da forma como se constitui o enredo de *A Festa de Babette*, podemos também considerar que Babette tem o papel de catalisadora em todos os acontecimentos. Babette é a *figura estranha*, que age mais intensamente para imprimir novos valores entre os que vivem naquela aldeia da Noruega:

(...) As senhoras da casa amarela eram as únicas a saber que a sua pedra angular tinha uma feição misteriosa e alarmante, como se, de alguma forma, se relacionasse com a Pedra Negra de Mecca, a própria Caaba.¹¹ (...).

⁹ Ibid. 9, p. 10.

¹⁰ Ibid. 9, p. 15.

¹¹ Ibid. 9, p. 18.

Logo que Babette começou a cuidar da casa, as irmãs e os irmãos a quem elas ajudavam, foram bastante beneficiados e,

(...) os gastos domésticos foram milagrosamente reduzidos, e os panelões de sopa e as cestas adquiriram um poder novo e misterioso para estimular e fortalecer seus pobres doentes.¹² (...).

Com a ajuda de Babette, as irmãs Philippa e Martine podiam dispor de mais tempo para ouvir os irmãos e para meditar. A empregada cuidava de tudo: cozinhava, fazia toda a limpeza da casa e, mesmo sem saber falar o norueguês, pechinchava nas compras.

(...) No seu devido tempo, não foram poucos os Irmãos e as Irmãs que passaram a incluir Babette nas suas preces, e agradeceram a Deus pela estrangeira silenciosa, a Marta morena na casa das Marias (grifo meu) louros.¹³ (...).

As irmãs Marta e Maria, às quais o conto se refere, podem ser encontradas na Bíblia, em Lucas 10: 38. Marta ocupava-se dos serviços da casa, enquanto Maria ouvia os ensinamentos do Senhor.¹⁴

Como na história da Bíblia, Babette, enquanto as irmãs, Martine e Philippa dedicavam-se a levar a palavra do Senhor aos Irmãos e Irmãs, fazia tudo para que elas tivessem o tempo livre, para poderem cuidar dos irmãos necessitados.

4. UMA JOGADA INESPERADA

A narrativa avança ainda mais para o futuro; doze anos após a chegada de Babette em Berlevaag.

Os acontecimentos, que sucedem, seguem cronologicamente para o dia do nascimento do deão: 15 de dezembro.

Durante o mês de novembro, Babette, que já havia ganhado um prêmio de 10 mil francos na loteria, pede às patroas que a deixem fazer, por sua própria conta, um autógrafo junto francês de comemoração pelo aniversário de deão. Babette então visita a Crisóstoma, a fim de entregar no seu sobrinho uma lista das mercadorias, que ele devia trazer da França para ela.

Chegam as encomendas, seguem-se os preparativos para o jantar.

¹² Ibid. 9, p. 27.

¹³ Ibid. 9, p. 27.

¹⁴ BÍBLIA SAGRADA, Lucas 10: 38.

Na noite do dia 15 de dezembro, os convidados começam a chegar à casa das duas irmãs. A tia de Lorens, por ser amiga da família, também fora convidada para a festa. Como o sobrinho estava hospedado em sua casa, mandou consultar Martine e Philippa, para saber se ele poderia acompanhá-la.

Quando o *General Loewenhielm* e sua tia chegam à casa das filhas do deão, conversam na sala durante alguns minutos e depois todos tomam os seus lugares à mesa, para o jantar começar a ser servido.

Antes dos pratos começarem a ser trazidos à mesa, lembremos que Karen Blixen, a autora do conto, nasceu em uma família fanaticamente puritana, e para ela o desejo não significava aquela necessidade total, que a juventude moderna é encorajada a explorar; mas significava transgressão.¹⁵

E, como uma transgressão, os convidados puritanos e as irmãs, durante o jantar, entregaram-se aos prazeres da comida. Estando todos à mesa, doze no total, algo diferente acontece aos convidados, de forma que, ao final, além de terem a fome saciada, também seus espíritos saem de lá alimentados.

5. A TACADA FINAL

Pelas observações feitas acerca do processo de transformação dos personagens da narrativa marcados até aqui, suscitamos a idéia de que existem em *A Festa de Babette* as características de um *Bildungsroman*¹⁶, porque os personagens, no início do conto, apresentam-se transformados, incompreendidos, amargos. Após a morte do deão, os irmãos da aldeia não se entendiam mais; brigavam e, a cada dia que passava, o rebanho diminuía um pouco mais...

(...) Os pecados dos Irmãos e das Irmãs foram ressurgindo, com um arrependimento tardio e penetrante como uma dor de dentes, e os pecados dos outros contra eles voltavam à tona com um ressentimento amargo, como um envenenamento do sangue.¹⁷ (...)

Com a chegada de Babette, culminando com o banquete preparado por ela no dia do centenário de nascimento do deão, num ato de transgressão nos preceitos puritanistas, essa situação se modifica.

Durante o jantar, à medida em que os pratos vão sendo servidos, a discórdia e outros males, que há algum tempo vinha tomando conta da aldeia, vão, milagrosamente,

¹⁵ THURMAN, Judith. *Irak Dinesen: a vida de Karen Blixen*, p. 286.

¹⁶ Denominação dada a textos tipicamente alemães, cujo enredo gira em torno das expectativas que sofrem as pessoas antes durante os anos de formação ou educação rumo à maturidade. MOISÉS, Messoud. *Dicionário de termos literários*, p. 63.

¹⁷ *Ibid.*, p. 19.

sendo transformados em felicidade, satisfação e harmonia; os ressentimentos e discórdias daquelas pessoas que viviam na aldeia, presentes no jantar, vão sendo resolvidos.

E, como uma transgressão aos preceitos religiosos, os convidados puritanos das irmãs entregam-se aos prazeres da comida no jantar de Babette. Estando todos à mesa, algo diferente acontece aos convidados, de forma que, ao final, além de terem a fome saciada, também seus espíritos saem de lá alimentados. Através da entrega aos prazeres proporcionados pela comida, corpo e alma encontram-se num estado de satisfação total.

Os ressentimentos e a discórdia daquelas pessoas vão sendo resolvidos.

(...) Era frequente, durante uma boa refeição, o povo de elevarem sentir um pouco pesado. Esta noite não era assim. Os convives ficavam mais leves no peso e mais leves de consciência quanto mais comiam e bebiam.¹⁸ (...)

A comida em *A Festa de Babette*, ligada ao nível mais elevado da existência humana, funcionou como um elemento responsável por proporcionar a redenção daqueles que, enganosamente, acreditavam ser por meio da abstinência dos prazeres a maneira certa de encontrar o reino de Deus.

Na cena do banquete os convidados são acometidos por uma explosão celestial. A comida, que vão comendo, ao mesmo tempo que nutre o corpo, nutre também o espírito. Até mesmo o general Loewenhielm, depois de ter deliciado todos os vinhos e as comidas maravilhosas que compunham a mesa, ao despedir-se de Martine, seu grande amor do passado, lhe fez a seguinte declaração:

(...) Todas as noites eu me sentarei, se não em carne, que nada significa, mas em espírito, que é tudo, para jantar com você, como esta noite. Pois esta noite eu aprendi, querida irmã, que, neste mundo, qualquer coisa é possível.¹⁹ (...)

O dualismo se rompe, o corpo e o espírito encontram-se, unem-se. Não há mais divisão entre o material e o imaterial. O homem é uno. Corpo e espírito elevam-se até o último grau possível.

O homem sem divisão, o homem pleno, dignifica-se através da comida, através do entregar-se às coisas terrenas.

¹⁸ *Ibid.*, p. 31.

¹⁹ *Ibid.*, p. 34.

Foi como se os que estavam saboreando a comida e a bebida oferecidas por Babette, estivessem sendo tomados por uma *explosão celestial*, e neste sentido, *seus pecados tivessem sido lavados e se tornado brancos como a lã*²⁰.

Tanto as moças quanto o pai tinham receio dos católicos (papistas) e dos prazeres do mundo.

No entanto, no dia do jantar de Babette, através da entrega ao prazer, os ressentimentos e discórdias daquelas pessoas são resolvidos.

Em *A Festa de Babette* o alimento ute o material e o imaterial. Observamos que o seu significado vai além do simples "matar a fome fisiológica", e que durante o jantar, *os convidados parecem atingir uma epifania, um Êxtase místico*²¹, algo que vai além de qualquer explicação acontece entre eles. Mas, (...) *Do que aconteceu no decorrer da noite, nada de definitivo pode ser aqui declarado*²² (...).

6. ARRUMANDO AS PEÇAS

Como já foi dito no início deste trabalho, os comentários que teceremos a seguir devem ser encarados muito mais como uma impressão, uma forma de sentir as palavras, do que propriamente uma conclusão.

O conto da baronesa Karen Blixen pode nos remeter a outras *jogadas*, no entanto, o que escolhemos parece nos ter rendido alguns pontos como resultado.

O personagem Lorenz Loewenhielm vem para a casa da tia com o propósito de mudar de vida. Para isso, sai de sua terra, passa uma temporada em Fossom, volta anos mais tarde e durante o jantar oferecido por Babette, depois de diferentes experiências vividas durante anos anteriores, reencontra-se consigo mesmo.

Os irmãos e irmãs da aldeia vivem em desunião e discórdia. Em função dos costumes religiosos renunciam aos prazeres da vida. Comendo e bebendo durante o jantar, voltam a se entender e a entenderem-se a si próprios.

Babette, a grande artista do *Café Anglais*, teve o papel de centro catalisador, porque suas ações desencadearam estes acontecimentos.

Babette parece ter unido os laços, que ligavam os fatos relacionados à vida das irmãs, ocorridos mesmo antes dela ter chegado à Noruega. A cozinheira fora recomendada para trabalhar na casa de Martine e Philippa por Achille Pipin. Durante a comemoração do centenário do deão, com as comidas que prepara para o jantar, resgata os sentimentos que o general Lorenz Loewenhielm não conseguiu aceitar em sua juventude.

Mexendo com as peças e colocando-as em seu devido lugar, Babette parece ter feito uma jogada de mestre!

²⁰ Ibid.31, p. 35.

²¹ THURMAN, Judith. *Isak Dinesen: a vida de Karen Blixen*. p. 356.

²² Ibid. 30, p. 33.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Bíblia Sagrada.

DINESEN, Isak. A Festa de Babette. In: *A Festa de Babette e outras anedotas do destino*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1986, p. 9-40.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Editora Estampa, Lisboa, 1987. 233 p.

DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Iluminuras, 1991. São Paulo, 126 p.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. Cultrix, 2ª. edição, São Paulo, p. 63.

THURMAN, Judith. *Isak Dinesen - A vida de Karen Blixen*. Editora Record, 1982. Rio de Janeiro, 508 p.

AS IMPLICAÇÕES ENTRE A TEORIA DOS PROCESSOS CIVILIZADORES, A CONDUTA VIOLENTA E A PSICANÁLISE:

Shirley Kirchner Pereira¹

Analisar a teoria dos processos civilizadores², de Norbert Elias, em relação à violência é extremamente interessante, pois, o referido texto nos traz ricas contribuições nessa área, visto que, ao discorrer sobre a evolução do processo civilizatório, resalta exatamente a interferência que a mesma sofre no tocante à conduta e aos sentimentos humanos, mais especificamente, no controle da agressividade.

Inicialmente, analisarei algumas reflexões que o autor faz em relação à não intencionalidade com que o processo civilizador evolui, posteriormente, comentarei tais reflexões mediante relação à Psicanálise, referenciando a agressividade e a violência.

Diz o autor: "Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam, de modo amistoso ou hostil. Este tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Desta interdependência de pessoas surge uma ordem "sui generis", uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem" (Elias, 1986).

A seguir, o autor acrescenta: "A civilização não é "razoável", nem "racional", como também não é "irracional". É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se vêem obrigadas a conviver" (Elias, 1986).

Que mudanças específicas são essas? O autor nos responde: "Do período mais remoto da história do Ocidente até os nossos dias, as funções sociais, sob a pressão da competição, torna-se cada vez mais diferenciados" (Elias, 1986). E mais ainda: "A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se "corretamente" dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigadas, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social"... era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela

¹ Universidade de Alfenas – UNIFENAS, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Endereço residencial: Rua Três Coroas, 510, Marzagão, Passos, MG.

progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada um impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integradas (Elias, 1986)".

Assim como Freud fundamenta a Psicanálise na perspectiva de um inconsciente, que insere o imponderável, o imprevisível e que nos escapa, a teoria do processo civilizador também descreve a civilização sob uma dinâmica autônoma e cega procedente do inter-relacionamento a que as pessoas são obrigadas a viver.

Segundo Elias, é o estabelecimento do medo como regulador erigido automaticamente pela civilização que, juntamente ao autocontrole somam esforços para que o comportamento humano seja controlado. Não seria a esse "medo" que Freud alude como o temor à castração, que tem como consequência exatamente a instalação do Superego, ou seja, o elemento auto-controlador?

A Psicanálise descreve a agressividade como constitutiva do ser humano. Todavia, alega que a vida social age como reguladora desses impulsos destrutivos, onde à partir dos vínculos significativos que o indivíduo estabelece uns com os outros, passam a internalizar tais controles, então deixa de ser necessário o controle externo, visto que os mesmos estão dentro do indivíduo.

Por sua vez, Elias descreve a rede de relacionamentos que as pessoas são obrigadas a conviver e a diversidade de ações e funções humanas sob a pressão da coação que faz emergir o medo repressor.

Até aqui, pode-se notar uma certa semelhança ou mesmo um possível entrelaçamento entre essas duas posturas, pois enquanto Freud analisa a perspectiva individualizada da atuação psíquica, que se estabelece através do apelo inconsciente, Elias propõe a atuação indeterminada do inter-relacionamento entre as pessoas que também, assim como o inconsciente, tomam rumos imprevisíveis, pois ambos independem de vontade própria.

A violência é descrita na perspectiva psicanalítica como o uso desajeitado da agressividade com fins destrutivos, podendo ser esse desejo voluntário (racional) ou involuntário (inconsciente). A agressividade é constituinte da violência, mas não é o único fator que a explica. É necessário que se entenda também como a organização social interfere estimulando, legitimando e mantendo os diferentes modos de violência. É justamente nesta questão que a teoria dos processos civilizadores de Elias se faz pertinente. No tocante à interferência da organização social tendo como resultante a manutenção da violência, segundo Elias, se observa onde as cadeias de dependência do indivíduo se apresentam de maneira precária, ou seja, quanto mais evolui a civilização, mais subjulgada são suas paixões e com o monopólio da autoridade, gradativamente a ameaça física ao indivíduo se despersonaliza e a submete a regras e leis cada vez mais rigorosas.

Tendo em vista as questões apresentadas até então, podemos perceber por um lado, a descrição dos processos evolutivos da civilização que camufla a agressividade sob forma de coerção externa, fazendo com que as sanções impostas sejam internalizadas, em função da interdependência que o homem se vê enredado. Por outro, a interdependência,

devido à diversificação de funções, havendo ainda como **fator desencadeador**, a tendência à competição. Assim sendo, nos deparamos com o homem cercado por forças tais.

Em contrapartida, a Psicanálise incrementando a teoria do processo civilizador, faz menção às forças internas que reagem a esse processo resistindo-lhe a influência, que se fosse total, seria possível vislumbrarmos a abolição da violência da civilização. Essas forças internas, são "desejos" que habitam o nosso interior.

Podendo, o desejo ser consciente ou inconsciente, não é difícil analisá-lo sob a perspectiva do social, que o coloca a lume enquanto consciente, racional e visível, e as forças subjacentes ao inconsciente, que são incontroláveis, aumentam a complexidade e conseqüentemente dificultam a sua, compreensão.

Norbert Elias foi feliz em sua análise quando faz menção ao movimento civilizatório com um processo que se instaura sem o direcionamento da razão, mas é "posto em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos".

Estendendo-se um pouco mais nessa direção, há que se deixar de considerar como violência apenas a prática de delitos, posto que, tal associação geralmente é feita pelos meios de comunicação de massa. Existem outras violências diluídas em nosso cotidiano, por exemplo, no meio familiar, nas ruas, nas instituições, etc...

Atualmente presenciamos a violência permeando todas as áreas das relações pessoais.

Deparamo-nos com a violência se alastrando e contaminando todo tecido social. Parece-nos que a civilização não dá mais conta de propiciar o bem estar aos indivíduos, ou de canalizar a agressividade que todos possuímos para produções construtivas.

A violência crescente suscita em nós a agressividade enquanto destrutividade, tanto a destruição do outro quanto à destruição de de nós mesmos.

Ainda com referência ao que foi descrito acima Norbert Elias, o mesmo afirma o seguinte: "... a grande pressão formativa sobre a constituição do homem "civilizado", seu auto controle constante e diferenciado, vincula-se à crescente diferenciação e estabilização das funções sociais e à multiplicidade e variedade cada vez maiores de atividades que ininterruptamente têm que se sincronizar." (Elias, 1985).

Em vista disto, parece-nos que neste momento histórico, devido às grandes complexidades sociais, a habilidade do homem em sincronizar com as inúmeras variantes de interdependência e as diversidades de funções, tornou-se descontrolada ou incônea.

De acordo com Elias com o monopólio do poder os indivíduos passaram a sincronizarem-se desde a infância a esse tipo de autolimitação que requer um grau mais elevado de automatismo e se torna uma espécie de "segunda natureza". Mas, como se explica que mesmo interiorizando tais repressões, a sociedade se depara e convive com ampla expansão da violência? A violência crescente só pode ser entendida a partir da constatação de que vivemos um momento histórico em que se rompeu o pacto social (o direito ao trabalho, por exemplo), e isto faz com que se rompa o pacto ético, isto é, a autoridade, a norma, a lei internalizada. Essa ruptura retira o controle sobre os impulsos destrutivos, e

estes emergem com toda a sua força. Ou seja, apesar da influência e a força que os processos civilizadores têm sobre as pessoas, podem ocorrer rupturas, e a reação contrária é tão forte quanto a anterior.

Ainda, referente ao que foi citado anteriormente, Elias afirma: "Em outros casos, certos ramos de impulsos podem ser desviados de tal modo por sérios conflitos que a natureza bruta, afetiva e apaixonada que o pequeno ser humano inevitavelmente encontra no seu caminho para se moldar como ser "civilizado", que suas energias só podem ter uma liberação indesejada, através de rodeios, em ações compulsivas e outros sintomas de perturbação".

O que se pode perceber até então, é que Elias reflete a questão das imperfeições dos processos civilizadores tendo como causa "sérios conflitos", só que o mesmo não avança sobre os mecanismos internos que explicam como os fracassos ocorrem. E, percebe-se uma tentativa, sob a ótica psicanalítica, explicá-la.

Prossequindo um pouco mais na visão psicanalítica da questão que está sendo tratada, analisarei o mecanismo de sublimação: o mecanismo de defesa que favorece a civilização é a sublimação, que nada mais é que a substituição de um desejo, ou atividades instintivas anti-sociais, por um desejo socialmente aceito. É uma simples aceitação de um substituto aprovado por um bloqueado. Por exemplo, os instintos agressivos podem ser expressos através das mãos de um açougueiro, no seu trabalho de cortar e desossar; os instintos sádicos de uma pessoa agressiva podem ser sublimados através do bisturi de um cirurgião que vibra com o corte; uma pessoa impedida de se casar pelas mais variadas razões pode achar uma sublimação numa atividade profissional.

Para a Psicanálise dois instintos básicos seriam o sexo e a agressão. Portanto, as atividades sexuais e agressivas precisam ser sublimadas em atividades aceitas pela sociedade. Assim a ciência, a cultura, as artes, os esportes são meios pelos quais se pode expressar parcialmente um pouco da energia sexual ou agressiva. Mesmo assim, ainda resta, um grau de frustração e tensão pelo fato de a expressão da energia não ser total. É através da atividade construtiva que a energia corporal é utilizada para aliviar um pouco a frustração causada pelos impulsos agressivos e sexuais.

Parece haver três alternativas para lidar com energias sexuais e agressivas: sublimar, desenvolver sintomas psico-neuróticos e transformar a ansiedade em sintomas somáticos. Noutras palavras, ou você sublima ou fica doente mental e fisicamente. É claro que ficaria aberta uma quarta alternativa que seria extravasar os instintos, opção que só pode ser realizada sob certas condições.

Devido ao bombardeio da propaganda, presenciamos uma certa transformação de valores, crenças e práticas na geração mais jovem. É uma verdadeira transição. É grande o incentivo para a expressão de sentimentos negativos, a manifestação da raiva através da agressão direta, a confrontação com os pais, a confusão da independência com o atrevimento, a passagem da assertividade ao desafio provocativo e a substituição revolucionária da sexualidade pela prática sexual.

Acredito que as formulações propostas por Elias são de grande valor para se interpretar as intercorrências que sofremos hoje em nosso processo civilizatório, pois o fato de visualizarmos situações que parecem conduzir-nos ao caos, há uma tendência a um movimento que nos mantém devido à uma rede de inter-relacionamentos que nos levam a caminhos por ora desconhecidos.

Quanto à esta questão, Elias diz: "Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle deste tipo é possível sem que as pessoas anteponham limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo".

Assim sendo, a sobrevivência da civilização se conduziu sobre o controle externo ou o autocontrole internalizado por influência da mesma, e, para que continue subsistindo, os controles talvez se revestem de novas performances e resistirão.

Ainda sob este aspecto a psicanálise afirma: "Os instintos de vida e de morte e seus derivados podem agrupar-se, neutralizar-se mutuamente ou trocar de posição. A alimentação, por exemplo, representa a fusão da fome e da agressividade, pois, como se sabe, ela é satisfeita pelos atos de morder, mastigar e triturar a comida. O amor, derivado do instinto sexual, pode neutralizar o ódio e vice-versa.

Assim sendo, de acordo com tais perspectivas, é possível vermos renascer das cinzas do caos, novas manifestações de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Vol II, RJ, Ed. Zahar, 1993.
COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*, RJ, Ed. Graal, 1986.
HERRMANN, Fábio. *O que é Psicanálise*, SP, Ed. Abril Cultural / Brasiliense, 1984.

FORMAÇÕES IDENTITÁRIAS E GRUPOS TOTALITÁRIOS: REFLEXÕES A PARTIR DE NORBERT ELIAS.

15 *Telma Regina de Paula Souza*¹

Considerando as últimas transformações deste século, buscaremos problematizar algumas questões que essas nos colocam como cientistas sociais, educadores, e participantes da construção dessas transformações. Para isso, iniciamos apontando as transformações que consideramos fundamentais para entender as relações societárias em nossos dias, o que apresentamos em três níveis:

I. de desenvolvimento científico e tecnológico, como alavanca e obstáculo à modernidade;

II. das mudanças na estrutura social e na produção e reprodução social, o que vem sendo chamado de sociedade pós-industrial; e

III. das mudanças no papel do Estado, no sentido das nações e nas formas de organização e movimentos sociais.

Esses três níveis, interdependentes, colocam-se como um campo tensional no qual se produz uma forte ambiguidade no sentido das ações humanas: paradoxalmente motores e resistências às transformações. De um lado, busca-se níveis de certezas e seguranças que possam preservar a existência humana na perspectiva da configuração moderna, e de outro, fracassada essa configuração, busca-se alternativas na rearticulação de territórios de certezas representados a partir da re-significação de cada um desses. De uma forma ou de outra, o passado pode ser "reavaliado" tanto na forma ideológica quanto mítica, acentuando a possibilidade do ressurgimento de experiências totalitárias, mesmo que encobertas por discursos emancipatórios.

Nesse sentido, e frente ao limite de tempo para o aprofundamento da complexidade desse cenário, buscaremos discorrer sobre um aspecto que consideramos central: a formação de identidades totalitárias, quer seja no nível pessoal, coletivo ou público, o que pudemos estudar através de grupos identificados como neonazistas².

Para isso, usaremos, entre outros, as formulações de Norbert Elias (1994a) acerca da construção de identidades nos processos de integração social. Segundo esse pensador, a identidade coloca-se tanto no nível pessoal, o que ele denomina de "identidade-eu", como no nível grupal, "identidade-nós", e tais configurações identitárias se movem ora para um lado, ora para outro, segundo as balizas sociais, nas quais se destacam os proces-

¹ Doutora em Psicologia Social, Docente na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP).

² Referimo-nos aqui a um estudo que realizamos acerca de formações identitárias de grupos *skinheads* no Brasil e na Itália.

tos integrativos. Assim, na passagem das sociedades tribais para as sociedades nacionais — o que colocou a exigência de um abrangente processo integrativo — o pêndulo da balança "identidade-eu"- "identidade-nós" pendeu para a "identidade-eu", vistas as dificuldades de integrar singularidades identitárias diversas tendo como base apenas a convenção de uma formação nacional, basicamente um território governado por um único Estado, o Estado-nacional. Nessa perspectiva, a "identidade-nós" coloca-se como uma ancoragem possível de integrações sociais, na qual se configura a relatividade das autonomias individuais, o que entendemos como um movimento de determinação recíproca que denominamos de diferenciação/indiferenciação.

A indiferenciação refere-se ao processo de constituição da "identidade-nós", que nos processos de integração social traduz-se pelo pertencimento de indivíduos a grupos sociais, ou comunidades, e que colocam-se como módulos de sobrevivência e proteção do indivíduo, assim como colocam-se como unidades potencializadas de formações sociais, mais ou menos diferenciadas, nas unidades que compõem os pertencentes a "unidade integradora". A diferenciação marca a singularidade possível tanto das unidades identificatórias, ou "integradoras", como dos pertencentes a essas, considerando as relações entre grupos e/ou comunidades, como dos indivíduos que os compõem. Assim, a constituição das nações implicou em um movimento integrativo abrangente que forjou uma suposta identidade nacional, assim como a resistência de unidades menores e singulares à fusão dessas a uma unidade maior, o Estado-nação.

"A exclusão, ou mesmo a assimilação, implica, nesse processo, na perda das referências de segurança, que colocam para o indivíduo o aniquilamento da história que o constitui e do sentido forjado nos significados de suas tradições e costumes singulares e, que, na unidade maior, são diluídos ou re-significados." (Paula Souza, 1998:13)

Nesse campo tensional as referências identitárias para a constituição de uma "identidade-nós" sofrem um abalo enquanto unidade de segurança, e, como apontamos anteriormente, a autonomia relativa do indivíduo passa a significar sua única possibilidade de sobrevivência, colocando o social como território de disputas, ameaças e conflitos, relativamente apaziguados pela força da lei, o que, hoje, frente as transformações na esfera dos Estados-nacionais — principalmente motivada pelos processos integrativos econômicos globais — não tem sido garantido; nos remete ao controle exercido pela ordem do mais forte: no plano das relações interestatais, definida pelos poderes econômicos e bélicos; e no plano intra-estatal definida pela ação do aparato repressivo policial ou de organizações criminais, ambos demarcados pela violência.

Nesse sentido é importante destacarmos que, ao discutir a violência nas relações sociais, Elas distingue as relações intra-estatais e interestatais, na primeira destacando o relativo grau de sucesso obtido através do monopólio da violência exercido pelos Estados

e na segunda a ausência de uma instância de controle que se compare a do Estado nas suas relações internas, em que predomina, nas relações interestatais, as formas arcaicas de poder, dentro de uma hierarquia na qual os Estados no topo caracterizam-se também pelo poder de destruição que podem exercer sobre os mais fracos.

"(...) a monopolização da violência física sob o controle das instâncias centrais de uma sociedade-Estado não significa que o recurso à violência no interior de tal sociedade seja absolutamente proibido. Significa apenas que o exercício da violência é reservado a membros de formações sociais de caráter especial, como a Polícia, por exemplo, estando estes autorizados a fazer uso dela segundo regras estabelecidas e para determinados fins e, em particular, para impedir ações violentas por parte de outros homens no seio da sociedade em causa. Assim, não só subsiste uma contradição entre o cânone da não-violência no domínio intra-estatal e o cânone da violência autorizada no domínio interestatal, mas também uma tensão permanente no interior das sociedades entre o cânone da não-violência absoluta para a maioria dos cidadãos e o cânone da violência autorizada, e mais ou menos controlada pela opinião pública, tal como é considerado válido para os órgãos policiais e para outros militarizados.

Sem dúvida, o monopólio da violência física, o uso da força física organizada segundo regras estabelecidas não é imune a abusos. A questão de saber de que modo poderão seus controladores e os respectivos órgãos executivos ser controlados é um dos problemas sociais concretos ainda por solucionar. Ao nível das relações interestatais, no qual não existe qualquer forma de monopólio, não se instalou ainda uma polícia eficaz. Por isso, a esse nível, impera ainda o 'direito' do mais forte sob a sua forma mais arcaica. (...) Por mais individualizados que os membros dos Estados nacionais possam ser, a estrutura da sua personalidade está interligada por um fio invisível à estrutura da respectiva sociedade-Estado (enquanto 'nós') e à estrutura das relações interestatais (enquanto 'elas'), que se no seu conjunto e também codeterminam a relação entre uma pessoa e os 'objetos da natureza'. Cada um destes níveis possui, como já o afirmámos, particularidades estruturais específicas e uma relativa autonomia, de grau variável, em relação aos outros níveis. Ao mesmo tempo, todos eles se desenvolvem em estreita interdependência, e o nível mais abrangente, o das relações interestatais, é o mais poderoso. No interior desta estrutura quadridimensional é, em última análise, a dinâmica das relações interestatais, ainda menos controlável, que aponta o caminho a seguir." (ELIAS, 1997a:119-120)

Elias ainda nos diz:

"Para os homens que pertencem a um país, é decoro um processo doloroso e difícil aceitarem-se a si mesmos como nação com um poder reduzido, com um estatuto inferior ao do passado; como uma nação, como a muitos deles poderá parecer, desqualificada. Este é um exemplo do vínculo invisível que une o nível interestatal ao nível individual. A derrota relativa e a perda de categoria por parte de um Estado nacional no quadro da hierarquia dos Estados é sentida pelos indivíduos que o compõem como uma derrota pessoal. Não raro, revoltam-se contra o seu destino colectivo e procuram a mesmo através da violência e fazer os ponteiros do relógio andar para trás. Incapazes de ajustar a sua imagem colectiva do 'nós' às realidades, poderão envolver outros em provas de poder e de força e construir imagens fantasmáticas do seu país, para provar a si próprios o ao resto do mundo que nada mudou. Poderão até reconhecer 'nacionalmente' a mudança de posição do seu país e, no entanto, negá-la emocionalmente através das suas fantasias. A aceitação de si próprios enquanto nação com um estatuto e um peso de poder reduzidos pode ser um processo muito longo e doloroso, que dura várias gerações." (ELIAS, 1997a:121-122)

Elias discute as afinidades entre as formas fantasmáticas de pensamento e de prática social com uma intensa carga de afeto e as formas míticas de pensamento e mágicas de acção dominante entre os povos mais simples, normalmente compreendidas como irracionais. A diferenciação básica entre uma e outra, apontada por Elias, reside no fato de que no pensamento mágico está incluído no "nós" a natureza não-humana, os objetos sagrados, e na primeira, nas sociedades que ele define por científicas, o "nós" restringe-se ao nível humano, a participação não abrange a natureza e "pode orientar-se para um indivíduo líder ou para grupos, como os partidos políticos, as classes sociais, as seitas e, sobretudo, os Estados nacionais" (p.144). "Com efeito, uma imagem do 'nós' — com uma carga de emoções positivas ou, consoante as situações, ambivalentes ou negativas — constitui parte integrante da auto-imagem de cada ser humano." (144/145)

Buscando proteger-se desses territórios de conflitos, nos quais pode não se reconhecer contemplado nos dispositivos da lei ou entre os "mais fortes", o indivíduo pôde, ou pode, voltar-se para a "identidade-cu", como "ilha de segurança", na qual constitui-se a base de um isolamento narcísico reativo frente a possibilidade de seu aniquilamento real ou simbólico. Entendemos que tal movimento, discutido nas ciências humanas como individualismo moderno, ainda que existente na atualidade, mostra sinais de exaustão, uma vez que a suposta proteção almejada não foi garantida — e nem poderia ser, conside-

rando-se que um indivíduo não se constitui no isolamento, mesmo que esse seja cercado por relações de intimidade, que, como discute Sennett (1988), também caracterizam-se pela mesma lógica das relações públicas na modernidade.

Entendemos que o esgotamento desse indivíduo moderno tem sido manifesto na formação de grupos identitários particulares, que buscam definir o "eu" através do princípio de igualdade que compõe um "nós", ao mesmo tempo em que, nesse movimento, define-se o "eles" através da diferenciação excludente de particularidades (sexuais, étnicas, raciais, religiosas, e culturais) dissociáveis de uma possível síntese, em que pesem os pronunciamentos de direitos sociais iguais. Assim, a formação de grupos ou comunidades particulares pode representar a mesma lógica que alicerçou a formação do individualismo moderno, buscando-se desta forma uma unidade de segurança, ou um território de certeza que paradoxalmente reafirma e contrapõe-se ao individualismo. A definição de um "eu" = a um "nós" implica na definição dos "eles", que na equação igualitária não tem lugar, ameaçando assim os ideários modernos de participação social através das formas democráticas.

As bases de fundamentação dessas definições identitárias têm possibilitado a emergência de ideologias e mitos totalitários, principalmente através da discussão de valorização da diferença, o que tem marcado o discurso da extrema direita europeia. O chamado neo-racismo assume aqui a mesma função social que os preconceitos assumiram ao longo da história, ou seja, coloca-se como uma tentativa de garantir uma coesão social entre indivíduos ameaçados pelo narcisismo moderno e pelos processos integrativos abrangentes, esse último caracterizado fundamentalmente pelo processo de globalização econômica. A ausência de fundamentações historicamente constituídas nas diferenciações de gênero, das escolhas sexuais, religiosas, ideológicas, étnicas, sociais, raciais, ou culturais, possibilita a construção de recursos identitários apresentados pela indústria cultural, que, por serem efêmeros e transitórios — para se garantir o sucesso do consumo — não sustentam uma identidade particular, a não ser na mesma lógica do efêmero, aparente, transitório da indústria, e assim tais identidades tornam-se um depósito fértil para a ação de indivíduos ou grupos que se apresentam como guias de ações coletivas, através de uma cosmovisão particular apresentada como universal. Essas referências dão o conteúdo para as definições identitárias que não se ancoram em experiências vividas, ou nas histórias particulares dos indivíduos capturados por esses discursos. Nesse sentido, tais formações identitárias fundam-se na irracionalidade, ou seja, no complexo afetivo-emocional, que nega a razão iluminista, normalmente através do refeto das pilastrias de construção das sociedades modernas ocidentais. Nessa perspectiva, a negação assume maior visibilidade na descrença no Estado, instituição pensada como reguladora do agir social na formação das sociedades modernas. Se, nessas sociedades, o Estado assumiu um caráter regulador, exercendo essa função através de outras instituições sociais, que normatizadas ou não por ele (a escola no primeiro caso, por exemplo, e a Igreja no segundo) serviram para garantir sua hegemonia, hoje tal hegemonia é questionada.

A realidade nos indica que, em função das necessidades operacionais do sistema sócio-econômico, as esferas sociais "perderam" o Estado como centro hegemônico, o que

não significa a ausência desse, ou melhor, de centros hegemônicos. Entendemos que as incongruências no agir desses centros, permeados pela disputa de poderes e por interesses particulares, produziram um distanciamento das esferas sociais desses lugares reguladores, mesmo que, em parte, sejam obrigados a agir segundo suas regulações, em linha de máxima, quando não encontram mecanismos nos quais possam transgredir a ordem sem serem punidos. Evidentemente que, no estado de total abandono, alguns setores sociais nem mais se "importam" com as possibilidades de punição, pois a transgressão passa a ser condição de sobrevivência, o que assume as mais diferentes formas tanto em termos do que se transgredir, do como e das consequências disso. Aqui podemos dizer que a violência ganha sua legitimidade fora da esfera do Estado, uma legitimidade fora das regulações sociais, ou da racionalidade moderna; o que nada mais significa do que o acirramento de condições de desigualdades sociais. Novamente nos remetemos aos princípios identitários colocando-os agora na perspectiva dos direitos sociais. Se o Estado não cumpriu totalmente sua função de proteção — que na lógica neoliberal nem quer assumir —, caberá agora a grupos particulares se constituírem nessa perspectiva?

Esse debate nos lança tanto para as questões instrumentais da racionalidade moderna, quanto para as questões éticas. Do ponto de vista instrumental encontramos-nos diante das transformações no sistema produtivo-econômico, que diluiu a soberania dos Estados-nações sem abrir mão deles, uma vez que mantém-se a hierarquização do poder interestatal, sem a qual não se poderia garantir as relações de domínio de um Estado sobre o outro. Assim a ingerência de uma nação sobre a outra é justificada na fragilidade interna de alguns Estados, fragilidades colocadas em questões de caráter econômico, social, cultural ou político situadas no interior de uma nação, e não na sua relação com as outras nações. Afirma-se assim a soberania de um Estado para esse ser responsabilizado por seus fracassos, quer seja na ordem econômica ou no controle social, normalmente interligados. As questões ligadas ao desenvolvimento científico-tecnológico também colocam-se nessa perspectiva, reiterando a hierarquização interestatal, no mesmo tempo em que criam a impressão de ausência de centros de controle, principalmente através da suposta diluição de zonas de fronteiras territoriais nas comunicações virtuais.

Do ponto de vista ético temos uma retórica discursiva que encobre as razões éticas que primariam a racionalidade instrumental que apenas alguns indivíduos possuem e por tal motivo apenas esses podem indicar os caminhos a serem seguidos. É a ética da competência que se sobrepõe à ética do trabalho, essa última baluarte da materialização da modernização ocidental, hoje em colapso frente as transformações que a própria modernização engendrou através da tecnologização da vida, não só produtiva.

Parece-nos que esse cenário, apresentado aqui sem a devida complexidade existente, remete-nos a problematização do processo civilizatório no sentido da sua possibilidade ou não de construção da emancipação ou barbárie, tanto nas relações interpessoais como nas mais abrangentes, o que pode ser pensado através do que Elias (1994b) denomina de processo psíquico civilizador, no qual psicogênese e sociogênese são interdepen-

dentes, o que nos permite pensar a "identidade-nós" e a "identidade-eu" como uma formação social e histórica, como um processo em que a psicologização e a racionalização passam a ter uma função central na configuração de condutas pessoais e na estruturação social. Não pretendemos aqui entrar nas análises de Elias acerca do sentido apontado por esse processo e nem de suas evidências acerca das mudanças na personalidade com base nas mudanças das estruturas sociais, questões essas bastante polêmicas entre os intelectuais, porém, pretendemos sim reafirmarmos as imbricações entre os processos de transformações sociais e os processos de transformações pessoais. A articulação desses processos nos aponta para as formações identitárias que, nas sociedades complexas, configuram-se como identificações nas quais o "eu" e o "nós" inter cruzam-se com o outro (tu ou eles) no jogo dialético da determinação recíproca, e tanto um como outro são forjados no campo das possibilidades concretas de raízes e opções. Por um lado, as raízes definem nosso pertencimento, nossa segurança, pois nos dão aquilo que é perene, único, mesmo que possa ser transformado ao longo da história; e por outro lado, temos as possibilidades de escolhas, mesmo que situadas. Assim, orientando-nos nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos (1995) entendemos também que:

"A identidade como raiz também é uma opção, vista as inúmeras possibilidades de escolhas de raízes colocadas pela modernidade. A indiferenciação, assim, nos indica uma matriz de identidade, a raiz, que engendra e nutre o sentimento de pertencimento de um indivíduo num grupo, enquanto a diferenciação marca a singularização no processo de escolha das raízes que, na 'identidade-nós' define a indiferenciação no grupo de pertencimento e a diferenciação em relação a outros grupos, ou ao 'eles', e, na 'identidade-eu', define a identificação do indivíduo com seu grupo de pertencimento, ao mesmo tempo que sua diferença em relação aos demais. Essa identificação possibilita tanto relações de tolerância como intolerância em relação ao 'eles'. (Paula Souza, 1998:16)

Retomando a ideia do Estado com instância reguladora e seu declínio nas sociedades transnacionais pode-se levantar então a ideia de outros dispositivos regulacionais, sendo que grupos de pertencimento identitário, ancorados em bases afetivas, aparecem como uma alternativa. O afetivo aqui está colocado em esses grupos se balizarem por referências não compatíveis com as da razão moderna, muitas vezes reconhecidos como irracionais, principalmente porque manifestam-se ao nível do desejo, negando aquilo que se impõe como realidade.

Essas ideias ajustam-se muito bem a uma das teses que buscaram explicar a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, em que, frente às ruínas alemãs no entre-guerras, a unidade almejada para a restauração da supremacia alemã ancorou-se na ideia da

supremacia da raçaariana. Definido o "nós" superior (os arianos) não foi difícil encontrar os inferiores: os judeus, ciganos e outros entendidos como ameaças à pureza e superioridade ariana. Por mais que se explicitasse as razões do anti-semitismo sua base real, sem dúvida, como discute Sartre, entre outros, é uma paixão, o que não significa a ausência da racionalidade instrumental que permitiu todo o planejamento para a execução da "Solução Final do problema judaico", nome oficial para o planejamento e execução do extermínio dos judeus. Nesse sentido Elias (1997b) discute como que a comunidade internacional, considerando absurdo as idéias promulgadas pelo nacional-socialismo, entendidas apenas como retórica eleitoral, desprezou a capacidade dessas idéias serem colocadas em prática. Elias aponta como a demora em se reconhecer que o tratamento dado aos judeus pelos nacional-socialistas significou um dos mais sérios colapsos de civilização na história européia recente, já indica "um conceito defeituoso de civilização" (p.275). Isso coloca-se em função dos europeus se conhecerem como immanentemente uma "raça civilizada", acrescentamos ainda: como uma civilização superior.

"Os contemporâneos não conceberam, pois, a civilização como uma condição que, para ser mantida ou aperfeiçoada, requer um esforço constante, baseado num certo grau de entendimento do modo como funciona. Em vez disso, tal como a sua 'nacionalidade', consideraram-na um de seus próprios e indiscutíveis atributos permanentes, um aspecto de sua superioridade inata: uma vez civilizado, para sempre civilizado. Assim, na Alemanha e em outros países, e no começo com um encolher de ombros varreram as doutrinas e os atos bárbaros dos nazistas para debaixo do tapete, porque lhes parecia inimaginável que pessoas num país civilizado pudessem comportar-se de um modo tão cruel e desumano, como os adeptos das crenças nacional-socialistas tinham anunciado que agiriam, proclamando ser isso necessário e desejável em nome de seu país." (Elias, 1997b:280)

Porém, mais do que falácia de culto eleitoral, como queriam ser os observadores e analistas do cenário alemão na década de 30, o nacional-socialismo colocava na identidade alemã a legitimação de sua própria ação; assumindo sua particularidade o lugar do universal que como tal a autorizava a garantir a diferenciação evolutiva, ou uma seleção planejada e sistemática dos indivíduos. Essa era a base da política racial de Hitler contra os judeus, que permitiu a auto-identificação coletiva do povo alemão através da contração (nós = uma essência particular) e não através da expansão (nós = gênero humano) (Taguieff, 1994). Demarcamos aqui que tais idéias não pretendem sugerir que a identidade alemã foi a responsável pela ideologia nazista, o que nos colocaria ao lado das teias que justificaram o barbarismo nazista na suposta "natureza" dos alemães, ou em sua herança

racial ou biológica, teorizações baseadas idealisticamente na essencialidade do ser. Pelo contrário, entendemos que tal identidade foi forjada no percurso histórico da sociedade alemã, o que Elias discute em *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*, onde ele, entre outras análises, aponta que o orgulho nacional, a auto-estima coletiva dos alemães, componentes de sua "identidade", sempre foi mais frágil do que a de povos como o britânico e o francês, o que já nos aponta para uma leitura, em certo sentido, psicossociológica dessa identidade, caracterizada por uma cisão entre real e ideal (que não é uma exclusividade alemã), que no ideário nazista se conflituaram em uma única imagem idealizada, permitindo a idéia de uma unidade absoluta. Essas idéias podem ser articuladas com as reflexões que Dumont (1985) faz acerca da passagem das sociedades holísticas para as individualistas, na qual o nacional-socialismo de Hitler ilustra muito bem uma resposta a tensão desse momento de transição (uma vez que coexistem dois sistemas de valores), que pode criar uma forma de individualismo, aquela que estamos chamando de totalitarismo de grupos identitários, que também pode ser denominado de comunitarismo.

Perguntamo-nos, então, acerca do caráter dos grupos identitários atuais: implicariam em riscos de retrocesso à barbárie vivida no nacional-socialismo alemão? Ou representam uma outra possibilidade de relações sociais, baseada em escolhas que tentam construir relações de reciprocidade e reconhecimento? Entendemos que as duas possibilidades estão presentes e podem representar vetores de uma mesma ação social, analiticamente identificadas. Para entendermos essa proposição, definimos as formações identitárias como um processo que comporta três dimensões: reciprocidade, reconhecimento e escolha, que através de processos cognitivos-afetivos e da ação dos indivíduos e grupos definem a qualidade da consciência de si-mesmo e do Outro. As escolhas, em que pesem as disparidades sociais na estrutura de oportunidades, pautam-se por critérios de certeza, o que quase sempre não é possível, que compoem a constituição de referências normativas e do agir prático que orientem tanto para a eficácia social como para o estabelecimento de relações de reciprocidade (mesmo que assimétricas). Ligado à reciprocidade está o reconhecimento, ou seja, a legitimidade que o Outro define para a ação individual e/ou grupal, colocada no conjunto de expectativas esperadas dos indivíduos e/ou almeçadas por esses. Todorov (1996) aponta-nos claramente que "Toda coexistência é um reconhecimento" (p.90), que coloca-se em duas focas que todos os indivíduos aspiram: o reconhecimento de conformidade e o reconhecimento de distinção, o primeiro nos coloca na condição de semelhantes e o segundo nos distingue, nos diferencia. (Paula Souza, 1998)

Segundo Todorov, o reconhecimento se dá através de duas etapas, uma que é o próprio reconhecimento, que atribui existência ao indivíduo, e sem o qual o indivíduo é negado; a segunda é a confirmação desse reconhecimento, o que atribui um valor à existência e sem o qual coloca-se a rejeição. "Podemos entender então que, em graus diferentes e provocando diferentes sentimentos, ambos implicam numa exclusão do Outro; e pensamos que a depiação ou escolha de uma identidade possibilia, no mínimo, um reconhecimento e valorização positiva dentro do próprio grupo identitário, o que pode um-

bém implicar num reconhecimento e valorização negativa para com os "de fora" desse grupo." (Paula Souza, 1998:47)

Pensamos que essas questões, brevemente apresentadas aqui, nos colocam algumas indagações acerca das formações societárias atuais. Frente a processos integrativos abrangentes, como os que apresentam-se nas chamadas sociedades informáticas, também teorizadas como pós-modernas, ou pós-industriais, quais são os parâmetros orientativos para as formações identitárias? Novamente acentuamos para a emergência de grupos particulares que almejam a universalização de seus particularismos, não só ao nível da garantia de direitos excludentes, mas ao nível de uma suposta superioridade frente a outros grupos particulares. Esse quadro não se refere apenas aos chamados grupos fundamentalistas, nacionalistas, sexistas ou outros com esse mesmo caráter, refere-se também ao nosso próprio fazer dentro das ciências, também particularizadas nas inúmeras especificidades do conhecimento, que, em certo sentido, buscam o monopólio interpretativo da realidade, perdendo, com isso, a possibilidade de interlocução entre as diferentes produções acerca do mundo e do humano que nesse habitam. Já pudemos discutir as questões acerca da disciplinaridade do conhecimento em outros fóruns de reflexão e não pretendemos retomá-las nesse momento, mas nos parece que tal reflexão é uma condição indispensável para não nos tomarmos mais um dos grupos particulares que buscam a universalização de suas verdades particulares.

A constituição de referências identitárias particulares, "eu", "nós" não seriam um problema social se tais identidade forjadas nesses processos não negassem a dimensão relacional do próprio processo identitário. A questão que se coloca é que na definição de uma unidade, através de princípios de semelhanças, tem-se excluído aqueles que não se aproximam de tais princípios, o "eles", assim configurando relações opostas que ameaçam as existências das diferenças. As tensões sociais que alojam dessas ameaças aumentam o sentimento de insegurança, de impotência e podem aplicar em "formações reativas regressivas", ou seja, na utilização de mecanismos de proteção que incluem a força física, acentuando assim a violência como um dispositivo relacional, aumentando mais ainda inseguranças e exclusões. Evidentemente que as ações repressivas não têm eficácia no controle da violência, principalmente quando os mecanismos de auto-controle estão em declínio, permitindo assim a manifestação puramente emocional das frustrações humanas.

Através de pesquisa recente de grupos considerados totalitários, pudemos observar a existência de uma pluralidade identitária, no nível de pertencimentos, histórias, memórias, ideologias e intencionalidades de indivíduos e grupos que se aglutinam em torno de laços afetivos, possibilitados nas "atividades de lazer" que demarcam um "lugar" identitário que tenciona para uma homogeneização identitária de suas diferenças individuais. Ao focalizarmos a história de constituição dessas identidades pudemos observar a pluralidade em termos de matrizes identitárias que, em alguns casos, não anulam identidades particulares ao nível pessoal, o que configura-se como "identidade-eu" em Elias. Ao mesmo tempo que particularidades individuais podem ser contempladas nas particularidades de grupos identitários, esses também mantêm uma certa particularidade em relação a outros

particulares identificados como iguais pela indústria cultural e da notícia, que se esforça para apresentá-les como uma coisa só, construindo e difundindo uma imagem, que denominamos de "identidade pública", e que, desprendendo-se da origem de sua criação, também serve de matriz identitária pessoal e/ou coletiva. Sem entrarmos, nesse momento, na complexidade das formações identitárias dos grupos que pesquisamos, pudemos observar que os dois sentidos apresentados acima, ou seja, formação de grupos identitários na perspectiva de estabelecimento de relações de reciprocidade e reconhecimento e na perspectiva da "universalização" de um particular, colocam-se no movimento de constituição e preservação desses grupos. O primeiro sentido denuncia o "anulamento" do sujeito social e político nas sociedades atuais, que aprisionado no individualismo moderno, mesmo que na forma da "gaiola dourada", trouxa altos custos para as vivências societárias, tanto ao nível do distanciamento dos sujeitos das esferas políticas nas suas formas ocidentais modernas, quanto do esvaziamento dos sentidos do agir humano em sociedade. Parece-nos que uma das alternativas buscadas diante desse "anulamento" é a constituição de grupos particulares nos quais busca-se relações de reciprocidade e reconhecimento, orientadas por princípios que definam balizas reguladoras do agir social, mesmo que circunscritos ao próprio grupo identitário. O segundo sentido, claramente totalitário, não nasce de uma intencionalidade *a priori*, pelo contrário, aplica na possibilidade de desdobramentos do primeiro sentido quando esse demarca sua particularidade na negação de outras particularidades, convertendo sua diferença, em relação às outras diferenças, em traços de sua superioridade, ou do agir correto, o que lhe autoriza a relações de domínio. Nesse sentido, a construção de uma imagem pública, que converte-se em identidade pública, tem dupla finalidade, não necessariamente intencionalizadas: para a sociedade, a de identificar a barreira (colocada nas ações de grupos particulares) para fora dela mesma, ou seja, sempre no outro, que são o "eles", não distinguindo os vários "eles" dos outros, e o si-mesma no "eles"; para grupos particulares a "identidade pública" permite que sejam reconhecidos enquanto particularidades, o que os salvam do anulamento, trazendo-lhes visibilidade. Nesse último caso, além de preservar a existência de tais grupos, a mídia, principal responsável pela construção de uma "identidade pública" totalitária, motiva outros indivíduos a engrossarem as fileiras dos grupos existentes. Em alguns casos essa imagem também permite que pessoas ou grupos ideologicamente convictos também se utilizem de grupos "ideologicamente confusos": cooptando-os, doutrinando-os, ou des-se se utilizando como exército de salvação, ou proteção.

Essas questões nos colocam a necessidade de buscarmos entender as formas atuais das relações sociais, no sentido de encontramos os significados ocultos nas aparências das imagens, quer essas imagens busquem o estatuto da representação da realidade, realizadas por aqueles que buscam a legitimidade da indústria da informação, quer idealizem a realidade na perspectiva de modelos de controle sociais. A ausência desses "esclarecimentos" nos conduzirão às mesmas formas interativas apontadas acima, nas quais a violência, além de ser as cores usadas para a representação de grupos identitários totalitários — o que realmente pode ser observado nas ações desses grupos, mas que não implica em

que tenha os mesmos significados em todos os grupos e nem que são suas únicas formas de manifestação —, também será a única forma apresentada para a repressão da constituição e manifestações de tais grupos, o que entendemos provocar uma reação circular.

Além de tornar visível a existência desses grupos temos que nos ocupar em entendermos as múltiplas determinações que os cercam, e buscamos, nessa breve discussão, apresentar algumas delas sem a pretensão de esgotá-las. Mais do que isso, é necessário que olhemos também os grupos sociais que aparentemente não se enquadram nas identidades totalitárias para tentarmos entender se a constituição de grupos particulares, como os que enfocamos em nosso estudo, são apenas manifestações pontuais de uma "identidade regressiva", ou acenam para uma tendência crescente em todas as esferas sociais, o que nos parece bem provável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DUMONT, Louis (1994) - *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ELIAS, Norbert (1993) - *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização* (v.2) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert (1994a) - *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, _____. (1994b) - *O processo civilizador: Uma história dos costumes* (v.1) Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____, _____. (1997a) - *Envolvimento e distanciamento. Estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ELIAS, Norbert (1997b) - *Os alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- PAULA SOUZA (1998) - *Mundo contemporâneo e totalitarismo: os limites da diferença. Formações Identitárias de grupos skinheads no Brasil e na Itália*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) - *Multiculturalismo e identidade*. Conferência realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em set. de 1995 (texto mimeo - transcrição)
- SARTRE, Jean P. (1978) - *Reflexões sobre o racismo*. Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Editorial S.A.

- SENNETT, Richard (1988) - *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAGLIJEFF, Fierre-André (1994) - *La forza del pregiudizio. Saggio sul razzismo e sull'antirazzismo*. Bologna: Il Mulino.
- TODOROV, Tzvetan (1996) - *A vida em comum: ensaio de Antropologia Geral*. Campinas: Papirus.

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA E O MODELO DE ANÁLISE A PARTIR DO JOGO: uma reflexão preliminar em Norbert Elias

Wanderley Marchi Junior¹

INTRODUÇÃO

Ao discutirmos determinada teoria, temos que ter conhecimento mínimo de sua origem e, de forma objetiva, o seu ponto de partida para as formulações teóricas posteriores, as quais serão submetidas à apreciação e discussão de seus pares.

Para tanto, nos reportamos a obra "What is Sociology?" de Norbert Elias publicada pela primeira vez em 1970 e traduzida para o português como "Introdução à Sociologia", para podermos adentrar no seu universo de interpretação da realidade social.

Sendo uma obra que já respeta uma certa decorelogem em relação aos primeiros escritos de Elias, a mesma se justifica, e de certa forma se legitima moldada de um rigor brilhante, quando afirma que "toda a teoria tendia-se a desenvolver simultaneamente como continuação de teorias anteriores e como ponto de partida crítico decorrente destas."²

Essa argumentação, usada anteriormente por Marx, também se aplica aos postulados de Elias quando o mesmo recebe a crítica ao descrever uma teoria sociológica algumas décadas depois da elaboração de textos notórios e reconhecidos como "O Processo Civilizador", "A Sociedade Cortês" e "Os Alemães" por exemplo.

O texto em análise aborda de maneira crítica e vigorosa dentro de sua síntese, aspectos de história política, de psicologia e sociologia, repensando temas fundamentais como o indivíduo, o grupo e os outros, versando essencialmente sobre os "poderes mútuos de interdependência" relativo às "relações de poder entre os homens em sociedade".

CAMINHANDO COM ELIAS

Procurando o entendimento preliminar de sua abordagem, alguns pressupostos são colocados para uma reflexão crítica à respeito, e o primeiro deles é o modo de alguns estudiosos tratarem a sociedade como o objeto de estudo da sociologia, não tendo a sensibilidade de perceber que os problemas e a sociedade são formados por nós e pelos

outros, de onde decorre o equívoco de visualizar o objeto dissociado do pesquisador, ou seja, o que está sendo estudado não faz parte da realidade de quem o estuda.

Tal afirmativa demonstra um modelo básico construído no senso comum, reportando-se a uma visão egocêntrica da sociedade, o que a transforma em uma estrutura hierarquizada pela reificação das relações sociais existentes de forma exterior ao "ego individual".

Assim sendo, Elias entende que para melhor compreender a problemática sociológica, é preciso um trabalho de reorientação da compreensão do termo sociedade, onde teremos que diluir a idéia de que a mesma é composta por estruturas que nos são exteriores e que os indivíduos são "redondos" por ela, avançando para o conceito de "teias de interdependências ou configurações", o que no limite nos encaminha para uma visão mais realista das disposições e inclinações das pessoas em suas variadas maneiras de relação.

Essa transição conceitual, como não poderia deixar de ser, se opera de maneira gradual, e para entendê-la basta tomarmos como ilustração a transição do pensamento mágico e metafísico para o pensamento científico interpretativo do universo no inflexo do século.³

Com o objetivo de compreensão desta nova interpretação da sociedade, é preciso também perceber que as relações, ou melhor, que as teias de interdependências ou as configurações são orientadas por forças sociais tidas como "forças compulsivas" e como tais, são de fato exercidas pelas pessoas, sobre e entre elas.

O que interessa para Elias nesse momento, é a maneira que se pode obter através dos estudos sociológicos para encontrar significado nessas forças compulsivas, de modo que elas se tornem menos destruidoras de vidas e recursos.

Alado ao objetivo anterior, encontramos não só a necessidade da interpretação e significação das forças compulsivas que atuam sobre as pessoas nos grupos de observação empírica da sociedade, mas também como se pode libertar o discurso e o pensamento sociológico relativos às forças compulsivas dos modelos "heterônomos" remanescentes do "egocentrismo ingênuo ou antropomorfismo primário".

Retomando a ilustração feita anteriormente para a explicação da transição do conceito de sociedade, podemos nos ater com maior profundidade na "concepção filosófica de um conhecimento científico estático", pela qual se encontra uma inadequação dos modelos explicativos das ciências naturais, tentando subordinar a interpretação e a explicação de processos sociais a longo prazo através de uma "cientificação" do pensamento.

Diante de um modelo científico, os acontecimentos da natureza passavam a ser quantificados e possivelmente explicados através de teorias e leis que o tornavam superadores da outra definição religiosa e até mesmo mística ou ritualística, e essa era o combate das ciências naturais, desmistificar o mágico, o religioso e o metafísico, para tanto, o tratamento do conhecimento de forma a considerá-lo estático foi fundamental para as

¹ Professor Assistente do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, Membro do Centro de Pesquisas sobre Esporte, Lazer e Sociedade (CEPELS-UFPR), Doutorando em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas, Membro do Grupo de Pesquisas em História do Esporte, Lazer e Educação Física da UNICAMP e bolsista PICTD da CAPES. Endereço residencial: Rua Oyapock, 67/103, Cristo Rei, Curitiba - Pr. CEP 80050-450. E-mail: wanderley@fete.unicamp.br.

² Elias, N. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p.11.

³ ver Welterstein, I. *Para Abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

ciências naturais, não podendo, entretanto, ser considerado de mesma eficiência na explicação dos fenômenos sociais de longa duração, que não são estáticos e tem contra si a utilização heterônoma dos modelos já citados.

Demasiadas vezes falamos e pensamos como se não só as montanhas, nuvens e tempestades, mas também as aldeias e estados, a economia e a política, os factores de produção e o avanço técnico, as ciências e a indústria, entre inúmeras outras estruturas sociais, fossem entidade extra-humanas, com as suas leis próprias e, por conseguinte, totalmente independentes da acção ou da inacção humanas.⁴

No sentido de que as transformações conceituais e a inovação de interpretação dos fenômenos sociais são posturas e acções tomadas na emergência de um modelo sociológico de análise diferenciado das análises estáticas das ciências naturais, é que Elias se detém no argumento de que as mudanças sociais – se é que elas possam ocorrer – se consolidam com o desenvolvimento de várias gerações, por isso a pertinência do conceito de “longo prazo” associado ao pensamento de muitas pessoas interdependentes no interior de uma sociedade.

Perseguindo uma aproximação aos constructos de Elias, nos encontramos com conceitos gerais para o campo das relações humanas – que o mesmo identifica como sociedade –, como concepções que no primeiro momento se apresentam respaldadas em acontecimentos com certos graus de interligação.

Nesta perspectiva, observamos com clareza que as mudanças no sentido de se definir sociologicamente as relações humanas não devem se dar de forma prematura, principalmente quando os conceitos gerais e as formas de controle que regem a sociedade não se apresentam de maneira inteligível para os indivíduos e não o são suficientemente explícitas no arcabouço teórico de quem a estuda, sobre isso o autor destaca que “os nossos próprios discurso e pensamento são de um modo geral controlados pelos outros e, se esse controle se perder totalmente, também corremos o risco de perdemos o controle sobre nós mesmos, ou de nos perdemos em especulações sem limites, em fantasias, brincando com as idéias.”⁵

Na análise do termo fantasia, além da perspectiva de sonho, desejos ou expressões imaginativas individuais, encontramos um requisito fundamental para o desenvolvimento da tecnologia ou das “descobertas científicas”, sendo que o homem e a utilização que o mesmo faz de seus inventos, deve ser destacado frente os problemas agudos que afligem as interconexões sociais.

⁴ Elias, N. *op. cit.*, pp. 20-21.

⁵ *Ibidem*, *op. cit.*, pp. 22-23.

Quando nas sociedades científico-técnico-industriais atribuímos o nosso mal-estar às bombas ou às máquinas, aos cientistas ou aos engenheiros, estamos a fugir à difícil e talvez desagradável tarefa de procurar uma interpretação mais clara e mais realista da estrutura das conexões humanas, particularmente dos padrões de conflito que nelas se fundamentam. Esta estrutura das conexões é a linha responsável pelo desenvolvimento e pela eventual utilização de armas científicas, pela vida atribulada nas fábricas e nas metrópoles modernas.⁶

Diante deste quadro, o conceito de auto-controle é um dos componentes necessários para o “estádio” de autoconsciência e de conhecimento do pensamento sociológico da realidade, haja visto que o desenvolvimento dos conflitos sociais e as reativas de resoluções pragmáticas dadas em momentos de crise, por vezes não são suficientemente delineadas dentro de um processo de efetiva racionalização.

Como exemplo do exposto anteriormente, basta analisarmos a ocorrência de uma “fantasia de interesses de grupos sociais internacionais” com a repercussão do Nacional Socialismo Alemão no meio judaico; a história nos demonstra uma “colisão” de sonhos, onde uma determinada acção se justifica pela acção do outro, dito de outra forma, são configurações firmadas a partir das interdependências e interpenetrações de grupos.

Para entendermos Elias devemos reinterpretar as questões sociológicas a partir de Augusto Comte, considerado não só o pai da sociologia como também do positivismo filosófico, onde a palavra “positivo” foi usada como sinônimo de “científico”, sendo esse um processo de aquisição de conhecimentos através de teorias e observações empíricas.

A crítica feita ao positivismo remete uma interpretação tristeira de que as observações eram realizadas sem a sustentação de uma teoria, desconsidera porém, segundo Elias, que ninguém melhor que Comte destacou explicita e conscientemente a interdependência da teoria e da observação como epicentro do trabalho científico, esta constante interação foi considerada como uma das suas teses fundamentais.

Comte chamou sua filosofia de positiva tentando rejeitar o caráter especulativo impetrado até então, para tanto, foram levantados três temas para possível introdução à sociologia: o desenvolvimento de uma teoria sociológica do pensamento e da ciência; a determinação das relações entre as ciências físicas, biológicas e sociológicas; e finalmente, o estabelecimento de um método de atuação e uma autonomia relativa da sociologia em detrimento das outras ciências.⁷

No aparato sociológico construído por Comte, destacava-se a inviabilidade de estudar as regularidades das tendências do desenvolvimento social através do mesmo

⁶ Elias, N. *op. cit.*, p. 26.

⁷ Sobre autonomia das ciências sociais, ver Wallerstein, I. *op. cit.*, 1988.

arcabouço conceitual das ciências físicas e biológicas, e que a ciência da sociedade era um "novo tipo de ciência" do século XIX.

Destacando as questões estabelecidas, observamos que para se examinar o processo social a longo prazo da evolução do pensamento e do conhecimento, é necessário "a substituição da pessoa individual, enquanto sujeito do conhecimento, pela sociedade."⁸

Para a identificação, ou melhor, na passagem do conhecimento não científico para o científico, Comte enunciou a "lei dos três estados", onde

...cada uma das nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: o estado teológico ou fictício, o estado metafísico ou abstrato e o estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua própria natureza, emprega sucessivamente em cada uma das suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo.⁹

Uma das questões mais relevantes levantadas na obra de Comte é a relativa autonomia da sociologia, onde o discernimento do objeto de estudo da área foi de extrema importância para o entendimento dos conteúdos "mutáveis" dentro das estruturas sociais, sendo inviabilizadas as hipóteses reducionistas de estudá-los pelo prisma biológico ou psicológico.

Este foi basicamente o ponto de partida de Elias, ou seja, mostrar como e porquê a interpenetração de indivíduos interdependentes forma um nível de integração onde sua organização, estrutura e processos não se explicam pelo reducionismo dos modelos de investigação das ciências heterônomas.

Segundo Elias, para atuar com problemas dessa amplitude é importante a efetivação de um tipo de cientista especializado em processos sociais de "longo curso", citando como exemplo a crescente diferenciação do trabalho científico e das forças sociais que o conduzem, dito em outras palavras, o responsável por responder as questões iniciais estipuladas pelo autor deve ser uma espécie de "destruidor de mitos", superador das idéias religiosas, das especulações metafísicas e das teorias quantificáveis, por meio do processo de observação fática; isto se concretizando, estaríamos rompendo com o "absolutismo filosófico" e com o "relativismo sociológico", poderíamos dizer que o apocalipse da idéia quimérica de uma ciência e de um método estaria se consolidando.

⁸ Elias, N. *op.cit.*, p.40.

⁹ Comte, A. *Curso de Filosofia Positivista*, 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.4

O desenvolvimento do conhecimento científico, seja ele sobre a natureza ou sobre a sociedade, tem que ser considerado como uma transição para uma nova fase na busca geral do conhecimento efetuada pela humanidade; só então poderá ser investigado e definido teoricamente. Este processo tem muitos aspectos e varia enormemente nos seus pormenores. Mas é possível estabelecer com precisão a direção de qualquer desses processos... Também vindo lentamente a ocupar o lugar que as estruturas que formam com os outros poderá ser melhor explicadas e compreendidas se não forem simplesmente consideradas como uma acumulação de indivíduos particulares conhecidos pelo seu nome, mas também como configurações impessoais, até certo ponto auto-reguladas e autopropetizadas.¹⁰

Elias destaca também que uma característica básica na transição dos processos pré-científicos para os processos científicos de produção de conhecimento, é que o instrumental conceitual utilizado passa gradativamente do conceito de "ação" para o conceito de "função", podendo citar que as interconexões funcionais na sociedade são distintas das interconexões representadas pela natureza física no seu nível de integração.

Nesse processo de transição tem-se feito referência ao conceito de "autonomia relativa" com ênfase em três aspectos, ou seja, a autonomia relativa do objeto de uma ciência no interior do universo das outras ciências; da teoria científica em relação ao objeto e por fim, de uma ciência frente a academia na orientação do ensino e da investigação; nesta perspectiva se compõe a definição social científica das propriedades estruturais de uma ciência.

Durante o processo de industrialização nos séculos XIX e XX, as lutas sociais em torno de princípios impessoais e de certas crenças sociais como religião, comunismo, capitalismo entre outros, auxiliou na organização das pessoas e de suas vidas em sociedade, o que no limite, facilitou a identificação do objeto inicial de investigação da sociologia.

Essas relações entre as pessoas apresentaram especificidades nas esferas econômicas, políticas e sociais, mas, se tomarmos essas relações pessoais como relações funcionais de pessoas interdependentes, logo perceberemos que esta é uma mera divisão conceitual.

Com o desenvolvimento e a transformação da sociedade, manifestou-se uma alteração do equilíbrio interno de poder, e esse sintoma foi percebido em determinadas relações como por exemplo na redução das diferenças de poder entre os diferentes estratos sociais, entre governantes e governados; e o aparecimento de organizações de massas¹¹ de

¹⁰ Elias, N. *op.cit.*, pp. 59-60.

¹¹ Sobre o conceito de multidão e massa, veja: Cohn, G. Adorno, São Paulo: Ática, 1996; Orlitz, R. Um Outro Território. São Paulo: Olho d'água, 1996; e Adorno, T.W. et al. Teoria da Cultura da Massa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

caráter patidário neste período secular, foi também uma forma apresentada desta redução de poder.

Diante desta constatação, Elias afirma que "só por estes factos se vê bem como um aumento de interdependência acarreta uma transformação do pensamento sobre a sociedade e a formação de programas relativamente impessoais para a melhora das condições sociais, também conduz, consequentemente, à percepção das sociedades como relações funcionais de pessoas interdependentes."¹²

Paralelo à essa redução de poder potencial, ocorre uma transformação das relações sociais no sentido de um maior grau de dependência "multipolar recíproca", ou seja, devido à suas funções específicas, os indivíduos ou grupos de uma dada sociedade tornam-se cada vez mais funcionalmente dependentes de um número crescente de pessoas, essas "cadeias de interdependências" aumentam e se diferenciam, o que as tornam de limitada transparência e controle por parte de individualidades ou grupos isolados.

Neste sentido, as ciências sociais e os ideais sociais funcionam como instrumentos de orientação da conscientização da sociedade, exercendo assim, um controle mútuo na interdependência, o que é, efetivamente, uma característica das teias em todos os "estádios" de desenvolvimento.

Recuperando o objetivo a que se propôs Norbert Elias ao desenvolver a obra em estudo, ou seja, reivindicar um domínio próprio para a sociologia, diferenciando-a da biologia, da psicologia da história e de outros grupos de especialistas, encontramos um modelo de análise que toma a competição realizada segundo as regras de um jogo, como o processo interpretativo e explicativo das interdependências funcionais da sociedade.

Torna-se necessário não só explorar uma unidade composta em termos das suas partes componentes, como também explicar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade composta, torna-se um estudo de direito próprio. Esta é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo — as configurações de seres humanos interdependentes — não se pode explicar se estudamos os seres humanos isolados.¹³

Cabe no momento atual do entendimento da obra de Elias, uma discussão sobre o termo "poder", e este vem travestido invariavelmente de um caráter representativo de desigualdade no processo de desenvolvimento das sociedades humanas.

¹² Elias, N. *op. cit.*, p. 71.

¹³ *Ibidem*, *op. cit.* pp. 76-79

O equilíbrio de poder se constitui em um elemento integral de todas as relações humanas, e como tal se apresenta de maneira "bipolar" ou, usualmente, "multipolar", dito de outra forma, o equilíbrio de poder sempre se faz presente, onde estiver havendo uma interdependência funcional entre as pessoas.

Respeito do ideário "mágico-mítico" é a percepção de que o poder é algo que se possa deter de forma pessoal, individualizada, ele é sim, como destacado anteriormente, uma "característica estrutural das relações humanas", o que a princípio torna o modelo do jogo ou da competição uma excelente alegoria explicativa da sociedade, podendo de certa maneira, substituir o conceito de "relação de poder" pelo termo "força relativa dos jogadores".

Os modelos de jogo ajudam a mostrar como os problemas sociológicos se tornam mais claros e como é mais fácil lidar com eles se os reorganizamos em termos de equilíbrio, mais que em termos reificantes. Conceitos de equilíbrio são muito mais adequados ao que pode ser realmente observado quando se investigam as relações funcionais que os seres humanos interdependentes mantêm uns com os outros, do que os conceitos modeladas em objectos imóveis.¹⁴

O primeiro modelo de competição é chamada de "primária e sem regras", e representa uma situação básica que encontramos sempre que os indivíduos se relacionam com os outros, é um elemento constitutivo normal de todas as relações humanas e invariavelmente, se associa à provas de mensuração de forças, o que nas sociedades primitivas poderia chegar aos confrontos pela sobrevivência.

Neste caso, um antagonismo relativamente estável se apresenta na estrutura de uma interdependência funcional, em outras palavras, as ações dependem das respectivas iniciativas, onde os oponentes consolidam uma função recíproca baseada na coação. Desmistificando, podemos dizer que a interdependência desses grupos devido à sua hostilidade não é menor que a existente entre grupos de amigos unidos pela divisão do trabalho por exemplo.

Elias nos alerta para o conceito de "função" não como uma expressão de desempenho de uma ação unidária (que omite a reciprocidade, a bipolaridade e a multipolaridade) dentro de certa harmonia, mas sim indica que o termo deve ser compreendido como um conceito de "relação" — principalmente com o poder —, sendo possível discutir funções sociais, somente quando nos referimos às interdependências que constroem as pessoas em maior ou menor grau de intensidade.

¹⁴ *Ibidem*, p. 81.

O desencadeador das tensões e dos conflitos, manifestados tanto nas sociedades tribais como nas sociedades modernas, é o fato de que o "potencial de retenção recíproca" de suas necessidades, é geralmente desigual, indicando um poder coercivo maior de um determinado lado das relações, neste caso, estas mudanças podem perspetivar formas violentas de aproximação na distribuição do poder, sendo permitida sua expressão de forma latente durante longos períodos.

Os inimigos desempenham uma função recíproca, pois uma vez que se tornam interdependentes têm o poder de possuir reciprocamente necessidades elementares, como por exemplo a de conservação da sua integridade física e social e, em última instância, a da sua sobrevivência. (...) A Competição Primária apresenta-se como um caso de fronteira. Nela, um dos lados tem como fim privar o outro, não só das suas funções sociais com também da sua própria vida."¹⁵

Os modelos sociológicos devem analisar as "interpenetrações contínuas" como representações de pessoas que estão ligadas umas as outras no tempo e no espaço, e essa sequência de movimentos é compreendida e explicada em termos da "dinâmica inante na sua interdependência".

O próximo modelo de jogo é o processo de interpenetração com normas e suas sub-divisões, que demonstram como as teias de relações humanas mudam conforme a distribuição do poder.

Uma primeira abordagem trata dos "jogos entre duas pessoas", sendo que o fator determinante neste tipo de configuração mútuo é a proporção de poder existente entre os componentes, ou seja, esse poder pode determinar qual é o controle exercido por determinado jogador e também, como decorre o curso do jogo.

Outra forma de jogo é a composta de "muitas pessoas a um só nível", e se trata de um limitado número de relações independentes que uma pessoa pode realizar simultaneamente, onde a ordem estabelecida na configuração é dada na perspectiva de que a ação de cada participante não é considerada como exclusiva de sua parte, antes deverá ser visualizada como a continuação do processo de interpenetração da ação realizada anteriormente e que lhe subsidia a ação futura.

Seguindo temos os "jogos multipessoais a vários níveis", é uma configuração que se estabelece entre jogadores interdependentes e as estruturas para cada uma das jogadas individuais, sendo que existe um limite para a expansão da teia de interdependência onde o jogador pode orientar adequadamente seu planejamento e sua estratégia para uma série de jogadas.

¹⁵ Elias, N. *op. cit.*, pp. 85-86.

Com o acréscimo de jogadores na configuração, torna-se cada vez mais improvável a execução de jogadas adequadas e pensadas a partir da sua posição individual estabelecida dentro da totalidade, desta maneira o desenvolver das interdependências funcionais demonstrará a impossibilidade de compreensão e controle do jogo.

O próximo modelo é o "jogo de dois níveis do tipo oligárquico" que pode decorrer da pressão exercida por um aumento do número de jogadores individuais dentro de uma configuração, onde a desintegração pode formar dois níveis de jogadores que se mantêm interdependentes, mas já não atuam diretamente uns contra os outros, somente no nível secundário é que se estabelece diretamente o jogo com os outros.

Tal configuração de jogo e de jogadores, exprime um grau de complexidade que inviabiliza qualquer indivíduo de orientar a direção a ser tomada a partir da sua superioridade ou da manifestação dos seus anseios e interesses, neste sentido, as ações são concretizadas "tanto para fora como para dentro" da teia de interdependência, percebendo-se assim, as alianças, as rivalidades e a cooperação nos diferentes níveis de interpenetração.

Neste nível de jogo, Elias destaca que o equilíbrio do poder pendendo para o nível mais elevado, mesmo sendo um número mais reduzido de jogadores do que do nível mais baixo, é muito desproporcional, rígido e estável, entretanto, a interdependência dos dois níveis na configuração, impõe limitações nos seus componentes.

Finalmente, temos o "jogo a dois níveis do tipo democrático crescentemente simplificado" que se evidencia pela aproximação dos jogadores dos camadas mais baixas em detrimento do crescimento da sua força potencial, e esse traço pode ser detectado a partir da "vigilância" e da "rede de precaução" tecida pelo nível mais elevado na busca da manutenção do controle.

Enquanto as diferenças de poder forem grandes, parecerá às pessoas de nível superior que todo o jogo é, particularmente, os jogadores de nível inferior estão lá para os beneficiarem. À medida que o equilíbrio de poder se altera, muda este estado de coisas. Cada vez mais parece a todos os participantes que os jogadores de nível mais alto estão no jogo para benefício das jogadores de nível mais baixo. Os primeiros tomam-se gradualmente, de uma forma mais aberta e precisa, funcionários, porta-vozes ou representantes de um ou outro grupo de nível mais baixo."¹⁶

Diante desta forma de jogar, cada indivíduo se apresenta mais limitado e constrangido pelo número de jogos simultaneamente interdependentes em que se vê obrigado a realizar com grupo de jogadores que estão cada vez menos inferiores socialmente.

¹⁶ Elias, N. *op. cit.*, p. 97.

Nestas circunstâncias, os grupos de jogadores de ambos os níveis, tendem a se reunir e se organizar de modo que a configuração permita ao indivíduo manter um certo equilíbrio entre grupos interdependentes e rivais, o decurso do jogo pelas ações individuais se enfraquecem e o entendimento dessa incapacidade de controlá-lo, deriva da dependência mútua das posições que os jogadores ocupam e das tensões e conflitos inerentes da teia que os entrelaçam.

CONCLUSÃO

Concluindo o artigo, destacamos que a elaboração deste modelo de análise sociológica de Elias partiu da tarefa de identificar formas de construção da autonomia de uma ciência e de tentar "desbloquear" e transparecer de maneira acessível, os níveis de poder (que é uma característica estrutural de uma relação — conceito que não é estático e sim processual) existentes dentro das interpenetrações mútuas nas teias de interdependências.

O modelo nos oferece e nos ajuda a interpretarmos a sociedade a partir da interdependência de pessoas enquanto participantes de um jogo específico, no qual as suas forças coercivas são postas a prova, superando, em última instância, o reducionismo pretérito das metodologias unilineares pautadas na relação causa-efeito.

Portanto, a sociologia de Norbert Elias, trata de pessoas e das interdependências que ocorrem entre elas nas configurações, procurando no âmbito do seu problema central, conscientizar sobre a "opacidade" dessas teias tornando-as mais transparentes, inteligíveis e passíveis de intervenção.

É óbvio alertarmos que a análise não se esgota nesta nossa reflexão, mas como havíamos intencionado inicialmente, este é um artigo que tem por objetivo uma primeira compreensão do modelo sociológico de Elias e o seu ponto de partida; evidenciamos ainda, que o mesmo foi perseguido através de uma leitura preliminar de sua obra, o que por si fornece indicativos para futuras publicações e discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. et al. *Teoria da Cultura de Massas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COHN, G. Adorno. São Paulo: Ática, 1986.
- COMTE, A. *Curso de Filosofia Positiva*. 5ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- ORTIZ, R. *Um Outro Território*. São Paulo: Olho d'água, 1996.
- WALLERSTEIN, I. et al. *Para Abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS

- FUNREI - Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei
- PUCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- UEM - Universidade Estadual de Maringá
- UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais
- UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- UFU - Universidade Federal de Uberlândia
- UNESP - Universidade Estadual de São Paulo
- UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
- UNIFENAS - Universidade de Alfenas
- UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
- APOIO - FAPESP